

Organizadores:
Patricia M. S. Merlo
Lucas Onorato Braga

200 anos da Independência

Para quem?

Volume II

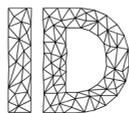


Organizadores:
Patrícia M. S. Merlo
Lucas Onorato Braga

200 anos da Independência para quem?

Volume II

Vila Velha, 2023.



Identidade

Rua Antônio Ferreira de Queiroz, 105, Centro, Vila Velha - ES. CEP.: 29180-100.
editoraidentidade@gmail.com

Coordenadora:

Patrícia M. S. Merlo

Conselho Editorial:

André Ricardo Valle Vasco Pereira (UFES)

Ariel Cherxes Batista (UFES)

Dinorah Lopes Rubim Almeida (UFES)

Fernando Santa Clara Viana Júnior (UFBA)

Lívia Maurício Scheiner (Colégio Pedro II)

Maria Angela Rosa Soares (UFES)

Patrícia Maria da Silva Merlo (UFES)

Pedro Ernesto Fagundes (UFES)

Rossana Gomes Britto (UFES)

Imagem da capa:

Editora Milfontes

Editoração e projeto gráfico:

Lucas Onorato Braga

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

MERLO, Patrícia Maria da Silva, 1977-
M565a 200 anos da Independência para quem? Volume 2 /
Patrícia Maria da Silva Merlo; Lucas Onorato Braga (orgs.)
– Vila Velha: Identidade, 2023.
311 p.: ilustrações.

ISBN: 978-65-990663-9-9

1. Bicentenário da Independência. 2. Independência da República. 3. História do Brasil. I. Merlo, Patrícia Maria da Silva. II. Braga, Lucas Onorato. III. Título.

CDU: 900

Organizadores:
Patrícia M. S. Merlo
Lucas Onorato Braga

200 anos da Independência para quem?

Volume II



Vila Velha, 2023.

Sumário

Apresentação | 7

João Cassiano e a hospitalidade nos espaços monásticos do Oriente (SÉC. V) | 9

Larissa Rodrigues Sathler

Martov: um revolucionário desconhecido | 27

Josemar Machado de Oliveira

Mulher e Política: atuação feminina na política espíritas | 40

Leandro da Silva Lunz

Narrativas sobre a identidade no Egito Romano: a representação de estrabão e dos retratos funerários (Século I a.C. a II d.C.) | 63

Jéssica Ladeira Santana

O afastamento de Dona Maria I: uma questão de gênero? | 79

Anny Barcelos Mazioli

O anticomunismo como arma ideológica das elites conservadoras no Espírito Santo varguista (1930-1937) | 100

Rodrigo Carvalho Santos Lima

O Brasil como laboratório: a questão racial e os “brazilian studies” nos EUA nos anos 1940 | 121

Maro Lara Martins

Opioneiro dos pioneiros: Attilio Vivacqua e o Modernismo Antropofágico na reforma da educação no Espírito Santo (1928-1930) | 134

Hannah Alves Alcure e Araújo

O Processo Civilizador: a noção de bons costumes e civilidade no conceito de Norbert Elias | 155

Giovana D'Arc Moyzes

O reconhecimento da Independência do Brasil na recém-formada Vila de Itapemirim-ES: elites, mulheres, cativos e indígenas | 170

Laryssa da Silva Machado

O senhor das memórias: lembranças, identidades e esquecimentos em J. R. R. Tolkien | 200

Roney Marcos Pavani

O trabalho com documentos diplomáticos nos tempos de regimes militares: a dinâmica entre Brasil, Paraguai e Argentina nas décadas de 1960 e 1970 | 217

Luiz Eduardo Pinto Barros

Os Legionários como agentes políticos no final da República Romana e suas relações de patronato e clientela com Júlio César (64–44 A.C) | 232

Ayla Fernanda de Oliveira

Palavras como munição: as repercussões da guerra da cisplatina na imprensa do Rio de Janeiro (1825-1826) | 246

Fabíula Paulo de Freitas Manhães

Sobre a crítica de arte: um possível diálogo entre Frederico Morais e Charles Baudelaire | 264

Tamara Silva Chagas

Sobre conflitos entre nacionais e sírios e libaneses: o caso do inspetor de polícia de São João de Muqui (1905) | 280

Adilson Silva Santos

Um padre capixaba entre os exaltados cariocas: a liderança de Marcelino Pinto Ribeiro Duarte na Rusga da Praia Grande (1834) | 295

Victor Augusto Mendonça Guasti

Apresentação

A história brasileira é marcada por muitos golpes, contragolpes e metagolpes, sendo que na maioria das vezes a população foi excluída de qualquer participação política. O processo da independência seguiu esse roteiro, ou seja, autoritário, de cima para baixo, feito pelas elites em conluio com o império, o que revela muito o caráter autoritário dos brasileiros. Como apontam os historiadores, nossa independência não foi revolucionária ou romântica. Foi um golpe das elites em torno do imperador que aprofundaria não só o não desmembramento do território, mas, principalmente, o sistema escravocrata. Ela criou um Estado, mas não criou a nação, em um processo sem povo, ou seja, sem reação.

Considerando a importância do bicentenário no campo da memória e das disputas de narrativas, entendemos que esta efeméride é um momento ímpar de reflexão sobre a história. Para tanto, propomos como tema do XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-ES a pergunta: 200 anos da Independência para quem?

O objetivo é analisar o lugar dos grupos subalternos, invisibilizados e esquecidos ao longo da história brasileira. Interessa-nos refletir sobre as políticas públicas voltadas à inclusão de tais grupos (pretos, pardos, indígenas, mulheres, LGBTQIA+, etc.) e à ampliação da cidadania efetiva em um país que se constituiu na desigualdade. Afinal, o direito à memória é fundamental para todos nós que queremos viver em um Brasil mais republicano e democrático. O resultado das discussões é apresentado agora com a publicação dos textos completos.

Os organizadores.

João Cassiano e a hospitalidade nos espaços monásticos do Oriente (SÉC. V)

Larissa Rodrigues Sathler¹

Doutoranda em História – UFES

lary.sath@gmail.com

Introdução

As formas de exercer a hospitalidade, bem como sua função, variaram ao longo da história. Por constituir um dos núcleos civilizatórios da humanidade, ela se faz presente em todas as sociedades e teve especial representatividade na Antiguidade. No mundo greco-romano, a hospitalidade foi praticada de maneira intensa entre as elites, o que não significa dizer que outras categorias sociais não a tenham exercido por meio de acordos políticos, comerciais e de amizade (RIVAS REBAQUE, 2008, p. 375). No Império Romano, quem nutria o desejo de viajar pelo mundo, independentemente do motivo, corria muitos riscos. Afinal, o indivíduo tinha pouca proteção das leis e do Estado, e para preservar sua segurança precisava contar com a reciprocidade advinda da hospitalidade (PAGOTTO MARSOLA, 2017, p. 153).

Variando segundo o contexto, o termo grego *xenos* pode significar tanto “estrangeiro”, inimigo ou não, como “hóspede”. No universo latino, ¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir/ES). Atualmente desenvolve a pesquisa *Corpo, espaço e disciplina na Antiguidade Tardia: João Cassiano e a formação de monges perfeitos nas Gálias (Séc. V)*, sob a orientação do Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva e com o auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (Fapes). E-mail: lary.sath@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1059-1361>.

a palavra *hospes* pode ser usada para definir “aquele que hospeda alguém” ou para se referir aos conceitos de “hospede”, “visitante” ou “estrangeiro”. Vinculado ao mesmo campo semântico do vocábulo grego, nos usos latinos, o termo “estrangeiro”, fora do lugar, também se funde à ideia de “acolhida generosa”, logo, entre o estrangeiro que traz consigo o perigo (*hostis*, inimigo) e o amigo (*hospes*) há uma curta distância (FUNARI; FREDERICO, 2017, p. 282). Por seu turno, a palavra *hospitalitas* tem origem em *hospes* e pode significar ao mesmo tempo “hospitalidade” e “ser um convidado, estar hospedado”. Já *hospitium* diz respeito aos planos da hospitalidade, seja ela de caráter público ou privado. Logo, se refere ao ato de acolher e hospedar aos estrangeiros (PAGOTTO MARSOLA, 2017, p. 153).

No contexto do movimento monástico tardoantigo, a prática da *susceptio fratrum*, isto é, a recepção dos irmãos (*hospites*) que chegavam aos mosteiros ou às comunidades anacoréticas, desencadeou um dilema cotidiano entre o dever social da *hospitalitas* e as aspirações dos ascetas em se manterem isolados do mundo. Em outros termos, podemos dizer que resultava em tarefa bastante difícil encontrar o perfeito equilíbrio entre estar disponível para os peregrinos e a vida ascética (ACERBI, 2008, p. 391; MANNION, 1994; RAGA, 2016). Por outro lado, se a hospitalidade é um processo de trocas mútuas reiterativas, mas que tem como princípio forçar o “outro estrangeiro” às leis internas do anfitrião (DERRIDA, 2000), ao transportar essa definição para os espaços cenobíticos, podemos supor que os monges e demais peregrinos que chegavam aos mosteiros em busca de acolhimento deveriam submeter-se às regras impostas à comunidade pelo abade local.

A prática da hospitalidade na tradição cristã

Desde as origens do cristianismo, seus adeptos retomaram e pro-

pagaram de maneira intensa o exercício da hospitalidade, realidade já corrente nas comunidades judaicas da Diáspora, no âmbito da cultura nômade do Oriente Próximo e no mundo marítimo do Mediterrâneo.² Vinculada à caridade, a hospitalidade é um preceito não apenas valorizado nos *Evangelhos* (Mt. 10,11; Mc., 6, 8-13; Lc. 9, 2-6; 10, 4-16), mas também no Antigo Testamento, como nos mostram os *exempla* de Abrão, Ló e Raabe. Na literatura patrística, também encontramos muitas referências ao exercício da hospitalidade. Em seu *De Viduis* (4, 5, 6,11), Ambrósio de Milão explica que o mérito das viúvas ascetas não está apenas na castidade, senão na prática intensa e generosa da hospitalidade. No que se refere aos primeiros séculos do monacato oriental, inúmeras são as fontes literárias que observam este preceito, dentre elas estão a *Didaquê*; a *Regra de Pacômio*; a *História Lausiaca*, de Paládio de Helenópolis; a *História dos monges da Síria*, de Teodoreto de Ciro; a *Histórias dos monges do Egito*; e as que nos interessam mais, as *Instituições Cenobíticas* e as *Conferências*, de João Cassiano, monge que se instalou na cidade de *Massilia* no início do século V, após longos anos de peregrinações pela Palestina e o deserto do Egito.

De maneira geral, nestas obras, a hospitalidade era considerada a partir de duas perspectivas: uma de dimensão ética e outra de dimensão teológica. A primeira diz respeito ao dever de acolhimento aos estrangeiros necessitados. A segunda se refere à ideia de que Deus está presente no necessitado e, por isso, aquele que o acolher será beneficiado com uma recompensa divina (RIVAS REBAQUE, 2008, p. 376). Importa ressaltar, aqui, que esta segunda perspectiva de maneira alguma teve sua origem no cristianismo, pois, entre os pagãos, a hospitalidade já consistia em um dever sagrado, bem como era corrente a crença de que os deuses poderiam assumir uma aparência mortal – *specie mortali* – com o intuito de testar a

2 Rivas Rebaque (2008); Arcebi (2008); Ortega Carmona (2006).

devoção dos humanos por meio deste dever (ORTEGA CARMONA, 2006, p. 84).

Uma especificidade cristã dentro deste contexto seriam então as peregrinações no sentido de prática devocional. Segundo Siqueira (2021, p. 105), não verificamos em Roma e nem na Grécia Antiga um termo específico para nomear a experiência de peregrinar com objetivo religioso. Em latim, o vocábulo *peregrinus* não possui conotação religiosa e se refere tão somente à pessoa que está fora dos limites da comunidade. A partir do século IV, as peregrinações se intensificaram entre os cristãos e o termo recebe um valor semântico para indicar a viagem com a finalidade de se visitar lugares vinculados aos santos. Nesse contexto, muitos homens e mulheres seguiram em direção à Terra Santa, lugar dos profetas e inúmeros personagens bíblicos incluindo Jesus, além das visitas ao Egito, terra que abrigou famosos monges ascetas, dentre eles Antão, fundador do monacato anacoreta, e Pacômio, fundador do monacato praticado em comunidade, chamado de cenobita.

De acordo com Munier (2002, p. 698), um cristão peregrino, leigo ou clérigo, estaria seguro de obter hospitalidade em todas as comunidades que iria encontrar ao longo de seu itinerário desde que estivesse provido de cartas de apresentação emitidas pelo bispo de sua região (*litterae communicatoriae*). Em suas *Conferências* (XVI, 5), João Cassiano expõe que os monges desejosos de visitarem mosteiros de outras regiões dependiam da liberação do abade da comunidade a que pertenciam. Ele próprio contou com esta liberação e com a hospitalidade fornecida pelas comunidades monásticas egípcias durante seu período de peregrinação.

Por volta de 380, Cassiano resolveu abraçar o monacato e, ao lado de seu companheiro, Germano, decidiu peregrinar para a Palestina e instalar-se em um mosteiro de Belém, onde permaneceram por pouco tempo. Após receberem permissão do abade para saírem do mosteiro, os dois

viajaram anos pelo Egito, onde tiveram contato com diversos cenóbios (STEWART, 1998, p. 3-15). No Egito, Cassiano e Germano estiveram na região do Delta do Nilo e ali fixaram residência, na colônia de solitários do deserto da Cétia. A partir da Cétia, foram visitar outros centros monásticos, como os da Níttria e da Célias, onde se comunicavam com os monges em grego ou utilizavam um intérprete.

Em 387, Cassiano e Germano retornam à Palestina a fim de obter permissão para ficarem no Egito definitivamente. De volta à região do Nilo, eles não contavam com a perseguição movida por Teófilo, arcebispo de Alexandria, aos monges qualificados como origenistas. A perseguição de Teófilo fez com que João Cassiano e Germano abandonassem o Egito em direção a Constantinopla. Na cidade, buscaram refúgio junto a João Crisóstomo, bispo da capital do Império do Oriente, tendo João Cassiano se tornado então diácono (BUENO, 2015, p. 15).

Em 404, no contexto de perseguição e exílio de João Crisóstomo, Cassiano e Germano partiram para Roma levando uma carta a Inocêncio I em favor do bispo deposto. Este período da vida de Cassiano é muito obscuro e não sabemos se ele retornou ao Oriente ou se permaneceu em Roma. Contudo, é certo que, a partir de 415, encontramos Cassiano exercendo o sacerdócio no sul das Gálias, mais especificamente na *Gallia Narbonensis*, na cidade de *Massilia* (HAMMAN, 1993, p. 616).

Foi em uma Gália com práticas ascéticas bastante distintas daquelas executadas nos desertos egípcios que Cassiano escreveu as suas *Instituições e Conferências*. Ao produzi-las, provavelmente entre os anos de 420 e 428, o intuito do autor foi narrar as experiências que obteve junto ao monacato oriental para, a partir de então, conceber prescrições visando ao funcionamento dos mosteiros gauleses. Por essa razão, as obras de Cassiano nos fornecem uma boa estimativa de como o monacato era praticado nos desertos do Egito, principalmente no que se refere ao exercício da

susceptio fratrum.

O ritual de acolhimento dos monges nos espaços cenobíticos tardoantigos

Em seu artigo *Hostipitalité*,³ Jacques Derrida usou a “metáfora da porta” para explicar que o dever da hospitalidade implica limites, normas e é formulado segundo as regras do “anfitrião-dono-mestre”. Segundo o autor (1999, p. 14), se há uma porta, há um limite, logo, a hospitalidade pode ser considerada infinita, incondicional e assimétrica, dado que está sujeita à remoção das fronteiras que nos separam do outro. Mais que isso, a sua principal característica é justamente a abertura moral para o outro, o direito do estranho de ser bem-vindo, mas, para que isso ocorra, é necessário que o estrangeiro se transforme naquilo que o anfitrião acha que ele deveria ser.

A respeito disso, é curioso observar que, em diversas passagens de suas obras, João Cassiano (*Inst.* IV, 3; 7; 27; 32; 36) faz referência à entrada do mosteiro e, em específico, à porta de acesso a este espaço sagrado. Ao abordar as condições sob as quais os peregrinos com intenção de abraçar o monacato eram recebidos nas comunidades egípcias, Cassiano (*Inst.* IV, 3; 27; 32; 36) deixa claro que nem todos eram considerados aptos para adentrar naquele recinto. Se o peregrino fosse um postulante deveria provar sua perseverança, humildade e paciência, ficando prostrado por dez dias ou mais diante da porta do mosteiro. Quando finalmente era aprovado, ainda era mantido afastado, próximo à entrada, para ali prestar todos os serviços de hospitalidade aos peregrinos e hóspedes. Somente depois de cumprir um ano de serviço na entrada do mosteiro, o postulante poderia se juntar à comunidade e adquirir de um ancião a formação necessária para permanecer no mosteiro (Cassiano., *Inst.*, IV, 7).

³ Este artigo é baseado em uma apresentação que Derrida fez em Istambul, durante o Workshop Pera Peras Poros, na Universidade de Bósforo, em 1997.

Como se pode perceber, a porta que se abre para o interior do mosteiro é como um limiar que separa o mundo profano do mundo sagrado, ou melhor, é um símbolo de passagem para transcender o mundo profano (ELIADE, 2012, p. 28-9). Isso justifica o motivo pelo qual os postulantes demoravam ser aceitos no interior dos mosteiros, bem como o porquê de os hóspedes leigos, salvo quando autorizados pelo dirigente do mosteiro e somente acompanhados de um monge encarregado (*Reglas de Pacomio*, I, 50; 52; 53; 54), não poderem ultrapassar as hospedarias que funcionavam próximas à entrada do mosteiro (*Historia de los monjes egipcios*, XIX, 1-2). Para dizer o essencial, a barreira de acesso ao espaço monástico é imposta a estas duas categorias de hóspedes por se considerar que elas pertenciam à sociedade “do mundo”, na qual imperam o orgulho, a ambição e os laços fortes de família e parentesco. Em contrapartida, as fontes monásticas mencionam que os monges e clérigos estrangeiros não encontravam dificuldades para acessar os lugares que visitavam. Ao invés disso, eram recebidos com grande honra e, em respeito ao preceito evangélico (*Jo.*, 13, 10), seus pés eram lavados pelos membros da comunidade, além de serem acomodados em hospedarias adequadas aos monges (*Reglas de Pacomio*, I, 51). O próprio João Cassiano (*Inst.* V, 24) descreve o quanto ele e Germano ficaram “admirados com a grande cordialidade” com que foram recebidos nos mosteiros do Egito.

Sendo assim, e retomando a metáfora de Derrida, se a porta é o limite do estrangeiro para a casa do anfitrião, podemos supor que o monge itinerante, por não estar sujeito ao ritual de passagem que envolvia a porta, deixava de ser um mero estrangeiro para ser reconhecido como um irmão pelos membros daquela comunidade. Em outros termos, a hospitalidade praticada nestes espaços dependia de um elo espiritual (FUNARI; FREDERICO, 2018, p. 283) fundamental para transformar o monge estrangeiro em um indivíduo que compartilhava dos mesmos ideais dos

anfitriões e, por isso, digno de adentrar os espaços dos mosteiros.

Via de regra, mesmo com restrições, todas as categorias de hóspedes deveriam ser acolhidas com a condição de que a ordem e a paz dos mosteiros não fossem interrompida, logo, podemos dizer que o exercício da *susceptio fratrum* exigia dos hóspedes a observação das regras da comunidade, incluindo as que se referem aos usos dos espaços. No entanto, notamos que, fosse nos cenóbios ou nas colônias anacoréticas, previa-se que algumas práticas ascéticas fossem atenuadas mediante a presença do monge visitante. Nas obras de Cassiano (*Inst.*, V, 24-26; *Conf.*, XXI, 14), algumas passagens nos certificam que o jejum cotidiano era dispensado com a chegada de um irmão, afinal os Pais acreditavam:

[...] ser melhor acolher com humanidade e caridade aos irmãos que estão de passagem do que manifestar-lhes a austeridade de nossa continência e o rigor de nosso regime habitual. Achar preferível não tomar em consideração nossa vontade, utilidade ou o ardor de nossos desejos, mas preferir realizar com liberalidade o que exige o repouso ou a fadiga do visitante (*Cass. Inst.*, V, 23).

Segundo Emmanuelle Raga (2016), entre os monges, a quebra do jejum devido à presença do hóspede ocorria porque, na Antiguidade, a hospitalidade era uma prática indissociável do oferecer e compartilhar o alimento. Por definição, o banquete não poderia ocorrer fora da estrutura da hospitalidade, isso quer dizer que ele não ocorria apenas com os membros da família. Fora do banquete, a alimentação era destinada a suprir as necessidades fisiológicas e poderia ocorrer em qualquer lugar, a qualquer hora e de qualquer maneira. Mais que isso, a hospitalidade foi e continua sendo essencial para a manutenção de qualquer rede, incluindo aquelas relacionadas aos cenobitas e anacoretas.

Por conta de sua importância, e tendo em vista que a ascese cristã era acompanhada de uma intensa mortificação do corpo e problematização do consumo alimentar, o exercício da hospitalidade tornou-se um ob-

jeto de desafio para os monges. Na *Conferência XIX*, Cassiano (*Conf. XIX*, 5) relata que o motivo pelo qual o abade João deixou de ser anacoreta para seguir com devoção nos cenóbios, foi exatamente a infinidade de irmãos que impunham aos anacoretas as obrigações da hospitalidade. Além disto, para o abade, a necessidade de hospedar um contingente de visitantes cada vez maior foi responsável por introduzir na vida anacorética uma série de abusos materiais:

[...] um cesteiro de azeite e um alqueire de lentilhas bastavam para recepcionar os hóspedes durante o ano inteiro. A medida foi duplicada, triplicada mesmo, e ainda assim mal dá para o gasto. Muitos levaram a extremos esse desmazelo funesto. Longe estamos agora daquela gota de azeite que nossos predecessores na vida eremítica, tão superiores a nós pelo rigo de sua abstinência, pingavam na mistura de vinagre e salmoura, tencionando apenas evitar a vanglória. [...] *Em tais excessos culminou essa ylike ktosis, isto é, essa aquisição de bens materiais! Não consigo recordar, sem que eu disso me envergonhe, que os anacoretas passaram a ter em suas celas, a pretexto de hospitalidade e acolhida a dar aos forasteiros, um cobertor de lã. E nem sei mais o que dizer de tantas coisas que pesam particularmente sobre uma alma que todo arrebatada e constantemente atenta à contemplação espiritual, como as relações com outros irmãos, os deveres que a recepção e o procedimento com hóspedes impõem, as visitas mútuas, a interminável azáfama de confabulações e transações, cuja mera expectativa continua a causar preocupações no próprio tempo em que parecem cessar, a inquietude que sempre se renova para manter o espírito numa agitação permanente* (Cass., *Conf.*, XIX, 6, grifo nosso).

No espaço cenobítico, o monge deveria estar em constante vigiância para que a acídia não o tornasse ocioso e incapaz de qualquer atividade espiritual a ponto de fazê-lo acreditar que não existia outro remédio para essa enfermidade senão visitar um irmão (Cass. *Inst.*, X, 2; 4; 24): “[...] esta mesma enfermidade lhe sugere, como conveniente e necessário, ir saudar outros irmãos e visitar os doentes mesmo se habitarem muitíssimo longe” (Cass. *Inst.*, X, 3). Inclusive, para Cassiano (*Inst*, X, 6), a acídia poderia estar vinculada à quebra de jejum na medida em que cau-

sava nos ascetas o desejo incessante de percorrer “[...]as celas dos irmãos e os mosteiros, sem procurar outra coisa senão o lugar e o pretexto que lhe proporcionará a ocasião de uma refeição”. De maneira semelhante, o monge deveria estar atento à vaidade, pois ela também poderia incitá-lo “[...]a percorrer, em sua fantasia, casas e mosteiros, e obter a conversão de muitos sob o impulso de imaginárias exortações (Cass., *Inst*, XI, 14).

João Cassiano e o ponto de equilíbrio entre a *susceptio fratrum* e a *ascese*

No capítulo XII da *Didaquê*, os cristãos são instruídos a acolher todos os que vem em nome do Senhor. Se o hóspede for transeunte, toda forma de ajuda possível lhe deveria ser prestada, mas não convinha que ele permanecesse mais do que dois ou três dias sob os cuidados do anfitrião. Do contrário, se quisesse se estabelecer ali teria de trabalhar para manter o seu sustento, pois nenhum cristão está autorizado a viver na ociosidade.

Normalmente, a hospitalidade prestada pelos monges do deserto também possuía um tempo limitado. O autor da *História dos monges egípcios* (I, 64) narra que foi hospedado pelo anacoreta João de Licópolis por três dias: “o bem-aventurado João cuidou de nossas almas, conversando até a hora novena durante três dias. Depois de nos abençoar, nos ordenou marchar em paz [...]”. Também Paternúcio, após uma tentativa fracassada de roubar o mosteiro de uma virgem, foi hospedado por alguns anciãos durante o tempo de três dias, (*História dos monges egípcios*, X- 3-6). De maneira semelhante, nos *Apotegmas dos Padres do deserto* (*Epsilon*, *Eulogius*, I), Eulógio e seus discípulos permaneceram por três dias sob os cuidados do abade José de Panefisi, mas foram embora sem terem sido edificados.

De acordo com Acerbi (2008, p. 396), o caráter provisório da hospitalidade começava na própria estrutura dos mosteiros, já que os visitantes eram alojados habitualmente nos aposentos próximos da entrada.

Entretanto, não havia um consenso em relação ao tempo de estadia dos visitantes. Em sua *História Lausiaca* (VII), Paládio de Helenópolis nos informa que, nos mosteiros da Nítria, os peregrinos poderiam usufruir da hospitalidade por mais de dois ou três anos, mas, passada uma semana reservada ao seu descanso, deveriam trabalhar e oferecer ajuda dentro da comunidade. Nas *Instituições Cenobíticas*, a relação entre hospitalidade e trabalho fica muito clara quando João Cassiano narra a história de Simeão, um peregrino “vindo das regiões da Itália”. Segundo o autor (Cass. *Inst.*, V, 31), após o ancião do mosteiro perceber que o visitante estava ocioso em sua cela, solicitou que prestasse o serviço de copista em troca de um ano de estadia:

Ao mesmo tempo, o outro, sem ter do que se envergonhar, recebeu como salário de seu esforço e de seu trabalho os alimentos necessários para viver, e ele mesmo realizou essa obra de caridade como se fosse uma dívida sua. Adquiriu para si uma recompensa maior porquanto não se limitou a fornecer ao seu irmão peregrino apenas os víveres necessários, mas igualmente os instrumentos de trabalho e a ocasião para trabalhar.

A questão do tempo de permanência importa, pois nos revela que o fato de o monge peregrino ser reconhecido como um irmão pelos seus pares não o isentava do trabalho caso quisesse permanecer mais tempo no mosteiro. Isto significa dizer que, passados alguns dias após a sua chegada ao mosteiro, o monge estrangeiro não estava livre da *oikonomia* da comunidade hospedeira e, por isso, deveria trabalhar para não ficar ocioso em sua cela. Além do que, as anedotas sobre o tempo de hospitalidade nos levam a supor que o relaxamento de algumas práticas ascéticas ocorria apenas nos primeiros dias subsequentes à sua chegada.

A hospitalidade do monge transeunte era imposta com muita frequência aos monges anfitriões, tornando-os suscetíveis ao desvio do pensamento e fragilidades da carne:

Quem pode permanecer, na fragilidade da carne, tão entregue à contemplação, que nunca tenha o pensamento desviado para algum acontecimento, como a chegada de um irmão, a visita a um doente, os trabalhos manuais ou a hospitalidade que deve ser oferecida aos peregrinos e visitantes do mosteiro? Afinal, quem não se sentiria solicitado a prover as necessidades e cuidados exigidos pelo corpo? Muito desejaria aprender como em que medida poderia a mente manter-se unida a esse deus invisível e incompreensível (Cass. *Conf.*, VII, 12).

Diante do dilema entre compartilhar uma refeição com o monge peregrino ou manter o preceito do jejum, Cassiano proporrá um ponto de equilíbrio que envolvia a suspensão da abstinência alimentar, em troca de uma mortificação ainda mais intensa do corpo, após a passagem dos irmãos:

[...] Contrariamente ao que nos haviam ensinado nos mosteiros da Palestina, não observavam [os monges egípcios] de modo algum a regra de esperar a hora marcada para a refeição. Com exceção das quartas e sextas-feiras, por toda parte aonde íamos, suspendiam o jejum. Um dos anciãos a quem interrogamos sobre esse uso de dispensar com tanta facilidade os jejuns cotidianos, deu-nos a seguinte resposta: “o jejum está sempre comigo; quanto a vós, terei de separar-me logo, pois não poderei retê-los junto a mim para sempre. Além disso, o jejum, embora útil e necessário, é, entretanto, a oferenda de um dom voluntário, enquanto a obra da caridade exige ser cumprida pela obrigação de preceito. *Assim, recebendo em vossa pessoa o Cristo, devo restaurá-lo. Quando nos houvermos despedido, poderei compensar em particular por meio de jejum mais estrito, a humanidade (humanitatem) que lhe manifestei em atenção ao Cristo. Com efeito, os filhos do esposo não podem jejuar enquanto o esposo está com eles; quando lhes é tirado, então jejuam licitamente* (Cass. *Inst.*, V, 24, grifo nosso).

Portanto, se sabem [os anacoretas] interromper sem hesitação o jejum cotidiano, à chegada de um irmão, uma vez tendo este partido, compensam por uma maior austeridade a refeição que tomaram por causa deles. Assim, por haver comido um pouco, exigem de si muito duramente uma penitência mais severa, diminuindo não só o pão, mas até mesmo o sono (Cass. *Inst.*, V, 26).

Uma outra maneira de encontrar um equilíbrio entre a vida contemplativa e a vida ativa é apresentada por Cassiano na sua *Segunda Conferência do abade Moisés*. De acordo com nosso autor, a orientação do abade é que os monges, na hora nona, comessem apenas um dos pães permitidos pela regra canônica e reservassem outro para o período da tarde, na expectativa de alguma visita: “[...] Então, se de fato, chegar algum irmão, comeremos aquele pão em sua companhia e nada acrescentaremos à medida habitual” (Cass., *Conf.*, II, 26).

No discurso de Cassiano, o ato de interromper a prática ascética por causa do hóspede é designado pelo termo *humanitas* e é sempre imbricado por uma questão relativa ao jejum, sugerindo que *humanitas* se refere ao ato de oferecer e compartilhar os alimentos (RAGA, 2016). É esta *humanitas* que, segundo Cassiano (*Conf.*, II, 26), deveria ser priorizada em detrimento do jejum, “pois seria um contrassenso receber um irmão, ou melhor, o Cristo em tua mesa e não participar de sua refeição ou a ela ficar alheio”. Nota-se, aqui, que o fundamento teológico para a prática da *humanitas* é que o Cristo deve ser reconhecido no irmão, daí sua primazia em relação ao jejum. Baseado nisso, na *Conferência do abade Teonas*, Cassiano chega a afirmar que o jejum não é essencialmente um bem e, se caso o seu rompimento fosse necessário, o monge anfitrião não seria condenado por Deus (Cass., *Conf.* XXI, 14):

Eis o que também nos indica com a mais extrema clareza que o jejum é uma coisa diferente: se o observarmos, ele nos justifica; entretanto, não nos condena, se o rompemos, excetuando-se o caso em que a transgressão de um preceito, e não o uso de alimentos, venha a exigir o castigo. [...] Se um irmão vem a nós, é o Cristo que em sua pessoa nós devemos reconhecer com sentimentos humanitários [*humanitate*], recebendo-o na mais amável caridade. Todavia, se preferirmos observar estritamente o jejum, não incidiremos num reprovável caso de desumanidade [*inhumanitatis*], sem que adquiramos a glória e o mérito da religião? [...] (Cass., *Conf.* XXI, 14).

Tendo justificado a quebra do jejum em razão da *susceptio fratrum*, na *Conferência do abade Abraão*, Cassiano (*Conf.*, XXIV, 20) explica que o monge não deve enxergar a hospitalidade como um incômodo a ser evitado, ao invés disso, por provocar no asceta o desejo crescente pela solidão, ela se torna uma trégua salutar e útil, tanto ao corpo quanto à alma. Logo, é por isso que

[...] os solitários prudentes e perfeitos devem receber com alegria as visitas dos irmãos, e não apenas suportá-los pacientemente. O que por primeiro elas nos provocam é o desejo sempre crescente e avido pelo segredo da solidão. Poder-se-ia crer que elas retêm nosso curso, quando, na realidade, garantem sua continuidade infatigável, porque não seríamos capazes de manter até o fim a mesma velocidade se não surgisse um obstáculo para retardar os nossos passos. Ademais, graciosamente nos oferecem, com o fruto da hospitalidade, uma refeição necessária a nosso pobre corpo; e nós, com os benefícios advindos de uma pausa assim tão amena, lucraremos mais do que houvéssemos perseverado nas fadigas da abstinência (*Cass.*, *Conf.*, XXIV, 20).

Considerações finais

Como podemos observar, na Antiguidade Tardia, o exercício da hospitalidade se tornou um grande desafio para os ascetas. Fosse entre os cenobitas ou entre os anacoretas, a prática de receber os irmãos que peregrinavam para o Egito, designada como *susceptio fratrum*, colocava em xeque o jejum observado pelos monges. De maneira semelhante ao que ocorria no ambiente doméstico, a hospitalidade praticada dentro dos mosteiros se revelou indissociável da ação de oferecer e compartilhar o alimento, daí a chegada dos monges transeuntes colocar em dúvida se o jejum era uma prática mais cristã do que alimentar-se junto ao hóspede.

Em suas obras, Cassiano expôs duas alternativas para se alcançar o equilíbrio entre a ascese e a hospitalidade. A partir do que observou no Egito, Cassiano propôs que o jejum fosse quebrado sob a condição de uma mortificação posterior ainda mais intensa do corpo. Uma outra

opção seria reservar a metade do alimento diário, na expectativa de que algum irmão visitante aparecesse no mosteiro. Nota-se que, para Cassiano, a justificativa para a interrupção da abstinência alimentar se dava pelo fato de que o exercício da *humanitas* consistia em uma norma que detenha a primazia em comparação ao jejum, afinal, tratava-se de um canal por meio do qual o asceta poderia ter acesso direto ao Cristo.

Diante das dificuldades promovidas pela *susceptio fratrum*, podemos deduzir que o relaxamento da prática do jejum deixava de ser aplicado com a partida do visitante ou na medida que eles decidiam se estabelecer no mosteiro. Passado o período de sua recepção, caso prolongassem a estadia, era esperado que os monges estrangeiros retomassem o exercício do jejum e que se colocassem à disposição para algum serviço exercido na comunidade. Por fim, embora fossem reconhecidos pelos seus pares como membros de uma mesma fraternidade, o que lhes proporcionava um acesso mais fácil aos aposentos monásticos, verificamos que os monges estrangeiros também deveriam estar sujeitos à *oikonomia* da comunidade que o acolhia. Logo, no período de ação da *susceptio fratrum*, se submetiam à quebra do jejum junto aos anfitriões em função da *humanitas* que lhes era ofertada por conta da sua visita.

REFERÊNCIAS

Documentação escrita

AMBROSIO DE MILÁN. *Sobre las virgenes y sobre las viudas*. Introducción, traducción y notas de Domingo Ramos-Lissón. Madrid: Ciudad Nueva, 1999.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Tradução de Ivo Storniolo e de José Bortolini. São Paulo: Paulus, 2002.

DIDAQUÉ. Introdução, tradução e notas por Urbano Zilles. Petrópolis: Vozes, 1971.

- JEAN CASSIEN. *Conférences I-VII*. Introduction, traduction et notes par E. Pichery. Paris: Du Cerf, 1955.
- JEAN CASSIEN. *Conférences VIII-XVII*. Introduction, traduction et notes par E. Pichery. Paris: Du Cerf, 1958.
- JEAN CASSIEN. *Conférences XVIII-XXIV*. Introduction, traduction et notes par E. Pichery. Paris: Du Cerf, 1959.
- JEAN CASSIEN. *Institutions Cénobitiques*. Introduction, traduction et notes par Jean-Claude Guy. Paris: Du Cerf, 1965.
- JOÃO CASSIANO. *Conferências 1-7*. Tradução por Aída Batista do Val. Juiz de Fora: Subiaco, 2011.
- JOÃO CASSIANO. *Conferências 8-15*. Introdução por Joaquim de Ar-ruda Zamith. Tradução por Aída Batista do Val. Juiz de Fora: Subiaco, 2006.
- JOÃO CASSIANO. *Conferências 16-24*. Introdução por Joaquim de Ar-ruda Zamith. Tradução por Aída Batista do Val. Juiz de Fora: Subiaco, 2018.
- JOÃO CASSIANO. *Instituições Cenobíticas*. Introdução por Justino de Almeida Bueno. Tradução por Aída Batista do Val. Juiz de Fora: Subiaco, 2015.
- PALLADIUS. *Historia Lausiaca*. Introducción y notas de León E. Sanssegundo Valls. Sevilla: Graficas Mirte, 1991.
- REGULA PACHOMI. Regla de San Pacomio. Introducción, traducción y notas de Estefania Tamburini. *Cuadernos Monasticos*, v. 45, p. 231-259, 1978.
- THEODORETOS. *Historia de los monjes da Siria*. Introducción, traducción y notas de Ramón Teja. Madrid: Editorial Trotta, 2008.
- HISTORIA DE LOS MONJES EGIPCIOS*. Introducción, traducción y notas de Dámaris Romero Gonzáles y Israel Muñoz Gallarte. Córdoba: A.E.C.S.H, 2010.

THE SAYINGS OF THE DESERT FATHERS. The Alphabetical Collection. Translated by Benedicta Ward. Kalamazoo: Cistercian Publications, 1984.

Bibliografia instrumental

DERRIDA, J. Hospitality. *Angelaki: Journal of Theoretical Humanities*, v. 5, n. 3, p. 3-18, 2000.

ELIADE, M. *O Sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

Bibliografia de referência

HAMMAN, A. Juan Casiano. In: BERARDINO, A. (Ed.) *Patrologia III: La edad de oro de la literatura patristica latina*. Madrid: BAC, 1993, p. 615-628.

MUNIER, Ch. Hospitalidade. In: DI BERARDINO, Â. (ed.). *Dicionário patristico e de antiguidades cristãs*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 698-99.

Obras de apoio

ACERBI, S. Hospitalidad monástica en el Oriente tardo-antiguo. *Revista Cisterciense*, n. 251, 389-398, 2008.

BUENO, J. A. Introdução. In. João Cassiano. *Instituições Cenobíticas*. Juiz de Fora: Subiaco, 2015.

FUNARI, P. P.; FREDERICO, I. B. A espiritualidade na hospitalidade: umaviagem da Antiguidade às Minas Gerais. In: BRUSADIN, L. B. (org.). *Hospitalidade e dádiva: a alma dos lugares e a cultura do acolhimento*. Curitiba: Prismas, 2017.

MANNION, F. Monacato y cultura moderna: Hostilidad y hospitalidade. *Revista Cisterciense*, n. 197, p. 375-391, 1994.

PAGOTTO MARSOLA, M. Elementos de la hospitalida em el mundo

antiguo. *Revista latino-americana de psicoanálises*, v. 15, p. 153-156, 2017.

ORTEGA CARMONA, A. La hospitalidade em el Nuevo Testamento. *Scripta Fulgentina*, n. 31-32, p. 83-94, 2006.

RAGA, E. Le vocabulaire de l'hospitalité dans l'Antiquité tardive occidentale: le cas d'humanitas et les nouveaux enjeux de l'hospitalité à l'âge de l'ascétisme Chrétien. *Hypotheses*, 2016. Disponível em: <https://hospitam.hypotheses.org/265> Acesso em: 12 mai 2022.

RIVAS REBAQUE, Modelos de hospitalidade em la primera carta de Clemente a los coríntios. IN: BERNABÈ, C.; GIL, C. (eds.). *Reimaginando los orígenes del cristianismo: relevância social y eclesial de los estudios sobre orígenes del cristianismo*. Navarra: Verbo Divino, 2008.

SIQUEIRA, S. M. A. Mulheres viajantes no mundo romano (séc. IV-V d.C.). *Romanitas – Revista de Estudos grecolatinos*, n. 18, p. 103-123, 2021.

STEWART, C. *Cassian the monk*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1998.

Martov: um revolucionário desconhecido

Josemar Machado de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo
josemarmachado@yahoo.com.br

Yuli Osipovitch Tserdebaum, codinominado Martov — apelido que foi buscar na palavra russa *mart*¹, equivalente em português à palavra março — é, praticamente, um desconhecido entre o público não especializado na história russa. E isto não é muito diferente mesmo entre estudiosos desta história. Sua trajetória como revolucionário, líder partidário e jornalista político é pouco estudada. Isto se explica, em parte, porque a revolução tão sonhada pelos revolucionários russos da geração de Martov de fato acabou acontecendo em 1917. E nela seu projeto revolucionário foi “perdedor”. Quando assim acontece é natural que o “perdedor” deixe o centro da cena em benefício dos “vencedores”. Por este motivo, estes últimos acabam por atrair mais atenção dos historiadores e sua trajetória histórica é por isso melhor estudada e acabe ganhando um vulto ainda maior pelo olhar em retrospecto feito *ex-post-facto* dos seus feitos “vitoriosos”.

Tentando dirimir um pouco este desconhecimento, abordamos, no texto a seguir, alguns aspectos da trajetória do nosso personagem, nos

1 “Lidia Tserdebaum-Dan supôs que o pseudônimo de seu irmão tinha a ver com o fato de que, na história mundial, março [mart] frequentemente marcava o início de grandes rupturas revolucionárias e tramas antimonarquistas: os assassinatos de Júlio César, Paulo I e Alexandre II; a Revolução de 1848; e a eleição da Comuna de Paris”. (SAVELEV e S. V. TIUTIUKIN, 2006, p. 18). Se, de fato, como afirma Israel Getzler, ele teria escolhido este pseudônimo depois de 1900, outro acontecimento que teve o desenlace no mês de março e certamente teria chamado sua atenção foi o I Congresso do POSDR, em 1 de março de 1898. (GETZLER, 1967, p. 01, nota 01).

concentrando no período entre o seu nascimento e a fundação do jornal *Iskra* (Centelha).

Fotografia de Martov, janeiro de 1896.



Fonte: Israel Getzler

Martov era originário de Constantinopla, capital do império Turco-Otomano, onde nasceu em 24 de novembro de 1873. Sua mãe, Revekka Iulievna, era uma judia originária de Viena e criada em Constantinopla, onde fizera sua escolarização em um convento. Nesta mesma cidade, o pai de Yuli, Osip Alexandrovitch Tserdebaum, trabalhou como funcionário de uma firma de comércio exterior, a Russian Steamship Company. Por causa da guerra Russo-Turca de 1877, sua família retornou à Rússia, indo morar em Odessa. Esta importante cidade ucraniana, às margens do mar Negro, ficava fora da Zona de Assentamento, área do Império Russo na

qual os judeus eram obrigados a habitar.² Três anos depois, agora por causa do *pogrom* de 1881, a família Tserdebaum fez uma nova mudança, desta vez para São Petersburgo.

Esta mudança para a capital do império e, portanto, para a área interdita aos judeus de morar, foi possível por causa da condição social da família de Martov, uma importante família da classe média judaica. Seu avô, Alexander Osipovitch Tserdebaum (1816–1893), foi fundador do *Ha-Meliz* (*O mediador*), o primeiro jornal em língua hebraica da Rússia, fundado em Odessa em 1860, capital do movimento *Haskalah*. Este jornal pertencia assim ao “Iluminismo judaico ou *Haskallah*, que se originou com Moses Mendelssohn (1729–1786) em meados do século XVIII em Berlim e então foi levado à Europa oriental por seus seguidores” (HABERER, 1995, p. 04.). O combate político de Alexander Tserdebaum era pelo assimilacionismo à cultura russa e por igualar a situação civil dos judeus com a dos outros povos do Império e, evidentemente, com os russos. Já que os servos russos foram emancipados, porque também não os judeus? Foi a decepção advinda com o fracasso desta luta, já durante o reinado do czar Alexandre II e, principalmente, de Alexandre III, que levou o avô de Martov ao sionismo e à ortodoxia (GETZLER, 1967, p. 03).

Assim, se a vida dos judeus pobres no Império Russo durante as Grandes Reformas e, principalmente, durante o período de Alexandre III era uma situação trágica, a vida de uma família judia de classe média era um paradoxo trágico. Nem este *status* social os poupava das vicissitudes

² Estavam inclusas nesta zona, as atuais repúblicas bálticas, parte da Ucrânia, de Belarus, da Moldávia e as regiões do Cáucaso. Sua família se beneficiou das medidas liberalizantes de Alexandre II. Sob este czar “direitos de residência além da Zona de Assentamento começaram a ser concedidos a várias classes da população judaica: em 1859, a comerciantes capazes de pagar as taxas de registro da Primeira Guilda; em 1861, aos graduados universitários, bem como aos que exerciam profissões médicas (dentistas, enfermeiros e enfermeiras, parteiras, etc., a partir de 1879); e em 1865 a vários artesãos”. (SLUTSKY, 2007. Vol 15, p. 578).

do *apartheid* a que os judeus estavam submetidos, das restrições do direito de residência e dos *pogroms*. Todavia, tudo isso tinha um enorme potencial para despertar uma viva consciência política, o que foi visível em Alexandre Tserdebaum e na sua devoção ao Iluminismo judeu (*Haskalah*), até que a decepção com o czarismo sobrepujasse qualquer otimismo.

Também Osip, como seu pai, se decepcionou com o regime czarista (GETZLER, 1967, p. 03). Porém, diferentemente de seu pai, manteve sua opção pelo laicismo e o assimilacionismo e tornou-se cada vez mais radical na oposição ao regime à medida que este último permanecia impermeável às mudanças. Seu cultivo das tradições literárias e políticas da *intelligentsia* pode ser percebido por um gesto simbólico. Uma vez, em viagem à Londres, fez questão de ir visitar Aleksandr Ivanovitch Herzen (1812-1870) para lhe prestar suas homenagens (GETZLER, 1967, p. 03). Como afirma Katy Turton, o pai de Martov

era bem educado e liberal em suas perspectivas, mas tornou-se cada vez mais hostil ao regime, em parte como resultado do tratamento severo que os judeus enfrentaram sob Alexandre III. Ele organizou festas noturnas regulares nas quais ele e seus amigos criticavam o regime e discutiam as atividades da Vontade do Povo. (TURTON, 2008, p. 6-7)

Com uma família composta de expoentes do *Haskalah* e de um pai pertencente à *intelligentsia*, Martov teve já de criança um ambiente propício ao desenvolvimento de uma formação intelectual de alto nível. Precoce, Martov, no começo de sua adolescência, criou com os irmãos o “utópico” “reino da decência” (Prilichensk). E como a casa dos Tserdebaums era um local de saraus onde se reuniam conhecidos da família, da *intelligentsia* e até mesmo alguns estudantes, sua precocidade fez prova mais uma vez. Osip Alexandrovitch permitiu que seu filho, ainda um jovem adolescente, participasse destes saraus e foi neles que “ouviu as suas primeiras ideias sediciosas” (TURTON, 2008, p. 6-7).

Como podemos ver, já em seu ambiente familiar, ele tinha sido introduzido às ideias do incontornável Herzen e também aos expoentes da chamada “geração dos anos 60”, como o revolucionário, jornalista e crítico literário Nikolai Vasilevitch Shelgunov (1824-1891), assim como também ao satirista e jornalista Mikhail Yevgrafovitch Saltykov-Shchedrin (1826-1889), entre outros (GETZLER, 1967, p. 06). Quando da morte de Shelgunov, o próprio pai de Martov o aconselhou a participar da concorrida e arriscada cerimônia funerária do jornalista. Desta forma, este ambiente familiar não poderia deixar de criar uma forte predisposição para o envolvimento na política entre os filhos de Osip Tserdebaum, este foi o caso do próprio Martov, mas também de sua irmã Lydia Dan e de outros cinco irmãos (GETZLER, 1967, p. 03).

Quando ingressou no Ginásio (correspondente ao que seria o nosso antigo secundário) em São Petersburgo, Martov teve seus primeiros contatos com a juventude politizada. Assim, como relata Turton,

por meio de seus amigos do ginásio de São Petersburgo, alguém lhe contou secretamente que sua irmã mais velha, Vera Davidovna Gurari, estava exilada por atividades revolucionárias; outro era sobrinho do revolucionário e escritor Nikolai Vasilevitch Shelgunov; e um terceiro, Sergei Nikolaevitch Kranikhsfeld, tinha dois primos no exílio por seu envolvimento na Vontade do Povo (TURTON, 2008, p. 8-9).

A despeito das cada vez mais restritivas leis impostas pelos ministros da educação de Alexandre III contra a escolarização universitária dos judeus — como, por exemplo, do ministro Ivan Davidovitch Delianov (1818-1898) — Martov, como um bom exemplar da afluyente classe média judaica e também graças aos contatos de seu avô, pôde entrar para a Universidade de São Petersburgo em 1891. Nesta instituição, deu um novo passo na sua trajetória política, pois lá ele passaria à militância política, passagem reforçada por um acontecimento contemporâneo, a grande

fome de 1891-92. Talvez por não ainda estar livre da influência de certos escritores “realistas”³ russos – ou seja, de Dmitri Ivanovitch Pisarev (1840–1868) que aconselhava preferencialmente o estudo de ciências e que dizia mesmo que “um par de botas vale mais do que Shakespeare” (RIASANOVSKY, 2005. p. 173; GETZLER, 1967, p. 11) – escolheu o Faculdade de Ciências, mas logo abandonou as aulas desta Faculdade e passou seu tempo frequentando palestras nas Faculdades que tinham alguma relação com questões sociais (GETZLER, 1967, p. 11).

Mas a partir do momento que fez contato com grupos políticos presentes na Universidade, nos quais reencontrou alguns dos seus camaradas do ginásio e fez novos conhecimentos, entre eles o de Alexander Nikolayevich Potresov (1869–1934), passou a se dedicar à militância e à propaganda política. Neste momento, não tinha ainda uma ideologia política bem definida, esta parecia se resumir simplesmente à oposição ferrenha à autocracia. Por conseguinte, distribuía panfletos tanto liberais quanto da Vontade do Povo⁴. Contudo, o grupo político que frequentava acabou chamando a atenção da polícia e muitos dos seus membros foram presos.

Martov, por algum tempo escapou ao radar da polícia, mas acabou sendo denunciado por um dos seus companheiros e foi preso em 25 de fevereiro de 1892. Depois de um período na prisão, ficou provisoriamente livre aguardando a sentença definitiva. Durante este período de liberdade se dedicou à leitura das publicações do marxista Grupo de Emancipação do Trabalho que os ex-populistas Georgui Valentinovitch Plekhânov (1856-1918) e Vera Ivanovna Zaslitch (1849-1919), entre outros, tinham formado no exílio. Um passo de grande importância para sua trajetória política também foi dado neste momento. Ele se dedicou

3 O próprio Pisarev queria ser chamado de realista ao invés de niilista.

4 A Vontade do Povo era o grupo revolucionário populista que defendia o uso do terrorismo como instrumento político. Ver próxima nota.

ao estudo do primeiro volume d'O Capital. A partir daí deixou para trás suas simpatias pelo populismo⁵ e aderiu àquilo que seria o centro de seus interesses teóricos e políticos para o resto de sua vida, o marxismo (GETZLER, 1967, p. 15).

Em 17 de dezembro de 1892, foi novamente preso para cumprir a sentença de cinco meses na famosa prisão de Kresty em São Petersburgo. Solto, em maio de 1893, qual não foi seu dissabor em saber que tinha recebido uma nova sentença, desta vez de dois anos de exílio administrativo. Esta sentença ele deveria cumprir fora das duas capitais russas e das cidades universitárias. Escolheu a cidade de Vilnius, capital da Lituânia, como seu local de exílio (GETZLER, 1967, p. 19).

Nesta cidade, ele teria sua primeira experiência de militância diretamente com a classe trabalhadora, pois diferentemente do que ocorria em São Petersburgo, em Vilnius as organizações socialdemocratas judaicas conseguiam mobilizar uma base composta por operários judeus. Assim, sua militância junto aos socialdemocratas lituanos foi uma experiência de grande significado, pois ela propiciou uma maior maturidade política e um alcance mais amplo de sua atuação política para além dos “círculos” a que estava acostumado até então.

Isto pode ser comprovado pela elaboração do manual *Da agitação*, escrito pelo futuro fundador do Bund⁶, Aleksandr Kremer (1865-1935). Martov foi o editor do manual e escreveu seu prefácio. Sua mensagem

5 Em uma abordagem mais tradicional, o populismo (*narodnichestvo*) tem sido “definido como um socialismo de orientação camponesa, enraizado em uma fantasia utópica de que a Rússia poderia evitar o estágio capitalista de desenvolvimento baseando-se na comuna camponesa [*obshchina*]. O movimento a que este termo se refere surgiu em resposta ao paternalismo e ao compromisso que - de acordo com os estudantes radicais da Rússia - anularam as liberdades prometidas nas reformas emancipatórias de 1861”. (KINGSTON-MANN, 2006, p. 1831).

6 “Der Algemeyner Yidisher Arbeter Bund in Lite, Poyln un Rusland” (A União Geral dos Trabalhadores Judeus na Lituânia, Polônia e Rússia) (MISHKINSKY, 2007, vol IV, p. 278).

principal constituía-se na defesa de que se deveria voltar à agitação política junto à classe trabalhadora, isto é, privilegiando ações como a greve, na compreensão de que esta “oferecia a mais efetiva das lições em consciência de classe e ação coletiva” (GETZLER, 1967, p. 22). Da agitação teve grande repercussão quando levado clandestinamente à São Petersburgo. Este texto

logo se tornaria uma espécie de manual tático para todos os grupos social-democratas russos e defendia a necessidade da transição da promoção de ideias marxistas entre os mais avançados trabalhadores à agitação de base econômica entre as massas proletárias mais amplas (SAVELEV e TIUTIUKIN, 2006, p. 12).

Outro momento fundamental foi sua fala programática feita em uma reunião dos socialdemocratas lituanos no dia do trabalho de 1895. Nesta fala, ele

instou a criação de uma “organização separada de trabalhadores judeus para liderar o proletariado judeu na luta por sua emancipação econômica, civil e política”; usaria o iídiche como sua linguagem de agitação e defenderia “igualdade de direitos para judeus (GETZLER, 2007, vol. 13, p. 585).

O programa esboçado por Martov, na fala de 1895, foi importante para que seus companheiros judeus tomassem a iniciativa de fundar o Bund em outubro de 1897. Apesar de ser uma peça central na fundação do POSDR e de repudiar o sionismo, o Bund reafirmou esta compreensão de Martov sobre o caráter da natureza da organização dos trabalhadores judaicos, isto é, seu objetivo era a autonomia do povo judeu e a constituição de uma nação própria para este povo dentro do Império Russo. Assim, o Bund se caracterizava por sua “devoção ao iídiche, ao autonomismo e ao secular nacionalismo judaico, visando uma vida judaica como se vivia na Europa Oriental” (MISHKINKY, 2007, p. 278). Todavia, mais tarde, Martov, quando seu caráter internacionalista começou a do-

minar sua teoria política, modificou seu ponto de vista completamente e rejeitou que os judeus pudessem ter uma “nação” autônoma na futura Rússia pós-revolução. Para ele os judeus deveriam se integrar ao resto da população do Império russo.

Em junho de 1895, Martov chegou ao término de sua pena, mas, por questões relacionadas a disputas ideológicas (GETZLER, 1967, nota 11, p. 24) — isto é, obter o apoio da maioria dos militantes da organização socialdemocrata em Vilnius para às concepções apresentadas no *Da agitação* — permaneceu em Vilnius ainda um certo tempo, só voltando à São Petersburgo em outubro de 1895. Ao chegar à capital, Martov retomou a militância junto aos antigos companheiros convertidos à socialdemocracia e entrou para o corpo editorial do jornal *Rabochee Delo*, ao mesmo tempo em que criou seu próprio grupo de discussão (SERVICE, 2021, p. 146).

Naquele mesmo momento e no mesmo local, um outro grupo de social-democratas parecia estar em uma encruzilhada. Era o grupo de Vladimir Ilitch Ulianov. Este grupo até então visava realizar um trabalho meramente literário, a edição de um jornal, *Rabotnik* (trabalhador), que, como pode ser percebido pelo seu nome, manifestava o objetivo de se direcionar aos trabalhadores industriais. Do ponto de vista concreto, o grupo não tinha nenhum contato direto com os trabalhadores e estava mergulhado na passividade (SERVICE, 2021, p. 146). Segundo o historiador Robert Service, teria sido “alguém de fora que os provocou à ação — o jovem marxista Yuli Martov, recém-chegado de Vilnius a São Petersburgo.” (2021, p. 146). Foi neste momento que pela primeira vez os dois, Yuli Martov e Vladimir Ulianov se encontraram. Segundo o mesmo historiador,

os dois imediatamente se deram bem. A amizade era tão estreita porque eles estavam de acordo quanto aos fundamentos de sua

visão do mundo. Mas outro fator era provavelmente o contraste de suas personalidades. Enquanto Ulyanov era arrumado e contido, Martov — pelo menos em particular — tinha um lado caótico, esfuziante. Como acontece tantas vezes entre amigos, eles se admiravam por suas diferenças (2021, p. 146).

Martov sacudiu o grupo de Ulyanov com a percepção que tinha adquirido em Vilnius, “destacou que a obrigação dos revolucionários não era meramente pensar e discutir, ou sequer publicar, mas também agir” (SERVICE, 2021, p. 146) e, em novembro de 1895, foi o principal articulador da criação da União de Luta pela Emancipação da Classe Trabalhadora, que militantes jovens e veteranos fundaram. Foi neste momento que conheceu Vladimir Ilitch Ulyanov (1870-1924). Teria sido um dos veteranos, Pavel Borissevitch Axelrod (1850-1928), quem teria sugerido o nome para a organização (SHAPIRO, 1971, p. 24).

Esta organização pan-russa seria a mais significativa organização dentro da Rússia a ser formada sob a influência marxista. Engajada na propaganda no meio operário da capital — o qual, naquele momento, começava a adquirir fôlego, pois estava em um crescendo de ações grevistas — atraiu a atenção da polícia russa que tradicionalmente mantinha vigilância sobre grupos políticos de qualquer matiz. Vladimir Ilitch foi preso em dezembro de 1895 e, em janeiro de 1896, Martov também acabou preso. Desta vez a pena recebida, após sua condenação, o habitual exílio administrativo, foi bem pior do que em 1892, pois agora seria enviado à Sibéria. E também foi pior do que a dos outros companheiros condenados à mesma pena, os quais foram enviados para locais um pouco mais *confortáveis* na imensidão siberiana. No seu caso, seu local de exílio foi o pior possível. Teria pesado na tomada de decisão das autoridades czaristas sua condição de judeu. Ele foi mandado assim para Turukhansk, onde chegou no começo de junho de 1897, na tundra da região do rio Ienissei, perto do Círculo Polar, onde passaria quase três anos. Mais de 1400 quilômetros

ao norte de Shushenskoye, a *Itália siberiana*, onde Lênin passou seu exílio. Em Turukhansk, onde as temperaturas podiam chegar aos 50/60 graus negativos, tornou-se tuberculoso, doença que o acompanharia pelo resto da vida e que, por fim, o mataria em abril de 1923⁷.

Apesar da doença, do frio terrível, da longa escuridão invernal e de correspondências muitas espaçadas, houve uma grande alegria. Durante o seu exílio ocorreu o congresso de criação do Partido Operário Socialdemocrata Russo (POSDR), em Minsk (março de 1898). Martov recebeu a notícia da criação do partido com enorme otimismo. Seu companheiro de lutas de Vilnius, Aleksandr Kremer e o então já criado Bund (outubro de 1897), forneceram ajuda preciosa para a realização deste congresso. Kremer esteve presente em pessoa, com mais dois delegados do Bund. Estes três delegados bundistas perfaziam um terço do total de nove delegados presentes. Kremer acabou eleito para o Comitê Central. Esta relação entre o Bund e o recém fundado POSDR marcou a filiação do primeiro aos socialdemocratas russos, mas sua inserção no partido socialdemocrata russo não significou a perda do seu caráter autônomo, o qual os bundistas fizeram questão de manter e que seria um dos elementos decisivos que levaram ao célebre racha do partido no segundo congresso do POSDR, em 1903. Mas antes disso, a polícia russa fez o seu serviço e uma forte repressão recaiu sobre os fundadores do partido, o que levou, na prática, ao fim do partido. No exílio, Martov escreveu dois textos importantes *A causa trabalhadora na Rússia* e *Bandeira vermelha na Rússia: um ensaio sobre a história do movimento trabalhista russo*.

Terminada a pena, ele retornou do exílio em Turukhansk no começo de 1900. Em abril, em Pskov, houve a formação da chamada “Tríplici-”
7 Martov não é um personagem agraciado pela sorte. Até mesmo seus sofrimentos inquestionáveis são desconsiderados. Um historiador chegou a afirmar sobre a punição de exílio na Sibéria: “sujeitos às normais restrições das políticas de exilados, Lenin e Martov viveram na Sibéria em condições comparativamente livres e confortáveis.” (SETON-WATSON, 1967, p. 552).

ce Aliança” (WOLFE, 2001). Ele, seu colega dos tempos universitários Potresov e Vladimir Ilitch criaram o jornal *Iskra* no final desse mesmo ano. O primeiro número saiu em Leipzig em 24 de dezembro de 1900 (SHAPIRO, 1971, p. 37).

Assim, o tão sonhado jornal tinha sido criado (ULAM, 1963, p. 159). Seu nome, *Iskra*, *Centelha* em português, fazia alusão às palavras do poeta dezembrista Alexander Ivanovich Odoevsky (1802-1839) “Dessa centelha virá uma conflagração.” (FIGES, 1999, p. 205). Enquanto Vladimir Ilitch, em julho de 1900, partia para o exílio na Europa ocidental, Martov ainda permaneceu na Rússia por quase um ano. Incumbiu-se de tarefas organizativas para formar a rede de distribuição da *Iskra*, mas por fim também emigrou, indo para Munique entre o final de março e o começo de abril de 1901. Em Munique, ele se reuniu ao restante do corpo editorial da *Iskra*: composto por ele, Lênin, Axelrod, Plekhânov, Zaslitch e Potresov. Nesta cidade, o jornal seria editado até 1902, passando a seguir a ser editado em Londres e por fim em Genebra até 1905. A *Iskra*, na verdade, viria a se tornar o órgão da liderança do partido no exterior ou, nas palavras de Lydia Dan, “um agitador coletivo e um organizador coletivo” (*apud* FIGES, 1999, p. 205). Isto significou que o jornal e os militantes que a ele aderiram passaram a disputar posições nos organismos políticos do proletariado russo, fora e, principalmente, dentro da Rússia. E paulatinamente conseguiram conquistá-las e fazer valer a linha editorial do jornal.

REFERÊNCIAS:

GETZLER, Israel. *Martov, a political biography of a Russian social democrat*. Melbourne, Melbourne University Press, 1967.

_____. Martov. In: *Encyclopaedia Judaica*. In: (ed.) Skolnik, Fred. *Encyclopaedia judaica*. 2ed. Londres: Thomsom Gale, 2007.

Vol. 13.

- HABERER, Erich E. *Jews and Revolution in nineteenth-century Russia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 04.
- KINGSTON-MANN, Esther. Populists. In: MERRIMAN, John e WINTER, Jay. *Europe: 1789 to 1914. Encyclopedia of the Age of Industry and Empire*. Farmington Hills (MI): Thomson Gale, 2006.
- MISHKINKY, Moshe. Bund. In: Skolnik, Fred. (Ed.) *Encyclopaedia Judaica*. 2ed. Londres: Thomson Gale, 2007. Vol IV.
- RIASANOVSKY, Nicholas V. *Russian identities. A historical survey*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- SAVELEV, P. Iu. e TIUTIUKIN, S. V. Iulii Osipovich Martov (1873–1923). Iulii Osipovich Martov (1873–1923). The Man and the Politician. In: *Russian Studies in History*, vol. 45, no. 1, 2006, pp. 6–92.
- SERVICE, Robert. Lenin: a biografia definitiva. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.
- SETON-WATSON, Hugh. *The Russian Empire, 1801–1917*. Oxford: Oxford University Press, 1967.
- SHAPIRO, Leonard. *The communist party of the Soviet Union*. 2 ed. Nova Yorke: Random House, 1971.
- SLUTSKY, Yehuda. Pale of Settlement. In: Skolnik, Fred. (ed.) *Encyclopaedia judaica*. 2ed. Londres: Thomson Gale, 2007. Vol 15, p. 578.
- ULAM, Adam B. *The new face of Soviet totalitarianism*. Oxford: Oxford University Press, 1963.
- WOLFE, Bertrand D. *Three who made a revolution. A biographical history*. Nova York: Cooper Square Press, 2001.

Mulher e Política: atuação feminina na política espiritosantente

Leandro da Silva Lunz
Universidade Federal do Espírito Santo

Introdução

Ao longo do desenvolvimento da história ocidental se estruturou um modelo de convívio social que valorizava os feitos masculinos e excluía a participação feminina dos feitos políticos. Esse modelo excludente posicionou as mulheres em um papel de menor importância ou de quase invisibilidade na vida política. Diante deste contexto, de exclusão feminina do espaço público, os métodos científicos que direcionaram as pesquisas no campo das Ciências Humanas, a partir da segunda metade do século XIX, relegaram a um segundo plano as reflexões sobre os destinos individuais. De forma geral os estudiosos apresentavam visões totalizantes que ignoravam a participação dos indivíduos nos processos sociais. Em virtude disso, as histórias de vida desempenhavam um mero papel de caráter mais ilustrativo das diversas áreas de conhecimento que compunham aquele campo e deste modo é possível compreender o porquê da produção historiográfica relegar às mulheres um espaço com pouca ou quase nenhuma representatividade em suas abordagens.

De acordo com PERROT, 1992, p.29, existe uma visão que enfatiza a impossibilidade do uso da racionalidade pela mulher, fundamentada na teoria e estereótipo elaborados no século XIX, baseados no discurso naturalista, que insistia na existência de duas “espécies” com qualidades e

aptidões diferenciadas. Aos homens o cérebro e a capacidade de decisão e às mulheres os sentimentos e o “dever” do cuidado do espaço privado. Em virtude disso foi criada a representação simbólica da mulher, como esposa-mãe-dona-de-casa e conseqüentemente a atuação política tornou-se um campo pouco frequentado pelo público feminino.

A História da Política Brasileira foi marcada por inúmeras manifestações sociais e reivindicações pela participação política e apesar disso, pouquíssimas mulheres foram eleitas através do voto para a representatividade e o exercício do poder legislativo nos diversos estados que compunham o país. É importante destacar que há mais de 80 anos as mulheres obtiveram o direito de manifestarem seu papel como cidadãs brasileiras a partir do voto¹. Neste mesmo período a primeira mulher é eleita para a representatividade política na Câmara dos Deputados² no Brasil, sendo também a primeira mulher eleita no contexto latino americano. No entanto a história e o processo de transformação da presença feminina no ambiente político são caracterizados por avanços e retrocessos. As dificuldades históricas e sociais são pertinentes ao processo de inserção feminina na política, não obstante em uma sociedade historicamente de raízes patriarcais e na qual predominantemente a política se limitava a um tema masculino, as mulheres tem gradativamente conquistado um espaço que oportunize a participação e a representação política feminina.

Para BOURDIEU, 2011, p.51 o homem foi privilegiado nas relações sociais, assumindo uma condição de poder, sendo traduzido na dominação masculina e, com base nesse poder, o homem passou a impor suas vontades. O desenvolvimento dessas ações foi possibilitando a criação de uma cultura patriarcal relacionada ao machismo e a desigualdade

1 Em 1930 o voto da mulher era facultativo enquanto o voto masculino era obrigatório (AZEVEDO; RABAT, 2011. p.32).

2 A primeira mulher eleita para a Câmara dos Deputados foi Carlota de Queirós, em 1932 (AZEVEDO; RABAT, 2011.p.17).

de gênero. SAFFIOTI, 2004, p.03 afirma que essa configuração cultural visa à manutenção das estruturas de poder que naturalizam os papéis definidos para os homens e mulheres, subjugando e expondo às mulheres a um papel de menor relevância social. O exercício do poder patriarcal utilizou-se do espaço público para a validação e legitimação do poder político e na análise de CHARTIER, 1990, p.18 as representações possibilitam as relações de dominação e essa relação se fez necessária para a legitimação dos interesses e da desigualdade entre os grupos. Sendo assim, apesar da busca pela extensão de maior participação política, as mulheres encontram-se envoltas em um estado de exclusão e discriminação social, enquanto os homens usufruíam das benesses do mundo político.

Nessa perspectiva BOURDIEU, 2000, p.11 afirma que a função política torna-se um instrumento de imposição ou legitimação de uma classe sobre outra e isso se configura como uma forma de violência simbólica e no caso específico da política brasileira essa configuração retrata a imposição do mundo masculino em detrimento do mundo feminino. O sistema político brasileiro se caracteriza por criar um estado de exclusão e discriminação social, pautado na ideia de superioridade masculina, e assim o desenvolvimento da vida política toma corpo e se consolida dentro dos espaços considerados genuinamente masculinos. PINTO, 2001, p. 101 enfatiza que houve diversas mudanças importantes no Brasil no que diz respeito à relação das mulheres com o mundo público, principalmente na segunda metade do século XX, entretanto, a presença das mulheres em cargos eletivos encontra-se ainda distante de um quadro de igualdade de participação entre os gêneros, evidenciando assim uma participação política feminina bem abaixo de um ideal.

Tendo como referência estudos de pesquisadores como Perrot (1992), Miguel e Biroli (2011) e Schumacher e Brazil (2000) será abordado neste artigo sobre a participação da mulher na vida política espíritas-

santense, destacando a atuação das deputadas Emiliana Vianna Emery, Judith Leão Castello Ribeiro, Myrthes Bevilacqua Corradi e Luzia Alves Toledo. Pretende-se descrever sobre a trajetória política de cada uma e suas principais ações em prol dos interesses sociais da classe feminina e consequentemente contribuir para a reflexão acerca das representações e participações das mulheres na política nacional.

Mulheres no exercício político espírito-santense

As mulheres na política espírito-santense enfrentaram diversas dificuldades históricas e sociais que são inerentes ao processo de incorporação feminina na política, para COSTACURTA, 2016, p.38 estas dificuldades ocorrem em virtude de pertencermos historicamente a uma sociedade caracterizada por ações patriarcais, na qual a política ficou restrita a um assunto masculino e muito vagarosamente foi sendo conquistado o direito à participação e a representação política por parte das mulheres. Ainda de acordo com a autora, o campo político impõe às mulheres alternativas mais onerosas do que aos homens, além de que o fato de “Ser Mulher” encontra-se carregado de simbolismo de subalternidade e que limitam o acesso feminino às esferas do poder político.

Ao descrever sobre a trajetória de mulheres que contribuíram para a construção de uma História política das mulheres no Espírito SOUZA, 2014, p. 150 traz uma descrição sobre a trajetória política e pessoal da vida da professora, advogada e ex-deputada federal Myrthes Bevilacqua Corradi. Nascida em Vitória no estado do Espírito Santo no dia 03 de fevereiro de 1939, era a filha mais velha de Luciano Bevilacqua e Victoria Azevedo Bevilacqua e tinha mais cinco irmãos. Concluiu o ensino primário no estado de Minas Gerais e de volta ao Espírito Santo estudou na Escola Normal Pedro II que funcionava ao lado esquerdo do Palácio Anchieta, onde é hoje a escola Maria Ortiz obtendo o diploma de nor-

malista. Iniciou sua carreira como professora particular que atendia nas residências da cidade de Vitória. Com o passar do tempo passou a substituir professoras que já atuavam na rede educacional, até que por meio de um concurso público, sendo aprovada, tornou-se professora efetiva da rede pública da educação estadual. Em 1957, apenas com 18 anos de idade, assumiu um cargo público na esfera administrativa do poder executivo estadual, trabalhando na Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Espírito Santo, localizada no Palácio Anchieta, sede do governo.

Ainda de acordo com SOUZA, 2014, p.153 sua atuação chamou a atenção do secretário de educação que a convidou para ser assessora no gabinete da Secretaria de Educação, exercendo esta função por alguns anos o que a oportunizou a desenvolver um capital de relações com diversos representantes políticos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES). Fez seu curso de Direito na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) integrando o Centro Acadêmico, local que pôde conhecer outras figuras de destaque do cenário estadual, tais como José Ignácio Ferreira, que foi eleito governador do Espírito Santo, em 1999. Neste período, como estudante chegou a participar da União Democrática Nacional (UDN) feminina e de várias assembleias de estudantes. E, apesar de concluir o curso de Direito não exerceu a função de advogada, optando por dedicar sua vida profissional especialmente à educação.

Durante o contexto da ditadura militar que a professora Myrthes sentiu a necessidade de se mobilizar politicamente, tornando-se um projeto político necessário em sua vida, como descreve SOUZA, 2014, p.153, associada a União dos Professores Primários do Espírito Santo³ (UPPES) entidade de organização dos professores primários no estado, foi convida-

³ No ano de 1979 a UPPES passou a ser a União dos Professores do Espírito Santo (UPES) e em 1989 a entidade foi transformada em sindicato, passando a ser denominada SINDIUPES (Sindicato dos (as) Trabalhadores (as) em Educação Pública do Espírito Santo). Fonte: SINDIUPES. História. Disponível em: <http://sindiupes.org.br/historia/> Acesso em janeiro de 2017.

da para compor seu Conselho e de acordo com DAMARTINI , 2016, p. 89 sua militância pelos direitos dos professores, criou as condições para que Myrthes fosse escolhida presidenta da instituição exercendo a função por dois mandatos de 1973 a 1977 e de 1977 a 1981. É enfatizado por DAMARTINI, 2016, p.71. que o contexto político da ditadura militar vivido no período de sua gestão à frente da UPES e sua constante luta na defesa dos direitos dos trabalhadores em educação da rede capixaba, fez com que Myrthes fosse taxada de subversiva por Edson Machado, líder do governo Élcio Álvares na Assembleia Legislativa, sendo criado pela Polícia Política Capixaba um dossiê individual com 147 páginas de documentos.

FAGUNDES E ANGELO, 2014, p.140 explicam que a estrutura repressiva que foi criada Espírito Santo, mais do que controlar os subversivos tinha como objetivo silenciar e impedir manifestações públicas. Entre os grupos mais vigiados nas terras capixabas destacam-se os militantes das instituições sindicais, os movimentos estudantis, membros estudantis, membros da imprensa alternativa e participantes dos partidos políticos. A chegada de Myrthes na UPES, segundo SOARES, 2005, p. 184 trouxe uma profissionalização ao magistério capixaba. A intensidade do seu trabalho deu uma significação a atuação do magistério fortalecendo a categoria. Sua atuação à frente da entidade teve o cuidado de evitar o confronto com as autoridades e de conseguir trazer as lutas e demandas do magistério para o centro das discussões, possibilitando uma visibilidade por parte da mídia e da sociedade capixaba. Como afirma DAMARTINI, 2016, p.117 as visitas realizadas pelo interior do Estado, permitiu que a presidente apresentasse ao magistério uma nova entidade mais próxima e atenta às demandas dos professores, e assim sendo legitimada como um canal de diálogo entre os educadores e o governo. Em sua gestão à frente da UPES, o magistério capixaba manteve estreito diálogo com

outros movimentos de trabalhadores, tanto da iniciativa privada como de profissionais liberais, participando de forma ativa da organização da Frente Sindical no Estado. Nas reuniões que foram realizadas em busca de articular a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), era comum a participação dos professores, sendo que maioria das vezes a única liderança feminina que participava das mesas era a presidente Myrthes Bevilacqua Corradi.

Na realização do I Encontro das Classes Trabalhadoras do Espírito Santo (ENCLAT ES), ocorrido em 1981, a União dos Professores foi quem levou a maior delegação ao encontro reforçando a ligação entre o magistério capixaba com os demais trabalhadores. Em virtude do tamanho alcançado e grau de politização e mobilização, a categoria foi pioneira nos movimentos grevistas dos funcionários públicos, abrindo espaço para as manifestações que iriam parar o Estado na década de 1980. A categoria participou de vários eventos importantes como na campanha contra a instalação da usina nuclear no Espírito Santo e comemorações do Dia do Trabalhador. DAMARTINI, 2016, p.148 destaca que a publicação do caderno especial⁴ em 28 de outubro de 1980 pelo Jornal A Tribuna, intitulado de: “Funcionário Público: nem herói, nem vilão”, aponta Myrthes como a grande liderança que a classe teve nos últimos 50 anos. Sendo sua atuação e importância reconhecida não somente pelos 18 mil professores que integravam o quadro do magistério, mas também pela classe política, comunidade de um modo geral, dentro e fora do Estado.

SOUZA, 2014, p.157 descreve que o trabalho realizado ao longo dos oito anos em que esteve à frente da União dos Professores, permitiu a transformação da entidade em uma grande classe que passou a se respeitada e capaz de mobilizações nunca antes pensadas para uma categoria

4 A Tribuna. 28/10/1980. P. 215 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/ Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

que nasceu da classe média. Ainda nas palavras da autora, foi a atuação a frente da UPES que deu as condições para a impulsão e fortalecimento da candidatura de Myrthes Bevilacqua à Câmara dos Deputados em 1982, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e conseqüentemente de sua eleição, fazendo com que se tornasse a primeira mulher capixaba a alcançar o legislativo federal, atuando em um cenário composto majoritariamente pelo gênero masculino.

A presença de mulheres na política do Espírito Santo, também encontra uma forte referência na pessoa de Luzia Alves Toledo. Ainda de acordo com SOUZA, 2014, p.199 a sua trajetória e atuação como membro do poder legislativo. Nascida em 05 de janeiro de 1942 no município de Mimoso do Sul, Espírito Santo, filha dos trabalhadores rurais José Alves Toledo e Diolinda Maria da Conceição. Com seis anos de idade ficou órfã de pai e sua mãe sem condições financeiras para oferecer uma vida com condições e oportunidades permitiu que sua filha fosse criada pelo então Prefeito da cidade de Mimoso do Sul Rubens Rangel, e por sua esposa Helena Di Giorgio Rangel

Apesar de não ter sido oficialmente adotada, foi criada como se fosse filha do casal, lócus em que passou a conviver com o cotidiano político ao qual o pai de criação estava inserido. Coursou o ensino médio no Colégio Estadual e Escola Normal Monsenhor Elias Tomasi na cidade de Mimoso, sendo inclusive professora da instituição e posteriormente diretora do colégio. Como descreve SOUZA, 2014, p.199, Luzia Alves Toledo deu seguimento aos seus estudos e formou-se em Direito pela Universidade Federal do Espírito. Com o diploma do curso de Direito exerceu por quase vinte anos a função de advogada sênior da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), até a decisão de dedicar se exclusivamente a carreira política, até que decidiu iniciar a carreira política e se dedicar exclusivamente a ela. Filiada ao Partido da Social Democracia (PSDB) foi

uma das colaboradoras para a fundação deste Partido no Espírito Santo em 1988. Como membro integrante do partido Luzia Alves Toledo desempenhou várias atividades, tendo sido a primeira secretária-geral do primeiro Diretório Regional; delegada do Diretório Nacional; 1ª vice-presidenta da Executiva Regional; sendo escolhida a presidência da sigla na 3ª Convenção do Partido. Como presidente do partido Luzia Alves Toledo incentivou a criação do PSDB Mulher, do PSDB Jovem e do PSDB da Melhor Idade no estado. Foi eleita vereadora pelo município de Vitória por dois mandatos, sendo que em seu segundo mandato, a convite do Governador da época Vitor Buainy (1995-1999), pediu afastamento para comandar a Secretaria de Estado Extraordinária da Representação do Poder Executivo do Espírito Santo, em Brasília. Em 1996 concorre como vice-prefeita na chapa do candidato a prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas, e com a eleição da chapa Luzia Alves Toledo assume o comando da prefeitura em diversas oportunidades.

Ainda filiada ao PSDB foi membro das Comissões de Justiça, Educação e Direitos Humanos e no ano de 1999 entra para a História política do Estado como a primeira mulher Senadora do Espírito Santo ao assumir vaga de José Ignácio que abdicou do cargo por ter sido eleito governador do Estado. Em sua atuação como Senadora, Luzia Alves Toledo se tornou a primeira mulher da sigla do PSDB a assumir a vice-presidência da Comissão de Educação do Senado Federal. Seu mandato durou pouco menos de um ano e meio, o que não a impediu de ter sido a recordista em proposições na casa, apresentou cerca de sessenta e duas proposições⁵.

Foto 1: Luzia Toledo em pronunciamento na Tribuna da Assembleia (Foto Divulgação/Ales).

5 Fonte Senado Federal. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/158>. Acesso em 17 de janeiro de 2018;



A convite do Governador José Ignácio, abdica do mandato de senadora para chefiar a Secretaria de Estado de Turismo, assumindo logo depois a Secretaria de Estado da Cultura e dos Esportes. Sua trajetória política e experiências consolidadas ao longo dos anos como vereadora, senadora e secretária em diversas pastas, permitiu a Luzia Alves Toledo colocar seu nome para concorrer ao pleito de 2002 como candidata a deputada estadual na ALES, porém apesar de alcançar uma votação expressiva acima de dezesseis mil votos, não foi eleita e ficou como primeira suplente.

Dois anos após a eleição, com a saída do Titular Gilson Amaro que havia sido eleito prefeito de Santa Tereza, assumirá a vaga de deputada estadual. Após sua inserção na casa legislativa Luzia Toledo foi reeleita por mais três mandatos (2006 – 2010, 2010 - 2014 e 2014 - 2018) dando

ênfase na sua atuação às questões sociais, desenvolvendo diversos projetos de leis, dedicados em especial ao atendimento das demandas das mulheres capixabas,

É importante destacar que antes da atuação no poder legislativo da Professora Myrthes Bevilacqua e da advogada Luzia Toledo, outras mulheres iniciaram este caminho e ousaram desafiar a ordem política vigente no Espírito Santo caracterizada pelo predomínio de uma participação majoritariamente masculina.

MIGUEL E BIROLI, 2011, p. 171 descrevem que o direito ao exercício do voto foi conquistado pelas mulheres na década de 30 do século XX, com a promulgação do Decreto nº 21.076, ocorrido no governo de Vargas em 1932. Entretanto, o voto feminino estava condicionado a certa condição, ou seja, somente as mulheres casadas com autorização dos maridos e mulheres solteiras ou viúvas que possuíssem renda própria poderiam exercer o direito de votar e serem eleitas. Nesse mesmo período foi eleita Carlota de Queirós⁶ a primeira representante mulher para a Câmara dos Deputados no Brasil e também a primeira no contexto latino americano. Ainda de acordo com MIGUEL E BIROLI, 2011, p.106 a história da trajetória da presença feminina no ambiente político brasileiro é marcada por avanços e retrocessos, sendo que o Brasil foi o quarto país no continente americano a garantir o direito de voto às mulheres, entretanto somente em 1946 o direito ao voto para ambos os sexos foi equiparado.

No Brasil é bem evidenciado que as mulheres são menos presentes nos espaços de decisão do que os homens e conseqüentemente exercem menos autoridades e menos poder político. MIGUEL E BIROLI, 2011, p.124 afirmam que pode ser somado a este cenário político a situação de desigualdade feminina que ainda é manifestada no mercado de trabalho,

⁶ Sobre Carlota de Queiros ver: ORIÁ, Ricardo. Mulheres no parlamento brasileiro: Carlota Pereira de Queiroz. Plenarium, Brasília, v.1, n.1, p. 240-246, nov. 2004.

na representação da mídia e na disposição dos recursos econômicos. Em relação à inserção das mulheres no espaço do poder legislativo, AZEVEDO E RABAT, 2011, p.196, apresentam uma informação bastante significativa. De acordo com os autores no período que se estende entre 1932 e 1985 ocorreram onze pleitos eleitorais e somente trinta e uma deputadas federais foram eleitas. Somente após o ano de 1986 que as mulheres conseguiram um maior espaço no campo legislativo, apesar disso na maioria destes espaços o número de mulheres eleitas está abaixo de 10 pontos percentuais.

A história política do Espírito Santo seguiu um roteiro similar ao que ocorreu no restante do país, fato que fica evidente ao analisar a participação de algumas mulheres que ousaram adentrar este espaço com portas tão estreitas. A trajetória política destas mulheres tem sido um referencial para a compreensão das barreiras existentes ao acesso ao campo político, bem como tem demonstrado que é preciso enfrentar estas barreiras para que as vozes femininas ganhem espaços na sociedade e as mulheres se sintam representadas. A conquista do espaço político por algumas mulheres demonstram que é possível fazer política em um ambiente no qual as mulheres não são bem vistas. Ao longo dos anos, foram travadas várias lutas contra o discurso social machista que é o reflexo de uma sociedade caracterizada pelo modelo patriarcal.

A atuação política não se restringe à esfera do Estado e de suas instituições, encontrando-se presente nas diversas relações que são desenvolvidas entre os indivíduos o que conseqüentemente inclui as existentes entre homens e mulheres. BARRETO, 2007, p.116 destaca que no Livro “A mulher na História do Espírito Santo” da professora Maria Stella de Novaes, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em ocupar um espaço acadêmico, literário e político no Espírito Santo já fazia parte da preocupação da escritora. As mulheres que conseguiram participar de movimen-

tos político no início do século XX eram em sua maioria formadas pela Escola Normal, que no período era a única oportunidade de formação escolar permitida às mulheres.

É importante destacar que a história da emancipação política das mulheres no Espírito Santo começa com Emiliana Vianna Emery (1874-1957) que foi a primeira eleitora capixaba e a terceira eleitora do Brasil, sendo inclusive felicitada por Bertha Lutz uma das pioneiras do feminismo no Brasil. O livro “Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade”, de SCHUMAHER E BRAZIL, 2000, p. 200, apresenta um histórico de Emiliana Vianna Valery, nascida na Freguesia do Veado, localidade pertencente ao município de Alegre, casando-se muito jovem aos 13 anos de idade. Tornou-se viúva ainda na juventude com sete filhos que ficaram sob sua responsabilidade, fato este que a impulsionou a desenvolver atividades que não eram da “natureza feminina”. SCHUMAHER e BRAZIL, 2000, p.201, descrevem que a construção de uma ferrovia próxima ao vilarejo onde residia, oportunizou que Emiliana desenvolvesse diversas atividades comerciais e políticas na região. Para poder atender a demanda gerada pela construção da ferrovia, construiu um forno para assar pães e junto com seus filhos passou a vender café, leite e pão aos trabalhadores. Tornou-se também uma costureira e passou a prestar este serviço aos locais, pois apesar de outras mulheres saberem costurar nenhuma costumava para estes homens. Com a conclusão das obras passou a vender seus produtos na própria plataforma da estação. Ao final da década de 20 do século XX ela já possuía uma fábrica de doces e um hotel, se destacando como uma empresária próspera.

Emiliana Vianna Emery apresentou grande protagonismo na vida política da vila sendo uma das principais responsáveis pela emancipação política da Freguesia do Veado, atualmente denominada de Guaçuí. Também teve participação na construção da Igreja na vila como da vinda

e estabelecimento de um padre para a localidade, sendo de acordo com SCHUMAHER e BRAZIL, 2000, p.201 a responsável pela coleta das assinaturas do abaixo assinado, exigido pelo bispo ao qual a Paróquia estaria jurisdicionada, para que fosse autorizada a sagração da igreja. Em virtude de todas as dificuldades enfrentadas atreladas à condição inferior das mulheres na sociedade da época, Emiliana a vontade de mudar esta situação política. Para tanto, com a certeza que somente através do voto poderia modificar o panorama de desigualdades ao qual estava envolta, requereu o direito de votar ao juiz da Comarca de Alegre, Dr. Aloysio Aderito de Menezes, alegando que tinha todos os requisitos necessários para tal, pois era “chefe de família”. SCHUMAHER e BRAZIL, 2000, p.202 afirmam que em 15 de julho de 1929, em uma sentença histórica o magistrado deferiu o pedido de Emiliana que se tornou a primeira eleitora do Estado do Espírito Santo.

A atuação de Emiliana Emery na política local a colocou em uma posição de vanguarda no Estado do Espírito Santo e até mesmo no Brasil. Conforme descrevem Schumacher e Brazil Emiliana foi escolhida como presidente de honra da UDN (União Democrática Nacional), partido antigetulista que ganhou a sua adesão após a implantação do Estado Novo feita no governo Vargas. É a capixaba com maior notoriedade de que se tem notícia em termos de participação política até meados do século XX. Emiliana Vianna Emery contribuiu enormemente para a subversão do papel de inferioridade atribuído às mulheres na esfera pública em sua história de vida. No ano de 1957 com 83 anos de idade veio a óbito, porém seus feitos memoráveis permanecem bastante visíveis e são exemplos de como mulher e política podem caminhar alinhadas. Em 1992, foi homenageada pela Academia Feminina Espírito-Santense de Letras com o título de membro da Galeria dos Notáveis.

Foto 2- Emiliana Vianna Emery, a primeira eleitora do Brasil – Revista “O Cruzeiro” junho de 1950 (Foto de Fosé Medeiros).



SOUZA, 2014, p.107 destaca a atuação de outra pioneira na política espírito-santense, Judith Leão Castello Ribeiro, que foi a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado. Nasceu em 31 de agosto de 1898 no município da Serra, filha da união de duas famílias de origem portuguesa, sua mãe Maria Grata Leão Castello e seu pai João Dalmácio Castello. Sua vida escolar foi iniciada na escola primária do município de Serra e depois fez o exame de admissão e ingressou no Colégio do Carmo conquistando o diploma do Curso Normal o que lhe permitiu começar a atuar como professora ainda bem jovem no Ginásio São Vicente de Paulo. Em 1932, assume a cátedra de Ciências Pedagógicas na Escola Normal Pedro II, exercendo esta função até 1963 quando

se aposenta. Voltou a lecionar no Ginásio São Vicente de Paulo até 1974, quando se aposenta definitivamente. Ao longo de sua carreira como professora, ministrou vários cursos em diversas áreas do conhecimento, tais como Geografia, Psicologia, Sociologia, Pedagogia, entre outras.

Judith era de uma família influente na política local, especificamente no município de Serra, SOUZA, 2014, p.109 descreve que seu irmão, Rômulo Leão Castello Ribeiro, foi prefeito da cidade entre 1947 e 1951. Casada com Talma Rodrigues Ribeiro, que também foi prefeito da Serra no período de 1945 a 1946, permaneceram juntos até o dia da morte do esposo no ano de 1982. O casal não teve filhos, mas ajudaram a cuidar dos sobrinhos e também de várias outras crianças carentes da cidade. No ano de 1934 decide adentrar o espaço da política formal como candidata à Assembleia Legislativa. O fato de discordar do regime de Interventoria que vigorava no Estado, fez com que sua candidatura fosse avulsa a qualquer partido político, já que de acordo com o sistema vigente a legenda partidária não era obrigatória. Foi a primeira mulher capixaba, e uma das primeiras mulheres Brasil, a concorrer em um pleito eleitoral, porém não foi eleita neste pleito. No ano de 1947, Judith novamente concorreu a eleição para uma vaga na Assembleia pelo Partido Social Democrático (PSD-ES), juntamente com Maria Frechiani do Partido da Representação Popular (PRP-ES) e Bráulia Barbosa dos Santos do Partido Comunista Brasileiro (PCB-ES). Judith recebeu 1.170 votos de um total de 27.528 eleitores no Estado (4,25% do eleitorado) tornando-se a primeira mulher do Espírito Santo a ocupar uma cadeira de deputada na Assembleia Legislativa⁷. Em seu discurso de posse no Teatro Glória, em Vitória, ALMEIDA, 2013, p.58 destaca que a deputada ressaltou a importância da participação das mulheres na vida pública.

⁷ Fonte: Diário Oficial Eletrônico da Câmara da Serra. Disponível em http://es.serra.camara.dio.org.br/dio/pag-judith_leao_castello_ribeiro. Acesso em 09 Jan. de 2017;

Judith exerceu quatro mandatos consecutivos como deputada estadual, sendo em todos escolhida pelo voto popular. No ano de 1962 não obteve a votação necessária e ficou como suplente e encerrou sua carreira política no ano de 1965 aos 65 anos de idade e durante quase duas décadas Judith⁸ foi a única mulher em cargo político no Estado do Espírito Santo. Ainda de acordo com ALMEIDA, 2013, p.58, como deputada ocupou, ininterruptamente, a presidência da Comissão de Educação da Casa e apresentou centenas de projetos, destinando diversas emendas para construção de escolas e hospitais no interior do estado. A lei estadual nº 915/1954 concedendo o direito de quatro meses de licença maternidade a mulheres servidoras públicas foi de sua autoria.

No ano de 1949, com o apoio Academia Espírito-santense de Letras, fundou a Academia Espírito-Santense Feminina de Letras sendo eleita a primeira Presidente da diretoria e, em 1981, foi a primeira mulher a compor a Academia Espírito-santense de Letras. Sua participação na vida pública foi marcada por atuações em diversas instituições, como a Associação Espírito-Santense de Imprensa (1949), o Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Espírito Santo (1949) e a Academia Anapolina de Filosofia, Ciências e Letras de Goiás (1979). Mesmo com muitos compromissos públicos, Judith ainda escrevia periodicamente para o Jornal “Diário da Manhã” e para as revistas “Revista da Educação”, “Vida Capixaba”, “Revista do DSP” e “Canaã”, a maioria do Estado do Espírito Santo⁹. No ano de 1980 teve uma coletânea com vários de seus textos e crônicas publicados como um livro intitulado *Presença*. Judith realizou conquistas importantes quando levado em consideração a sociedade da época e a visão da política como um ambiente masculino e machista.

8 Ver documentário: JUDITH: A Senhora Cidadã. Direção: José Benevides Correia. Produção e Roteiro: Suzi Nunes, 2010.

9 Fonte: Diário Oficial Eletrônico da Câmara da Serra. Disponível em http://es.serra.camara.dio.org.br/dio/pag-judith_leao_castello_ribeiro. Acesso em 09 Jan. de 2017;

SOUZA. 2014 p.110, afirma que Judith desafiou sua condição de gênero ao assumir a vida pública, tendo sido uma mulher muito ativa, determinada e comprometida com os valores da família, da religião e da educação que lhe serviram como base em sua atuação política. Embora nunca tenha assumido identificação com as organizações feministas, o seu “fazer” político apresentou proximidades com as ideias do feminismo liberal que vigorou no início do século XX.

Foto 3 - Judith L. C. Ribeiro No dia em que recebeu a Comenda Jerônimo Monteiro. Fonte: Jornal A Gazeta - Caderno Semanário, 18/03/1979.



É emblemático destacar que a partir da eleição e atuação política de Judith Leão Castello Ribeiro, outras mulheres se sentiram encorajadas e capazes de desafiar a ordem social vigente, se colocando a disposição da representatividade política. E esta comprovação pode ser evidenciada com a eleição de Myrthes Bevilacqua Corradi pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com 46.604 votos, sendo a primeira mulher capixaba a alcançar o legislativo federal. De acordo com ALMEIDA, 2013, p.61, a partir da eleição da professora Myrthes as portas do Congresso Nacional foram abertas para as capixabas. Embora tenha exercido apenas um mandato no Congresso, desenvolveu uma participação importante em diversas atividades sindicais e órgãos de classe do funcionalismo público.

Foto 4 - Myrthes Bevilácqua durante entrevista concedida para a TV Assembleia no ano de 2011.



Ao descrever sobre a trajetória de mulheres que contribuíram para a construção de uma História política das mulheres espiritosantense, é importante destacar o pensamento de PERROT, 2012, p.10 afirmando que em diversas sociedades o silêncio e invisibilidade das mulheres fizeram parte da ordem social, e foram mulheres como a Professora Myrthes Bevilacqua Corradi, a advogada Luzia Alves Toledo, Emiliana Vianna Emery e Judith Leão que ousaram romper com os padrões pré-determinados. Atos de coragem manifestos por essas mulheres tornaram possível a conquista do acesso feminino nos espaços públicos e conseqüentemente a reivindicação pelos seus direitos de cidadãs e novos espaços de lutas.

Considerações Finais

A busca pela igualdade entre as mulheres e homens tem se constituído como objetivos que norteiam instituições e órgãos que baseiam suas ações em um ideal de construção de uma sociedade de fato democrática. E apesar desses direitos e garantias serem constitucionalmente assegurados a todas as pessoas, é notório que as desigualdades persistem e quando se trata do exercício político atingem de forma impactante o público feminino. Ao longo da história é possível observar avanços importantes das mulheres em diversos campos sociais que se estendem desde a escolarização até a participação efetiva no mercado de trabalho e inegavelmente essa conjuntura tem contribuído na consolidação da democracia brasileira.

A participação feminina nos espaços de poder apresenta um crescimento lento quando comparado ao público masculino e tal situação está atrelada em grande parte ao fato das construções sociais relacionadas ao exercício do papel feminino e papel masculino. A dicotomia na qual estão inclusos esse papéis sociais tradicionais de gênero que determinam o espaço de atuação feminina e da atuação masculina, criam barreiras quase

intransponíveis e solidifica esse distanciamento do mundo do poder político por parte das mulheres.

As mulheres espiritoossantenses apresentadas nessa pesquisa desenvolveram uma existência no mundo político e lutaram para construir um espaço de participação e atuação em um universo predominantemente masculino. É indubitável que para conseguir esse espaço de atuação política, precisaram romper com diversos estigmas existentes nas sociedades de cada época retratada, Essas mulheres desafiaram a ordem social vigente e se colocaram a disposição da representatividade política, desenvolveram atos de coragem que comprovava ser possível a conquista do acesso feminino nos espaços públicos e conseqüentemente a reivindicação pelos seus direitos de cidadãs e novos espaços de lutas.

É importante dar visibilidade a essas mulheres, descrever sobre suas experiências e desafios, pois essas lutas femininas têm como objetivo transformar a representação da mulher na sociedade. Desse modo, a escrita da história se apresenta com um importante papel de resgate destes feitos, além de comprovar que as mulheres desenvolveram um papel de protagonismo nos diversos contextos sociais vividos e nos *locus* de atuação política.

REFERENCIAS

- ALMEIDA, Simone Patrocínio de. A mídia na construção da representação social da pessoa pública feminina no Espírito Santo – Rita Camata (1988 – 2000). 2013. 240 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória.
- AZEVEDO, Débora Bithiah; RABAT, Márcio Nuno. Palavra de mulher: oito décadas do direito de voto. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Brasília, 2011.

- BARRETO, Sônia Maria da Costa. A ESCOLA NORMAL D. PEDRO II E A NORMALISTA CAPIXABA NOS ANOS 1920. *Revista Agora*, Vitória, n. 6, 2007, p.116.
- BOURDIEU, P. A dominação masculina. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 51.
- _____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 2000.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990
- COSTACURTA, Mayara Spinace Participação política das mulheres: do âmbito partidário ao comportamento legislativo. 2016. 145 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) -- Universidade Federal de São Carlos, 2015.
- DAMARTINI, Márcio Gomes, A vigilância da polícia política aos trabalhadores em educação da rede estadual de ensino do Espírito Santo (1973- 1981)– 2016. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto; ANGELO, Vitor Amorim de. Grandes Projetos, grandes esquecimentos: O Espírito Santo entre a modernização conservadora e a repressão política. In: O Estado do Espírito Santo e a Ditadura. Vitória: GM Editora, 2014.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (1992).
- PERROT, Michele. As mulheres ou os silêncios da história. Tradução de Viviane Ribeiro. São Paulo: Edusc, 2005.
- PINTO, Céli. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil.

Revista USP, São Paulo, n.49, p. 98-112, março/maio 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151p.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SOUZA, Dayane Santos de. Entre o Espírito Santo e Brasília: Mulheres, Carreiras Políticas e o Legislativo Brasileiro a partir da Redemocratização. 2014. 265 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

Narrativas sobre a identidade no Egito Romano: a representação de estrabão e dos retratos funerários (Século I a.C. a II d.C.)

Jéssica Ladeira Santana¹

Universidade Federal do Espírito Santo

Palavras iniciais

O presente capítulo é referente a comunicação apresentada no XIV Encontro da Associação Nacional de História seção Espírito Santo (ANPUH-ES) e ampliada para abranger mais detalhes sobre a discussão, que foi voltada para divulgar os resultados obtidos no mestrado, até o momento. Nosso objeto de pesquisa é a identidade das elites metropolitanas no Egito romano, entre os séculos I a.C. a II d.C. Essa cronologia abrange o contexto do início do Principado, durante a dinastia dos Júlio-Cláudios (27 a.C. - 69 d.C.), época de anexação da província egípcia, estabelecimento de tropas e a cooptação com as elites locais; e a segunda fase de “romanização” estabelecida com os Antoninos (96 d.C.-192 d.C.) (VASQUES, 2005, p. 18).

Para tanto, trabalhamos com duas fontes de naturezas distintas, a *Geografia*, Livro XVII, de Estrabão e os retratos funerários do Faium.²

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, bolsista FAPES, membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano – seção Espírito Santo (Leir-ES). E-mail: j.ladeira.santana@gmail.com.

2 Os retratos funerários são comumente denominados como “do Faium”, região do Egito que é um pseudo-oásis onde foram encontrados muitos corpos mumificados do período romano (WALKER; BIERBRIER, 1997, p. 105). Contudo, este local não é o único, mas é uma denominação amplamente difundida que refere as máscaras, mortalhas

A documentação textual utilizada descreve o território egípcio por meio da percepção de mundo de Estrabão, um greco-romano que objetivou conhecer toda *oikoumene*, seja por viagens ou por livros, e compilar os dados na sua obra geográfica.³ É expressa em toda narrativa a divisão dos territórios em dois polos, no qual situa os espaços semelhantes à cultura greco-romana como civilizados e os diferentes como “bárbaros”. No Livro XVII, as regiões ao redor de Alexandria são determinadas como análogas à cultura de Estrabão, pois identificava o ambiente como urbano, civilizado e conhecedor dos costumes helenos. Em oposição, a *chora* egípcia, que é situada como o lugar do outro, da alteridade, devido a não identificação do autor com o local, compreendendo como não urbano, incivilizado e “bárbaro”.⁴ Contudo, o Egito romano não era uma zona com dois polos, mas sim uma província multifacetada, na qual seus habitantes tinham identidades plurais, como podemos perceber nas representações produzidas por eles nos retratos funerários do Faium.

As fontes escritas sobre o Egito romano são vastas, porém, algumas foram escritas pela visão do estrangeiro, o qual descrevia o território egípcio mediante o olhar do outro. A partir da terceira geração dos Anais, com a Nova História Cultural, foi ampliado a natureza das fontes. Possibilitaram o trabalho multidisciplinar, abrangendo outras disciplinas, como a Arqueologia, a qual é de suma importância para a História Antiga. Tendo isso em vista, analisamos retratos funerários que demonstram

e retratos funerários.

3 Segundo Hidalgo de La Vega (2005, p. 277) *oikoumene* é a ideia de um império sem limites de uma fronteira e universal. Sendo assim a dominação romana de todo mundo conhecido.

4 *Chora* corresponde a área rural, contudo no Egito a separação entre urbano e rural não é simples. De acordo com Vasques (2014, p. 48), não havia uma diferença evidente entre o ambiente urbano e rural no território egípcio. Isso se deve pela geografia do Egito, no qual os locais aptos para plantio são as margens do Nilo. Outrossim, os locais próprios para habitação, conforme a crença egípcia, era a leste do rio, pois é onde o sol nasce, sendo a outra margem própria para as necrópoles.

como esta sociedade dialogava com os elementos greco-romanos em conjunto de sua tradição autóctone. Assim, pretendemos investigar como a identidade egípcia foi representada na *Geografia*, Livro XVII, de Estrabão e pelos retratos funerários.

As negociações feitas pela elite egípcia no período ptolomaico e romano

A história do território egípcio é permeada por diálogos com outras culturas. Mediante a localização, o Egito contava com rotas fluviais, marítimas e terrestres, as quais traficavam produtos vindos da costa do Mar Vermelho e do norte da África, com destino ao leste do Mediterrâneo e o Oriente Próximo, desde IV-III milênios a.C. (GARCÍA, 2016, p. 476). Já o diálogo com sociedades banhadas pelo mar Egeu remonta à Idade do Bronze, com os micênicos e minóicos (SILVA, 2013, p. 148). Tãmanha era atividade comercial entre os dois lados do Mediterrâneo, que foi fundada cidade grega Náucratis no Delta do Nilo, e, 650 a.C. (TORALLAS TOVAR, 2005, p. 18).⁵ Apesar disso, a cultura egípcia permaneceu sem grandes mudanças por milênios, um bom exemplo, é a técnica de mumificação e ritual funerário.

Um subgrupo da elite egípcia, crucial para manter a memória coletiva do Egito Antigo foram os sacerdotes, desde o período faraônico. Durante o domínio Lágida, a elite sacerdotal realizava sínodos anuais com o faraó-basileus, que poderiam ocorrer em três cidades: Alexandria, Mênfis ou Canopus (VANDORPE; CLARYSSE, 2019, p. 414). Nesses encontros eram debatidas questões sobre os templos, como ordenamento do edifício e do culto; e a respeito dos sacerdotes, como a respeito dos

⁵ Em suma, os principais produtos comercializados entre gregos e egípcios eram vinho, cerâmica e linho. A fundação de Náucratis e seu comércio intenso ocorria sem interferência dos faraós saítas, pois os governantes, por muito tempo, não deram importância a região do Delta (SILVA, 2013, p. 149).

direitos, privilégios e finanças (PEREIRA, 2013, p. 34). Assim, a Dinastia Ptolomaica estabeleceu negociações com o grupo sacerdotal, mediante a uma comunicação constante. À vista disso, a elite sacerdotal pode manter seu status e poder.

Além dos sacerdotes, veteranos helenos (*clerucos*) constituíam a elite metropolitana. Eram provenientes da Grécia continental, Macedônia e da Trácia, e se assentaram nas terras doadas pelo governo ptolomaico, em grande medida, na região do Faium (SÄNGER, 2015, p. 232). Com o intuito de preservar as tradições helênicas, os *clerucos* e descendentes participavam do *gymnasium*.⁶ Ambiente que poderia receber educação, praticar atividades físicas e socializar com seus pares. Assim, um local de manutenção da memória grega contribuiu para as diversas culturas presentes no Egito se socializarem e atenderem aos requisitos privilegiados para ascender de status, durante o governo ptolomaico.

Com a dominação romana, em 31 a.C. Augusto construiu uma aliança com as elites das metrópoles e evidenciou a cultura grega local com prestígio. Outra mudança social no início da anexação foi a limitação da mobilidade e a elaboração de critérios para considerar um sujeito heleno. Os parâmetros estipulados foram os seguintes: ter terras na *chora*, habitação urbana e participação no *gymnasium*. Os indivíduos que comprovaram esses requisitos eram considerados helenos e membros da elite metropolitana, com isso poderiam alçar cargos no governo, além de certos privilégios, como a diminuição do imposto (*laografia*).⁷ Apesar desta distinção de caráter étnico, se um egípcio habita-se em uma metrópole,

⁶ De acordo com Criore (2005, p. 34-5), *gymnasium* é uma instituição educacional grega, de origem, mas atuava em solo egípcio nas capitais dos nomos. O objetivo deste local era educar, treinar os jovens do sexo masculino, além da função de socialização.

⁷ *Laografia* é o registro no laos (termo para os pagantes do imposto). Este imposto era destinado aos homens entre 14 a 62 anos, incluindo escravos. Os cidadãos romanos, alexandrinos e seus escravos, sacerdotes e sujeitos de cargos oficiais, eram isentos. O valor a ser pago era de acordo com o nomo e os habitantes das metrópoles tinham o imposto reduzido (VASQUES, 2005, p. 17)

tivesse terras na *chora* e participação no *gymnasium*, poderia ser considerado um heleno.

Apesar disso, já não era possível distinguir o cultural egípcio e grego no Egito, pois as duas esferas faziam parte da identidade da elite egípcia como também – de menor ou maior grau – dos demais grupos que compunham a população. Desde o período ptolomaico os egípcios adotaram traços da cultura helena, como o conhecimento do idioma grego, da *paideia*, e nomes helenos.⁸ Igualmente, os casamentos mistos eram uma realidade e desses matrimônios nasciam um sujeito com status de heleno, com nomes duplos, grego e egípcio. De acordo com Marcia Vasques (2019, p. 123),

O uso de nomes duplos (um egípcio e um grego) já era comum no Egito ptolomaico. Mas a prática se expandiu no período romano, principalmente no século II (para quando existem mais papiros) e também no século III – com um diferencial, passou a predominar o uso de dois nomes gregos. Talvez porque no período romano seja importante a marcação da identidade [...].

À vista disso, podemos compreender algumas estratégias de negociação da elite egípcia para se inserir na aristocracia imperial, articulando os elementos prestigiados pelos romanos, os quais já faziam parte de sua identidade. Contudo, eles não deixavam de lado a cultura local, que contribuiria para seu pós-vida. Assim a realidade egípcia era compósita, porém identificada por um estrangeiro, como Estrabão, mediante a construção de polos, por meio de sua identidade e diferença para com o outro.

O Egito greco-romano segundo Estrabão

Nesse contexto multifacetado do Egito romano, Estrabão percor-

⁸ A *paideia* é um conjunto de aprendizados greco-romanos que engloba saberes filológicos, retóricos, oratórios, políticos, mitológicos e literários. Os sujeitos que a proferia poderia ascender socialmente e era prestigiado (LIMA NETO, 2018, p. 73).

reu pelo vale no rio Nilo em conjunto à comitiva de Élio Galio segundo prefeito. Além de residir na capital egípcia, Alexandria, por aproximadamente cinco anos. A empreitada de do autor compunha um objetivo colossal, que era de conhecer toda a *oikoumene* para descrever em uma obra que atenderia às necessidades do governo (Estrabão, *Geographia*, I, 18). Este projeto concluiu-se na escrita da *Geografia*, obra elaborada em dezessete volumes, sendo os dois primeiros compostos por discussão de conceitos, fontes e assuntos gerais, e dados biográficos. Os demais quinze livros são divididos pelas regiões do mundo conhecido, da Ibéria (livro III) até o norte da África, compreendendo no Egito, Etiópia e Líbia (livro XVII).

Para entendermos a representação do Egito de Estrabão é crucial entender seu local de origem. Ele nasceu em Amásia, capital do reino do Ponto, entre 65 a 50 a.C. De família aristocrata da Ásia Menor, possibilitaram a educação do autor com importantes intelectuais de sua época, como Aristodemo e Xenarco. Além disso, a posição de sua ascendência possibilitou viagens pelo Mediterrâneo, como duas para Roma e uma pela província egípcia. Essa mobilidade propiciou o encontro e amizade com outros membros da elite romana e governantes, como o prefeito do Egito.

A *Geografia*, Livro XVII, de Estrabão, descreve o território egípcio mediante dois polos. Nas regiões próximas a Alexandria, atribuía à seus habitantes civilidade, pois identificava práticas análogas aos greco-romanos. Utilizando uma citação de Políbio, Estrabão afirma que os alexandrinos: “não estavam muito inclinados à vida civil, mas eram melhores do que os outros. Pois ainda que eram uma população mista, eram de origem grega e eram conscientes dos costumes comuns helenos” (Est., *Geo.*, I, 18). Além dos indivíduos, os monumentos da capital do Egito foram narrados com aspectos benéficos, como: os templos de divindades helênicas e os edifícios construídos pelos primeiros ptolomeus. De acordo com Clímaco

(2013, p. 86), ao mencionar os monumentos feitos durante o governo dos Lágidas, Estrabão estaria lembrando a fundação de Alexandria e exaltando a origem helena.

Ao caminhar para o sul do Egito, a narrativa recebe um declive, tanto no montante de informações quanto das atribuições dadas por Estrabão. Após o Delta, os espaços não são descritos com notoriedade e os templos a divindades autóctones são mais evidenciados. O povo egípcio é representado como incivilizado, apesar de uma menção a eles serem civilizados, no início do capítulo I, quando comparados aos habitantes da Etiópia. Todavia, o Egito romano compartilhou um ambiente cultural plural, de norte a sul, com traços greco-romanos e autóctones, como consta na cultura material produzida na época.

A narrativa dicotômica não consta apenas a respeito do território egípcio, Bruno Silva (2019) e Guilherme Silva (2021) identificaram esta separação também na Península Ibérica, a região ao sul, banhadas pelo mar Mediterrâneo são consideradas benéficas em contraposição ao espaço ao norte, situados como incivilizados e “bárbaros”. Como nas demais províncias, o Egito romano foi descrito por Estrabão mediante o olhar do outro. Os ambientes com monumentos helenos, próximo ao Mediterrâneo e citadino, eram evidenciados como benéficos, pois assemelhava a concepção de mundo do autor. Já os locais mais ao sul são destacados como o lugar do diferente, pois apresenta uma cultura híbrida, a qual é identificada como não greco-romana e, portanto, na alteridade.

A importância de trabalhar com a cultura material: o caso dos retratos funerários

Com o intuito de compreender a identidade da sociedade egípcia, com o foco nas elites metropolitanas, trabalhamos com a cultura material em conjunto com a fonte escrita. Apesar de ser fulcral para o entendimen-

to da Antiguidade e da história da África, as fontes arqueológicas só foram requeridas pelos historiadores em um passado recente. Só a partir dos anos 1980, os historiadores culturais perceberam a relevância de trabalhar com as fontes arqueológicas (BURKE, 2017, p. 90). Mas afinal, o que é cultura material? De acordo com Norberto Guarinello (2011, p. 162), é o elemento da cultura ligado às práticas, na qual as sociedades modificam a natureza e a transvestem em objetos, constituindo signos e compondo-os de uma linguagem. Ademais, são construídos por meio de relações de poder, com isso analisar como foi produzido determinado objeto contribui para entender seu papel em determinada sociedade (GUARINELLO, 2005, p. 24).

A cultura material que analisamos em nossa pesquisa são retratos funerários, produzidos entre os séculos I e II d.C. Período de fortalecimento da elite metropolitana. A série que utilizamos está presente no catálogo *Ancient faces mummy portraits from Roman Egypt*, de Walker (1997). Escavados entre o final do século XIX e início do XX pelo egiptólogo e arqueólogo William Matthew Flinders Petrie. Em suma, os retratos funerários são peças de linho ou em madeira com a finalidade de repousar na cabeça dos sarcófagos que envolviam os corpos mumificados. A técnica de pintura utilizada amplamente no período romano era a naturalista, podendo ser feita por três métodos: 1- a técnica de encáustica, consiste em uma tinta à base de cera; 2- a têmpera, os traços eram feitos sobrepondo cores e tons sobre uma tela mate; 3- era com a utilização de uma tinta à base de cera diluída em óleo ou em água (BORG, 2012, n.p.).

Na comunicação referente a este capítulo, apresentamos apenas dois retratos do nosso *corpus*, os quais iremos manter neste texto. Contudo, salientamos que em nossa futura dissertação analisaremos um grupo maior. Os retratos investigados são provenientes da necrópole de Hawara, localizado no pseudo Oásis do Faium, no qual em época romana compu-

nha o nomo Arsinoite, com a capital Arsínoe, localizada próxima a este cemitério. O primeiro retrato é denominado de “múmia de Artemidorus, pintada no estuque, com o retrato em encáustica na madeira de tília, com folha de ouro adicionada” (Figura 1), data aproximadamente 100-120 d.C.; e o segundo de “múmia de uma criança, com o retrato em têmpera no linho” (Figura 2), de aproximadamente 40-55 d.C..



Figura 1: Múmia de Artemidorus, pintada no estuque, com o retrato em encáustica na

madeira de tília, com folha de ouro adicionada. Fonte: The Trustees of the British Museum (2023).

Para melhor compreensão, dividimos a análise em: material utilizado, a parte do busto do defunto, e as iconografias no corpo da múmia. O retrato de Artemidorus (Figura 1), foi feito com madeira de tília (*Tilia europaea*), espécie de clima temperado. Sua utilização na região do Faium, no Médio Egito, salienta as transações comerciais dos egípcios com regiões distantes da *oikoumene*, e além do norte romano (TERPSTRA, 2019, p. 66). O ouro também foi utilizado em ambas as múmias, na figura I, com folhas de ouro da coroa de bagas e folhas até os pés do defunto; na figura II, corpo mumificado de uma criança, há botões feitos com o mineral de cor áurea entre bandagens. O ouro, além de ser um material oneroso, representa na tradição egípcia a carne dos deuses, assim ao ser utilizado em múmias associam o defunto às divindades, como também a cor dourada simboliza a vida eterna (VASQUES, 2005, p. 48).

A pintura do rosto e pescoço dos mortos transmitem apreço aos *principes* de sua época. O retrato de Artemidorus possui os cabelos análogos ao imperador Trajano (98-117 d.C.), e o da criança semelhante ao estilo Julio-Claudiano. Ambos retratos apresentam o defunto vestindo uma túnica branca, indumentária recorrente em 68,3% das múmias do sexo masculino da região do Faium.⁹ Além da roupa e estilo dos cabelos, os retratos também poderiam apresentar joias, amuletos e coroas de bagas ou folhas.

Abaixo do busto da múmia há passagens da mitologia egípcia. No corpo mumificado de Artemidorus a iconografia central é em torno de três cenas. A primeira, Anúbis aparece atendendo o defunto, e retirando

⁹ A porcentagem foi calculada mediante o total de corpos mumificados encontrados até o momento e trabalhado no APPEAR (Ancient Panel Paintings: Examination, Analysis, and Research) Project. Disponível no seguinte link: <https://public.tableau.com/app/profile/appear.project/viz/APPEARData/APPEARData>

o coração de um morto, sobre um esquife, a qual em cada extremidade há as deusas carpideiras, Néftis sobre a cabeça e Ísis próxima aos pés. Na segunda cena, Tot e Hórus estão juntos em um ritual de purificação. Por fim, na última cena, a múmia aparece se erguendo diante de um falcão, representando o renascimento no além-vida.



Figura 2: Múmia de uma criança, com o retrato em têmpera no linho. Fonte: The Trustees of the British Museum (2023).

A segunda figura, o corpo mumificado de uma criança, também contém cenas com representações de deuses egípcios. Nela há quatro ce-

nas centrais, divididas em duas fileiras. Na primeira fila, à esquerda, há um sacerdote levantando uma jarra de libação diante de Ra com cabeça de falcão e uma figura utilizando a coroa dupla. À direita há um sacerdote fazendo a leitura de um papiro na presença de Osíris e outros deuses. Na segunda fila, à esquerda, Ísis protege Osíris; e a direita, Néftis repete a ação com Ra-Horakthy.

Diante dos retratos funerários, conseguimos compreender como a sociedade egípcia negociava as identidades que possuíam, não eram apenas culturalmente gregos, romanos e egípcios, mas sim, todas essas identidades reunidas, podendo ser expressadas de acordo com a ocasião. No ritual funerário todas as identidades do sujeito eram reunidas, pois desejavam demonstrar para a sociedade o que foram em vida.

Considerações finais

Compreendemos a sociedade egípcia romana no Principado, construtora de uma cultura própria daquele momento, produzida mediante as tradições de base. Os sacerdotes, que compunham um subgrupo dentro da elite metropolitana, foram fulcrais para manter a memória coletiva, como também para negociar traços greco-romanos para permanecer e/ou alçar status de prestígio. Assim, na esfera da morte, representavam-se com atributos egípcios e greco-romanos, para demonstrarem o seu lugar social no mundo romano, sem deixar sua tradição ancestral, garantiria assim um além vida conforme sua crença.

O governo romano operou na forma de organizar a sociedade egípcia, estruturando uma colaboração e competição dentro da província. Embora fosse prestigiada a cultura helena, a fronteira existente permite conexões com as demais identidades. Apesar desse cenário híbrido no Egito romano, Estrabão não compreendeu desta forma. Na *Geografia*, Livro XVII, o autor identificou no Baixo Egito, principalmente em Ale-

xandria, o lugar análogo à identidade helena, a qual compartilhava. Já no Alto Egito, o autor percebe o diferente e com isso consegue perceber a sua identidade, que é oposta ao que presenciou no sul do vale do rio Nilo. Assim foi construído dois polos no Egito, segundo a concepção de Estrabão. Um norte, civilizado e com atributos benéficos, e um sul, com indivíduos incivilizados, com uma cultura exótica e espaço do “bárbaro”.

Embora, em diferentes graus, os egípcios compartilhavam os conhecimentos helenos, não deixaram de perpetuar as tradições locais. Em grande medida, a memória coletiva egípcia foi mantida pelo grupo sacerdotal, os quais auxiliaram nas negociações com o governo romano. Mantendo diferentes identidades, os egípcios utilizavam conforme o contexto, sendo na esfera da morte o momento propício para abarcar ambas culturas, pois uma identificava seu pertencimento à elite imperial romana, e a outra mantinha a tradição local e garantiria que o morto tivesse um além-vida conforme a crença de seus antepassados.

REFERÊNCIAS

Documentação Primária impressa:

STRABO, *The Geography of Strabo* Book XVII. Translation by H. Leonard Jones. London: Loeb Classical Library, 1967.

Documentação Primária da cultura material:

WALKER, S.; BIERBRIER, M. *Ancient Faces Mummy Portraits from Roman Egypt*. London: British Museum Press, 1997.

Aporte teórico-metodológico:

BURKE, P. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2017.

GUARINELLO, N.L. *Arqueologia e Cultura Material: um Pequeno*

Ensaio. In: BRUNO, M. C. O.; CERQUEIRA, F. V.; FUNARI, P. P. A. (org.). *Arqueologia do Mediterrâneo Antigo: estudos em homenagem a Haiganuch Sarian*. Campo Grande: Life Editora, 2011, p. 161-168.

GUARINELLO, N. L. *Archaeology and the Meanings of Material Culture*. In: FUNARI, P. P.; ZARANKIN, A.; STOVEL, E. (ed.) *Global Archaeological Theory: Contextual Voices and Contemporary Thoughts*. New York: Kluwer Academic/ Plenum Publishers, 2005, p. 19 - 27.

Obras de Apoio:

BORG, B.E. *Portraits*. In: RIGGS, C. (ed.). *The Oxford Handbook of Roman Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2012, E-book.

CRIBIORE, R. *Gymnastics of the mind: Greek Education in Hellenistic and Roman Egypt*. New Jersey: Princeton University Press, 2005.

GARCÍA, J. C. M. O Egito e os desertos circunvizinhos à luz de novas descobertas (IV-III milênios a.C.). *Revista Heródoto*, n. 1, v. 1, p. 458-477, 2016.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Algunas reflexiones sobre los límites del *olkoumene* en el Imperio Romano. *Gerión*, p. 271-285, p. 2005.

LIMA NETO, B. M. *Paideia e ascensão social na África romana: a biografia de Apuleio de Madaura (séc. II d.C.)*. *Heródoto*, n. 2, v. 3, p. 72-87, 2018.

PEREIRA, R. G. G. *Helenização e Egípcianização: Re-construção de Identidades no Egito Helenístico*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas: 2013.

SÄNGER, P. *Military immigration and the emergence of cultural or ethnic identities: the case of Ptolemaic Egypt*. In: DERCA, T.; ŁAJTAR, A.; URBANIK, J. (ed.). *The Journal of Juristic Papyrology*. Warszawa: Fundacja im. Rafała Taubenschlaga. v. XLV, 2015, p.

229-253.

- SILVA, T. R. da. *Construtos de gênero no Egito Ptolomaico: uma proposta de leitura das cartas gregas e demóticas*. 2012. Dissertação em Letras apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Judaicos e Árabes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- SILVA, B. dos S. *Entre o Atlântico e o Mediterrâneo: os processos de integração na Turdetânia ao final do primeiro milênio a.C.* 2019. Tese (Doutorado em História) - *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo*, São Paulo, 2019.
- SILVA, G. de A. *Estrabão e o Domínio Romano sobre a Ibéria: um Estudo à luz dos Conceitos de Isotopia e Heterotopia (27 a.C. - 23 d.C.)*. 2021. Dissertação (Mestrado em História) - *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo*, Espírito Santo, 2021.
- TERPSTRA, T. The materials of mummy portraits in the context of the Roman Economy. In.: RÖNKKÖ, E.; TERPSTRA, T.; WALTON, M. (ed.). *Portrait of a Child: Historical and Scientific Studies of a Roman Egyptian Mummy*. 2019, p. 63-71.
- TORALLAS TOVAR, S. *Identidad lingüística e identidade religiosa em el Egipto greco-romano*. Barcelona: Reial Acadèmia de Bones Lletres. 2005.
- VANDORPE, K.; CLARYSSE, W. Cults, Creeds, and Clergy in a Multicultural Context. In.: VANDORPE, K. (ed.). *A Companion to Greco-roman and Late Antique Egypt*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2019, p. 407-427.
- VASQUES, M.S. Egito Romano: entre tradição, memória e renovação. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 32, p. 120-130, 2019.
- VASQUES, M.S. Espaços urbanos e relações de poder no Egito romano. *Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos*, n. 3, p. 47-64, 2014.

VASQUES, M.S. *Crenças funerárias e identidade cultural no Egito romano: máscaras de múmia*. 2005. Tese em Arqueologia apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

Sites de apoio:

The APPEAR Project Data. c.2023. Disponível em: <https://public.tableau.com/app/profile/appear.project/viz/APPEARData/APPEARData> Acesso em: 22 jan. 2023.

THE TRUSTEES OF THE BRITISH MUSEUM. *Human mummy; cartonnage; mummy-case*. c.2023. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/Y_EA21810 Acesso em: 20 jan. 2023.

THE TRUSTEES OF THE BRITISH MUSEUM. *Human mummy; mummy-case; cartonnage; burial-cloth; mummy-wrapping*. c.2023. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/Y_EA21809 Acesso em: 20 jan. 2023.

O afastamento de Dona Maria I: uma questão de gênero?

Anny Barcelos Mazioli¹

UFES / Universidade de Coimbra

anny.mazioli@gmail.com

Introdução

Existem muitos debates acerca da memória construída sobre Dona Maria I. Louca ou piedosa? Nota-se que são diferentes estereótipos de feminino que recaem sobre a figura da primeira rainha de Portugal. Existem algumas produções acadêmicas no Brasil sobre a vida de Dona Maria I, mesmo que este seja um tema pouco estudado entre os historiadores brasileiros. Em Portugal, são mais comuns estudos que versam sobre a monarca e sua vida; seu adoecimento; e a relação que tinha com seus súditos.

Entre os trabalhos pioneiros dedicados à biografia da primeira rainha reinante lusa está, no Brasil, uma dissertação de mestrado defendida em 2018 por Ana Lúcia Abenassif no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Esta inaugurou os trabalhos acadêmicos sobre Dona Maria I no país. Esse trabalho possui um caráter biográfico e descreve a história de vida da monarca. Anterior à referida dissertação de mestrado, há um artigo do historiador Bruno da Silva Antunes de Cerqueira (2014), publicado na revista *Cadernos ASLEGIS*, que resume os principais aspectos da vida da primeira chefe

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo em regime de cotutela com a Universidade de Coimbra. Contato: anny.mazioli@gmail.com.

de estado portuguesa que viveu no Brasil. A produção publicada mais recentemente no Brasil é uma biografia comercial de Mary del Priore (2019).

Já em Portugal, essa lista cresce bastante. Um dos primeiros trabalhos produzidos que versa sobre a trajetória de Dona Maria I faz parte da coletânea *Rainhas de Portugal*, de autoria de Francisco da Fonseca Benevides, cuja primeira edição foi publicada ainda no século XIX. Um dos trabalhos mais conhecidos e conceituados em Portugal sobre Dona Maria I é a revisão de seu reinado escrita por Caetano Beirão, cuja primeira edição data de 1934². Há a biografia de Oliveira Ramos, publicada em 2007, e uma biografia ainda mais recente – o texto de Sofia Oliveira e Marta Nunes – que faz parte de uma coleção chamada *Reis e rainhas da nossa história*. Ainda de caráter biográfico, há o livro da historiadora da arte Jennifer Roberts: *Dona Maria I: a vida notável de uma rainha louca*, lançado em 2013. Como importante produção de historiadores acerca de Dona Maria, não podemos deixar de citar os dois livros de Isabel Ferreira da Mota: *D. Maria I, a piedosa: dinastia de Bragança, 1777-1816*, publicado em 2009, e *Dona Maria I: a piedosa, 1734-1816*, publicado em 2011. Já sobre o contexto histórico em que Dona Maria viveu, há a obra de Mário Domingues, publicada em 1972³. Editada em 2003, a correspondência de William Beckford tem sido fonte importante de informação sobre a corte da Rainha e até mesmo de certos momentos específicos vivenciados pela soberana.

A investigadora Alice Lázaro compilou diversos documentos importantes sobre a vida de Dona Maria I em seus livros: *A virtuosa arte de reinar nos parabéns à rainha Dona Maria I pelo seu confessor Timóteo de Oliveira* (2016); *Com o mais fino amor: cartas da Rainha Dona Maria I para a Filha* (1785-1787) (2014); e *O reinado do amor* (2013). Entre

2 *Dona Maria I, 1777-1792: subsídios para a revisão da história do seu reinado*.

3 *Dona Maria I e sua época: evocação histórica*.

os livros comerciais, que não foram escritos por especialistas, podemos listar a obra de Alexandre Honrado: *D. Maria I: nem todas as loucas são piedosas*, publicado em 2007, e o Livro de Isabel Stilwell: *Dona Maria I: uma rainha atormentada por um segredo que a levou à loucura*, publicado em 2018.

Um estudo em especial busca compreender o adoecimento emocional de Dona Maria, produzido primeiramente como dissertação de mestrado de Ana Catarina Necho na Faculdade de Letras da Faculdade de Lisboa. Esse trabalho foi publicado pela editora Chiado em 2016 com o título *A melancolia do poder: representações e imagens de Dona Maria I, a piedosa*. Necho (2016) tentou desvelar os traços de melancolia da rainha ao longo de sua vida e levanta a possibilidade de a rainha ter sido acometida de uma melancolia histórica.

Luísa V. de Paiva Boléo publicou diversos livros, entre os quais se destaca *D. Maria I. A Rainha Louca* (2009). Apesar de a autora ser mestre em história, esse livro está classificado como literatura biográfica. Outra historiadora que escreveu sobre Dona Maria I foi Maria do Céu Borrêcho, que publicou um artigo intitulado “*D. Maria Francisca: de Princesa da Beira a Princesa do Brasil*” (2016), defendeu sua dissertação na Universidade Nova de Lisboa sobre a formação da primeira rainha de Portugal, em 1993, e, atualmente, está produzindo uma tese de doutorado cujo título será *O campo da cultura no tempo de D. Maria I (1777-1792): Intelectuais, sociabilidades e Corte, entre continuidades e rupturas*.

É evidente que não há espaço em um artigo para apresentar um estado da arte mais denso acerca da historiografia sobre Dona Maria. Nosso intuito ao apresentar esse levantamento é orientar futuros estudos acerca da monarca e demonstrar ao leitor aquilo que já foi produzido sobre o tema. Feito isso, passemos à reflexão teórica na qual se baseia a hipótese do presente texto.

Questões iniciais

Nossa reflexão teórica está baseada em dois questionamentos centrais: (1) como as mulheres foram afastadas das posições de poder na sociedade? E (2) como funciona a dominação masculina na sociedade patriarcal que mantém as mulheres fora dos espaços de tomadas de decisão? Para tanto, consideramos dois autores como essenciais: Gerda Lerner, em seu livro *A criação do Patriarcado* (2019) e Pierre Bourdieu em *A dominação masculina* (2019).

Segundo Lerner, “em qualquer momento específico da história, cada ‘classe’ é constituída de duas classes distintas – homens e mulheres.” (LERNER, 2019, p. 264). A obra de Lerner descreve como se formou a estrutura patriarcal que inferioriza e oprime as mulheres, mantendo-as aliadas dos espaços de poder, ao analisar as sociedades mesopotâmica e a hebraica. Em um primeiro momento, as mulheres tinham mais poder de culto, pois representavam a fertilidade a partir da figura da Deusa-mãe. A fertilidade era muito importante para as primeiras sociedades e isso motivava a criação de cultos a deusas femininas e permitia um certo espaço de poder na sociedade para suas sacerdotisas. Paralelamente à criação do Estado arcaico, a importância da fertilidade feminina passou a ser menor do que a da semente masculina, tornando possível que os homens e a figura masculina da divindade dominassem a relação na cosmogonia. As deusas, portanto, perderam espaço para as figuras masculinas de divindades. Esse destronamento foi perpetrado por líderes e sacerdotes homens que visavam fins políticos. Entre os acontecimentos sociais que favoreceram esse processo, Lerner cita o aumento do militarismo, com suas lideranças masculinas, a formação de um Estado com a autoridade de reis e a invenção da escrita, que fez com que a importância do nomear (masculino) se tornasse maior que a do gerar (feminino).

Lerner ressalta a criação do mito do casamento sagrado como um

processo de domesticação da força da Deusa-mãe. Dessa forma, “foi a hegemonia dos homens sobre o sistema de símbolos que, de forma decisiva, prejudicou as mulheres.” (LERNER, 2019, p. 269). A hegemonia masculina sobre o sistema de símbolos se deu por dois fatores: (1) privação educacional das mulheres e (2) monopólio masculino sobre sua definição. Assim, os homens se apropriaram e depois transformaram os principais símbolos de poder feminino, construindo teologias baseadas na metáfora da procriação que definiram a existência feminina como restrita e dependente; a mulher como desvio, mutilada e sem autonomia. Dessa forma, os homens se colocaram no centro do discurso.

A origem do patriarcado apresentada por Lerner dialoga com o conceito de Dominação Masculina definido por Bourdieu como determinante da estrutura atual. A dominação masculina está inscrita em toda a ordem social e opera na obscuridade dos corpos, pois há processos muito profundamente infundidos que organizam a sociedade sob o primado da masculinidade. É a visão dos homens, androcêntrica, que perpetua a divisão sexual e da reprodução, assim como a divisão do trabalho. O papel dos gêneros está inscrito sob uma construção histórica que advoga pela essência natural dos corpos; esse discurso de suposta essência é exposto de forma indiscutível para que se ratifique e se perpetue. A sociedade masculina ganha força pois legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada (BOURDIEU, 2019, p. 45, 46).

Bourdieu afirma que instituições como a Igreja, o Estado, a escola e a família são as responsáveis por proporcionar e garantir essa permanência. O autor destaca o papel da família como principal reprodutora da dominação, pois impõe a divisão do trabalho precocemente entre meninos e meninas. A ordem masculina se inscreve na ordem social quando as instituições impõem e inculcam a exclusão das mulheres das tarefas mais

nobres, o que as mantêm inferiorizadas ao atribuir-lhes tarefas penosas e sem valor social (BOURDIEU, 2019, p. 140-143). Esse princípio de divisão androcêntrico opõe a casa, reservada às mulheres, ao lugar de assembleia ou de mercado, reservado aos homens. A ordem social é uma imensa máquina simbólica que ratifica a dominação masculina, e esta parece até mesmo dispensar justificação, já que se institui como neutra. Portanto, tanto a sexualidade quanto o gênero são invenções históricas, as quais Bourdieu nos conclama a des-naturalizar ao historicizar (BOURDIEU, 2019, p. 137).

Para essa perspectiva do gênero natural feminino, ser feminina é evitar qualquer traço de virilidade. É negar qualquer direito ao poder, associado à virilidade (BOURDIEU, 2019, p. 162). Se o Estado, a cultura e a estrutura social historicamente retiram da feminilidade a capacidade de liderar e tomar decisões, retiram da mulher a possibilidade de ocuparem lugares de poder na sociedade. Dentro dessa lógica, Dona Maria I, ao assumir a autoridade do reino de Portugal como sua primeira rainha reinante, enfrentou, mesmo que de forma inconsciente, o desafio pessoal de ser uma liderança feminina em uma sociedade que destinava outro papel à mulher e a fazia estar cercada de homens no desempenho de sua função. Antes da dificuldade do trono, a própria formação de uma monarca mulher era desafiadora: como ensinar uma menina a desempenhar o que é ser feminina e, ao mesmo tempo, prepará-la para exercer autoridade?

A formação de Dona Maria I: preparada para ser chefe de Estado?

Cada mulher emergente foi educada no pensamento patriarcal (LERNER, 2019, p. 278). A formação de Dona Maria I não seria diferente. Existe um debate histórico acerca da preparação da primeira rainha de Portugal para exercer seu papel de liderança, mas ainda não foi possível localizar grandes informações sobre a educação de Dona Maria I. Por

isso, apresentaremos, de forma breve, algumas informações sobre a educação de Sua Majestade, presentes em diversas obras. Benevides (1878, p. 485) afirma que no início da vida da infanta não insistiram muito em sua instrução, visto que esta tinha uma compleição delicada. No livro de Oliveira Ramos (2010, p. 43), encontramos uma crítica à educação de Dona Maria: não foi de qualidade proporcional à de Luís XIV, mas como quem afirmou isso não teve acesso à biblioteca escolar da infanta, essa crítica deve ser relativizada.

A educação de Dona Maria aconteceu em conjunto com suas três irmãs. De acordo com Beirão (1944, p. 30, 31), a infanta aprendia fervorosamente os dogmas católicos e as práticas de devoção desde a mais tenra idade e apresentava boa capacidade de memorização e facilidade em aprender. Possuía competências intelectuais extraordinárias e se dedicava à leitura, às artes e à música. Também foi apresentada à equitação, à pintura e ao desenho como parte da educação régia. Maria Borrecho (1993, p. 113) diz que há a possibilidade de a instrução de Dona Maria I ter recebido influências iluministas. Duas figuras importantes em sua formação foram a aia e o confessor; a aia cuidava dos ensinamentos sobre a corte e o confessor da conduta segundo os dogmas da Igreja.

De acordo com Catarina Necho (2016, p. 51), a educação da princesa mereceu a atenção e o cuidado como se se tratasse de um herdeiro varão ao trono; mesmo sendo um elemento feminino, sua educação teria a mesma base que a de um elemento masculino, mas com prerrogativas diferentes. Francisco Antonio Martins Bastos se refere à infanta como uma perfeita princesa “pia, devota, sabia, affavel, liberal, benévola, pacífica, enfim herdeira, não só dos Estados senão das virtudes, e perfeições que o Reyno, a Europa e o mundo reconhecem e admirão em seos Augustos Pais.” (1854, p. 206). Já Mário Domingues (1972, p.50) tece os seguintes comentários acerca de sua educação:

D. Maria Francisca, princesa do Brasil, fora educada com todo o esmero, em sólidos moldes clássicos conforme se exigia na sua época. E muito aproveitou, porque dispoñdo de uma inteligência dútil e penetrante pouco vulgar, de compreensão fácil e sensibilidade delicada, a cultura veio enriquecer e valorizar as suas qualidades naturais. Bondosa de coração, religiosa por índole, preocupava-se em pôr ao serviço do Bem o que de essencialmente humano continha a doutrina cristã de que se impregnara desde a infância.

A falta de referenciais de mulheres poderosas registradas na História torna o protagonismo feminino muito desafiador para as mulheres. Assim, “a mulher emergente encara um desafio à própria definição de si mesma” (LERNER, 2019, P. 277). Algumas figuras foram essenciais na formação de liderança por identificação de Dona Maria, como sua avó Maria Ana de Áustria (1683-1754) e sua mãe Dona Mariana Vitória (1718-1781), que exerceram a regência nos períodos de doença de Dom João V (1689-1750) e Dom José I (1714-1777), seus respectivos maridos.

O casamento com o tio e o antagonismo de Dom José I ao reinado de Dona Maria I

De acordo com as Cortes de Lamego (século XII) – uma assembleia que reuniu as cortes em 1143, com a participação de elementos do clero, da nobreza e do povo – era proibido que futuras rainhas se casassem com estrangeiros:

Se o Rei de Portugal não tiver filho varão, e tiver filha, ela será a Rainha tanto que o Rei morrer; porém será deste modo, não casará se não com Português nobre, e este tal se não chamará Rei, se não depois que tiver da Rainha filho varão. E quando for nas Cortes, ou autos públicos, o marido da Rainha irá da parte esquerda, e não porá em sua cabeça a Coroa do Reino. Dure esta lei para sempre, que a primeira filha do Rei nunca case senão com português, para que o Reino não venha a estranhos, e se casar com Príncipe estrangeiro, não herde pelo mesmo caso; porque nunca queremos que nosso Reino saia fora das mãos dos Portugueses, que com seu valor

nos fizeram Rei sem ajuda alheia, mostrando nisto sua fortaleza, e derramando seu sangue (COSTA, 1955, p. 31-34).

Apesar desse embargo imposto pela referida lei, que faz parte da fundação do reino de Portugal, houve várias tentativas de casar a princesa com príncipes estrangeiros. Entretanto, D. João V achou que a melhor solução seria casá-la com seu tio paterno Pedro. Tal decisão provocou reações contrárias ao enlace, tanto por diplomatas franceses quanto ingleses.

Dom João V escolheu seu filho Pedro, irmão do pai de Dona Maria, para casar-se com ela. Para tanto, foi preciso fazer um pedido de dispensa eclesiástica ao Papa, em 1743, que foi concedido. As regras que proibiam o casamento entre parentes próximos não se aplicavam a monarcas. O casamento da primeira rainha reinante de Portugal seria um reforço da unidade da casa e fundamental na transmissão do patrimônio e da propriedade. Pela atuação de Dom João V, a primeira filha de Dom José se tornaria a primeira mulher a governar o país. Ao que parece, o desconforto provocado por tal possibilidade era tamanho que se cogitou, inclusive, a criação de uma lei sálica (ABENASSIF, 2018, p. 32).

De acordo com as considerações finais de Necho (2016, p. 196), Dona Maria apoiava-se em sua mãe, Dona Mariana Victória, e em seu tio, então esposo, Dom Pedro III, para tomar suas decisões, sobretudo as decisões políticas.

Dom José e seu ministro de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo (1689-1782), conhecido como Marquês de Pombal, não escondiam a preferência de que Dona Maria I cedesse seu lugar ao trono para o filho primogênito José. Marquês de Pombal, enquanto funcionário do rei, excluiu a futura rainha do conselho de Estado, por isso, Necho (2016, p. 98, 99) diz que ela não estava a par das decisões políticas a tomar e isso a fez despreparada para o peso da governança.

A educação do filho primogênito da rainha foi controlada e defi-

nida pelo Marquês de Pombal, a pedido de Sua Majestade: esta visava o prosseguimento da política pombalina caso o príncipe acendesse ao trono. Pombal sabia que era desafeto da futura rainha e de seu marido, portanto, tendo o rei como articulador, Pombal executou um plano para que seu filho José ascendesse ao trono em seu lugar. O príncipe Dom José substituiria a mãe no trono, segundo o ensejo de Pombal e de Dom José I. Desde 1770, já se falava desse plano em Lisboa, mesmo tendo o príncipe apenas nove anos de idade. O monarca compartilhava dos planos de Pombal, que consistiam em Dona Maria Francisca renunciar aos seus direitos de sucessão, que passariam a seu primogênito, e o avô abdicaria em seu favor. Assim, Pombal manteria seu poderio (MONTEIRO, 2008, p. 315-316).

De acordo com Antonia Fraser (2000, p. 26), historiadora inglesa, era comum que se visse um governante homem como a ordem natural do Antigo Regime; assim, era comum desejar um comando masculino. No entanto, a grave doença do rei retirou seu poder político, dando espaço para que Dona Mariana Vitória garantisse a sucessão ao trono para a sua filha.

Inseguranças retratadas em cartas enviadas a Teresa de Mello, priora do Convento da Estrela.

Na Biblioteca Nacional da Ajuda, tivemos acesso a cartas enviadas por Teresa de Melo, futura priora do Convento da Estrela e amiga pessoal da Princesa da Beira antes de sua aclamação. O teor das cartas de Teresa indica que a confidente se preocupava em convencer a futura rainha de que seu reinado estava nos planos de Deus, que ela seria abençoada por Ele em sua governança e não perderia a razão.

É impossível acessar os sentimentos de Dona Maria confidenciados a Priora, pois esta destruía as cartas assim que as lia, uma vez que a ordem a que pertencia não permitia que tivesse bens pessoais. Assim, o trabalho

do historiador nesse caso se torna mais desafiador, tendo em vista que precisamos perceber o estado emocional da futura monarca pelas sutilezas do discurso de Teresa de Melo. Este nos evidencia um estado de intensas dúvidas acerca de sua capacidade para governar ou de ser a mais indicada para assumir o trono. Por outro lado, contra argumentava Teresa de Melo que o governo de Dona Maria seria o Reinado do Amor do Sagrado Coração de Jesus, em contraposição ao governo protagonizado por Pombal e Dom José (LÁZARO, 2013). Segundo a confidente, havia um propósito maior, divino, para o governo de Dona Maria I e Deus a abençoaria com o que ela necessitasse para uma boa governança⁴. Inclusive, em uma das cartas enviadas por Teresa de Melo, há exortações a Dona Maria para que creia que tem memória e percepção para o governo do reino, e de que “não há-de enlouquecer, nem tem jeito nem sinais disso, e de que deve, pelo contrário, tratar de conservar a saúde e não se afligir” (Cartas da Priora da Estrela à Dona Maria I, 1777, nº 214).

Dona Maria I: Coroação e reinado

Apesar de todas as conjecturas acerca de sua ascensão ao trono, logo após a morte de Dom José I, Dona Maria Francisca recebeu em seus aposentos os quatro ministros de Estado que lhe beijaram a mão como soberana, inclusive Marquês de Pombal (MOTA, 2011, p. 426). De acordo com Ramos (2015, p. 63), o mesmo Dom José deixou à princesa herdeira, Dona Maria, um texto com recomendações. Dona Maria foi aclamada e coroada em 13 de maio de 1777, enfim soberana do reino.

Como rainha, seu reinado tem ficado conhecido como a “viradeira”, ao que Mota (2011, p. 427) salienta que “não nos parece de todo correcta.

⁴ Essas informações podem ser encontradas nas cartas enviadas por Dona Teresa de Mello a Dona Maria I presentes na Biblioteca da Ajuda sob os códices: BA – 54-IX-41, nº 211, BA – 54-IX-41, nº 212, BA – 54-IX-41, nº 212; BA – 54-IX-41, nº 225; BA – 54-IX-41, nº 227; BA – 54-IX-41, nº 239.

A contestação à figura política do marquês de Pombal, que se multiplicou em folhetos e manifestações, não se traduziu numa ruptura com a situação política anterior, antes pelo contrário”. Ou seja, apesar da libertação dos presos políticos por recomendação de seu pai parecer uma ruptura, muitas das diretrizes governamentais do período anterior se mantiveram:

embora alterando a orientação mercantilista do reinado anterior, na tendência para um acentuado liberalismo em todos os setores da vida nacional, muitas estruturas de governo mantiveram-se com a ascensão de Dona Maria I ao trono. A política das Luzes difundiu-se, por obra de um maior contacto com as ideias e publicações de cariz enciclopedista e de uma fiscalização menos rígida quanto à censura literária. Também o Santo Ofício perdeu uma parte da sua força religiosa (SERRÃO, 1990, p. 294).

Serrão (1990, p. 295), em sua *História de Portugal*, diz que Dona Maria havia vivido “com o marido na sombra do progenitor” e, por isso, não tinha “qualquer conhecimento dos negócios públicos. Não foi, por isso, orientada para o duro ofício de reinar, porque o seu espírito não tinha essa propensão ou porque o marido era desprovido de talento político”. Essa afirmação nos parece um tanto quanto problemática, já que o autor não a sustenta com fatos ou circunstâncias reais; nos parece um discurso de gênero que aloca uma mulher sob as figuras masculinas que a cercam e retira dela a possibilidade de ter características de liderança por si.

Mesmo com a perda de espaço do Santo Ofício, as relações com a Santa Sé desenvolveram-se sob o governo de Dona Maria em excelente clima, que contrasta com as tensões que marcaram o período pombalino (RAMOS, 2015, p.139). Característica maior do reinado de Dona Maria I é uma nova sociabilidade que se desenvolve em Lisboa: “uma vida social muito activa e movimentada para a elite lisboeta, que inclui passeios, festas, concertos, bailes, jantares e reuniões” (MOTA, 2011, p. 444, 445). Além disso, com a realeza de Dona Maria, deu-se um novo impulso nas

relações comerciais (SERRÃO, 1990, p. 306). Segundo Serrão (1990, p. 309),

Não era lisonjeira a opinião dos estrangeiros sobre o estado do País (entre 1785 a 1789). A administração pública mantinha um ritmo lento, pouco actuante em política interna e numa defensiva permanente na diplomacia. O mesmo testemunho refere a admiração pelo viver de uma sociedade que não antevira as grandes mudanças em curso na Europa. (...) Daí que o marquês de Bombelles afirmasse estar a nação em retrocesso depois do “memorável ministério” do Marquês de Pombal, no que se fazia eco da opinião corrente.

Caetano Beirão nos parece discordar veementemente da afirmação acima (1944, p. 399-409), haja vista que advoga que o reino de Dona Maria caminhava muito bem à época em que se sucedeu o abatimento da rainha: “excepcionalmente favorável, se não brilhante, a situação de Portugal ao atingir seu termo o reinado efectivo de Dona Maria I”. Da mesma forma, Mário Domingues (1972, p. 15) se refere ao governo de Dona Maria de forma elogiosa: “A obra governativa de D. Maria I ficou assinalada na história como sendo, sem dúvida, das mais válidas realizadas por um monarca em toda a dinastia de Bragança.”.

6. A doença e o afastamento de Dona Maria I

Ao questionar quais foram as causas da vesânia de Dona Maria I, Caetano Beirão argumenta que este é um caso tão complexo que ele não se atreve nem a aventar uma hipótese. Beirão refuta a atribuição, feita por outros historiadores, do adoecer da monarca à atuação de José Maria de Melo, confessor de Dona Maria a partir do final de 1788 (BEIRÃO, 1944, p. 409). Essa atribuição ainda é sustentada por outros historiadores, como Necho (2016, p. 159), que argumenta que o confessor pressionou para que Dona Maria I restabelecesse os Távora⁵, condenando as ações

⁵ Em 1759, os Távora foram sentenciados à morte após serem acusados de suposto envolvimento no atentado contra D. José, em Setembro do ano anterior. Cf.: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. História de Portugal Volume VI O despotismo iluminado (1750-

de seu antecessor. Isso colocaria a rainha em uma situação muito difícil, pois seria acusar seu próprio pai e desrespeitar sua memória. Essa situação entre a salvação da alma do pai, sua memória e o processo dos Távora realmente parecia preocupar Dona Maria (BEIRÃO, 1944, p. 410). Entretanto, algo que realmente pode ter abalado as emoções da rainha foram as seguidas mortes de pessoas próximas, amadas por ela, como o seu confessor Frei Inácio de São Caetano, seu primogênito José, sua filha Mariana Vitória, seu neto, seu genro Dom Gabriel e seu tio, rei de Espanha, em 1788 (ABENASSIFF, MERLO; 2022, p. 193-195).

Beirão também dá crédito ao efeito das notícias acerca da Revolução Francesa sobre o estado de espírito da Rainha, bem como salienta a dificuldade de Sua Majestade em tomar decisões sem o auxílio de sua mãe e de seu marido, ambos já falecidos (BEIRÃO, 1944, p. 410). No parágrafo seguinte, o próprio Caetano Beirão, escrevendo na década de 40 do século XX, incorre em um discurso de gênero sobre as mulheres em funções de governação:

Não ignoramos como a rainha se esforçava por estar ao facto de todos os negócios do Estado e por lhes dar criterioso despacho. Quem sabe o quanto esse esforço terá contribuído para transformar aquele cérebro de mulher, que se mostrara sempre melancólico, receoso, cheio de nobres, mas esgotantes preocupações (BEIRÃO, 1944, p. 410, grifo nosso).

É preciso problematizar este trecho, pois assim como ao longo da vida de Dona Maria, como atestamos aqui, houve dúvidas acerca da capacidade de governança de uma mulher; a historiografia produzida mais de um século após sua morte ainda atribui o adoecer à incapacidade de um “cérebro feminino” lidar com as questões de liderança na esfera pública.

O temperamento de Dona Maria é associado sempre a um teor melancólico, como relata o então Secretário de Estado dos Negócios Estran-

geiros no governo mariano, Luís Pinto de Souza Coutinho: “esta Senhora sempre teve um temperamento triste, e sujeito a afecções nervosas, o seu gênio era de grande mansidão e hum tanto tímido” (COUTINHO, 1792, apud ALMEIDA; BRANDÃO, 1937, p. 339). No entanto, Beirão argumenta que as cartas enviadas pela monarca à família real espanhola mostram que ela esteve com saúde até o final de 1791 e o início de 1792. Os primeiros sintomas de uma melancolia-doença são exibidos em outro documento escrito por Coutinho:

Desde os princípios de outubro [de 1791], se lhe principiou a descobrir uma grande melancolia, afliçoens nocturnas, sonos interrompidos, e abatimento de espírito; isto continuou com pouca diferença até os fins de dezembro e no princípio de janeiro se sangrou Sua Majestade por Concelho dos Médicos; depois deste termo tem crescido a moléstia progressivamente, e ha nove dias se lhe tem exaltado a ponto que se recêa muito hum frenezim completo (COUTINHO, 1792 apud BEIRÃO, 1944, p. 412).

Esses primeiros sintomas de agravamento⁶ da melancolia parecem ter aparecido em outubro de 1791, mas somente no início de 1792 a rainha começou a apresentar delírios e a questionar entre os integrantes do gabinete se ela teria condições de permanecer na governação do reino. Esses delírios foram descritos em um ofício de 22 de fevereiro enviado a Londres:

continua o delírio quase permanente, ainda que com alguns intervalos de razão e falando a propósito; porém voltando pela maior parte à primeira que a afetou, de se achar condenada e de não ter remédio a sua salvação, vacilando algumas vezes em que já está morta e em que não tem entranha alguma (Ofício transcrito em BEIRÃO, 1944, p. 416).

6 Dizemos agravamento pois Ana Catarina Necho, com base em uma carta enviada pela rainha a sua prima após a morte de sua, atesta que o transtorno de Dona Maria I começou a verificar-se a partir de 1781. Na ocasião a rainha diz: “Vossa alteza que procure moderar a minha afflicção receando que possa prejudicar a minha saude”. AGS., ESTADO, Legajo — 7337.

Assim, foi feito um pedido de afastamento pelos homens do gabinete real e pelo conselho de ministros presidido por José de Seabra da Silva, que determinou que o príncipe Dom João deveria substituir a mãe e assumir como regente enquanto a rainha não melhorasse. O pedido de afastamento foi assinado por Marquês de Ponte de Lima, Martinho de Mello e Castro, José de Seabra da Silva, e Luís Pinto de Souza, membros do conselho de Estado.

Para que Dona Maria I fosse afastada, foi encomendado um diagnóstico sobre seu estado, que foi assinado por doze médicos homens,⁷ datado de 10 de fevereiro de 1792. Nesse diagnóstico com forças de documento de estado foram sondados “quesitos e respostas dos professores sobre a saúde de Sua Majestade, no estado em que se acha”. Estes estavam estruturados na resposta a quatro perguntas: (1) “se a sua moléstia dá esperança próxima de melhoras”; (2) “se haverá demora no perfeito restabelecimento”; (3) “se é compatível com o restabelecimento alguma aplicação de Sua Majestade nos negócios do governo”; (4) “se atualmente será prudente tocar a Sua Majestade nestas coisas sem risco de alterar o programa do seu restabelecimento”. Ao passo que os doze médicos responderam coletivamente da seguinte maneira: “Nós médicos abaixo assinados em conferência respondemos ao primeiro quesito desta proposta negativamente, ao segundo afirmativamente, ao terceiro e quarto negativamente (Parecer de junta médica, 1792).”.

Este foi o fim provisório do governo da primeira mulher reinante de Portugal. Os assuntos de Estado foram assumidos por seu filho Dom

7 Lista-se aqui os nomes dos doze profissionais que assinaram o documento citado acima: Dr. António José Pereira; Manuel de Moraes Soares; António Soares de Macedo Lobo; Joaquim Xavier da Silva; Maurício José Álvares de Sá; José Vicente Borzão; José Martins da Cunha Pessoa; José Correa Picanço; Feliciano António de Almeida; Francisco José de Aguiar; Francisco José Pereira; José Pereira da Cruz; Manuel Dias Baptista; Manuel Luís Álvares de Carvalho; Inácio Tamagnini; Francisco de Melo Franco; José Álvares da Silva.

João VI, como regente:

Deferindo-se o exercício da administração pelo notório impedimento da moléstia da Rainha minha Senhora e Mãe a quem nela decisão dos professores seria nociva a aplicação à negócios os cuidados da expedição dellas. Cedendo às circunstâncias que constituem uma necessidade. Publica-se constante vontade da mesma Senhora oportunamente insinuada: Resolvi assistir e prover ao Despacho em nome de Sua Majestade (...) (Decreto do Príncipe Dom João, 10 de fevereiro de 1792).

Após sete anos, sem melhora da doença que acometeu a rainha em 1792, Dom João nomeou-se regente do reino e este passou a assinar em nome próprio. Existiram facções no seio da corte, pois houve grande discordância: por exemplo, José de Seabra da Silva não apoiou o príncipe regente na ocasião da decisão de 1799, e por isso foi demitido e desterrado. Esse foi o fim permanente do período de reinado de Dona Maria I, que ficou afastada de suas funções até 1816, ano de sua morte em solo americano.

Conclusão

A questão levantada por este texto é extremamente complexa de ser respondida com uma afirmação plena. O afastamento de Dona Maria foi uma questão de gênero? Infelizmente, não consideramos possível uma resposta definitiva para essa pergunta. No entanto, apesar do caráter da doença emocional de Dona Maria ter tornado impraticável que ela acompanhasse os assuntos de governo ou tomasse decisões, ao longo dos difíceis contextos que marcaram o período que antecedeu seu afastamento, percebemos que houve um movimento para evitar que uma mulher assumisse uma função de poder entre os homens da sociedade setecentista. De acordo com o referencial teórico utilizado, há um inegável aspecto de dominação masculina na sociedade portuguesa do Setecentos, o que tor-

na o desempenho da função de Dona Maria como chefe de Estado algo extremamente complexo até para a própria rainha. A cultura patriarcal de seu tempo histórico a fez duvidar da sua própria capacidade para assumir a governança do reino português, conforme preconizava o rei Dom José e Marquês de Pombal, e como constatamos nas cartas de Teresa de Melo a sua amiga, Dona Maria.

Ao tentar refletir sobre o contexto apresentado, parece importante destacar que D. Maria I não foi a única monarca a sofrer com transtornos mentais. Podemos citar alguns outros casos como Jorge III de Grã-Bretanha (1738-1820), Felipe V (1683-1746) e Fernando VI de Espanha (1713-1759), estes últimos avô materno e tio materno de Dona Maria, respectivamente. Jorge III (1738-1820), mesmo após ter sido tratado e retornado a suas funções algumas vezes, foi permanentemente afastado de suas funções em 1810 (após outros episódios de melancolia) e seu filho assumiu como príncipe regente até a sua morte, em 1820. Felipe V, apesar de apresentar sintomas graves de delírio e melancolia, reinou até sua morte, se retirando temporariamente da governação para que se restabelecesse. Seu filho, Fernando VI, que já apresentava um temperamento melancólico, se retirou do governo por sintomas depressivos após a morte de sua esposa e morreu no ano seguinte em preocupante estado mental. Dessa forma, monarcas homens que apresentaram os mesmos sintomas que a rainha de Portugal não foram afastados permanentemente de seus cargos ou, se isso aconteceu, foi em último caso. Este pode ser um indício do quanto o ambiente hostil à governança de uma figura feminina aliado ao adoecimento psíquico podem ser fatores explicativos para o afastamento de Dona Maria I de suas funções logo que os primeiros delírios foram apresentados.

A função deste texto é problematizar o afastamento de Dona Maria e mostrar o quanto o ambiente de Dominação Masculina setecentista

se impunha como um desafio geral à monarca portuguesa. Apesar deste desafio, o governo de Dona Maria teve importantes avanços e até mesmo um caráter progressista, sendo interrompido pela doença e pelo jogo político de então.

REFERÊNCIAS

Documentação

ARQUIVO GENERAL DE SIMANCAS: ESTADO, Legajo — 7337.

BIBLIOTECA DA AJUDA (Portugal). Fundos e documentos da Biblioteca da Ajuda sobre Dona Maria I: Cartas da Priora da Estrela à Dona Maria I - 24 de fevereiro de 1777: BA – 54-IX-41, n° 214.

BIBLIOTECA DA AJUDA (Portugal). Fundos e documentos da Biblioteca da Ajuda sobre Dona Maria I: Parecer de junta médica acerca da doença e do afastamento de Dona Maria I: BA 54 XI 20 N° 124.

BIBLIOTECA DA AJUDA (Portugal). Fundos e documentos da Biblioteca da Ajuda sobre Dona Maria I: Decreto do Príncipe [D. João] pelo qual resolve assistir e prover ao despacho em nome de S. M. [D. Maria I], Palácio de Lisboa, 1792 Fev. 10 BA – 54-VIII-33, no 14; BA – 54-X-6, no 7, f. 4

Bibliografia de apoio

ABENASSIFF, Ana Lucia de Souza. Trajetória política de D. Maria I: ideias ilustradas, convulsão política e melancolia. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo—2018. 133 f.

ABENASSIFF, Ana Lucia de Souza. MERLO, Patrícia Maria da Silva. Entre perdas pessoais e afecções melancólicas: notas de pesquisa

sobre o adocimento de Dona Maria I (1734-1816). In: FRANCO, Sebastião Pimentel; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Uma história brasileira das Doenças. Vitória, ES: EDUFES, 2022.

ALMEIDA, Manuel Lopes; BRANDÃO, Mário. Universidade de Coimbra: Esboço da Sua História. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1937, p. 339.

BASTOS, Francisco Antonio Martins. A Senhora Rainha Dona Maria Primeira, Breve Resumo dos Privilégios da Nobreza: 1º dos Professores Públicos: 2º dos Mestres dos Príncipes: 3º dos Ayos dos Mesmos Senhores. Com Huma Notícia dos que tem servido estes cargos, e outras importantes. Dedicado a Sua Magestade El-Rey o Senhor Dom Pedro IV, Lisboa, Imprensa Silviana, 1854.

BEIRÃO, Caetano, D. Maria I, 1777-1792: subsídios para a revisão da história do seu reinado, 3. ed. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1944.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca. Rainhas de Portugal - Estudo histórico. Lisboa: Typographia Castro irmão, 1878.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

COSTA, Eduardo Freitas da. Tradução em português das Actas das Cortes de Lamego, segundo a lição de frei Bernardo de Brito - frei António Brandão. in: Eduardo Freitas da Costa (org.), Colecção de Textos Constitucionais Portugueses, Lisboa, Edições de Documentação Política («Archivum»), 1955.

DOMINGUES, Mário. D. Maria I e a sua época — Evocação Histórica, Romano Torres, Lisboa, 1972.

FRASER, Antonia. A Conspiração da Pólvora. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 26.

- LÁZARO, Alice. O reinado do amor - Cartas íntimas da Priora da Estrela para a rainha Dona Maria I (1776-1780). Coleção Ecos da História. Lisboa: Chiado, 2013.
- LERNER, G. A criação do patriarcado. São Paulo: Cultrix, 2019.
- MONTEIRO, Nuno. D. José I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008.
- MOTA, Isabel Ferreira da. Dona Maria I: a piedosa (1777.1816). In: História dos Reis de Portugal: da Monarquia dual à implantação da República. Coord. MENDONÇA, Manuela. Academia Portuguesa da História. 2011, p. 408-452
- RAMOS, Luís de Oliveira. D. Maria I. Lisboa: Temas e Debates, 2010.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. História de Portugal. Volume VI: O despotismo iluminado (1750-1807). 5 ed. Editorial Verbo: Lisboa, 1990.

O anticomunismo como arma ideológica das elites conservadoras no Espírito Santo varguista (1930-1937)

Rodrigo Carvalho Santos Lima
Mestrando em História – UFES
rodrigolimafn@hotmail.com

“O poder simbólico é com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 1992, p.7-8)

Introdução

Compreendemos que o anticomunismo se constituiu como uma poderosa arma ideológica na história do Espírito Santo. Tal artifício argumentativo na disputa política ainda permanece vívido na Cultura Política capixaba no início do século XXI. Para melhor inteligibilidade sobre o processo de construção dessa concepção, temos o intuito de investigar e analisar as raízes da aversão ao comunismo e à esquerda no início da Era Vargas. Como o conservadorismo histórico, das camadas populares e da elite capixaba, corroborou na fixação e propagação do ideário anticomunista.

Analisaremos o papel do Estado, da Igreja Católica e da Ação Integralista Brasileira (AIB) na difusão do ideário anticomunista. Assim como, a sua penetração e cristalização em determinados setores da sociedade. Para interpretação das argumentações engendradas por esses

agentes, adotamos a análise do discurso e das práticas anticomunistas destes grupos para compreendermos a forma como eles retratavam e reproduziam a ideia do “perigo comunista”.

No jornal *A Gazeta*, órgão do Partido Social Democrático do Espírito Santo, observamos o modo estereotipado de propagação do anticomunismo. Também a forma como a AIB é relatada ao longo das manchetes e reportagens para avaliar se houve permissividade com a extrema direita, pelo seu importante papel na luta contra a esquerda, até o momento da ruptura com o governo Vargas.

Para coletar as informações e memórias de indivíduos que viveram aquele momento histórico, utilizamos as ferramentas da História Oral para identificar como o entrevistado Guilherme Tavares constrói a memória sobre os acontecimentos. Assim como, o conjunto de entrevistas realizadas pelo historiador Luzimar Nogueira Dias em jornal publicado em 1985, intitulado *Inconfidências na Capital Secreta*, onde diversos personagens que viveram os conflitos ideológicos e políticos do período relatam suas experiências.

O anticomunismo, culturas políticas e o poder simbólico no espírito santo de 1930

Tomamos por anticomunistas “indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação” (BERSTEIN e BECKER, 1987, p. 10). Para Motta, “a base de atuação desses grupos [...] estaria centrada, portanto, numa atitude de recusa militante ao projeto comunista. Ressalte-se, comunismo entendido como a síntese marxista-leninista originadora do bolchevismo e do modelo soviético” (MOTTA, 2002, p. XIX). Em síntese, anticomunistas seriam indivíduos e grupos que, por motivações ideológicas, conscientes ou inconscientes, possuem aversão a manifestações políticas de cunho popular que remetam à

contestação da ordem estabelecida imposta pelo grupo hegemônico.

De acordo com MOTTA (2002, p. XXI), o anticomunismo e, a reboque, a aversão às esquerdas se intensifica no Brasil logo após a Revolução Russa de 1917. Com receio de que essa revolução pudesse influenciar as massas proletárias, em um quadro de instabilidade ligado ao pós-guerra, os governos dos países capitalistas dominantes trataram de contra-atacar com a repressão e com a propaganda anticomunista, principalmente no mundo ocidental, somados aos esforços da ação estatal e de grupos da sociedade civil (empresários, intelectuais, religiosos).

O comunismo antes de 1930, apesar de ter sido tratado como ameaça remota, não ficou livre de ataques conservadores, que ricocheteavam nas lutas das esquerdas não revolucionárias. No entanto, é com o advento do processo “revolucionário” de Vargas e principalmente da “*Intentona Comunista*” de 1935 que o comunismo passou a ser visto como um perigo interno. A intentona marca o início de uma celebração anticomunista e a construção de imaginários e representações de forma sistemática. Tais imaginários e representações influenciam os pensamentos anticomunistas até o século XXI. “Consideramos que as representações anticomunistas, grosso modo, provêm de três matrizes básicas, quais sejam, cristianismo, mais precisamente catolicismo, nacionalismo e liberalismo” (MOTTA, 2002, p. 18).

Os valores religiosos eram a base do anticomunismo brasileiro, era onde o discurso se fazia mais poderoso, pois atrelava a questão a um aspecto moral, da luta do bem contra o mal, onde o comunismo era obra de “Satanás” e as explicações sociológicas que contestassem o *status quo*, quaisquer que sejam, eram remanescentes das “blasfêmias marxistas” que insistiam em minar a tradição da hierarquia, embasadas em Deus, e do direito “sagrado” à propriedade privada que estaria intrínseco na alma do brasileiro, colocando o povo contra o povo, colocando a unidade nacional

em risco, em prol da disseminação da “infame” doutrina da luta de classes.

A tentativa de criação de um consenso anticomunista na sociedade capixaba utilizou-se de representações católico-conservadoras para a reprodução das concepções do bloco hegemônico que estava em formação.

Segundo BOURDIEU:

[...] o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social). [...] Os símbolos são instrumentos por excelência da integração social, são instrumentos de comunicação e conhecimento que tornam possível o consensus acerca do mundo social e contribui para a reprodução da ordem social (BOURDIEU, 1992, p. 9).

ACHIAMÉ (2010, p. 140) aponta que para promover a pacificação política, João Punaro Bley (interventor escolhido por Vargas para governar o Espírito Santo), usa o principal instrumento à sua disposição: o poder outorgado pelo chefe do governo provisório somado ao controle da burocracia estatal (polícia, fisco e magistério), através de extrema habilidade política e jogando com o poder que dispunha, uma nova ordem no poder estadual vigorava.

Não foi preciso eliminar as antigas correntes políticas, que poderiam continuarem existindo, desde que não oferecessem perigo e que permanecessem submetidas. O autor defende que é formado um novo bloco de poder, com membros da oligarquia capixaba e militares tenentistas. “Nessa situação, o novo interventor estava duplamente comprometido – com o Executivo Federal que lhe dava sustentação política e com as facções oligárquicas estaduais que o apoiavam” (ACHIAMÉ, 2010, p. 140).

Formou-se uma forte aliança em busca da hegemonia no Espírito Santo que envolveu diversos grupos. ACHIAMÉ (2010, p. 185) descreve um estreitamento de relações entre a cúpula do governo e a cúpula do catolicismo. Além de narrar a transição, o processo de mudança de

lideranças eclesiásticas no estado ao qual ascende ao poder o, até então, monsenhor Luís Scortegagna que ocupava o cargo de vigário geral de Santa Maria, Rio Grande do Sul e que passa a assumir, no Espírito Santo, o cargo de Bispo coadjutor de Vitória. Luís Scortegagna fez um intenso trabalho de fortalecimento da estrutura eclesiástica da Igreja e fez a mesma retomar o proselitismo religioso.

A visão anticomunista de Bley era clara. Elencamos, por exemplo, uma mensagem enviada por ele à Assembleia Estadual apresentada em 10 de julho de 1936:

Cinquenta mil propriedades agrícolas, devidamente cadastradas, para uma população de 710.882 habitantes, significam que uma grande parte da população, constituída de pequenos proprietários, vale aqui pela mais firme e constante resistência a quaisquer experiências dos pretensos sistemas socialistas avançados, cujas ideologias impraticáveis controlam, inquietam e desorientam os povos contemporâneos. (ACHIAMÉ, 2010, p.313)

A união político-ideológica do Governo Bley e a Igreja Católica¹ formam um dos principais alicerces de disseminação da Cultura Política² das elites capixabas e, conseqüentemente, do anticomunismo. BERSTEIN (2009) propõe uma reflexão sobre o que faz com que um grupo de pessoas se sinta mais próximo de uma força política do que de

1 Motta (2002, p.25-26) afirma que “Nos anos 1930, a campanha anticomunista inseriu-se numa estratégia maior da Igreja, que desde a década anterior vinha lutando para recuperar posições perdidas com a implantação da República. O clero católico brasileiro, sob a liderança do cardeal Dom Sebastião Leme, empenhou-se num esforço de “re Cristianizar” a população do país, que no seu entender estaria se afastando cada vez mais do caminho traçado pela religião. [...] os comunistas assumiram o lugar de adversário e concorrente mais perigoso. A campanha e os recursos lançados contra estes últimos eram peça de uma engrenagem maior, construída para alavancar a reconquista espiritual do povo e das elites do Brasil”.

2 Motta (2018, p. 114) conceitua cultura política como sendo um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”.

outra. Na tentativa de colocar luz a questão, o autor afirma:

[...] que as abordagens empíricas dos fenômenos políticos mostram claramente que os atos e comportamentos de atores políticos como os cidadãos se explicam mais frequentemente em função de um complexo sistema de representações, partilhado por um grupo suficientemente expressivo dentro da sociedade. Esse sistema de representações, a que os historiadores deram o nome de cultura política [...] os historiadores entendem por cultura política um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político. [...] (BERSTEIN, 2009, p. 31-32)

O autor alerta que não se pode limitar a aceção de culturas políticas³. Deve-se levar em conta as redes de sociabilidade que explicam a coesão do grupo. A diversidade, a frequência de suas reuniões e seus temas de interesse comum. Os símbolos, que são a expressão resumida das culturas subjacentes. Eles representam um longo discurso que evoca lembranças, o imaginário, emoções, adesão ou a recusa.

Ao dissertar sobre as produções simbólicas como instrumentos de dominação, BOURDIEU afirma que “as ideologias [...] produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares e tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo” (BOURDIEU, 1992, p.10) e complementa dizendo que:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunidade imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento

³ “No sistema de representações que define cada uma delas podem entrar, dependendo do lugar ou do momento, os fatores religiosos, a organização do ensino, as questões militares, as regras morais, a criação estética etc., estando sua presença caracterizada por sua conformidade com os elementos já mencionados, de modo a manter a coerência do todo” (BERSTEIN, 2009, p. 36).

das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produz a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. (BOURDIEU, 1992, p. 10-11)

O comunismo e as ideias progressistas são considerados culturas políticas que deveriam ser repelidas ou exterminadas. Enquanto culturas que reforçavam, legitimavam ou corroborasse com a ordem hegemônica desejada, eram aceitáveis, a sua atuação e, até mesmo sua assimilação, como é o caso da Ação Integralista Brasileira.

Destacamos a atuação da AIB na disseminação do ideário anticomunista. Os seus líderes consideravam o comunismo desdobramento direto do capitalismo liberal. Para atingir um Estado harmônico e integral que garantisse os valores “Deus, Pátria e Família” era necessário o combate ao liberalismo, mas antes de tudo do “comunismo ateu”. A AIB acabou por arregimentar, de modo a absorver material político, o medo crescente do comunismo. Como bem destacava seu líder máximo, Plínio Salgado, “ou ficamos com a tese de Karl Marx e adotamos o princípio do materialismo histórico e o processo de revolução social; ou ficamos na extrema-direita” (SALGADO apud TRINDADE, 1974, 103). A extrema direita teve uma forte penetração no Espírito Santo nos anos de 1930, houveram intensas atuações da AIB, elegendo vereadores e atuando de forma vigorosa no estado (FAGUNDES, 2011, p. 205).

WACQUANT (2013, p. 87), se propõe a revelar as motivações existentes por detrás dos deslocamentos conceituais-chave que Bourdieu produz em relação a: estrutura de classe a espaço social, de consciência de classe a *habitus*, de ideologia a violência simbólica e de classe dirigente a campo de poder. Wacquant coloca que:

Para o autor de *A distinção*, da mesma forma que para Marx e Durkheim, o estofa da realidade social – e, portanto, a base para a heterogeneidade e a desigualdade – consiste de relações. Não de indivíduos ou grupos, que povoam nosso horizonte mundano, mas sim de redes de laços materiais e simbólicos, que constituem o objeto adequado da análise social. Essas relações existem sob duas formas principais: primeiramente, reificadas como conjuntos de posições objetivas que as pessoas ocupam (instituições ou “campos”) e que, externamente, determinam a percepção e a ação; e, em segundo lugar, depositadas dentro de corpos individuais, na forma de esquemas mentais de percepção e apreciação (cuja articulação, em camadas, compõe o “habitus”), através dos quais nós experimentamos internamente e construímos ativamente o mundo vivido (WACQUANT, 2013, p. 88).

O autor afirma que a concepção de classe, enquanto modalidade de agrupamento social e fonte de consciência e conduta, emerge e se consolida pela competição sem fim, na qual os agentes se engajam através dos diversos domínios da vida, visando a aquisição, o controle e a disputa por diversas espécies de poder ou de “capital”. Essas disputas desenrolam-se em três arenas principais: julgamentos convencionais e atividades mundanas da vida cotidiana; os campos especializados de produção cultural, como arte, ciência, religião e a mídia; e a esfera pública, denominada de “banco central do poder simbólico”.

WACQUANT (2013, p. 92) coloca que a motivação por detrás dos deslocamentos conceituais que Bourdieu se propôs a realizar estava enraizada na resolução de problemas de pesquisa concretos, por exemplo: “Como explicar a conversão ideológica de funcionários públicos graduados à visão neoliberal de um Estado minimalista e impotente na década de 1990?”

Ao refletir sobre o anticomunismo capixaba algumas dúvidas nos norteiam: Estariam trabalhadores das cidades e dos campos, e pequenos proprietários sendo influenciados pelo Estado, e os diferentes agentes que atuam nos diversos campos a desenvolver um *habitus* anticomunista?

Seria a esquerda comunista capixaba tão poderosa e organizada a ponto de oferecer uma real ameaça ao *status quo*? Em que medida o anticomunismo no Espírito Santo pode ser caracterizado de forma preventiva à disseminação das ideias comunistas na sociedade capixaba? Em que medida os meios de comunicação locais contribuíram para o fortalecimento do discurso anticomunista? O anticomunismo no Espírito Santo se materializou em ações repressivas a grupos de esquerda ou ficou restrita à construção de imaginários e estereótipos?

Os estudos das fontes escolhidas nos permitem identificar e analisar o anticomunismo nas bases sociais cotidianas como em escolas, bares, esquinas e ambientes de trabalho. Assim como na atuação eclesiástica nas bases e no alto clero. Na imprensa e nas instituições de Estado. Visando melhor compreensão de como a aversão as ideias de esquerda fluíam nos diferentes campos de poder, que em determinados momentos, disputavam o mesmo capital político.

Pretendemos testar a hipótese de que o anticomunismo capixaba se caracterizou como inespecífico. Por entendermos que a disseminação da aversão a esquerda deve-se ao contexto internacional e nacional, do que propriamente, pela força e grande penetração da extrema esquerda na sociedade capixaba. Sabe-se que a partir de 1927, com o fim do governo de Arthur Bernardes, o PCB pôde ter uma atuação mais aberta e realizaram panfletagens e comícios. Em 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) se desenvolveu no estado promovendo luta antifascista. Os comunistas tinham presença entre trabalhadores e sindicatos em Cachoeiro do Itapemirim (FAGUNDES, 2011, p. 222).

Identificamos que será necessário compreender melhor a inserção da influência comunista dentro da ANL no estado diante da contradição de depoimentos envolvendo o comunista Pedro Reis e o secretário geral

da organização em 1935, Waldemar Mendes de Andrade⁴. Não obstante, diferentemente do caso carioca que possuíam elementos materiais mais sólidos para a formação de um discurso anticomunista específico. A disseminação do anticomunismo capixaba era generalizante, ou seja, preventivo, de temática moral conservadora e se manteve vivo nos jornais capixabas, por que os mesmos seguiam tendências de jornais e revistas, disseminadores de ideias como o Rio de Janeiro.

O jornal que nos dispomos a pesquisar era um órgão midiático que atuava para dar sustentação a Interventoria Varguista. Utilizaremos análise de discurso para podermos compreender como o anticomunismo preventivo fluía em um dos canais “através dos quais a classe dominante constrói a própria influencia ideal” (GRUPPI, 1978, p.60-61).

De acordo com ORLANDI (1999, p.15)

[...] a análise do discurso não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. O discurso é palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. [...] A análise do discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade

4 “Segundo entrevista do dirigente sindical e militante comunista Pedro Reis, a organização do núcleo da ANL teve papel de destaque no combate ao movimento integralista. O dirigente sindical também destacou a participação do PCB na organização da ANL” (FAGUNDES, 2011, p.222). Já Waldemar Mendes de Andrade, secretário geral da ANL em 1935, afirma: “rapaz, eu me entusiasmei com a Aliança, que era dirigida por elementos revolucionários como o comandante Roberto Sisson, Hercolino Cascardo. O aparecimento da ANL foi uma explosão. Em quatro meses ela liquidou o integralismo de vários anos. E o Partido Comunista não tinha influência na Aliança. Não havia os chamados quadros operários. Para você ter uma idéia, a fábrica de tecidos era o maior foco integralista de Cachoeiro. Lá a gente nunca conseguiu entrar” (DIAS, 1985, p. 24). Em investigação futura será necessária pesquisa empírica acerca da real atuação desses grupos e uma análise envolvendo a construção do passado que esses indivíduos produziram. Estariam essas “memórias em disputa”? Como nos ensina POLLAK (1989, p. 02-05). Estaria Waldemar Mendes apagando a presença de comunistas na ANL espírito-santense para afastar a sua história de vida da extrema esquerda no momento da realização da entrevista a Luzimar Dias, em 1985?

quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção humana. (ORLANDI, 1999, p.15)

A análise de discurso nos permitirá problematizar e compreender de que forma os disseminadores dos discursos anticomunistas empreendiam sua “guerra cultural” em diversas formas de manifestações das linguagens e de símbolos. Esses grupos lutavam pela manutenção de seus valores e tradições, interesses econômicos, políticos e sociais, atribuindo aos seus adversários todos os estereótipos e adjetivos que consideravam desprezíveis. Assim, colocando-os em condições desfavoráveis na disputa política. Implantando nas *Culturas Políticas* capixabas um anticomunismo de caráter católico-conservador. Aproveitando-se da característica conservadora de variados grupos sociais e comunidades do Espírito Santo, usando esse “sentimento” como *poder simbólico* para criar um *habitus* anticomunista na sociedade espírito-santense.

A Gazeta: um órgão partidário a serviço da interventoria

Com Vargas no poder, o Capitão Punaro Bley assumiu o governo do Espírito Santo. O Partido Social Democrático (PSD) foi criado em 1933 para dar apoio e sustentação para a sua interventoria no estado (FAGUNDES, 2011, p. 204). O jornal *A Gazeta* carregava em seu subtítulo a frase: Órgão do Partido Social Democrático do Espírito Santo. Atuou publicando textos visando uma sustentação política, ideológica e cultural do bloco hegemônico em ascensão. Percebemos a clara tendência em relacionar o comunismo a algo vindo de fora, a algo exótico que existiria em um ambiente longínquo. Manchetes como: “os extremistas russos”; “*habeas corpus para comunista*”; “Os implicados no movimento de 35”; “*Comunistas ainda conspiram*”; “*A hidra vermelha*”, “*A Rússia Soviética devora seus próprios criadores*”; “Descoberto grande

complot comunista”; “inimigos do Brasil”. Neste último caso, também, se referindo aos integralistas. Ainda acerca da AIB: “o integralismo está desaparecendo”, “O integralismo desaparece”, “Contra o Fascismo”.

Destacaremos duas reportagens. A primeira remete ao dia 24 de fevereiro de 1937, o jornal expõe a fala do então Bispo Luís Scortegagna, em uma de suas viagens ao interior, em Iconha, sob a enorme manchete, *Chefe da Igreja:*

S. Excia. Revdma escolheu para thema de seu discurso a obediência devida pelos fiéis e pelos catholicos ás pessoas constituídas em dignidades, quer eclesiásticas, quer civil. Após dissertar brilhantemente e com felicidade para sobre o dever que tem todo o catholico de combater com todas as forças, ao seu alcance o perigo do comunismo. S. Excia teceu oportuno comentários em torno dos padres e das pessoas catholicas que têm partidos, das reuniões christãs para fazerem propaganda de seus eredos, suas idéias, dizendo textualmente: “O sacerdote, como a Igreja, deve conservar-se acima e fora da política. O sacerdote que nesta nossa mimosa e querida diocese do Espírito Santo, se envolver em partidos políticos, mesmos os bons em si, será entregue a si mesmo, não terá a nossa benção episcopal, e nem a da Igreja e será destituído do seu cargo. Todo o sacerdote deve, outresim, pregar a obediência, respeito e amor ao poder legislativo constituído. (Palavras de D. Luís Scortegagna, Bispo do Espírito Santo) (A GAZETA, 24/02/1937).

O católico deveria combater com todas as forças o comunismo *ao seu alcance*”. A frase tem um sentido de instigar o combate ao comunismo que, por acaso, surgisse em proximidade de cada cristão. O cristão deveria permanecer vigilante, mesmo que o perigo não estivesse visível. Precisamos destacar que na gestão de Scortegagna houve um fortalecimento da estrutura eclesiástica em todo o estado e a retomada pela Igreja do proselitismo religioso. A estrutura da Igreja Católica no estado estava impregnada de religiosos integralistas fervorosos ou que simpatizavam com o mesmo. Destaca-se o padre Ponciano Stenzel, que

chegou a ser vereador na Câmara Municipal de Vitória, como nos informa ACHIAMÉ (2010, p. 190).

Seria parte do acordo político com o governo que o Bispo trabalhasse ideologicamente para impedir a entrada na política de atores novos? O fato é que a Igreja recebeu vantagens e cresceu de forma vigorosa no período e que a mesma atuou em forma de liga eleitoral católica de 1933 a 1936, aliando-se às oligarquias locais, contra tendências liberais ou socialistas (ACHIAMÉ, 2010, p. 190).

Percebemos em nossa pesquisa e na leitura dos jornais que o Bispo Scortegagna fez as mesmas andanças pelo estado que Bley fazia. Por mais que Bley tivesse destacado que o Bispo não gostava das viagens para o interior, ele acabou por fazê-las para a disseminação das concepções de parte do *Bloco Histórico* (ACHIAMÉ, 2010, p. 184).

A segunda reportagem que resolvemos destacar remete a 17 de março de 1937, com a manchete *A Igreja e o Comunismo*, o jornal coloca:

Constitue verdade muito sabida que os communistas querem instaurar uma nova ordem de cousas no mundo. Por intermedio da luta de classe procuram chegar a violenta vantagem que lhes permitiria suprimir a liberdade privada, a família e a religião. Dahi resulta, naturalmente, sua integral incompatibilidade com todas as crenças religiosas e especialmente com o catholicismo. Entretanto, como medida tactica destinada a favorecer sua propaganda, não cessam os communistas de procurar attrahir os catholicos para organizações que apenas aparentemente não são marxistas, como os “socorros vermelhos”, as “ligas antiguerreiras”, anti-imperialistas e anti-fascistas. Visam assim, chamar para as fileiras do atheismo Bolchevista principalmente as juventudes christãs de todos os continentes. Essa esperteza soviética tem sido frequentemente desmascaradas pelos vultos mais autorizados da Igreja. Na memorável audiência há alguns mezes concedida a quinhentos catholicos hespanhoes dise Sua Santidade o Papa Pio XI: [...] “Não é supérfluo, ao contrario, é oportuno e muitíssimo necessário, sendo mesmo para nós verdadeiro dever, pôr todo o mundo de sobreaviso contra os artificios graças aos quaes os arautos das forças subversivas procuram crear possibilidades de aproximação

com os catholicos para obter sua colaboração. Fazem isto ao querer separar as ideologias da pratica, as idéas de acção, a ordem economica da ordem moral. [...] Desmoralizada desta maneira a manobra dos communistas pela mais alta autoridade ecclesiastica, torna-se visível que nenhum ponto de contacto pode existir entre o catholicismo espiritualista e o Bolchevismo materialista, mesmo que este procure se disfarçar com designações como o de Socialismo christão e outras, formalmente condemnadas na celebre encyclica quadragésimo anno (A GAZETA, 17/03/1937).

Para o jornal *A Gazeta* o “mal” já estaria sendo combatido pelo líder máximo, o Papa, que desmoralizou a infâmia com suas palavras corretas por “natureza”. A fala do líder representa um guia a ser implantado em todo o mundo ocidental cristão. Seria necessário colocar toda a sociedade de sobreaviso, atenta ao “perigo vermelho” para que os “arautos subversivos” não criassem possibilidades de aproximação nem com os cristãos e nem com suas instituições.

Se existe um inimigo externo que através da luta de classes, quer acabar com toda sua cultura, tal ideologia deveria ser abolida. Isso levaria a destruição da sociedade tradicional. Observamos que a mensagem transmitida pelo editorial é que seria impossível tentar mesclar a luta de classes e o comunismo à religião católica. Não restaria nada a fazermos além de precaver os irmãos para que não caiam nas armadilhas da ideologia infame, como nas organizações de esquerda que combatem o fascismo, ou no socialismo cristão. A Aliança Nacional Libertadora (ANL) localiza-se nesse grupo. Waldemar Mendes de Andrade, secretário da ANL em Cachoeiro em 1935, foi preso, mesmo se identificando como um liberal cristão. Segundo Luzimar Dias “nem fascista, nem comunista, apenas um Cristão” (DIAS, 1985, 26). Estamos em 1937, à véspera da quebra institucional, e já estava em curso a produção do medo comunista. No entanto, este medo, no Espírito Santo, segue o contexto nacional. Para avançar nas raízes sociais do anticomunismo, entrevistamos um militante

do PCB para entendermos como essas explicações da realidade política chegavam na base da sociedade.

Guilherme Tavares - Memórias de uma vida voltada para o coletivo

Nascido em 20 de agosto de 1923 em Cachoeiro de Itapemirim, Tavares, ferroviário aposentado e anistiado político, ingressou na Companhia *Leopoldina Railway* com 15 anos incompletos, e trabalhou durante 30 anos na empresa. Ele trabalhava nas greves, levando mensagens de cunho social, operário e comunista. No entanto, a sua militância no Partido Comunista se inicia realmente depois da Segunda Guerra Mundial, com a agremiação na ilegalidade. Guilherme foi perseguido, preso e torturado durante a ditadura civil-militar.⁵

Segundo Marieta Ferreira, “a força da história oral é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos [...] mostrando que cada indivíduo é ator da história”. O oral é uma importante ferramenta para identificar com mais clareza as reais razões para tomada de uma decisão. “Que se descobre o valor e malhas tão eficientes quantos as estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo do imaginário e do simbólico, que é tanto motor e criador da história quanto o universo racional”. (FERREIRA, 2000, p. 33-34)

Para HALBWACHS (1990, p. 128-130), a memória depende fundamentalmente, da relação do indivíduo, como unidade propriamente dita, e as instituições sociais, como: família, classe social, trabalho, religião entre outros. Há uma distinção entre memória e lembrança que deve ser levada em consideração nas análises empíricas da História Oral. A lembrança seria motivada pelos outros, pelo presente. Lembrar não é reviver e sim reconstruir, repensar, com as ideias de hoje, as experiências do passado. Identifico tais características na memória do entrevistado. ⁵ Dados coletados por meio de entrevista semiestruturada em Cachoeiro do Itapemirim no dia 09/11/2011.

Durante parte significativa de suas respostas ele encontra nos conflitos sociais, na luta classes, que regeu toda sua filosofia de vida, a explicação para a maioria dos problemas e respostas. Ele usou as experiências sociais do passado para reconstruir lembranças.

O que eu lembro dessa época é que havia essa divergência entre a Burguesia e os trabalhadores e foi anunciado que o Plínio Salgado vinha aqui. Aí o integralismo tinha muita influência aqui. Era mantido pelo capital. E os trabalhadores entenderam em não deixar ele desembarcar aqui na estação aí do trem. Antes do trem chegar a polícia já tava entrincheirada, pra garantir a descida dele. E, naquele corre-corre, desce não desce, e bate e não bate, a polícia entrincheirou e o pessoal foi correndo. O pessoal apanhando pedaço de pau, bocado de coisa, pra não deixar. Quando a polícia matou, que a polícia que matou, não foi integralista, não. A polícia matou um taxista e um pedreiro (Entrevista concedida dia 09/06/2011).

Tavares ao explicar um episódio específico, um conflito entre membros da AIB, de trabalhadores de base que faziam parte da ANL e da polícia do Estado. No qual os integrantes da ANL queriam impedir o suposto desembarque do líder integralista na cidade de Cachoeiro. O entrevistado associa a um contexto generalizado de luta de classes, que fez e faz parte de sua filosofia política e de vida. Ele constrói suas explicações a partir de agentes sociais coletivos, onde se insere como uma unidade dentro de um grupo, entre diversos grupos dentro da sociedade.

Ao ser perguntado sobre o que Tavares recordava-se das passeatas integralistas ele respondeu: “Existia! Eles traziam muito. É a ignorância do povo da roça. Eles traziam muita gente da roça! Pra fazer essa passeata”. As passeatas integralistas eram verdadeiros eventos cívicos, onde a maioria queria fazer parte, vendo ou integrando os desfiles. Era um evento social, os rituais integralistas, principalmente pela miscigenação com o catolicismo, se transformavam em eventos comunitários regionais, mesmo após a AIB ter sido colocada na ilegalidade:

O integralismo era mais chegado a interior, Castelo, Muqui, Burarama, esse pessoal mais atrasado que eles se aproveitavam. Eu me lembro que chegou um trem de Castelo aqui de manhã cedo, naqueles carros que carregavam bois, os integralistas tudo amarrado lá! (risos). A polícia foi lá e prendeu, mataram até um soldado, eles mataram um soldado. Mas eles tão aí ainda, tão ai ainda, ainda tem ai uns grupinho de integralista ai, e só acaba quando resolver acabar mesmo com eles, não resolveu (Entrevista concedida dia 09/06/2011).

Não seria possível afirmar que todas as pessoas trazidas do campo eram ignorantes. No entanto, podemos refletir: seriam plenos conhecedores da conjuntura política e ideológica em que estavam se inserindo? Os integralistas da cidade não seriam suficientes para as manifestações políticas da organização? Entendemos que características sociológicas de imigrantes e descendentes de europeus cristãos se encaixavam na Cultura Política propagandeada pela AIB.

ACHIAMÉ (210, p. 244) destaca que o integralismo foi tolerado, e até incentivado pelas autoridades civis e religiosas, difundido até pela Revista *Vida Capixaba*. A difusão do integralismo se dava nas colônias italianas e alemãs, nestas últimas de confissão católica e contou com o respaldo do clero. Waldemar Mendes destaca um episódio em que um padre integralista vestiu os santos de verde e com o sigma. Parcela significativa da Igreja manifestava-se a favor da organização no estado. É importante ressaltar que todas as principais ações político-administrativas da interventoria convergem para o atendimento dos interesses da classe dominante, no que tange a luta contra a esquerda e o comunismo:

[...] aos inimigos de classe, identificados como sendo os comunistas, esses são liquidados, das mais diversas formas. – suas lideranças são decapitadas (presas, perseguidas, desmoralizadas), seus quadros desbaratados, seus simpatizantes neutralizados ou impedidos de se manifestar. A oposição das classes subalternas ao projeto político situacionista nesse período, **mesmo sendo limitada**, é enfrentada pela interventoria com repressão [grifo nosso]. (ACHIAMÉ, 2010, p.244)

Os ambientes de convívio humano, as escolas e a religião, sofriam fortes influências conservadoras que se caracterizavam com a nova doutrina política que surgia. O proselitismo radiofônico muito influenciava essas comunidades situadas em locais de difícil acesso. Esse clima de coletividade nacional cristã, que o conservadorismo brasileiro estava vendendo na época, em um ambiente democrático precário possibilitou a ascensão do pensamento conservador radical e conseqüentemente do anticomunismo, como vivenciou nosso entrevistado:

Comunista não acredita em Deus. É isso aí. Então, meu pai como foi sacristão lá em São Fidélis, papai era de São Fidélis, aí a escola obrigou a fazer primeira comunhão. Aí os meninos diziam, os integralistas diziam: “ó, você não come a hóstia não, porque vai virar um pedaço de couro na sua boca, hein?”. Aí papai: mentira, pode comer, pode comer porque isso é bobeira. Enquanto ele te dá a hóstia, ele come o bife lá atrás (risos) (Entrevista concedida dia 09/06/2011).

A conjuntura histórico-conservadora do interior do Espírito Santo contribui fortemente para a inserção de uma cultura anticomunista. Qualquer indivíduo com supostas tendências vermelhas seria previamente classificado de tudo que incute ser comunista:

O que se falava de comunista? Que ele não tinha família, que comunista não tinha família, comunista não respeitava os mais velhos, que comunista era considerado bicho, era isso aí! Então, sei lá. Dos mais velhos, era livre aí, eles conversavam nos botequins, nas praças e a gente escutava e eles tinham raiva mesmo, das tendências comunistas e ainda tem, e ainda tem. Isso não acabou não e nem vai acabar tão cedo (Entrevista concedida dia 09/06/2011).

Considerações finais

Para implantação do regime varguista no estado houve clara

*conciliação*⁶ entre o governo central e as diferentes forças das elites políticas e econômicas, um verdadeiro acordo político “pelo alto”, excluindo as camadas populares do núcleo de poder e perseguindo, prendendo e torturando opositores. Contudo, consideramos a inclusão de sindicalistas alinhados ao regime, o estímulo e tolerância ao integralismo como *acomodação* visando o ataque *simbólico* ao inimigo em comum: as ideologias questionadoras do bloco hegemônico.

Compreendemos que o anticomunismo no Espírito Santo foi consequência desse contexto católico-conservador da sociedade capixaba, propiciou-se a inserção de representações negativas do comunismo dentro das Culturas Políticas capixabas. Houve a ação de três atores políticos no Espírito Santo, o Governo de Punaro Bley aliado com a Igreja Católica, e a AIB até o rompimento com Vargas. Juntos articularam um discurso anticomunista de caráter nacional e de cunho moralista conservador, que se transformou na base do anticomunismo capixaba. O discurso era de fácil reprodução e dirigido a dois alvos: as elites e as camadas populares. O Governo Bley junto com a Igreja Católica, que se personifica na

6 MOTTA (2018, p. 116) ao refletir e traçar um histórico do desenvolvimento acerca do conceito de conciliação/acomodação informa que José Honório Rodrigues, em seu livro “*Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*” concluiu que “houve alternância entre momentos de conciliação e episódios de intensa violência, sendo maior a repressão quando os alvos eram os setores populares. E fixou um ponto importante: a conciliação foi uma estratégia dos grupos dominantes para construir estruturas de poder estáveis e para evitar rupturas revolucionárias”. No entanto, demonstra a preferência pela terminologia “acomodação”. O autor relata que o termo: conciliação na tradição brasileira significa acordo político “pelo alto”, envolvendo grupos dirigentes e o Estado. Acomodação permite integrar este sentido e ampliá-lo, para incluir também arranjos em outros espaços sociais e institucionais, com o envolvimento de outros atores, como intelectuais, acadêmicos e produtores culturais, e mesmo setores populares. Nem sempre se trata de acordos explícitos, mas, de arranjos tácitos, permitindo acomodar conflitos e tensões, tal como sugere a metáfora geológica que se encontra na raiz da palavra. Aspecto importante da acomodação é que ela envolve dois campos, ou dois lados, em um jogo de concessões mútuas. Para o jogo funcionar há que existir uma via de mão dupla, embora quase sempre se trate de situações de poder assimétricas (MOTTA, 2009, p. 120).

figura do Bispo Luís Scortegagna, dava o tom do discurso para a elite intelectual, econômica e política. Os discursos continham narrativa de que o comunismo era uma ameaça à propriedade privada e as suas posições privilegiadas na sociedade capixaba. As ações e discursos do Integralismo alcançavam tanto as elites e camadas médias, quanto as camadas populares. E a Igreja Católica, através da sua hierarquia de base, retransmitiam para as classes populares o medo do comunismo de maneira panfletária e com uma temática moral conservadora.

REFERÊNCIAS

- A GAZETA 1935 a 1937. In Arquivo Público Estado. Plano Nacional de Microfilmagem Brasileiro.
- ACHIAMÉ, Fernando A. M. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937)**. Elites Políticas e Reformismo Autoritário. - RJ: Editora FGV, 2010.
- BERSTEIN, Serge e BECKER, Jean-Jacques. *Historie de l'anticommunisme*. Paris, Olivier Orban, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, Editora Bertrand, 1992.
- DIAS, Luzimar Nogueira (org.). **Inconfidências na Capital Secreta**. Integralistas e comunistas 50 anos depois, uma história de prisões e assassinatos. Documento Histórico. Cachoeiro de Itapemirim, ES, 1985.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. Vestígios de um esquecimento: a memória da Ação Integralista Brasileira (AIB) no sul do Espírito Santo. In. **Vestígios da história sul capixaba**. Vitória: Flor&cultura, 2011.
- FERREIRA, Marieta de Moraes, FERNANDES, Tânia M. & AMADO, Janaína (orgs). Avaliações e tendências da História Oral. In: **História oral – desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: FGV,

2000.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1950/1990.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 – 137, jan./mar. 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda contra o “Perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3 – 13, 1989.

TRINDADE, Héliogio. **Integralismo**: O fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo, Difusão Européia do Livro; Porto Alegre, Univ. Federal do Rio Grande do Sul, 1974.

WACQUANT, L. **Poder simbólico e fabricação de grupos**: Como Bourdieu reformula a questão das classes. *Novos Estudos* 96, julho, 2013, p. 87.

O Brasil como laboratório: a questão racial e os “brazilian studies” nos EUA nos anos 1940

Maro Lara Martins

No final da década de 1940, Rubens Borba de Moraes e Willian Berrien organizaram o *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* (MBEB). A intenção dos organizadores era propiciar um levantamento da bibliografia básica sobre diferentes áreas do conhecimento das ciências humanas que tiveram o Brasil como objeto de análise e apreciação. A listagem das obras incluiu áreas como filologia, etnologia, literatura, folclore, sociologia, geografia, história, arte, Direito, teatro e educação.

O MBEB foi idealizado como forma de aproximação do campo de estudos brasileiros ao público acadêmico norte-americano. Esta iniciativa possibilitou alguns intercâmbios realizados nos Estados Unidos por intelectuais brasileiros, como por exemplo, as conferências na Universidade de Michigan sob a organização de Gilberto Freyre e Robert Smith, na parceria entre Sérgio Buarque de Holanda e Lewis Hanke e na estadia de Érico Veríssimo nos Estados Unidos. O MBEB contou com o suporte do Comitê de Estudos Latino-americanos da Universidade de Harvard, foi financiado pela Fundação Rockefeller e utilizou como modelo de publicação o *Handbook of Latin American Studies*, publicado pela primeira vez em 1936, por Lewis Hanke. Aliás, Hanke esteve no Brasil no início da década de 1940 para articular os intercâmbios e os eventuais projetos comuns com a intelectualidade brasileira, convidando para a organização do do MBEB, Rubens Borba de Moraes, pelo lado brasileiro, ao lado de

seu aluno brasileiro em Harvard, William Berrien.

A atuação das universidades norte-americanas e dessas agências privadas de financiamento, em grande medida, tem se dado a partir da ideia de cooperação internacional, troca de saberes entre financiadores e receptores da doação (Faria e Costa, 2006), o interesse no estado da arte da ciência e na consolidação do campo científico em diferentes países (Schwartzman, 1979), revelando a disparidade da produção e circulação técnico-científica (Marinho, 2001, 2003) e a tentativa de hegemonia dos Estados Unidos da América sobre a América Latina (Arnove, 1980; Totta, 2000) em especial a partir dos anos 1930-1940. A publicação do MBEB enquadra-se em uma perspectiva mais ampla de relacionamento entre os EUA e o Brasil, sendo parte das iniciativas diplomáticas oficiais e extraoficiais da política de boa vizinhança. Mas como lembra Kropf (2020) os circuitos deste tipo de pan-americanismo pelos quais circularam as ideias, os produtos culturais e os intercâmbios educacionais, científicos e culturais do período, não se constituíram como trilhos estáveis e lineares, mas foram sendo concebidos à medida que as interações se viabilizavam e em situações específicas capazes de transformar a intenção de cooperação em experiências concretas.

A liderança de Lewis Hanke, Donald Pierson, Gilberto Freyre e Robert Smith em conjunto com os organizadores do MBEB, William Berrien e Borba de Moraes, a importância das conferências realizadas pelos intelectuais brasileiros nas universidades norte-americanas e o interesse de aproximação entre os países foram essenciais para a conexão entre os financiadores e apoiadores do projeto e a seleção dos autores e da equipe que materializou o MBEB. Houve ainda dois desdobramentos importantes dos quais resultaram experiências concretas e institucionais relevantes e que o MBEB foi parte integrante como resultado destas interações. Do lado norte-americano houve a mobilização para a criação

do *Brazilian Fellowship Program* na Universidade de Michigan e o consequente financiamento do intercâmbio de pesquisadores brasileiros bem como o incentivo à formação de brasilianistas norte-americanos (Kropf, 2020). Do lado brasileiro, com o apoio da comunidade norte-americana no Brasil, do Itamaraty e da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual foi criado o IBEU – Instituto Brasil- Estados Unidos em 1937. Entre os sócios fundadores estavam figuras de renome da elite intelectual e política brasileira, como Francisco Campos, Afrânio Peixoto, Oswaldo Aranha, Pedro Calmon e o próprio Gilberto Freyre.

A publicação do MBEB estava prevista para o ano de 1943, mas foi adiada sobretudo à entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, dando-se sua publicação apenas seis anos mais tarde. Segundo Berrien (1998, p.14) esta publicação “trata(va)-se de breve histórico sobre o desenvolvimento e a situação das disciplinas selecionadas, acompanhado de uma bibliografia crítica e seletiva de itens, que deve(ria)m ser básicos para o estudo do assunto.” Os organizadores estavam cientes que este tipo de publicação, apesar das eventuais limitações e lacunas, era fundamental por propiciar um panorama geral dos estudos publicados que versaram sobre o Brasil e serviria como introdução aos estudos brasileiros para os pesquisadores e intelectuais norte-americanos, que por ventura, se interessassem em participar das iniciativas bilaterais promovidas pelos dois países. Por isso, os organizadores tiveram o cuidado de incluir antes de cada listagem de obras, estudos introdutórios escritos por diversos intelectuais de renome do período, como José Honório Rodrigues, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Otávio Tarquínio de Souza, Alice Canabrava, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Astrojildo Pereira, Francisco de Assis Barbosa, Robert Smith, Pierre Monbeig e Donald Pierson.

Em resumo, tratava-se de uma composição cosmopolita de autores,

revelando os trânsitos e intercâmbios existentes entre a produção científica norte-americana e brasileira, desde a circulação de conhecimentos e a profissionalização das ciências humanas e sociais no país, a constituição de uma comunidade científica cosmopolita e a criação de redes de financiamento e ampliação do mercado de trabalho (Miceli, 1989; Melo, 1999; Peixoto, 1989; Schwartzman, 1979; Marinho, 2001; 2003; Vianna, 1997) bem como revela a conversão das iniciativas diplomáticas de cooperação da política de boa vizinhança em experiências concretas (Kropf, 2020).

Quadro 1 – Assuntos e Autores do Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros.

Assunto	Autor(es)	Assunto	Autor(es)
Arte	Robert Smith	História (Bandeiras)	Alice Canabrava
Direito	Silvio Portugal	História (os holandeses no Brasil)	José Honório Rodrigues
Educação	Raul Briquet e Lourenço Filho	História (viagens)	Rubens Borba de Moraes
Etnologia	Herbert Baldus	História (assuntos especiais)	Caio Prado Junior
Filologia	J. Matoso Câmara Junior	Literatura	Willian Berrien
Folclore	Mário de Andrade	Literatura (pensadores, críticos e ensaístas)	Astrojildo Pereira
Geografia ¹	Pierre Monbeig	Literatura (romances, contos e novelas)	Francisco de Assis Barbosa
História (Obras Gerais)	Alice Canabrava e Rubens Borba de Moraes	Literatura (poesia)	Manuel Bandeira
História (Período Colonial)	Sérgio Buarque de Holanda	Música	Luis Heitor Correia de Azevedo

1 Com uma nota relativa à zoogeografia brasileira escrita por Paulo Sawaya

História (Independência, Primeiro Reinado, Regência)	Otávio Tarquínio de Souza	Sociologia	Donald Pierson
História (Segundo Reinado)	Caio Prado Junior	Teatro	Leo Kirschenbaum
História (República)	Gilberto Freyre	Obras Gerais de Referência	Rubens Borba de Moraes e José Honório Rodrigues

Fonte: MORAIS & BERRIEN, 1998

O texto que Pierson (1945) publicou no MBEB foi editado na década de 1940 nos Estados Unidos, sob o título *Survey of the Literature on Brazil of Sociological Significance Published up to 1940*. A primeira versão foi publicada pela editora da Universidade de Harvard com os apoios do *The Joint Committee on Latin American Studies of The National Research Council (JCLAS)* e do *The American Council of Learned Societies (ACLS)*, e *The Social Science Research Council (SSRC)* em 1945, antes, portanto, da versão em português.

Em seu levantamento sobre a sociologia brasileira,² Pierson selecionou a bibliografia em torno de seis eixos: a) Periódicos, Enciclopédias, Bibliografia e Excertos (PEBE); b) População e Ecologia Humana (PEH); c) Organização Social, Mudança e Desorganização Social (OSMDS); d) Psicologia Social (PS); e) Teoria e Metodologia Sociológica (TMS); f) Obras sobre assuntos correlatos de utilidade para o sociólogo (OAC).

2 Algumas obras não estão com a data da primeira edição. Como a recorrência é muita pequena e não compromete a visão do conjunto optei por manter a fidedignidade da lista elaborada por Pierson. Outro ponto importante diz respeito à mensuração das obras coletadas. Como o próprio Pierson alertou, o acesso e a disponibilidade dos títulos ficaram restringidos a bibliotecas de São Paulo. Entretanto, pelo volume coletado acredito que seja suficiente para um panorama geral das publicações.

Tabela 1 - Eixos e Obras de Sociologia Publicadas no Brasil

Eixo	Sé- culo XIX				1931		Obras
PEBE	-	-	-	-	15	-	15
PEH	9	5	12	9	90	3	128
OS- MDS	10	16	9	19	81	4	139
PS	-	-	-	2	7	-	9
TMS	2	2	-	1	38	5	48
OAC	47	7	15	23	138	18	248
	68	30	36	54	369	30	587

Fonte: MORAIS & BERRIEN, 1998

Ao dividir os eixos e as obras de sociologia no Brasil pelo seu período de publicação, a década de 1930 concentrou a maior parte das publicações. No primeiro eixo elaborado por Pierson, Periódicos, Enciclopédias, Bibliografia e Excertos (PEBE), todas as obras foram publicadas naquela década. Entre as 15 obras elencadas, destaque os textos de Almir de Andrade sobre a formação da sociologia brasileira, os de Arthur Ramos de Araújo sobre o desenvolvimento do interesse sociológico no Brasil e a Revista *Sociologia*, publicada a partir de 1939.

Na segunda série de publicações, que incluem estudos de População e Ecologia Humana (PEH), se destacam os censos realizados pela Diretoria Geral de Estatística e pela Comissão Central de Recenseamento do Estado de São Paulo, além de textos como os de Alfredo Ellis Junior, Alfredo Taunay e Emílio Willems.

No terceiro eixo, estão dispostas as obras incluídas no tema Organização Social, Mudança e Desorganização Social (OSMDS). Das

139 obras listadas, 81 foram publicadas na década de 1930. Entre as obras listadas por Pierson nesse tema, se sobressaem os textos de Oliveira Vianna, Gilberto Amado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Gustavo Barroso, Euclides da Cunha, Nestor Duarte, Arthur Ramos de Araújo Pereira e Sílvio Romero.

As obras acomodadas na área de Psicologia Social (PS) foram publicadas a partir da década de 1920. Os textos são: *Almas de Lama e Aço* de Gustavo Barroso, *Psicologia Social* de Raul Briquet, *Les personnages-Types du Brésil* de Pierre Deffontaines, *Fundamentos do Espírito Brasileiro* de Paulo Tollens, *Pequenos Estudos de Psicologia Social* de Oliveira Vianna, e por fim, *Introdução a Psicologia Social, Loucura e Crime, Notas Psicológicas sobre a vida cultural brasileira e A criança problema* de Arthur Ramos de Araújo Pereira.

As obras enquadradas no eixo Teoria e Metodologia Sociológica (TMS), se referem a problemas e questões teóricas enfrentadas pelos sociólogos. Sobressaem os textos de Paulo Egídio, *Conceito Científico das Leis Sociológicas* e *Estudos de Sociologia Criminal* e os de Sílvio Romero, *Ensaio de Sociologia e Literatura* e *O evolucionismo e o positivismo no Brasil*. Textos publicados na virada do século XIX para o século XX. Na década de 1920, destaco o texto de Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, *Introdução à sociologia geral*, publicado em 1926.

No tópico das obras sobre assuntos correlatos de utilidade para o sociólogo (OAC), Pierson elencou textos de História do Brasil, poesia, contos, romances, folclore, memórias, artes plásticas, notas de viagens e textos de viajantes. Textos que revelariam "de forma íntima e dramática o caráter das sociedades e culturas brasileiras, auxiliando substancialmente a compreensão das instituições, das relações entre raças, classes e sexos, dos *folkways*, *mores*, ideias, atitudes e sentimentos, característicos do Brasil em diferentes épocas e lugares." (Pierson, 1998, p.1168)

De um modo geral e visto como conjunto, Donald Pierson apontava que o material sociológico no Brasil estaria disperso em textos de diferentes matizes e que o processo de diferenciação da sociologia de outros campos do saber ainda estava em seu início. Com relação aos aspectos científicos da sociologia brasileira, Pierson era reticente. Diversos estudiosos sobre obra de Donald Pierson já chamaram a atenção para as concepções de sociologia vigentes entre as décadas de 1930 e 1950 nos Estados Unidos e no Brasil.

Em suas palavras, “o Brasil constitui um campo quase virgem para investigações sociológicas de caráter científico.” (Pierson, 1998, p.1160) Pois, ao tratar dos temas sociológicos sem o rigor científico que a disciplina exigiria, os ensaístas acabariam por torná-la uma disciplina que ele chamou de *inclusiva*. Ao contrário do que havia ocorrido nos Estados Unidos onde a sociologia definira desde o final do século XIX, seus métodos e conceitos próprios, se constituindo enquanto uma disciplina *limitada*.³ Entretanto, Pierson reconheceu que esses “pioneiros da sociologia” ao se utilizarem do ensaio criaram outra tradição de se fazer sociologia e de interpretar o Brasil a partir de argumentos sociológicos.

A impressão de que o material sociológico virtualmente não existe no Brasil parece ter tido origem no seguinte conjunto de circunstâncias. Em primeiro lugar, certos títulos imprecisos ou inadequados ocultam, às vezes, material sociológico. Em segundo lugar (e o mais importante), a especialização no campo das ciências sociais acha-se na sua infância no Brasil e por conseguinte a maior parte do material sociológico se encontra amplamente espalhada, aparecendo entre dados referentes a outros campos, tais como história, geografia, economia, ciência política e etnologia, juntamente com eruditos comentários sobre a vida social, num

3 Para Pierson, a diferença entre disciplinas inclusivas e disciplinas limitadas se refere ao modo pelo qual sua segmentação e diferenciação de outras áreas se efetua. Uma disciplina é inclusiva quando se relaciona estritamente com outras disciplinas do conhecimento. Seus métodos, objetos de estudo e forma de apresentação das ideias estariam condicionadas por esta relação. Enquanto uma disciplina limitada, limita seu campo de ação e se define mais claramente em oposição a outras áreas do conhecimento.

grande número de livros e artigos. (Pierson, 1998, p. 1157)

Não obstante essas afirmações, um ponto chamava a atenção de Pierson: a latência de uma imaginação social no Brasil e sobre o Brasil. Para ele, essa imaginação adviria de cinco fontes principais: os historiadores sociais, os folcloristas, os viajantes, os artistas e os romancistas. Teriam sido eles os responsáveis pela divulgação de argumentos sociológicos e pela construção da sociologia brasileira.

De fato, pode-se dizer com alguma justificativa que esses homens constituem, no Brasil, os pioneiros da sociologia, como disciplina de pesquisa, que se distingue da filosofia social, da ética social e da política social. Pelo menos, forneceram-nos eles porção considerável de dados descritivos e analíticos até agora produzidos, bem como úteis hipóteses explicativas. (PIERSON, 1998, p.1166)

Nos últimos anos, dentro da perspectiva da história das ciências sociais, procurou-se desestabilizar a noção de que o pensamento social e político brasileiro constituiria uma etapa da história das ciências sociais no país, marcada principalmente pelo processo de institucionalização ocorrida com maior vigor a partir dos anos 1970. Assim, o pensamento social e político era entendido como a produção de interpretações de cunho sociológico e político pré-institucionalização (e alguns casos pré-científico), datado, sem grande rigor metodológico, em especial pelo uso da forma ensaio, não propriamente pelo conteúdo apresentado (Autores a favor da institucionalização).

Uma breve observação do levantamento que Donald Pierson (1998) fez sobre a sociologia brasileira mostra tanto os aspectos teóricos gerais com os quais a sociologia caminhou, como uma diversidade de metodologias científicas, especialmente a partir da década de 1920 e 1930. O levantamento de Pierson, apontou diversos textos de teoria e metodologia da sociologia, o que nos leva a pensar na disciplina realizando

um processo de teorização sobre seus limites e potencialidades de análise. Apontou a existência de textos sobre a história da sociologia, o que nos leva a consideração da disciplina refletindo sobre o seu ofício ao longo tempo, o intérprete que interpreta o interpretar. Elencou a existência de estudos sociológicos sobre a população e sobre a organização social e mudança, temas clássicos com os quais a sociologia operou. E possibilitou a averiguação de estudos monográficos e estudos culturalistas com requinte analítico e propositor de metodologias de pesquisas originais e relevantes para se interpretar os objetos de estudos sociológicos. Contudo, para os fins de uma melhor definição, essa multiplicidade e latência disciplinar devem ser orientadas para a direção do reconhecimento disciplinar antes de sua institucionalização, e por outro lado, para a averiguação de uma determinada tradição de sociologia que convivia e brotava em paralelo aos textos de estudos monográficos e estudos culturalistas com os quais a sociologia se institucionalizou. Sobre o caso brasileiro nas décadas iniciais do século XX, pode se acrescentar, sem grandes hesitações, que havia condições políticas e culturais globalmente favoráveis a uma espécie de acumulação de conhecimentos sobre a estruturação e modos de transformação da sociedade, baseada em lógicas de cientificidade homólogas das então emergentes em outros contextos nacionais ou regionais, cujos critérios de diversificação do conhecimento e especialização das áreas de saber estivera na pauta do dia.

REFERÊNCIAS

- ARNOVE, Robert F. (1980), *Philanthropy and Imperialism: The Foundations at Home and Abroad*. Bloomington, Indiana University Press
- BECKER, Howard S. “A Escola de Chicago”. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, vol.2, n. 2, outubro de 1996, pp. 177-188.

- BOTELHO, André e SCHWARTZ, Lilia. (2011), "Pensamento Social Brasileiro – um campo vasto ganhando forma." *Lua Nova*, São Paulo, 82: 11-16
- EAKIN, Marshall C. e ALMEIDA, Paulo Roberto. (2005) *Enviousing Brazil: a guide to brazilian studies in the United States, 1945–2003*. Madison: University of Winconsin Press.
- ECKARDT, Frank. (2014) "Chicago" no Brasil: a importância da redescoberta da cidade e da "raça". *Rev. Inst. Estud. Bras.* (58) • Jun 2014 • <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p79-103>
- FARIA, Lina e COSTA, Maria Conceição da. (2006) Cooperação científica internacional: estilos de atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford. *Dados*, 49 (1) • 2006 • <https://doi.org/10.1590/S0011-52582006000100007>
- Hanke, Lewis. (1947). *The Development of Latin-American Studies in the United States, 1939-1945*. *The Americas*, 4(1), 32–64. <https://doi.org/10.2307/978488>
- HILL, Lawrence. (1946) *Survey of the Literature on Brazil of Sociological Significance Published up to 1940*. Compiled by Donald Pierson for The Joint Committee on Latin American Studies of The National Research Council, The American Council of Learned Societies, and The Social Science Research Council. Miscellaneous Publications Number 4. (Cambridge: Harvard University Press, 1945. Pp. xvi, 60. \$1.50.). *The Americas*, 3(2), 264-264.
- HINKLE, Roscoe. (1980) *Founding Theory of American Sociology*. Boston, Routledge & Kegan Paul Ltd.
- KROPF, Simone Petrglia. Circuitos da boa vizinhança. Diplomacia cultural e intercâmbios educacionais entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. *Varia hist.* 36 (71) • May-Aug 2020 • <https://doi.org/10.1590/0104-87752020000200010>

- MAIO, Marcos Chor e LOPES, Thiago da Costa. (2017) Entre Chicago e Salvador: Donald Pierson e o estudo das relações raciais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 30, nº 60
- MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. (2001), Norte-Americanos no Brasil. Uma História da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952). Campinas/São Paulo, Autores Associados/Universidade São Francisco.
- _____. (2003), Elites em Negociação: Breve História dos Acordos entre a Fundação Rockefeller e a Faculdade de Medicina de São Paulo (1916-1931) Bragança Paulista, EDUSF.
- MELO, Manuel Palacio da Cunha. (1999) *Quem explica o Brasil*. Juiz de Fora: Editora UFJF.
- MICELI, Sérgio (org.) (1989) *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume 1. São Paulo: Vértice, IDESP/Finep.
- MORAIS, Ruben & BERRIEN, Willian. ([1949] 1998) *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Brasília, Senado Federal.
- OLIVEIRA, Amurabi. (2019) Afro-Brazilian Studies in the 1930s: Intellectual Networks between Brazil and the USA. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*. ISSN 2245-4373. Double Issue Vol. 8 Nos. 1-2
- PIERSON, Donald. (1998) “Sociologia”. In: MORAIS, Ruben & BERRIEN, Willian. (Dir.) *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Brasília, Senado Federal.
- PIERSON, Donald. (1945) *Survey of the Literature on Brazil of Sociological Significance Published Up to 1940*. Cambridge: Harvard University Press.
- SCHWARTZMAN, Simon. (1979), Formação da Comunidade Científica no Brasil São Paulo/Rio de Janeiro, Editora Nacional/Finep.
- TOTA, Antônio Pedro. (2000) O Imperialismo sedutor: a americanização

do Brasil na Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras.

VALLADARES, Lícia do Prado. (2010) A visita do Robert Park ao Brasil, o "homem marginal" e a Bahia como laboratório. Cad. CRH 23 (58)

• Abr 2010 • <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000100003>

VIANNA, Luiz Werneck. (1997) *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.

O pioneiro dos pioneiros: Attilio Vivácqua e o Modernismo Antropofágico na reforma da educação no Espírito Santo (1928-1930)

Hannah Alves Alcure e Araújo

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

hannahalcure@gmail.com

Introdução

A década de 1920 foi marcada por discussões em torno de projetos de educação, que culminaram em movimentos de reforma educacional em diversas unidades federativas do Brasil. O último decênio do que, na historiografia, convencionou-se chamar de República Oligárquica (1894-1930) foi cenário de tensões entre o novo e o velho, entre o que representaria o progresso e aquilo que amarraria o país ao passado, em uma condição de atraso. Ao mesmo tempo, surgem nessa década anseios nacionalistas que colocam a questão da brasilidade no centro do debate.

A crença na escolarização como instrumento de progresso, de civilidade e de formação da identidade nacional era um valor compartilhado pelos intelectuais e educadores que se reuniam na Associação Brasileira da Educação (ABE). Este órgão, que agregava pessoas interessadas em influenciar na elaboração de políticas públicas educacionais, interferiu diretamente na formulação e na execução de programas de reformas da instrução pública em todo o país. A necessidade de se pensar um “novo homem” e de forjar uma sociedade adaptada às transformações sociais,

econômicas, culturais e políticas provocadas pelo processo de expansão da industrialização no Brasil serviram de linha mestra para as reformas ocorridas em São Paulo (1920), no Ceará (1922), na Bahia (1924), no Distrito Federal (1927), no Espírito Santo (1928), entre outras (BERTO, 2013).

Fernando de Azevedo, educador e sociólogo responsável pela reforma educacional do Distrito Federal, identifica este contexto como o início de um movimento renovador em educação, que se estenderia ainda pela década seguinte, tendo seus princípios norteadores sintetizados no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Neste documento, onde constam como signatários os nomes de Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira¹, além de Attílio Vivacqua e Garcia de Rezende como representantes do reformismo capixaba, os pioneiros se comprometeram a conduzir o Brasil à modernidade via educação. Para isso ser possível, acreditavam que a construção de uma escola pública, laica e gratuita deveria ser tratada como um problema prioritário do Estado (AZEVEDO et al, 1932).

No Espírito Santo, as ideias de reforma da instrução pública tiveram significativo espaço no governo de Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930). Attílio Vivacqua, nomeado por Aristeu para o cargo de Secretário da Instrução Pública, com auxílio de seu assessor Garcia de Rezende, foi responsável por dar início a uma reforma educacional no estado, inspirada em ideais escolanovistas, que alcançou reconhecimento nacional, tornando-se modelo para as demais reformas. Neste artigo, discutiremos as particularidades da reforma educacional capixaba que lhe garantiram destaque no Congresso da Associação Brasileira de Educação, em 1930.

¹Anísio Spínola Teixeira (1900-1971) foi um intelectual, educador e escritor baiano, que esteve à frente das reformas educacionais da Bahia e do Rio de Janeiro. Teixeira foi um dos principais disseminadores do escolanovismo no Brasil e um dos nomes de maior destaque no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Cf MAGOGA & MURARO, 2020.

Attílio Vivacqua e a Escola Activa Capixaba

Nascido em 11 de outubro de 1984, no então município de Espírito Santo do Rio Pardo, que pouco tempo depois viria a chamar-se Muniz Freire, Attílio Vivacqua cresceu no seio de uma família de ricos comerciantes de café da região sul-capixaba. O pai, imigrante italiano, juntamente com seus irmãos, abriu uma sociedade comercial, que partiu de um pequeno armazém familiar de secos e molhados para a segunda maior exportadora de café do estado apenas algumas décadas depois (LIMA, 2009).

A fortuna da família multiplicou-se com a herança recebida pela mãe de Attílio, Etelvina Vieira de Souza Monteiro, descendente da poderosa estirpe dos Souza Monteiro, que rendeu à política capixaba importantes figuras como Jerônimo Monteiro, Bernardino Monteiro e Carlos Lindemberg (AGOSTINHO, 1994). Pela parte paterna, Attílio também tinha tios ocupantes de cargos na política local, além de alguns irmãos que também tomaram o mesmo rumo profissional. Após graduar-se em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, em 1916, um ano depois de seu colega de curso Aristeu Borges de Aguiar, Attílio retorna para Cachoeiro, onde exerce advocacia até iniciar-se de vez na carreira política, em 1920, como vereador em Cachoeiro do Itapemirim.

No ano seguinte, Attílio é eleito deputado estadual pelo Partido da Lavoura em 1921 e reeleito pelo mesmo partido em 1924. Neste ano, é indicado para o cargo de diretor-presidente da Companhia Territorial do Vale do Rio Doce, uma empresa estatal responsável por organizar a compra e venda de terras na região do Vale do Rio Doce, no Espírito Santo. Em 1927 é eleito pela terceira vez para a Assembleia Legislativa do Espírito Santo, cargo que não chega a assumir, pois aceita o convite de Aristeu Borges de Aguiar para chefiar a Secretaria de Instrução Pública

do Estado do Espírito Santo, a partir de 1928.

Aqui cabe mencionar que Aguiar havia ocupado o mesmo cargo na gestão anterior. Florentino Avidos nomeou-o Secretário de Instrução Pública em 1926 e antes disso, Aguiar, desde 1921, havia ocupado o posto de diretor do Gymnasio do Espírito Santo, uma das instituições educacionais públicas mais importantes do estado. Tendo a educação como uma das pautas principais de seu governo, Aristeu nomeou seu amigo pessoal Atílio Vivacqua para chefiar a pasta.

Vivacqua, em sua mocidade, já dedicava-se a pensar o tema da educação. No ano em que concluiu a graduação, lançou o opúsculo *O Escotismo* (1916), onde defendeu o sistema fundado pelo General britânico Baden-Powell como forma de reintegrar o homem “supercivilizado” à natureza. O sistema escotista se assentaria em uma prática esportiva ao ar livre, com o intuito de superar desafios por meio da identificação do problema e sua resolução. A formação cívica, o espírito cavalheiresco e a instrução militar integram os princípios de conduta do escoteiro, regidos por leis de honra e de dever. Os escoteiros devem dominar diversos campos do saber como a história natural, geografia, astronomia, química, física, topografia, além de também serem iniciados nos tratos dos negócios e no exercício da economia doméstica.

Para Vivacqua, alguns dos pontos mais preciosos do sistema estariam em seu incentivo à autonomia da criança e no caráter universalista do programa, uma vez que estenderia-se a todas as camadas sociais, podendo incluir também “essa enorme multidão de meninos abandonados às calçadarias das cidades” (VIVACQUA, 1916, p. 1). Diversos pilares da educação escoteira aparecerão mais tarde na reforma da instrução pública dirigida por Atílio, entre 1928 e 1930, especialmente nos seguintes aspectos: crítica à educação ornamental e livresca, valorização de atividades físicas e contato com a natureza, resolução de problemas reais e práticos,

incentivo à autonomia e ao método da auto-educação.

Assim, os rudimentos da nossa geographia e da nossa historia, o estudo pratico das cousas e atividades do nosso meio, a noção da organização politica do paiz dos deveres e direitos do cidadão, a idéa da solidariedade nacional, formarão base do programma do nosso escotismo.

Deve animar o systema scoutico um espirito brasileiro elevado e profundo. (VIVACQUA, 1916, p. 25)

As preocupações de Atílio com as questões educacionais brasileiras aparecem pela primeira vez em sua mocidade, quando ainda não ocupava cargos políticos. Uma década antes de se tornar secretário de Instrução Pública, Vivacqua já se dedicava a pensar em um sistema modernizado de educação, que adaptasse o cidadão às transformações políticas, econômicas e sociais, ao mesmo tempo em que forjasse no sujeito um espírito nacional. Nas décadas seguintes, Vivacqua publicaria obras especificamente voltadas para o tema da educação como *O Ensino Público no Espírito Santo* (1929), *A Escola Activa Brasileira* (1930) e *Educação Brasileira* (1930). As obras referidas são resultados de seus estudos e experiência à frente do cargo de Secretário de Instrução Pública do Governo Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930). Exemplares destas, os quais tomaremos como base para compreender o pensamento de Vivacqua acerca de políticas públicas para a educação, podem ser localizados no acervo do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo e na coleção de obras especiais da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.

A reforma empreendida por Atílio Vivacqua teve como inspiração os preceitos do movimento escolanovista. De acordo com Berto (2013), os termos “escola activa”, “escola nova”, “educação nova”, “pedagogia científica” são denominações utilizadas neste contexto para expressar inovações pedagógicas voltadas para a modernização do ensino. Em entrevista concedida ao jornal *Diario da Manhã*, Vivacqua afirma que a escola acti-

va, enquanto um movimento pedagógico que surgiu em um mundo pós-guerra e em processo de industrialização, apesar de ainda insuficiente para interpretar as complexas necessidades de instrução do homem, seria “a mais avançada conquista” da pedagogia moderna (VIVACQUA, 1929, p. 1.).

Para a construção do projeto da Escola Activa Capixaba, Vivacqua tomou de empréstimo ideias de pensadores estrangeiros da pedagogia moderna. Do neurologista e psicólogo do desenvolvimento infantil suíço Edouard Claparède, Attilio fez uso da ideia da *escola funcional*, ou seja, a instituição escolar deve estar preparada para produzir nas crianças os valores exigidos pelas transformações da sociedade. Do filósofo e pedagogo estadunidense John Dewey, o reformador capixaba assimilou a perspectiva da escola como ambiente em que a criança *aprenda vivendo*, ao invés de, como a escola tradicional, ser um lugar onde “se aprendam apenas lições que tenham uma abstrata e remota referencia com alguma forma de vida” (VIVACQUA, 1930, p. 16).

A inspiração mais evidente, contudo, vem do pedagogo suíço Adolphe Fèrriere, um dos criadores e propagadores do movimento da Escola Nova. Segundo Berto, uma das principais referências de Attilio seria a obra *L'école active*, do autor, lançada em 1922. O principal ponto defendido pelo pedagogo suíço na obra seria o rompimento com o modelo tradicional de ensino a partir da realocação da criança como centro do processo educativo. Ferrière compreende o termo *escola activa* como um slogan que expressa “o desejo da mobilidade, da liberdade, da autonomia, onde se buscam forças criativas. A escola activa era um dos muitos termos em circulação que compunham modos de pensar as práticas educativas que deixassem para trás o antigo, o tradicional” (2013, p. 33).

A confluência de ideias destes pensadores estrangeiros da pedagogia moderna serviu de base para a formulação da Escola Activa capixaba,

que Attílio Vivácqua define da seguinte maneira:

A “Escola Activa”, que tem por base despertar e explorar a curiosidade infantil, sempre aberta á compreensão rapida das cousas, é a escola da auto-instrução.

Os seus objetivos principais são provocar a revelação dos temperamentos infantis, a cooperação, o aparelhamento social do menino, e convertel-o, por meio de um ensino activo e dynamico, creado pelo professor de accordo com as tendencias de cada um, embora dentro duma rigorosa orientação pedagogica, transformando-o num factor efficiente e capaz da vida actual, em toda a sua vertiginosa multiplicidade de aspectos. (VIVACQUA, 1929, p. 1)

Para que fosse eficaz um modelo de escola onde a criança fosse o centro do processo de aprendizagem, para que este processo fosse baseado no “aprender vivendo” e fossem produzidos na criança valores exigidos pelas transformações da sociedade, era necessário que a escola, como “órgão vital da sociedade”, conforme aponta Vivacqua (1930, p. 16), expressasse as necessidades e finalidades de cada realidade. Não bastava que se importassem modelos pedagógicos estrangeiros. Era necessário que estes modelos fossem reformulados a partir das condições sociais e econômicas de cada localidade.

Mas, a “Escola Activa” como está sendo praticada na Europa, onde se originou, para attender a uma angustiosa circumstancia do momento europeu, não se enquadraria, integralmente adaptada, no actual momento brasileiro, trabalhado por uma tão forte e tão varonil tendencia de brasilidade.

No interesse nacional era preciso modificá-la, dotando-a de todas as inovações capazes de interpretar, com intelligencia, as necessidades sociais brasileiras. (VIVACQUA, 1929, p. 1)

Ao contrário do que estava acontecendo nas reformas de outros estados, a adoção dos preceitos escolanovistas *ipsis litteris*, Vivacqua compreendeu que a implantação da reforma educacional no Espírito Santo precisava adequar-se à sua diversa composição geográfica, populacional

e cultural. Por exemplo, o modelo de escola aplicado nos grandes centros urbanos não atenderia às especificidades de uma escola rural, ou de uma escola instalada no litoral, ou até mesmo daquelas voltadas para a população imigrante.

Desta forma, além do foco na formação de professores primários qualificados através do Curso Superior de Cultura Pedagógica, a Reforma Attílio Vivácqua adotou alguns outros recursos pedagógicos com vistas à modernização do sistema escolar, ainda não aplicados no Brasil. A adoção do rádio e do cinema, considerados por Attílio, os “melhores professores do momento” (VIVACQUA, 1929, p. 1), justificavam-se por suas relevantes propriedades educacionais. Estes instrumentos serviriam como fatores de integração e inclusão das zonas mais afastadas em relação aos principais centros, além de ampliarem significativamente a compreensão dos estudantes acerca da própria realidade e do mundo externo a ela.

O *Resumo Escolar*, outra inovação implantada por Vivacqua, constituiu-se em um periódico destinado à comunidade escolar, com o objetivo de levar atualizações pedagógicas e novidades sobre a reforma a todas as escolas do estado. Além deste circulatório, serviu como veículo oficial de propaganda da Reforma Vivácqua, o jornal governista *Diário da Manhã*, tendo a revista *Vida Capixaba*, também publicado frequentemente sobre o assunto. Ambos veículos tiveram como diretor/colaborador o assessor de Attílio Vivacqua, Garcia de Rezende, apontado também como um dos formuladores do substrato teórico da reforma.

Garcia de Rezende e o modernismo antropofágico

Principal assessor e braço direito de Vivácqua na reforma da instrução pública capixaba de 1928, Sezefredo Garcia de Rezende originou-se de uma família falida de cafeicultores do interior fluminense e, somente após bacharelar-se em Letras, em 1918, mudou-se para o Espí-

rito Santo. Instalando-se em Vitória, inicia sua carreira como professor, tornando-se, pouco tempo depois, inspetor escolar, jornalista e diretor de uma escola pública. Juntamente Alarico de Freitas, então presidente da Assembleia Legislativa Estadual, capixaba, funda, 1921, a Academia Espírito-Santense de Letras (BERTO, 2013).

Em uma viagem de trem do Rio de Janeiro a Vitória, Garcia conhece Nestor Gomes, então Presidente do Espírito Santo, com quem rapidamente cria uma relação de proximidade. Esta amizade rendeu-lhe, aponta Berto (2013), a diretoria do jornal governista *Diário da Manhã*. Quando Aristeu Borges de Aguiar, seu colega de cátedra no Ginásio do Espírito Santo, chega à chefia do executivo capixaba, Garcia de Rezende é nomeado assessor de Atílio Vivacqua, na Secretaria de Instrução Pública. No cargo, Garcia de Rezende seria responsável por colaborar com a formulação da reforma da instrução pública ao lado de Vivacqua. Além de ser o maior propagandista e disseminador da Reforma Vivacqua, Garcia de Rezende é considerado a ponte entre as ideias do Modernismo Antropofágico e Atílio Vivacqua (SOARES, 1998).

Embora nunca tenha se considerado um antropofágico, propriamente dito, Soares (1998) apontava Garcia de Rezende como canal por onde entravam e se espalhavam as ideias modernistas no Espírito Santo, especialmente por meio de suas *Notas Ligeiras*, seção destinada aos escritos do mesmo, na primeira página do jornal *Diário da Manhã*. Ao mesmo tempo em que publicava ideias modernistas no jornal capixaba, encaminhava textos aos periódicos antropofágicos de São Paulo, relacionando a reforma educacional em curso no estado com o movimento.

Atílio Vivacqua e Garcia de Rezende reconheciam a legitimidade do Movimento Antropofágico no Brasil e tinham noção de que a proximidade entre estes modernistas e a Escola Activa Capixaba poderia ser uma maneira de conquistar ainda mais credibilidade para o projeto.

Chegaram a tentar organizar um Congresso de Antropofagia em Vitória, a convite de Vivacqua (SOARES, 1998). O evento foi marcado para 11 de outubro de 1930, dia do aniversário de Atílio, mas também simbolicamente o “último dia da América livre”, a véspera da chegada de Colombo ao Novo Mundo, em 1492. O Congresso nunca chegou a acontecer, não se sabe se por ocasião da eclosão da Revolução de 1930, ou por desavenças pessoais, frutos de conflitos matrimoniais entre Oswald e Tarsila.

Diversas viagens interestaduais foram realizadas por Vivacqua e Rezende com o objetivo de conhecer as experiências das reformas de outros estados. Enquanto Vivacqua se preocupava mais com a adoção de tecnologias pedagógicas para a modernização do ensino capixaba, Garcia de Rezende começou a buscar na Antropofagia o fundamento teórico que garantisse que a reforma desse conta das necessidades dos brasileiros e, sobretudo, dos capixabas.

Rezende toma de empréstimo ideias e expressões do movimento antropofágico para elaborar a sustentação teórica da reforma capixaba. A principal pauta antropofágica defendida por Rezende era a negação da importação e incorporação de ideias estrangeiras e a ênfase na necessidade de se considerar as características e particularidades essencialmente brasileiras.

Para garantir a “fisionomia brasileira” à Escola Activa capixaba, das quais tanto falavam Atílio e Garcia de Rezende, era necessário adaptá-las às necessidades reais locais. Para melhor ilustrar este pensamento, Rezende lança mão, como recurso metafórico, de um traço central da essência antropofágica do modernismo: as referências às culturas dos povos tradicionais.

Como todos os problemas brasileiros acredito que só poderemos resolver a questão do ensino si voltarmos ao índio, e partirmos d'elle conscientemente, com uma noção exacta das realidades modernas e do nosso caso particular como povo e como individuo.

/O índio aprendia a caçar, a pescar, a cultivar a terra [...] E realizava dentro e fora da taba, objectiva e praticamente, as cousas aprendidas, desdobrando as suas possibilidades de acordo com o seu modo de ser, o seu temperamento e a sua personalidade.

Tudo aquillo que aprendia tinha immediata e flagrante applicação na vida livre que vivia.

Os conhecimentos adquiridos não encerravam a menor intenção ornamental. Representavam, pelo contrário a sua superioridade real na luta e na victoria da sua existencia de pejejas diarias contra a floresta e as tribus inimigas. (REZENDE, 1929, p. 1)

Para Rezende, o elemento indígena deveria ser o ponto de partida. O exemplo do ensino concreto do “índio”, que aprendia a caçar, a pescar, a cultivar a terra, ou seja, que “aprendia vivendo”, é uma crítica ao ensino verbalista, ornamental e elitista que perdeu o contato com a vida e com os problemas práticos. O que o “índio” aprendia tinha imediata e flagrante aplicação na vida livre que vivia (SOARES, 1998). Neste aspecto, a metáfora antropofágica apropriada por Garcia de Rezende reforça o modelo defendido por Atílio de que a escola precisa ser funcional, um lugar onde o aluno “aprende vivendo”. Essa seria a escola antropofágica, que não cria um mundo artificial, mas aproxima “o menino das realidades absolutas e uivantes que o cercam e deslumbram” (REZENDE, 1929, p. 1)

A escola antropofágica, segundo Garcia, promoveria a reabilitação do indivíduo, uma vez que devolveria a este os instrumentos necessários para reconhecer e compreender a si mesmo e a realidade que o cerca, sem a “deformação” provocada pela presença preponderante do elemento colonizador. A questão da brasilidade e o espírito moderno, objetivos a serem alcançados pela reforma da instrução, não poderiam se efetivar com a implementação de cópias dos modelos pedagógicos europeus ou estadunidenses. Rezende insiste: “O Brasil antropofagico não é o Brasil canibal, sanguinario, mas o Brasil reabilitado. Sem o espírito cansado do velho mundo. O Brasil que perdeu, de proposito a educação para se educar de

novo” (REZENDE, 1929, p. 1).

A brasilidade que Rezende acreditava ser necessário forjar por meio desta educação antropofágica era a de um “Brasil como é sem o artifício europeu, sem a decadência europeia, sem o lado ruim e insignificante da obra da colonização” (REZENDE, 1929, p. 1). Para enfatizar esta aversão ao domínio estrangeiro, seja ele político ou cultural, Rezende evoca episódios da história do Brasil em que nativos estiveram em conflitos com colonizadores. Assim como Oswald de Andrade relaciona a Antropofagia à Guerra dos Emboabas, representando estes últimos como tudo o que “o Brasil possui de falso, de doente, de velho e insignificante” (REZENDE, 1928, p. 1), Garcia de Rezende resgata nos primórdios da história capixaba um episódio similar para reafirmar a resistência contra o estrangeiro.

Em uma *Nota Ligeira*, Rezende narra o episódio histórico em que nativos da atual região de São Mateus, no norte do Espírito Santo, capturam e devoram o líder militar português Fernão de Sá, filho do governador geral do Brasil, Mem de Sá. Segundo o autor, este foi o “primeiro e definitivo golpe de energia audaciosíssima contra a obra do conquistador branco” (REZENDE, 1929, p. 1).

Num movimento mental, porém, como o da “Antropophagia Brasileira de Letras”, em que se procura libertar o genio do Brasil de toda e qualquer deformação falsamente decorativa, o Espírito Santo só tem de figurar.

Só tem de formar no contingente da vanguarda.

Mesmo porque foi o selvagem do Espírito Santo quem primeiro protestou contra a organização social e política do velho continente no Novo Mundo: comendo o filho de um governador português. (REZENDE, 1929, p. 1)

Desta forma, Busatto (1992) acredita que, por intermédio da morte e da deglutição de um fidalgo português por nativos da antiga capitania do Espírito Santo, Garcia de Rezende pretende estabelecer laços estreitos

e primordiais entre o Espírito Santo e a antropofagia. Com este uso do passado, embebido de um viés essencialista, ao projetar no passado uma condição que se quer defender existente no presente, Rezende fortalece o substrato teórico da Escola Activa capixaba, forjando uma relação intrínseca entre a histórica capixaba e o princípio modernista de resistência ao elemento estrangeiro.

Embora Attílio Vivacqua, em suas obras a respeito da educação pública capixaba — (*O Ensino Público no Espírito Santo* (1929), *A Escola Activa Brasileira* (1930) e *Educação Brasileira* (1930)), nunca tenha mencionado diretamente a influência dos modernistas ou usado conceitos relacionados ao antropofagismo, pode-se verificar vários pontos de confluência entre a proposta de reforma elaborada por Attílio e ideias modernistas em voga na década de 1920. Coube a Garcia de Rezende, portanto, assessor e propagandista da Reforma Vivacqua, o papel de incorporar valores do antropofagismo nas transformações da instrução pública, a fim de forjar nos capixabas um sentimento de brasilidade e um espírito moderno.

O pioneirismo de Attílio Vivacqua

Em setembro de 1930, no Congresso Educacional sediado na cidade do Rio de Janeiro, à época, Distrito Federal, o reformador capixaba apresentou o projeto e o andamento da implantação da Escola Activa capixaba. Garcia de Rezende, em sua autobiografia *Memórias* (1981) relembra que a reforma capixaba foi aprovada como padrão e designada como modelo a ser seguido pelas demais reformas no país (SOARES, 1998).

A conquista do Espírito Santo foi ainda maior porque não só ficou estabelecido o *systema* de salas-ambiente, com turmas rotativas como o meio capaz de constituir modelo da Escola Brasileira como toda iniciativa de renovação pedagógica deve ser ligada ao Curso de preparação do professorado, como se fez nesse Estado.

(DIARIO DA MANHÃ, 1930, p. 8)

Em visita ao Brasil, em 1929, o psicopedagogo russo Leon Walther, do Instituto Jean-Jacques Rousseau, instituição de ciência da educação fundada por Claparède, teve oportunidade de conhecer algumas das reformas educacionais em curso no Brasil. Walther foi apresentado às reformas de Minas Gerais e do Rio de Janeiro e pôde conhecer também o projeto da Escola Activa capixaba, sobre a qual deixou algumas impressões muito positivas:

Fiquei vivamente impressionado com a precisão científica, a capacidade técnica e a preocupação superior de brasilidade com que o Espírito Santo está organizando a sua escola activa.

[...]

Em nenhum paiz europeu a Escola Activa está sendo encarada com a orientação brasileira e nem oferece as condições de praticabilidade e de eficiencia que se nota aqui. (DIARIO DA MANHÃ, 1929, p. 1)

Soares (1998) cita outros educadores brasileiros que também reconheceram a Escola Activa capixaba como modelo para as demais, a exemplo do professor José Ribeiro Escobar, que liderou a implementação da Escola Activa em Pernambuco. Para fundamentar ainda mais o destaque da Reforma Vivacqua no cenário nacional e seu reconhecido *status* de padrão, Rezende reafirma o caráter antropofágico da experiência capixaba. Foi a capacidade de filtrar as influências estrangeiras, rearranjando-as a partir de uma compreensão clara dos próprios problemas e da própria realidade, que garantiu-lhe a categoria de modelo a ser seguido.

Logo após o Congresso de 1930, onde as diversas reformas foram apresentadas, Rezende publica uma *Nota à margem da Reunião Educacional*, sob o pseudônimo de “Observador Pedagógico” tecendo alguns comentários comparativos entre as reformas capixaba e a fluminense. Reconhece que ambas foram criadas com base nos mesmos princípios

(escolanovistas), mas que diferem nas táticas e na execução. Garcia de Rezende entende que, dada a complexidade da realidade da capital federal, por se tratar de um grande centro urbano, a estrutura educacional ali implementada não poderia servir de modelo à organização geral do sistema educacional brasileiro.

Já o Espírito Santo, por ser um estado predominantemente rural, refletiria mais o Brasil daquela época, e a reforma ali iniciada, se tomada como referência pelas outras unidades federativas, teria maior possibilidade de produzir resultados positivos.

A diferença de tática na execução das reformas carioca e espirito-santense constou do seguinte: no Distrito Federal a ideologia precedeu a execução prática da reforma e no Espírito Santo atacou-se, desde logo, o problema com a preparação técnica do professorado. (OBSERVADOR PEDAGÓGICO, 1929, p. 3)

Rezende identificou que a reforma carioca priorizou a ideologia em detrimento da prática, ao contrário da capixaba, onde um exame de suas condições e problemas próprios antecedeu o projeto, o que tornou evidente a urgência em torno da formação de corpo docente qualificado. Somente a partir daí é que o aparato ideológico, de inspiração escolanovista, foi incorporado. Aqui ele não relaciona diretamente estes primeiros passos da reforma capixaba com princípios antropofágicos, mas subentende-se esta relação, uma vez que, como discutido anteriormente, ao relacionar Antropofagia e Educação, Rezende insiste na ênfase dada por este movimento de ideias à elucidação e compreensão de si mesmo e da própria realidade.

Há um esforço, identificado por Berto (2013) e Soares (1998), da parte de Rezende, em também tentar projetar o reformador Atílio Vivacqua como um pioneiro entre os pioneiros da aplicação das ideias escolanovistas no Brasil. Por Rezende tratar-se do propagandista oficial

do governo, é claro que estes recursos linguísticos operacionalizados por ele para dar maior visibilidade à reforma capixaba, devem ser olhados com desconfiança.

O próprio Atílio Vivácqua, em seus escritos e em entrevistas para periódicos locais ou de outros estados, enfatiza a adoção do cinema do rádio como fatores educacionais ainda não aplicados no Brasil, para demarcar, pelo menos, um aspecto de sua reforma em que se antecipa em relação às outras. Contudo Berto (2013) faz uma análise das outras reformas em curso na década de 1920 e descobre que o uso do cinema e do rádio como metodologias educativas já estavam acontecendo ou sendo implantadas em outros estados, a exemplo de São Paulo.

À parte o pioneirismo da adoção da tecnologia rádio-cinematográfica como recurso didático, cuja confirmação ainda requer um estudo comparativo mais profundo entre as reformas capixaba e as demais, um aspecto com o qual Vivácqua sai à frente dos demais reformadores, é no campo das ideias, de acordo com Soares (1998). O autor aponta que, embora Atílio não possuísse ainda uma formulação mais elaborada acerca da escola activa quando assumiu o secretariado, desde sua mocidade o reformador já vinha ensaiando propostas de reformulações educacionais bem próximas ao que viria a ser incluído na agenda da reforma.

Soares (1998) chega a defender que com o modelo de educação proposto por Vivácqua em *O Escotismo*, em 1916, o capixaba antecede até mesmo um dos considerados fundadores do escolanovismo Adolphe Ferrière, que publica sua obra *L'école active* apenas em 1922. Na obra citada, Atílio já defendia um modelo de educação enérgico, varonil e prático, que levasse em conta as condições da vida atual, portanto, “a escola nova deve ser a escola da iniciativa e do trabalho, da energia e do carácter, da saúde e da alegria” (VIVACQUA, 1916, p. 7).

Algumas dessas formulações contidas na obra sobre o modelo

educativo escoteiro foram transformadas em projetos de leis e defendidas por Vivacqua em suas primeiras legislaturas no Congresso Estadual, antes de se tornar secretário de Instrução Pública. Atílio propôs a adoção do método escotista e, em outra ocasião, a implantação do ensino profissionalizante obrigatório. Nenhuma das duas foi aprovada. À mesma época, observa-se também, segundo aponta Soares (1998), uma preocupação de Atílio com a formação de professores. Poucos anos depois, este seria o centro nevrálgico da Reforma da Educação por ele encabeçada.

O movimento nacional de renovação da educação, que acumulou força durante a década de 1920, culminou no lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Este documento foi formulado e assinado por pensadores do sistema educacional brasileiro, além de elementos que estiveram à frente de reformas educacionais nos estados brasileiros como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira e, como representantes da modernização escolar capixaba, Atílio Vivacqua e Garcia de Rezende. No documento, os signatários defendiam a implantação de uma escola pública, laica e gratuita, com o objetivo de produzir indivíduos preparados para as transformações da sociedade e, sobretudo, orientados para a democracia. Para os pioneiros, a educação deveria ser tratada como problema prioritário do Estado, pois ela era fonte da identidade de consciência nacional (AZEVEDO et al, 1932).

A identificação de elementos formulados por Atílio Vivacqua à época de sua mocidade, transformados em projetos de lei frustrados no Congresso Estadual, posteriormente incorporado ao seu programa de reforma e presentes, também, no Manifesto dos Pioneiros, quase duas décadas depois, são indícios que apontam para um pioneirismo do reformador capixaba entre os Pioneiros da Educação, pelo menos, no que diz respeito a propostas relacionadas à modernização do processo educativo e ao que deveria ser o objetivo da instrução pública: a formação da identidade na-

cional e a orientação para a democracia.

Considerações Finais

Este trabalho fez uso, dentre outras fontes, dos escritos publicados por Garcia de Rezende nas *Notas Ligeiras*, do *Diário da Manhã*, para discutir o que ele chama de caráter antropofágico da Reforma Vivacqua, assim como o pioneirismo do reformador capixaba frente aos outros reformadores do movimento nacional renovador da educação. É imprescindível, contudo, que a estas fontes seja dado um tratamento crítico, uma vez que Garcia de Rezende era assessor de Vivacqua à época da reforma e o periódico utilizado por ele era considerado veículo propagandista oficial do governo Aristeu Borges de Aguiar.

Contudo, tentamos identificar pessoas desvinculadas do cenário político capixaba que corroboraram com as ideias propagandeadas por Rezende, no que dizia respeito à eficácia da reforma implementada no Espírito Santo, o que conferiu-lhe o *status* de modelo para as demais reformas de outras unidades federativas. Em nossa perspectiva, o que garantiu que a reforma capixaba fosse reconhecida como padrão nacional foi justamente as influências das ideias antropofágicas incorporadas em sua formulação teórica, que fez com que a prática, ou seja, os problemas reais da instrução pública do Espírito Santo fossem consideradas antes da adoção direta do modelo pedagógico importado, como Soares (1998) indica que aconteceu nas outras reformas.

As reformas educacionais em curso em diversos estados brasileiros ao longo da década de 1920 foram atravessadas pela irrupção da Revolução de 30, que alçou o gaúcho Getúlio Vargas à Presidência da República. No Espírito Santo, o Governo Aristeu Borges de Aguiar e seus aliados, por se colocarem em oposição ao levante da Aliança Liberal, foram afastados dos cargos públicos e deixaram o estado antes mesmo de Vargas

nomear João Punaro Bley para a Interventoria Estadual.

A Reforma Atílio Vivácqua, portanto, foi interrompida no fim do ano de 1930. Há discordâncias na historiografia em relação ao que sucedeu-se com a instrução pública capixaba quando Bley assumiu a Interventoria. Soares (1998) defende que o programa de Vivacqua foi desmontado pela Junta Governativa, ou seja, que a Revolução de 30 “devorou” a Escola Activa capixaba. Por outro lado, Lauff (2007) identifica elementos propostos por Vivacqua, que foram mantidos dentro das pautas da política educacional da Interventoria Bley. Em seus próximos passos, este trabalho se dedicará a contrapor as hipóteses destes dois autores para investigar as possíveis continuidades e rupturas do projeto de educação elaborado por Atílio Vivacqua e Garcia de Rezende durante os anos da Era Vargas no Espírito Santo.

REFERÊNCIAS:

- AGOSTINHO, Cristina. **Luz Del Fuego**: a bailarina do povo: uma biografia. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.
- AZEVEDO, Fernando de. et al. **A reconstrução educacional no Brasil**: ao povo e ao governo. Diário Nacional, São Paulo, p. 3, 19 mar. 1932.
- BERTO, Rosianny Campos. **A constituição da escola activa e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930)**. 2013. 285f. Tese (Doutorado em Educação, Cultura, Currículo e Formação de Educadores) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.
- BONATTO, Jaklane de Souza Almeida. **A construção histórica da profissionalidade docente no Espírito Santo (1908-1930)**: um estudo sobre as reformas educacionais de Gomes Cardim e Atílio Vivacqua. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de

Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

BUSATTO, Luiz. **O modernismo antropofágico no Espírito Santo**. SPDC- UFES, 1992.

DIARIO DA MANHÃ. **Dr Leon Walther e a Escola Nova**. Vitória, p. 1, 22 set 1929.

DIARIO DA MANHÃ. **A Escola Nova do Espírito Santo como padrão da Escola Brasileira**. Vitória, p. 2, 2 out 1930.

LAUFF, Rafaelle Flaiman. **Útil e agradável: a Revista de Educação (1934-1937) Remodelização de práticas de ensino e divulgação da política reformista do governo de João Punaro Bley no Espírito Santo**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 285p.

LAZZARO, Agostino; XIBLE, Bella Melloti. **Nella terra dei padroni: os italianos em Muniz Freire: 1889-1930**. Vitória: Fundação Cíciliano Abel de Almeida, 1991

LIMA, Mônica Cardoso de. **Os vitrais da Catedral de Vitória-ES e seus doadores nas décadas de 1930 e 1940**. Dissertação (Mestrado em Artes) - Universidade Federal do Espírito Santo. 2009, 203p.

MAGOGA, Patrícia Melo; MURARO, Darcísio Natal . **A Escola Pública e a Sociedade Democrática: a contribuição de Anísio Teixeira**. **Educação & Sociedade**, V. 41, P. E236819, 2020.

OBSERVADOR PEDAGÓGICO. Notas à margem da reunião educacional: balanço de resultados. **Diário da Manhã**, Vitória, p. 3, 08 out 1930.

REZENDE, Garcia de. Nota Ligeira. **Diário da Manhã**, Vitoria, p. 1, 1 jun 1928.

REZENDE, Garcia de. Nós e o brasileiro antropofágico. **Diário**

da Manhã, Vitoria, p. 1, 12 mai 1929.

REZENDE, Garcia de. A proposito do ensino antropofágico. **Diario da Manhã**, Vitoria, p. 4, 19 mai 1929.

REZENDE, Garcia de. Nota Ligeira. **Diario da Manhã**, Vitoria, p. 1, 23 jul 1929.

REZENDE, Garcia de. Brasilidade. **Diario da Manhã**, Vitoria, p. 1, 11 out 1929.

REZENDE, Sezefredo Garcia de. **Memórias: 1897-1978**. [Vitória, ES]: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1981. 185 p.

VIVACQUA, Attilio. **A Reforma da Instrução**. Entrevista concedida ao Diário da Manhã, Vitoria, p. 1-3, 9 mar 1929.

VIVACQUA, Attilio. **Educação Brasileira: Diretrizes e soluções do problema educacional no Espírito Santo**. Vitoria: Vida Capichaba, 1930.

VIVACQUA, Eunice. **Salão Vivacqua: lembrar para lembrar**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

O Processo Civilizador: a noção de bons costumes e civilidade no conceito de Norbert Elias

Giovana D'Arc Moyzes
Universidade Vila Velha

Os conceitos cortesia, civilidade e civilização aparecem ao longo da história em momentos distintos tendo significados muito próximos, por isto, é preciso distingui-los de forma clara. O último, historicamente, a aparecer é o conceito de civilização. Fernand Braudel no texto *A história das civilizações* coloca que “Cultura e civilização nascem na França, mais ou menos no mesmo momento. Cultura, cuja vida anterior é longa (Cícero já falava da *cultura mentis*), só adquire verdadeiramente o sentido particular de cultura intelectual no meio do século XVIII” (1992, p. 239).

O autor mostra que civilização aparece pela primeira vez em um texto de meados do século XVIII. Ao passo que civilizar e civilizado são encontrados em textos do séculos XVI e XVII. Contudo o conceito de civilização passa por varias transformações e em 1850 é ampliado, assim como cultura, e se tornam plurais (1992, p.269):

Civilizações ou culturas no plural, é a renúncia implícita a uma civilização que seria definida como um ideal ou, antes, o ideal; é em parte negligenciar qualidades universais, sociais, morais, intelectuais que a palavra implicava em seu nascimento. Já é tender a considerar todas as experiências humanas com igual interesse, as da Europa, assim como as dos outros continentes.

Em seu texto Braudel defende que civilização é (1992, p.269):

Um espaço, uma ‘área cultural’, dizem os antropólogos, um alojamento. [...] É o agrupamento regular, a frequência de certos traços, a ubiquidade desses traços numa área precisa, que são os primeiros signos de uma coerência cultural. Se a essa coerência no espaço acrescenta uma certa permanência no tempo, eu chamo civilização ou cultura o conjunto, o ‘total’ do repertório. Esse ‘total’ é a ‘forma’ da civilização assim reconhecida.

Para o supracitado autor, civilização são “traços” de uma “coerência cultural”. Assim, Braudel distingue cultura e civilização, contudo da um caráter totalizante para a civilização, um tom um tanto quanto universal. Já para Elias, civilização não significa a mesma coisa para todo o Ocidente. Para o autor, Franceses e ingleses compreendem como orgulho nacional, podendo abranger (PILLA, 2003, p.2):

“[...] fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais. Mas pode se referir também a realizações, atitudes, comportamentos de pessoas em geral. Relaciona-se a algo que se movimenta para frente”.

Neste caso, para franceses e Ingleses, há um sentido de continuidade expansionista. O que diverge do sentido alemão, aonde possui um sentido de segunda classe, compreendendo algo como aparência externa, comportamento. A palavra em alemão que possui o mesmo sentido de civilização é *Kultur*. (PILLA, 2003, p.2)

Esta diferenciação, como foi mencionado no tópico anterior, trata-se de uma questão de desconstrução histórica dos conceitos. *Kultur*, em alemão, abrange: “a fatos intelectuais, artísticos e religiosos e apresenta a tendência de traçar uma nítida linha divisória entre fatos deste tipo, por um lado, e fatos políticos, econômicos e sociais por outro”. (ELIAS, 1990, p. 24)

Contudo, o conceito alemão não abrange o movimento presente no conceito de civilização francês e inglês além de “dá ênfase especial a diferenças nacionais e à identidade particular de grupos”. (ELIAS, 1990, p. 24)

Para melhor delimitar o conceito de civilização, Elias faz uma regressão histórica mostrando sua evolução e o diferenciando de cortesia e civilidade. Antes mesmo de Rotterdam já existiam alguns manuais, livros, tratados, cartas e outros tipos de escritos, que tratavam da forma de se comportar, dos gestos e das atitudes. (PILLAR, 2003, p.3 e ELIAS, 1990, p.24-25)

A Idade Média deixou-nos grande volume de informação sobre o que era considerado comportamento socialmente aceitável. [...]. Preceitos sobre a conduta às refeições também tinha importância muito especial. Comer e beber nesta época ocupavam uma posição muito mais central na vida social do que hoje, quando propiciavam – com frequência, embora nem sempre – o meio e a introdução às conversas e ao convívio”.

Era preciso educar os jovens as boas maneiras, sobretudo aqueles que iriam fazer parte da corte. O conceito que resumia a autoconsciência aristocrática e o comportamento socialmente aceitável pareceu em francês como *courtoisie*, em inglês como *courtesy*, em italiano como *cortezia*, juntamente com outros correlatos, amiúde em forma divergente (ELIAS, 1990, p. 76).

Elias, ao falar de cortesia cita uma série de exemplos de regras a mesa e a forma de agir em torno desta, contudo o autor adverte que as regras a mesa são “um segmento – e bem característico – da totalidade de formas sociais instaladas de conduta” (ELIAS, 1990, p. 81). Assim, o termo cortesia referia-se a forma de comportamento das cortes feudais. Contudo, aos poucos a burguesia também se apropria deste conceito para referir-se aos seus hábitos (PILLAR, 2003, p. 3 e ELIAS, 1990, p. 24-25).

Nos séculos XVI e XVII a nobreza guerreira entra em declínio, devido sobretudo as guerras e a expansão do comércio, emergindo uma nova aristocracia. Neste momento o termo cortesia cai em desuso, ao passo que emerge outro conceito, o de civilidade. “O conceito de civilidade elevou-se lentamente à categoria de comportamento social aceitável” (BRAU-

DEL, 1992, p.111-112).

Segundo Elias, o grande propulsor do termo é Erasmo de Rotterdan. Em seu livro, Erasmo faz uma espécie de “compilação”, uma “síntese”, dos manuais anteriores. Contudo, não podemos limitar a originalidade do autor que escreve de forma distinta dos demais, na forma de conselhos vividos. A questão de maior destaque aqui é que Erasmo não se dirige a uma classe social específica, mas ao “homem de bem”, o que demonstra esta nova aristocracia formada também por ricos burgueses. (1990, p. 88-89). É graças ao aburguesamento da sociedade que o termo civilização ganha destaque aolongo do século XVIII.

O conceito de civilização, afirma-se, na França, na segunda metade do século XVIII, sua primeira evidência literária aparece do verbo civilizar e deriva para o conceito de *civilização*, onde é encontrada na obra de Mirabeau na década de 1760. Na França, de acordo com Jean Starobinski, desde os séculos XIII e XIV apareciam duas das palavras das quais civilização parece ter derivado: civil e civilidade. Civilizar vai aparecer um pouco mais tarde. (PILLAR, 2003, p.3)

Algumas questões são pertinentes a todos estes termos. Primeiro tratam-se se autodenominações das classes dotadas de privilegio para tal, ou seja da aristocracia. Segundo, eles designam questões próprias da formação aristocrática de sua época. Terceiro eles expressam “a autoimagem da classe alta europeia em comparação com os outros (...)”. (ELIAS, 1990, p.54). O conceito de civilização proposto por Elias logo no início de seu livro (1990, p.23):

Refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, aotipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos.

Que também podem ser expressos de uma outra maneira: trata-se da consciência do ocidente de si mesmo (ELIAS, 1990, p. 23). Portanto, trata-se de uma autoimagem que o ocidente tem frente à “barbárie”. Ou ainda, tem relação com o orgulho do avanço técnico, científico, social, religioso e etc. sobre os povos “primitivos” ou sobre o passado. Assim, todas as atitudes dos indivíduos podem ser aceitas como “civilizadas” ou “incivilizadas”.

O processo civilizador

Mais do que uma autoimagem, ou um orgulho dos avanços em diversas áreas, o conceito de civilização trata de um processo de longa duração, um processo civilizador, que avança não de forma linear ou evolutiva, mas de forma contínua, seguindo impulsos e contra impulsos.

Para Elias, toda a sociedade Ocidental está inserida no Processo Civilizador. Em seu livro, que tem por objetivo analisar este processo, na *Introdução à edição de 1968* deixa claro o que compreende por tal conceito ao falar de: “mudanças de longo prazo nas emoções e estruturas de controle das pessoas em sociedades particulares” (1990, p, 214).

Através da análise de manuais de civilidade de diferentes épocas, Elias descobre uma sociedade em constante transição. Segundo ele, as necessidades gerais mudam como tempo, o que faz gerar as mudanças dos padrões e comportamentos. Para cada época a sociedade estabelece instrumentos de condicionamento dos indivíduos que criam modelos que refletem suas próprias ideias de moralidade, de delicadeza e de polidez. Esses conceitos tornam-se fortemente internalizados e são naturalmente transmitidos às próximas gerações, mas com grande carga de influências próprias de cada período.

Ao longo do processo de formação dos Estados-Nações europeus foram precisas várias formas de controle do comportamento, normas de

conduta, para consolidar as distinções sociais. Era preciso levantar as barreiras entre as diversas camadas sociais e para isto, a sociedade utilizou o comportamento cotidiano, como hábitos alimentares ou a vestimenta.

Para Elias, que analisou este movimento, a sociedade de corte francesa dos séculos XVII e XVIII, foram o ponto central de sua análise. Isto pois, para o autor esta nobreza cortesã acreditava deter o domínio “correto” das condutas, utilizando-as para adquirir prestígio social.

Em contrapartida, a nobreza também disseminava este padrão de conduta em outras classes. O que levou a institucionalização de uma série de regras e impedimentos ao comportamento, que foram a princípio originadas pela sociedade e depois inculcadas por meio da educação.

Como exemplo deste processo estão as regras de comportamento à mesa. Em um manual do século XV, compilado por Elias, podemos encontrar as seguintes regras (ELIAS, 1990, p.99):

- I - Toma o cuidado de limpar e cortar as unhas. Sujeira sob as unhas torna-se perigoso quando a pessoa se coça.
- II - Lava as mãos quando te levantas e antes de todas as refeições.
- XII - Não sejas o primeiro a se servir de um prato.
- XIII Não reponhas em seu prato o que esteve em tua boca.

Em outro manual em 1530 (ELIAS, 1990, p.101):

Algumas pessoas levam as mãos ao prato de servir logo que se sentam. Lobos fazem isso [...].

Não seja o primeiro a tocar o prato que foi trazido, não só porque isto demonstra gula, mas também porque é perigoso. Isto porque, alguém que põe, sem saber, alguma coisa quente na boca tem ou de cuspi-la ou, se a engolir, vai queimar a garganta. Em ambos os casos, ele se torna tão ridículo como digno de pena.

E uma boa coisa esperar um pouco antes de comer, de modo a que o menino se acostume a controlar suas inclinações.

E ainda em um manual de 1774 (ELIAS, 1990, p.107):

A colher destina-se a ingestão de líquidos e o garfo para pegar

carnes solidas. Quando um ou outro estiverem sujos, podem ser limpos com o guardanapo, se outro serviço não puder ser obtido. Deve-se evitar limpá-los com a toalha da mesa, o que constitui uma impropriedade imperdoável.

Quando o prato estiver sujo, deve-se pedir outro. Seria revoltantemente grosseiro limpar a colher, o garfo ou a faca com os dedos.

Em boas mesas, serviçais atentos mudam os pratos sem que seja preciso pedir isso.

Nada é mais improprio do que lambar o dedo., tocar na carne e levá-la à boca com a mão, mexer o molho com os dedos ou então enfiar nele o pão com o garfo e depois chupá-lo.

Ao ler estes trechos, esta pequena seleção, é possível perceber uma gradual evolução dos costumes, alguns dos quais persistem até hoje, sob o nome de “boas maneiras”. Se for feita uma comparação com a atualidade, por exemplo, o uso de talheres que nestes manuais precisam ser salientados e recomendados, atualmente são utilizados de forma natural. Pois, tais hábitos já foram interiorizados em nossa sociedade, sendo passados para as crianças desde muito cedo.

Estas regulamentações comportamentais apenas foram possíveis graças ao processo de pacificação social. Ou seja, é por meio das transformações sociais nos séculos XI e XII que levam à consolidação dos Estados-Nação.

Isso por que, ao consolidar o Estado, o Rei toma para si o monopólio da força. A violência, o direito legal de praticá-la, passa a ser centralizada na figura do rei e de seu exército. Assim, o nobre guerreiro, perde sua função social e seu status.

Além do mais, com a *desvalorização* da moeda, os nobres não perderam patrimônio, mas a sua riqueza diminuiu. Desta forma, são levados a se unir à corte, e a fazer parte do ciclo real de dependência.

Neste ambiente, havia uma dependência mútua entre seus membros, o que favoreceu o desdobramento de novas formas de conduta e controle das emoções. Era preciso saber agir de forma “política”, estabele-

cendo laços, relações de interesses e de diplomacia, de forma a conseguir conquistar maior status e poder.

Duas considerações são necessárias a respeito do Processo Civilizador. Em primeiro lugar, é preciso compreender o conceito de interdependência, que Elias explica no livro *A sociedade dos indivíduos* (1993, p.194):

[...] planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isolados, podem dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem *sui-generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processocivilizador.

Assim, em seu trabalho, Elias se debruça sobre uma percepção da sociedade e não apenas de indivíduos ou ideias separadas. Até por que o indivíduo é um ser social, que incorpora as pressões sociais. Por outro lado, também deve-se perceber que a sociedade é formada de indivíduos que possuem relações de interdependência. Ao analisar Elias, Pino (2005, p.3) diz:

O que ele esta sustentando é que nenhum ser humano chega ao mundo civilizado e que o processo civilizador que ele necessariamente tem que sofrer é função do processo civilizador social [...]. A passagem de cada indivíduo humano por um processo civilizador é obrigatória para que ele possa atingir o “padrão” de civilização atingido pela sociedade no curso da sua história.

Ou seja, existe uma interdependência entre os indivíduos e suas ações e entre os indivíduos e a sociedade. A sociedade é formada pelo conjunto de ações dos indivíduos. Estes, por sua vez moldam a sociedade e se moldam de forma a atingir o padrão social do processo civilizador. Desta forma, nenhum indivíduo ou grupo social tem controle sobre os rumos e

as consequências dos eventos sociais (ELIAS, 1994, p.69).

Em segundo lugar, o Processo civilizador, justamente devido pro-
cessode interdependência, não pode ser planejado. Na verdade so-
mos impelidos pelo curso da história humana como os passageiros
de um trem desgovernado, em disparada cada vez mais rápida, sem
condutore sem o menor controle por parte dos ocupantes. Ninguém
sabe aondea viagem nos levará ou quando virá a próxima colisão,
nem tão poucoo que pode ser feito para colocar o trem sob con-
trole.

Apesar das normas sociais serem fruto de grupos de interesses, o
rumo que tomam não pode ser controlado, pois as ações, direções e resul-
tados não podem ser previstos. Justamente por que o Processo Civilizador
é formado por um conjunto de ações individuais que modificam o aspecto
de toda sociedade. Sendo assim impossível o controle sobre todas as va-
riáveis. Civilização e Processo Civilizador são antes de tudo, para Elias
(2006, p.21-22), conceitos:

No uso cotidiano da linguagem, o conceito de civilização é, muitas
vezes, despido de seu caráter originalmente processual (como deri-
vação do equivalente francês “civilizer”). Contudo, para realmente
pesquisar o processo civilizador é necessário saber a que elemen-
tos comuns não-variáveis dos seres humanos, assim como a que
elementos diversos variáveis, o conceito de civilização se refere. A
coação social à auto-coação e a apreensão de uma auto-regulação
individual, no sentido de modelos sociais e variáveis de civilização,
são universais sociais.

E como conceitos podem ser pensados para diversos universos so-
ciais. Além do mais, possuem implicações históricas com a realidade da
Europa, berço da palavra, da ideia e do conceito.

Ainda pensando na aplicação do conceito para outras realidade, é
preciso levar em conta a influência europeia na formação da civilização
brasileira. Em primeira instancia, pela chegada e colonização dos portu-
gueses na nova terra. Como se convencionou a chamar de Descoberta, as

Terra de Santa Cruz foi inserida no eixo de influência europeia.

Em segundo lugar, justamente por conta deste processo de colonização da nova terra, vários europeus migraram para o Brasil, trazendo com eles hábitos e costumes. Este laço entre as novas terras e o antigo mundo não foi rompido com a Independência, pois a imigração, agora não apenas de portugueses, continuou.

Assim, esta relação entre a Europa e o Brasil não foi desprovida de intercâmbios, entre eles o ideal de civilização. O que pode ser observado pela proliferação de traduções de manuais Europeus e mesmo pela elaboração de outros tantos.

Esta busca pelo estabelecimento de uma civilização no Brasil, em contraste com a barbárie, principalmente dos indígenas, que já estava aqui, e os negros, que foram trazidos, é percebida desde o início da colonização.

De acordo com a professora Zimmermann (2008, p.3), o processo civilizador,

[...] estaria concluído internamente nas sociedades ocidentais do século XVIII para o XIX, e os indivíduos se sentiam então como porta-vozes desse modelo de civilização. Os viajantes do século XIX perpassaram esta ideia, pois compreendiam a civilização como um movimento, cuja essência era ultrapassar as fronteiras da Europa impondo-se ao resto do mundo em nome de uma cultura mais perfeita e mais humana.

Durante o século XVIII e XIX muitos são os viajantes que estiveram no Brasil buscando não apenas conhecer, mas difundir a civilização e também levar relatos comparativos entre os mundos, entre a “civilização” e a “barbárie”. A aspiração de civilização pode ser facilmente percebida no Brasil neste momento.

Em tempos de império, quando o Brasil precisa se afirmar enquanto nação soberana na construção de uma identidade nacional, é quando este ideal pode ser fortemente percebido. O Império passa a se modernizar, e o modelo adotado, foi justamente a capital Francesa com a sua Corte.

O grande símbolo da civilização brasileira é o imperador D. Pedro II (NOVAES, 1998, p.18):

[...] Sou dotado de algum talento; mas o que sei devo-o, sobretudo a minha aplicação, sendo o estudo, a leitura e a educação de minhas filhas, que amo extremosamente, meus principais divertimentos. Louvam minha liberalidade, mas não sei por quê, com pouco me contento, e tenho oitocentos contos por ano. Nasci para consagrar-me às letras e às ciências e, a ocupar posições política, preferia a de presidente da República ou ministro à de imperador. Se ao menos meupai imperasse ainda estaria eu há onze anos com assento no Senado e teria viajado pelo mundo. Jurei a Constituição; mas ainda que não jurasse seria ela para mim mais poderia ter feito; mas sempre tive o prazer de ver os efeitos benéficos de onze anos de paz interna devidos à boa índole dos brasileiros [...] respeito e estimo sinceramente minha mulher cujas qualidades constitutivas de caráter individual são excelentes.

Nesta carta do Imperador, fica clara sua aspiração de civilidade vinculada ao conhecimento, aos “estudos e a leitura” que ele faz questão de se dedicar e de incentivar os filhos. Imagem esta completada por fotos suas em poses sérias, e muitas vezes cercado por símbolos nacionais e livros.

A corte brasileira estava na cidade símbolo da civilização, o Rio de Janeiro. Cidade que estava longe dos padrões europeus. Contudo, o sonho de construção da corte nos padrões europeus apesar de fazer novos prédios para capital, tinha seu alvo em Petrópolis.

Portanto, a noção de civilização no Brasil foi claramente influenciada pela europeia, em especial a francesa. Tal questão, somada a percepção de que trata-se de um conceito, possibilita a utilização do termo para a análise da realidade brasileira, em especial para as revistas que tratavam da “boa sociedade”, dos “homens de bem”.

À guisa de conclusão

Durante o período medieval, a fragmentação do poder político e econômico na mão de vários senhores feudais, levava a violência. Isto por

que, para se manter o nobre precisava ser guerreiro. Desta forma, existiam vários exércitos ao controle dos senhoresfeudais. Outra questão acarretada pela estrutura social e pela multiplicidade de poderes, era a justiça, que cabia a ordem divina. Contudo, na prática, as disputas entre os nobres, os conflitos, eram muitas vezes levados ao extremo da batalha.

A ascensão da figura real apenas foi possível a partir do século XV devido sobre tudo ao fortalecimento da burguesia e ao enfraquecimento do poder feudal. Com a desvalorização monetária e o auxílio da burguesia o rei passou a manter o monopólio do exército, pois podia pagar o soldo.

Os nobres, antes guerreiros, foram levados a tutela da influência real. É a constituição da corte. Desta forma, a antiga aristocracia bélica perde sua influência para a nobreza de corte. Essa foi uma das formas do movimento de constituição do Estado Moderno que passou a monopolizar o controle da violência. Cabia a figura real o controle do exército da atividade da guerra. A justiça também concentrou-se na figura real. Segundo Elias, tais questões levaram ao controle da violência.

Com os nobres guerreiros proprietários rurais dependentes do rei e destituídos de sua força militar, a sociedade é pacificada. Na França, no século XVII o ciclo de violência termina após uma série de vitórias que afirmam o poder real. Na Inglaterra, Henrique VIII tenta submeter seus barões e no século XVIII a classe proprietária, a aristocracia e a pequena nobreza, conseguem desenvolver um regime parlamentar de forma a equilibrar o poder real. A violência, controlada, passa a ocorrer apenas dentro de regras pré-estabelecidas. (ZIMMERMANN, 2008. p. 6)

Com o controle da violência e o crescimento da corte, o convívio social cresce, precisando criar normas de convívio. Além disto, na corte, há a necessidade da busca de interesses, como mostra Elias (1993, p.18):

A pressão da vida de corte, a disputa pelo favor do príncipe ou do “grande” e depois, em termos mais gerais, a necessidade de distin-

guir-se dos outros e de lutar por oportunidades através de meios relativamente pacíficos (como a intriga e a diplomacia), impuseram uma tutela dos afetos, uma autodisciplina e um autocontrole, uma racionalidade distintiva de corte, que, no início, fez que o cortesão parecesse a seu opositor burguês do *senha XVIII*, acima de tudo na Alemanha mas também na Inglaterra, como o *suprassumo* do homem de razão.

Assim, para o autor, civilização e violência estão relacionados em um processo de longaduração, onde as funções corporais e o controle de pulsões e emoções explicam a pacificação dos costumes. As emoções de nojo, pudor e vergonha estão articuladas ao processo civilizador, conduzindo ao controle da violência e a diminuição do desejo de agressão.

Tudo isto articulada ao monopólio da violência pelo Estado, esta passa a ser confinada aos quartéis, aos membros das forças armadas e a polícia. E em alguns casos, ainda deve se pensar nos esportes, como meio de controle da agressividade da sociedade. Visto que, há nos esportes, como futebol, uma luta, uma verdadeira batalha pela vitória dentro de campo, regida também por regras. (ZIMMERMANN, 2008, p. 6-7)

Ainda pensando em como o controle da violência possibilitou o surgimento da civilização, Freud esclarece (FREUD *apud* ZIMMERMANN, 2008, p.7):

Visa a unir entre si os membros da comunidade também de maneira libidinal e, para tanto, emprega todos os meios, favorece todos os caminhos pelos quais as identificações fortes possam ser estabelecidas entre os membros da comunidade e, na mais ampla escala, convoca a libido inibida em sua finalidade, de modo a fortalecer o vínculo comunal através das relações de amizade. Para que esses objetivos sejam realizados, faz-se inevitável uma restrição à vida sexual. Não conseguimos, porém, entender qual necessidade força a civilização a tomar esse caminho, necessidade que provoca o seu antagonismo à sexualidade. Deve haver algum fator de perturbação que ainda não descobrimos.

Fica claro, que para Freud o processo civilizatório ocorreu graças à sublimação da energia pulsional, pois a inclinação a violência impediria

a civilização. Tal questão é trabalhada e ampliada por Elias em sua obra.

Discordante desta percepção, Peter Gay defende a introspecção da burguesia e de sua cultura. Para o autor, o refinamento e as boas maneiras são formas de buscar o isolamento (GAY *apud* ZIMMERMANN, 2008, p.7):

Os que podiam se afastavam gradualmente da expressão imediata de suas demandas emocionais para administrar e controlar a gratificação delas. Os semanários moralizantes do século XVIII se esforçavam por ensinar aos bons burgueses as bênçãos da bondade e da tolerância no trato com seres inferiores como as mulheres, crianças e os pobres. Havia muitas pessoas de classe média que tinham aprendido a comer com garfo, em lugar dos dedos; agora na idade do iluminismo, eram instruídas a polir sua conduta e a adquirir certa finura nos meios da cultura mais elevada.

Já para Elias, o autocontrole e as normas sociais retiram a tensão da esfera do indivíduo e a deslocam para o monopólio da violência pelo Estado, o que leva a um progresso relativizado. Pois os indivíduos estão interligados em um jogo de poderes. O poder está presente em todas as relações humanas, está ligado ao grau de independência dos indivíduos, seja por questões econômicas, status, excitação ou outras questões. (ZIMMERMANN, 2008, p. 8).

Portanto, foi graças ao monopólio da violência pelo estado, que o convívio social nas cortes desencadearam o processo civilizador. Tudo isto graças a necessidade de convívio, ou seja, as relações de poderes. Assim, a violência parou de ser exercida pelos indivíduos, que tiveram que controlar a energia pulsional. A criação de regras e normas surgiu como forma de controle das pulsões.

As regras de etiqueta e de convívio social, regulam como o indivíduo deve lidar com o seu corpo em diversos momentos, mas principalmente em público. O controle das emoções, dos sentimentos são fundamentais para a “etiqueta”. Um dos principais momentos de interação social, é justamente a comensalidade, por isto existem uma série de manuais e regras

a respeito deste momento tão importante para a vida social.

REFERÊNCIAS

- BRAUDEL, Fernand. A história das civilizações: o passado explica o presente. In: **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectivas, 1992.
- PILLA, Maria Cecília. Manuais de civilidade, modelos de civilização. **História em revista**. Pelotas, v9, n2, 105-134, 2003.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. v.1. RJ: Jorge Zahar: 1990
- _____. **A sociedade dos indivíduos**. RJ: Jorge Zahar Editora, 1994.
- PINO, Angel. Cultura e processo civilizador: um confronto de idéias de N. Elias e Lev. S. Vigostki. **IX Simposio Internacional Processo Civilizador – Tecnologia e Civilização**. Ponta Grossa, Paraná, 2005.
- ZIMMERMANN, Tânia. Apontamentos sobre Civilização e Violência em Norbert Elias. **Revista História em Reflexão**: Vol. 2 n. 4 – UFGD - Dourados jul/dez 2008.
- NOVAES, Fernando. **História da vida privada no Brasil**: Império, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

O reconhecimento da Independência do Brasil na recém-formada Vila de Itapemirim-ES: elites, mulheres, cativos e indígenas

Laryssa da Silva Machado
Universidade Federal do Espírito Santo
Prefeitura Municipal de Marataízes-ES
assyral@gmail.com

A Elite Camarária de Itapemirim

O crescimento econômico e populacional vivenciado por Itapemirim nas décadas finais do Setecentos e iniciais do Oitocentos possibilitou que em 1815 a vila se separasse de Guarapari, tornando-se uma vila independente. Segue abaixo o alvará de fundação da Vila de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim.

Eu, Príncipe Regente, faço saber aos que este Alvará virem que, sendo-me presente o requerimento dos moradores do lugar de Itapemirim e da Comarca do Espírito Santo, pedindo-me que houvesse de erigir em Villa, e verificando pelas informações que sobre esta matéria mandei que a sobredito lugar situado na margem do Rio Itapemirim era bastante populoso e apto para se argumentar em habitantes pelas comodidades que oferecia a navegação do mesmo rio e fertilidade dos terrenos que lhes dão contíguos e que, pertencendo-lhes agora a Villa de Guarapari era incomodo o recurso dos Povos e a administração da Justiça por lhe ficar de permeio o termo a Villa de Benevente.[...] A referida vila ficará tendo por termo o Distrito atual da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo da mesma Povoação e se lhe destinará hum terreno de meia légoa em quadros para extensão de seus edificios, rocios, logradouros de seus habitantes, digo, logradouros de seus moradores,

e onde houver terreno devoluto se lhe dará para seu patrimônio uma sesmaria de uma légua enquadra ou separadamente si assim mais convier quatro de meia légua em quadro cada uma para a mesma Câmara poder aforar em pequenas porções a cultivadores na forma concedida a Villa de Macahé. E lhes ficarão pertencendo também para seu rendimento todas as rendas que no território de seu terreno cobrava a Villa de Guaraparim de onde fica desmembrada. E gozará de todas as prerrogativas, Privilégios de que gozam minhas Villas de meus Reinos, levantando o Pelourinho, casa de Câmara, cadeia e mais oficinas a custo dos moradores da mesma Villa a que lhes mesmo requerem [...] (BRASIL, 1815).

Fundada a Câmara de Itapemirim, em 27 de junho de 1815, o ato foi posto em prática em 9 de agosto de 1816, com instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho (MORENO, 2016, p.33) e durante a execução da ordem real, os limites da vila são determinados. A vila fazia fronteira com as Capitânicas de Santa Catharina das Mós e Minas Gerais (MARINS, 1920, p.207-208). Estava presente para oficializar a criação da vila o Desembargador José de Azavedo Cabral, que convocou a nobreza e o povo para estarem presente na cerimônia. Fez-se eleição para juizes ordinários (pelouros), vereadores, procuradores da Câmara, juiz de órfãos, juizes almotaceis, alcaides e carcereiros (MARINS, 1920, p.208). O ato foi seguido de muitos Vivas ao Rei e a vila estava em clima de festa (MORENO, 2016, p.32). A tabela 01 mostra os nomes que foram eleitos para os cargos administrativos da vila:

AUTO DE DECLARAÇÃO DOS LIMITES DA VILA

No mesmo dia, mês e ano 9 de agosto de 1816, o sobredito Ministro houve por declaração que os limites desta vila na conformidade do Alvará são o termo e distrito atual da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo desta vila, que parte pelo Norte com o termo e o distrito desta vila com a da vila de S. João da Barra em Santa Catharina das Mós e pelo sertão até as Minas do Castelo que os divide com os limites da Capitania das Minas Gerais e de como assim o declarou e para constar mandou fazer este termo em que assina. Eu Manuel Pereira Porto, escrivão escrevi. Azevedo.

AUTO DA INAUGURAÇÃO DA VILA.

Ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1816

Aos nove dias do mês de Agosto do dito ano, nesta Povoação de Itapemirim, onde se achava o Dr. Desembargador, Ouvidor e Corregedor da Câmara José de Azevedo Cabral, o qual por virtude das Provisões e Alvarás aqui neste livro registradas, depois de haver convocado todas as pessoas da Nobreza e Povo por um edital e officio aqui também registrados, estando todos presentes se levantou o Pelourinho, com suas competentes insígnias, sinal de jurisdição desta vila, e neste ato repetidas vezes se deu – Vila El-Rey Nosso Senhor – e levantando – assim com esta solenidade o Pelourinho, houve o dito Ministro por formada esta Vila de Itapemirim, e para constar mandou fazer este auto em que assinou com a Nobreza e o Povo que se achavam presentes. Eu Manuel Pereira Porto, escrivão da ouvidoria nomeado para a presente criação que o escrevi e em fé do referido assino. (Assinados). Azevedo, Severo Trancoso de Amorim, vigário colado, Francisco Gomes Coelho da Costa, Miguel Antonio de Oliveira, Luiz José Moreira, Manoel Pereira Porto, e outros (MARINS, 1920, p.207-208).

Com o surgimento da Vila de Itapemirim surge também a elite camarária. Segundo João Fragoso (2017), eram nas Câmaras Municipais que se expressavam o maior poder da monarquia portuguesa. Também havia o poder doméstico, que eram as famílias, uma sociedade naturalmente organizada: casal, consanguíneos (filhos e outros parentes), agregados e escravos. O poder doméstico agia diretamente junto as benesses concedidas pelo Rei. João Fragoso identificou que, ocorriam nas vilas o autogoverno, onde cabia as elites dirigentes decidirem sobre assuntos do dia a dia, tanto em relação ao abastecimento quanto em relação a justiça.

TABELA 01: MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM NA SUA FUNDAÇÃO

CARGOS	NOMEADOS
Juízes Ordinários	Tenente Luiz José Moreira
	José da Costa Guimarães

Vereadores	Manoel Joaquim de Oliveira Costa
	José Antônio Pessanha
	João Gomes Vianna
Procurador	José da Silva Quintaes
Juiz de Orfãos	Capitão Francisco Gomes Coelho da Costa
Juizes Almotaceis	Antônio Luiz da Cunha
	Bonifácio José Ribeiro
Alcaide e Carcereiro	Antônio Nunes da Guarda

Fonte: MARINS, 1920, p.208.

Conhecer a trajetória dessas figuras ilustres é importante para se entender a história local. O Tenente Luiz José Moreira, eleito para Juiz Ordinário, recebeu concessão de terras em abril de 1815, “meia légua de terras em quadra no lugar denominado Caixão”. Era casado com D. Thomazia da Silva Medella, viúva do Capitão José Tavares Brum, um dos mais importantes fazendeiros no período. Essa união fez com que ele se tornasse um dos homens mais ricos e influentes da vila (MARINS, 1920, p.204,208,209,211). O outro juiz ordinário foi José da Costa Guimarães. Em 1822 era o presidente da Câmara de Vereadores nas comemorações da Independência brasileira (AUTO DE INDEPENDÊNCIA, 1822). Rodrigo Goulart o descreve como “negociante com atividades comerciais na praça do Rio de Janeiro” (GOULART, 2015, p.185).

Quanto aos vereadores, Manoel Joaquim de Oliveira Costa era juiz ordinário em meados de 1815 e junto com José Libânio de Souza, demarcou o patrimônio da vila (DAEMON, 2010, p.282). José Antônio Pessanha foi eleito vereador outras vezes, em 1830-1832. Sobre João Gomes Vianna não foram encontradas outras referências além da eleição em 1816. O procurador José da Silva Quintaes, pertencia a uma das famílias que migraram para a região entre as décadas finais do Setecentos e iniciais

do Oitocentos. Também ocupou o cargo de vereador por outras vezes: 1829-1830, 1845-1848 e 1849-1852 (MORENO, 2016, p.32, 96-97). Aparece na Lista Nominal de 1833, com posse de 35 cativos, lavouras de mandioca e café e negócios de varejo na vila (Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833).

Quanto a Francisco Gomes Coelho da Costa, eleito juiz de órfãos, merece destaque especial. Isso porque, seus herdeiros vão compor importante grupo político em Itapemirim que repercutiu em toda a província ao longo do século XIX. Ele era pai dos “Moços da Areia”, que lideraram o partido conservador no sul-capixaba em meados da década de 1860 (SIQUIRA, 2016, p.51). Coelho da Costa era português da Ilha Terceira, casado com D. Maria Francisca Pinheiro, esta nascida em Campos e pertencente a uma das famílias mais distintas da localidade, descendente dos Viscondes de Quissamã, Santa Rita e Carapébus, Em 14 de setembro de 1807 solicita concessão de sesmaria nas terras de Itapemirim, onde já se achava estabelecido. Esta foi concedida em 10 de outubro de 1811 Em sua petição, endereçada ao Conde da Ponte, Governador e Capitão Geral da Capitania da Bahia, solicita a doação de terras que já estavam em posse de seus antepassados por mais de 50 anos. Marins acredita que as terras pertenciam a seu sogro, Francisco de Almeida Pinheiro, nos primeiros anos do Setecentos (MARINS, 1920, p.204).

Sobre os juizes almotaceis, Antonio Luiz da Cunha e Bonifácio José Ribeiro, ambos assinaram o Auto de Independência em 1822. Bonifácio Ribeiro era Cavaleiro da Ordem de São Tiago da Espada (GOULART, 2015, p.130), e no ano de 1806 foi nomeado para diretor dos índios na Vila de Nova Almeida (DAEMON, 2010, p.261). Sobre o Alcaide e Carcereiro Antônio Nunes da Guarda não foram encontrados outros documentos além da posse na fundação da câmara. O que se percebe é que Itapemirim funda-se tendo como o topo da pirâmide social uma elite

camarária beneficiada pelo rei e que participará por anos da vida política itapemerinense. Mas nem só de elite camarária vivia a Vila do Itapemirim. Outros homens de negócios, agricultores e políticos participavam da vida pública, tinham propriedades de destaque com quantidade significativa de cativos. Havia também muitos estrangeiros e moradores nascidos em outras províncias e cidades capixabas, conforme será analisado a seguir.

A paisagem humana de Itapemirim nos primeiros anos de fundação

Os depoimentos dos viajantes descritos acima apresentam Itapemirim como uma pequena vila, formada por agricultores, pescadores e cativos além da presença das roças e engenhos de açúcar. Assim, acompanhar a evolução da população de Itapemirim nos primeiros anos de fundação é importante para se compreender como esta vila torna-se a mais rentável economicamente do Espírito Santo no século XIX. A tabela 02 apresenta os dados demográficos da população cativa e livre de Itapemirim ao longo da primeira metade do século XIX e os compara com as informações gerais sobre a província do Espírito Santo.

Ano	ESPÍRITO SANTO			ITAPEMIRIM					
	Livres	Cativos	Total	Livres	%	Cativos	%	% em relação a província	Total
1814	___	___	___	851*	50*	736*	43*	___	1728
1817	___	___	24.585	___	-	___	-	___	2.025
1818	___	___	25.960	___	-	___	-	___	2.025
1824	22.165	13.188	35.353	1.184	51	1.148	49	8,7	2.332
1827	22.931	12.948	35.879	797	44	1.038	56	8	1.835
1833	___	___	27.916	1.360	46	1.596	54	___	2.937
1839	16.847	9.233	26.080	852	34	1.635	66	17,7	2.487
1843	21.122	10.376	32.720	1.825	45	2.109	55	20,3	3.984

Fonte: APEES, Mapa da população do districto de Itapemirim do ano de 1814; VASCONCELLOS, 1858; VASCONCELLOS, 1828; ESPÍRITO SANTO, 1839, p. 18; 1844, p. 16; APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833; LAGO, 2013, p. 39.

* Faltam os dados referentes a faixa etária de 25-30 anos.

A quantidade de cativos em Itapemirim sempre foi elevada, conforme demonstra a tabela acima. Em 1814, primeiro ano da tabela e dois anos anteriores a emancipação política da Vila, a população cativa representava 43%, quase metade da paisagem humana. Em 1839, por sua vez, o número de escravizados correspondia a 66% da população. Já os dados referentes aos anos de 1827 e 1843 demonstram que a quantidade de cativos era maior que a de livre e correspondia a, respectivamente, 56% e 55% da população. Nesse último ano, a população escravizada de Itapemirim correspondia a 20,3% da população cativa total da província.

A tabela 02 indica dados gerais sobre a população livre e cativa de Itapemirim na primeira metade do século, mas não a esmiúça. Em alguns documentos a população é detalhada e pode-se observar as especificidades como a idade, o sexo e a cor, como na “*Memória Estatística da Província do Espírito Santo*”, escrita pelo ex-presidente da província Ignácio Accioli de Vasconcellos, que aponta dados demográficos dos anos de 1824 e 1827. Outros documentos analisados são o Mapa da população do districto de Itapemirim do ano de 1814 e a Lista Nominal da População de Itapemirim em 1833. Em 1814 o comandante do Quartel de Itapemirim, Francisco Gomes Coelho da Costa produziu esse mapa e enviou ao Governador Francisco Alberto Rubim. Em 1834, o então Juiz de Paz, Francisco de Paula Gomes Bittencourt realizou o levantamento da população da Vila. A lista traz o nome dos 2.937 habitantes da Vila que se dividiram em 303 fogos.

Nesse período a população cativa de Itapemirim era formada por

maioria de pretos. A quantidade de pardos cativos era pequena, o que comprova, que havia pouca intensidade nas relações raciais, pelo menos na primeira metade do Oitocentos. Outro dado a ser observado é a proporção sexual que não ocorria com tanta intensidade em Itapemirim nos anos descritos na tabela. Quanto aos livres de cor, formados por índios, pardos e pretos livres, representavam 40,7% em 1814, 27% em 1824, 25% em 1827 e 22% em 1833. Havia quantitativo maior de homens, tanto livres, quanto cativos. Quanto ao número de crianças referentes ao ano de 1814 e 1833, estas representavam quantidade expressiva na população livre, branca ou de cor (55,8% e 38% respectivamente). Já entre os escravizados, os infantes eram 30,9% e 13%, número expressivo.

TABELA 03: População de Itapemirim-ES detalhada nos anos de 1813, 1824, 1827 e 1833

		Homens*	%	Mulheres*	%	Crianças	%	Total	% Ge- ral
1814	Branco	61	41,5	22	22,7	64	35,8	147	8,5
	Índios	5	25	5	25	10	50	20	1,2
	Pardos Livres	170	26,2	186	28,6	293	45,2	649	37,5
	Pretos Livres	5	14,3	21	60	9	25,7	35	2
	Pardos Cativos	39	64	8	13	14	23	61	3,5
	Pretos Cativos	259	38,4	203	30	213	31,6	675	39
	Total de Livres	241	28,3	234	27,5	376	55,8	851	49,3
	Total de Cativos	298	40,5	211	28,6	227	30,9	736	42,6
	Total*	539	31,2	445	25,8	589	34	1728*	100

200 anos da Independência para quem?

1824	Branços	298	53	264	47	---	---	562	24
	Índios	102	48,5	108	51,5	---	---	210	9
	Pardos Livres	198	52	184	48	---	---	382	16,5
	Pretos Livres	12	40	18	60	---	---	30	1,5
	Pardos Cativos	16	64	9	36	---	---	25	1
	Pretos Cativos	665	59	458	41	---	---	1.123	48
	Total de Livres	610	51,5	574	48,5	---	---	1.184	51
	Total de Cativos	681	59,5	467	40,5	---	---	1.148	49
	Total	1.291	55,5	1.041	44,5	---	---	2.332	100

1827	Branços	172	50	174	50	---	---	346	19
	Índios	59	48	64	52	---	---	123	7
	Pardos Livres	135	46,5	155	53,5	---	---	290	16
	Pretos Livres	16	42	22	58	---	---	38	2
	Pardos Cativos	20	49	21	51	---	---	41	2
	Pretos Cativos	547	55	450	45	---	---	997	54
	Total de Livres	382	48	415	52	---	---	797	43,5
	Total de Cativos	567	54,5	471	45,5	---	---	1.038	56,5
	Total	949	52	886	48	---	---	1.835	100

1833	Branços	230	32,5	196	27,5	282	40	708	24
	Índios	27	26	36	34,5	41	39,5	104	4
	Pardos Livres	138	29	149	31	190	40	477	16
	Pretos Livres	16	46	15	43	4	11	35	1
	Pardos Cativos	26	47,5	13	23,5	16	29	55	2
	Pretos Cativos	801	52	545	35,5	195	12,5	1.541	52
	Cativos s/ Ident.	---	---	---	---	---	---	8	---
	Ilegível	---	---	---	---	---	---	8	---
	Chinês	---	---	---	---	---	---	1	---
	Total de Livres	411	30	396	29	517	38	1.360	46
	Total de Cativos	827	52	558	35	211	13	1.596	54
	Total	1.238	42	954	33	728	25	2.937	100

Fonte: APEES, Mapa da população do districto de Itapemirim do ano de 1814; VASCONCELLOS, 1828. p. K; APEES, Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

* Faltam os dados referentes a faixa etária de 25-30 anos.

A Lista Nominal de 1833 traz a origem dos moradores livres da vila de Itapemirim naquele ano. Esse documento é importante, pois pode-se entender melhor o processo de migração ocorrido nos primeiros anos de fundação da vila. A tabela 04 apresenta esses dados. Em 1833, a maioria da população livre era de nativa de Itapemirim. Esse dado pode ser explicado como resultado do processo de colonização, que se consolidou nas décadas anteriores. Mas é preciso destacar a presença de moradores de outras cidades, províncias e países na localidade. Como descrito pelos autores citados, os campistas são a segunda origem que mais aparece no

documento e essa presença pode ser explicada pela proximidade entre as duas regiões.

TABELA 04: ORIGEM DA POPULAÇÃO DE ITAPEMIRIM EM 1833

ORIGEM	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Itapemirim	960	70,5%
Campos	118	8,7%
Benevente	83	6,1%
Portugal	42	3%
Vitória	41	3%
Minas Gerais	25	1,8%
Africanos Libertos	14	1%
Suíça	9	0,6%
Guarapari	9	0,6%
Bahia	6	0,4%
Rio de Janeiro	4	0,3%
Pernambuco	4	0,3%
Crioulos Livres	4	0,3%
Macahé	3	0,2%
São Paulo	2	0,1
Total da população livre	1.360	100%

Fonte: APEES, Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Também merece destaque os moradores originários de Benevente e de Portugal. Além dos portugueses, a Lista Nominal traz moradores nascidos na Suíça, na França, na China (Macau) e na Prússia (um morador cada). Pode-se pensar que, tanto os capixabas de outros municípios (Benevente, Vitória, Guarapari), quanto os campistas, mineiros, baianos, fluminenses, paulistas, e até mesmo os estrangeiros presentes na Lista vieram para Itapemirim não apenas em busca de terras férteis. A localização estratégica entre as capitânicas citadas pode demonstrar um fator

importante para essa povoação.

Mas a Lista de 1833 traz outro fator que merece ser considerado: os chefes das casas dos 303 fogos. Essa análise possibilita entender melhor quem tinha poder político e econômico diante da sociedade, pois a maioria eram homens, brancos, proprietários de terras e cativos. A tabela 04 apresenta os valores.

TABELA 04: ORIGEM DOS CHEFES DAS CASAS DE ITAPEMIRIM EM 1833

ORIGEM	QUANTIDADE	PORCENTAGEM %
Itapemirim	147	48,5
Campos	63	21%
Portugal	27	9%
Benevente	20	6,5
Vitória	12	4%
Minas Gerais	7	2,3%
Africanos Libertos	8	2,6%
Bahia	5	1,6%
Pernambuco	3	1%
São Paulo	2	0,6%
Rio de Janeiro	2	0,6%
Rio Grande	1	0,3%
Suiça	1	0,3%
Macahé	1	0,3%
França	1	0,3%
Crioulos Livres	1	0,3%
Guarapari	1	0,3%
Ilegível	1	0,3%
Total da população livre	303	100%

APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Aqui percebe-se a forte influencia campista e portuguesa na co-

lonização de Itapemirim. A proximidade do Sul capixaba com o Norte fluminense foi determinante para a colonização da região. Como já dito, fluminenses e portugueses, junto com os capixabas, compunham parte significativa da população de Itapemirim. Dentre os testadores fluminenses, quatro eram nascidos em Campos e um em São Sebastião de Araruama, e dentre os capixabas, quatro eram itapemerinenses e um nascido em Guarapari. Quanto aos estrangeiros, além do chinês nativo da Província de Sincapôa, os portugueses se dividem em: dois nativos da Ilha Terceira, um de Lamego, um de Seturbal e um de Benguela, na Angola, que era parte do Reino Português.

Os dados populacionais também apresentam quantidade significativa de cativos, muitos deles oriundos da África. Esses eram utilizados como mão de obra nas lavouras de cana e também na produção de açúcar e aguardente nos engenhos e alambiques da Vila. Compreender a dinâmica econômica de Itapemirim é outro aspecto importante para se entender a formação das elites e participação das mesmas no movimento de Independência do Brasil.

Aspectos da produção açucareira de Itapemirim: fazendas, engenhos e senhores

Itapemirim, como todas as regiões colonizadas na capitania do Espírito Santo, recebeu desde o princípio da exploração de suas terras lavouras de cana de açúcar (MORENO, 2016, p.20-22). Na primeira metade dos Oitocentos, o açúcar ainda era o principal produto e Itapemirim se destacava por suas prósperas lavouras e seus engenhos movidos a vapor. Além dos dois cultivos, café e cana, havia o plantio do algodão e do fumo e serralherias que exportavam madeira.

O Porto de Itapemirim era o mais próximo da capital imperial e por conta disso exportava mercadorias direto para a Corte. Em relatório

realizado em 1849, o Dr. Antônio Pereira Pinto (ESPÍRITO SANTO, 1847, p.10) exaltou os lavradores que comercializam direto com o Rio de Janeiro, já que o comércio favorecia as lavouras, pois facilitava a circulação de produtos. “No município de Itapemirim, porém, já não se dão estes inconvenientes, quer o café, quer o assucar são directamente exportados para o Rio, pelos productores, e por isso n’essa parte da província se encontram já magníficas fazendas (sic.)”.

Essa proximidade com o Rio de Janeiro, porém, não era lucrativa para o Espírito Santo, ao contrário do que dizia o presidente provincial. O lucro com a produção não permanecia em terras capixabas, mas sim com os comerciantes cariocas (ROCHA, COSSETTI, 1983, p.31). No entanto, para a Vila do Itapemirim, o comércio com a Corte a transformara em um importante entreposto de produtos agrícolas (MORENO, 2016, p.86). Como mão de obra nas lavouras estabelecidas na região, utilizavam-se cativos, muitos deles vindos da África. Alguns documentos ajudam a compreender essas relações econômicas e sociais da população de Itapemirim.

Em 1834, o então Juiz de Paz de Itapemirim, Francisco de Paula Gomes Bittencourt realizou o levantamento da população de Itapemirim - a “Lista Nominal da População de Itapemirim em 1833”. Esta traz o nome dos 2.937 habitantes da Vila que se dividiram em 303 fogos, além das informações sobre cor, estado civil, idade, profissão e nacionalidade da população. No campo das observações são apresentados os bens de cada família. Pelo do documento se pode estimar como era a Vila nas primeiras décadas do século XIX e nos primeiros anos de emancipação.

O primeiro aspecto observado no documento diz respeito às estruturas de posse dos cativos. Dos 303 fogos, 96 possuíam um ou mais escravizados, ou seja, 32% das residências. Dos 96 fogos com cativos, 56% fogos possuíam de um a cinco pessoas escravizadas. As posses com mais

de 20 cativos representavam 23%, o que revela que as escravarias de Itapemirim eram formadas por quantidade expressiva de escravizados. Acrescente-se a esses números o fato de que sete dessas escravarias contavam 50 escravizados ou mais e em outras duas havia mais de 100 cativos, conforme apresenta a tabela 05.

Manolo Florentino e João Fragoso, ao analisarem o perfil dos proprietários de cativos do Rio de Janeiro, argumentam que “os mais pobres inventariados fluminense possuíam escravos menos em função de seu baixo preço do que da força simbólica do “ser senhor de escravos” (FLORENTINO, FRAGOSO, 2001, p.124). Como se percebe na tabela 05, o status da escravidão também ocorria em pequenas vilas do interior.

TABELA 05: Estrutura da Posse de Cativos em Itapemirim-ES (1833)

Quantidade de Cativos	Nº de Proprietários	(%)
De 1 a 5	54	56
De 6 a 10	13	13
De 11 a 20	8	8
De 21 a 30	5	5
De 31 a 40	2	2
De 41 a 50	7	7
De 51 a 100	7	7
Acima de 100	2	2
Total de Propriedades com cativos	96	32
Fogos sem cativos	204	67
Ilegível	3	1

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Outro aspecto que a Lista Nominal de 1833 apresenta é sobre a situação de terras. Segundo o documento, 60% (183) dos moradores possuíam algum tipo de situação em terras, que podiam ser próprias, de fa-

vor ou foreiras. Destes, 7,5% (14) eram donos de fazendas ou situação de terras. Já entre os negócios que aparecem na região, 31% (17) eram proprietários de engenhos ou fábricas de açúcar. A tabela 06 apresenta as fazendas e situação de terra no período.

TABELA 06: Tipos de Propriedades de Terras de Itapemirim-ES (1833)

Tipo de Propriedade	Quantidade	%
Lavouras em terras foreiras	90	49
Lavouras em terras próprias	38	21
Braças de terras, lavouras e cercados sem especificação de posse	31	17
Fazendas e situações de terra	14	7,5
Lavouras em terras de favor	10	5,5
Total de Propriedades	183	100

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Quase metade dos proprietários de lavouras em Itapemirim, cerca de 49%, não possuíam terras próprias e suas lavouras estavam em terras foreiras. As fazendas representavam apenas 7,5% das propriedades e as lavouras em terras próprias eram 21%. Esses dados revelam a desigualdade na distribuição de terras e sua enorme concentração nas mãos de uma elite, já que, além da maioria da população ocupar terra foreira ou de favor, 5,5% dos moradores possuem lavouras em terras de favor. Também se consegue perceber essa disparidade social pelo tipo de moradia que os habitantes possuíam, conforme demonstra a Tabela 07:

TABELA 07: Tipos de Moradia de Itapemirim-ES (1833)

Tipo de Propriedade	Quantidade	%
Casa de Palha	225	79
Casa de Telha	44	15
Casa de Vivenda	8	3

Prédio Rústico	6	2
Casa sem especificação	4	1
Total de Moradias	287	100
Não possuem bens/ Ilegível	16	---

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Conforme demonstrado, 79% dos moradores de Itapemirim habitavam em casas de palha, que podiam estar em terras próprias, de favor ou foreiras. Além disso, 48 moradores foram designados com residências na Vila, e nove famílias moravam em casas de aluguel. Somado o número das casas de telha, prédios rústicos e casas de vivenda, 21% da população viviam nesse tipo de moradia, que, aparentemente, eram casas mais caras e seguras. Sobre as fazendas, que representam 7,5% das propriedades, conforme a tabela 06, possuem importância fundamental na economia açucareira da região, bem como de toda a província. A tabela 08 apresenta as fazendas existentes em 1833, seus donos e quantidade de cativos.

TABELA 08: FAZENDAS E SITUAÇÃO DE TERRA EM 1833

FAZENDA	PROPRIETÁRIO	QUANT. DE CATIVOS
Fazenda Muqui	Joaquim Marcelino da Silva Lima	304
Fazenda Cotia	D. Thomazia da Silva Medella	107
Fazenda Ribeira e Brejo Grande	Joaquim José Alves Silva	91
Fazenda Area	Manoel da Costa Pereira	85
Fazenda Cardoso	José Bello de Araújo	81
Fazenda Carreira Comprida	José Antônio de Souza	69
Situação Paineiras	Francisco de Salles	51
Fazenda Limão	Caetano Dias da Silva	50
Fazenda Colheres	Josefa Moreira Borges	49
Fazenda Barra Seca	D. Maria Magdalena	32

APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governador. Livro 54.

As grandiosas fazendas não retratam fielmente a população de Itapemirim nas primeiras décadas de sua fundação. A situação de terras e moradia de grande parte da população era precária. Apesar de 60% da população possuir algum tipo de situação de terra, a maioria dessas posses eram em terras foreiras ou de favor (55%), conforme apresentou a tabela 06. Já a tabela 07 mostrou o tipo de moradia da população, onde 79% residiam em casas de palha, que eram bem precárias. “A estratificação escravista brasileira guardava fortes semelhanças com a vigente na Europa do Antigo Regime [...], marcada por grande concentração de riqueza, com a miserabilidade se estendendo por mais da metade da população, sem a presença de grupos intermediários.” (FLORENTINO E FRAGOSO, 2001, p.175).

Além das fazendas e situações de terra a Lista Nominal de 1833 contém outros aspectos econômicos da região. Como demonstrado, 60% dos (183) moradores possuíam algum tipo de lavoura ou cercado em terras. Mas, havia outras atividades econômicas importantes, conforme apresenta a Tabela 09. No total contavam-se 55 empreendimentos econômicos, sendo que 31% (17) eram fábricas de açúcar e aguardente, além de uma fábrica de farinha.

Os outros empreendimentos encontrados em maior quantidade foram as embarcações destinadas tanto à pesca quanto ao transporte de passageiros, que representavam 11% (6) e as Lojas de Fazenda e Negócios de Fazenda Seca - 11%. Ao todo foram descritas 21 lojas comerciais (38%) que além das Lojas de Fazenda, contavam com Lojas de Secos e Molhados/ Negócio de Molhados (9%), Negócio de Varejo (3,5%), e outros empreendimentos. Destaque para o comércio de adereços chineses

que pertencia a Francisco Dias Carneiro. O grande número de comércios e negócios encontrados demonstra a dinâmica das atividades econômicas locais. O predomínio da agricultura, demonstrado pelas fazendas e lavou-ras (60%) e pelos engenhos e fábricas de açúcar e aguardente e farinha comprovam o destaque que Itapemirim possuía no período analisado.

TABELA 09: Atividades Econômicas de Itapemirim-ES (1833)

Atividade Econômica	Quantidade	%
Engenhos/ Fábrica de Açúcar e Aguardente	17	31
Embarcação (viagem e pesca)	6	11
Loja de Fazenda/ Negócio de Fazendas Secas	6	11
Secos e Molhados/ Negócio de Molhados	5	9
Olaria	3	5,5
Negócios com casas de aluguel	3	5,5
Loja de Ofício	3	5,5
Negócio de Varejo	2	3,5
Casa de Negócio	1	1,8
Peixaria	1	1,8
Taberna	1	1,8
Negócio volante	1	1,8
Comércio de adereços chineses	1	1,8
Ferraria	1	1,8
Padaria	1	1,8
Loja de Ferreiro	1	1,8
Loja de Marinheiro	1	1,8
Fábrica de Farinha	1	1,8
Total de Atividades Econômicas	55	100

Fonte: Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

De certo, a região sul capixaba abasteceu o Espírito Santo com açúcar e aguardente ao longo do século XIX, além de exportar esses produtos

para o Rio de Janeiro. As primeiras décadas de emancipação da vila servem para entender o contexto político, social e econômico de Itapemirim no período em que ocorreu a Independência do Brasil. Sendo uma vila recém formada, nesses primeiros anos contava com uma elite ligada as lavouras de cana e a escravidão, bem como havia entre os moradores imigrantes portugueses e migrantes campistas, mineiros e capixabas. Os interesses da elite política misturavam-se aos interesses econômicos e sociais. Esses interesses podem ser observados no reconhecimento da Independência brasileira por parte dos itapemerinenses, conforme será analisado a seguir.

O Espírito Santo e Itapemirim: das Cortes de Lisboa à exaltação da Independência

Os anos que antecederam a Independência do Brasil nas terras do Espírito Santo não foram tão conflituosos como ocorreu em outras regiões brasileiras. Mas, a ausência de sérias agitações não isentou a pequena província de estar a par dos conflitos, uma vez que estava cercada por um “barril de pólvora”. Movimentos como *os corcundas*, que classificava os favoráveis do Antigo Regime como tal, não tiveram presença significativa nas terras capixabas (SIQUEIRA, 2011).

Outro movimento que marcou o Espírito Santo antes da independência foi a *Julianada*. O ano de 1821 foi conturbado entre os partidários de Portugal e os defensores da separação do Brasil, fato que levou a criação das Juntas de Governo Provisório. As mudanças administrativas separavam o governo civil do governo militar. Nesse contexto aparece Julião Fernandes Leão, um inspetor do Corpo de Pedestres, que passa a defender a causa lusitana. O “Dia do Fico” fez com que ele percebesse a proximidade da separação entre brasileiros e portugueses, e quando foi promovido a coronel iniciou um projeto de negação da independência, divergindo da Junta de Governo. Por cometer arbitrariedades e despe-

sas desnecessárias como Comandante das Armas, Inácio Pereira Duarte Carneiro, que comandava a Junta de Governo Provisório capixaba, iniciou uma reação contra Fernandes Leão. Este se colocou diante do palácio do Governo com seu pequeno exército, atirou contra a Igreja de São Tiago e gritava insensatamente “Morra a Junta!”. O exército de Duarte Carneiro resistiu aos ataques e prendeu Julião Fernandes Leão, que foi enviado a Corte (SIQUEIRA, 2011, p.33-34).

Porém, no que se refere a ter uma posição favorável ou contrária a separação do Brasil com Portugal, até meados de 1822 os negociantes e autoridades capixabas não viam a emancipação como horizonte, uma vez que, desde 1808, após a chegada da Família Real Portuguesa, as relações mercantis intraprovinciais haviam sido mantidas (GOULART, 2015, p.138). Em agosto de 1822, porém, mudaram-se os interesses das elites capixabas. Isso porque, D. Pedro trocou o Comando das Armas, em reação a tentativa de golpe orquestrada por Julião Leão. Com isso, D. Pedro conquistou os negociante e autoridades capixabas, uma vez que passaram a perceber que era mais vantajoso que as Cortes estivessem no Rio de Janeiro que retornassem para Lisboa (GOULART, 2015, p.146-147).

Apesar do 7 de setembro não ter representado uma data de celebração para o povo em 1822, a adesão ao projeto de D. Pedro e do Brasil independente continuou pelo resto de 1822. Nos finais de setembro de 1822, a Junta de Governo capixaba aclamou D. Pedro como Imperador Constitucional do Brasil (GOULART, 2015, p.148-149).

A província do Espírito Santo preparava a adesão pública ao Império e a Constituição do Brasil. Com símbolos religiosos e pirotécnia, as autoridades regionais visavam demonstrar aos habitantes dessa localidade que eles pertenciam agora ao Império do Brasil. Mas, os fogos e a cerimônia civil-religiosa não seriam os únicos símbolos ostentados no Espírito Santo como adesão ao Império do Brasil (GOULART, 2015, p.150).

A Junta de Governo enviou um comunicado as Câmaras Municipais onde estas deveriam organizar uma cerimônia de aclamação ao novo Império do Brasil. E assim faz a Vila de Itapemirim. De acordo com o Auto de Independência, no dia 12 de outubro de 1822, todo o povo do compareceu aos festejos, e com júbilo e entusiasmo, repetiram mil vivas e Majestade Imperial. Nessa cerimonia reconheciam, portanto, o Primeiro Imperador Constitucional do Império do Brasil. Ainda afirma que, todos juraram voluntariamente obediência, fidelidade, amor e sujeição ao “Augusto Monarca”.

Em outro trecho, o documento afirma que estavam presentes pessoas da nobreza, do clero e do povo e, visto que o Soberano Congresso de Lisboa dava provas de querer recolonizar o Brasil eles se declaram independentes e desobrigados de prestar obediência ao Governo de Portugal. O documento deixa claro que houve maciça participação popular. Porém, apenas 43 homens assinam, pois só se permitiu assinatura daqueles que eram alfabetizados. A tabela 03 apresenta a população de Itapemirim em dois momentos: 1814, dois anos antes da emancipação da vila e em 1824, dois anos depois da assinatura do documento. Aqui é importante observar o número de homens na vila e fazer uma comparação entre a população masculina, que podia participar desse evento, e os assinantes do documento.

Em 1814, os homens livres representavam 44,7% (241 habitantes). Destes, 25,5% eram brancos (61), 2% eram índios (5), 70% eram pardos livres (170) e 2% eram pretos livres (5). A maioria da população masculina era parda e livre. Já em 1824, a maioria dos homens livres eram brancos. Dos 47,2% homens livres (610), 48,8% eram brancos (298), 16,7% eram índios (102), 32,5% eram pardos livres (198) e 2% pretos livres (12). Se levarmos em conta os números absolutos desses dois anos, os 43 assinantes de 1822 representam, respectivamente, 17,8% em 1814 e 7% em 1824. Se

compararmos apenas com os homens brancos, esses valores representam 70,5% em 1814 e 14,5% em 1824. No ano mais próximo da Independência, o quantitativo de assinantes representavam proporção muito pequena em relação ao quantitativo de habitantes.

TABELA 10: Autoridades da Câmara Municipal que assinam Auto de Aclamação em 1822

Nome	Cargo
José da Costa Guimarães	Presidente da Câmara
Manuel Ribeiro da Silva	Tabelião e Vereador
Amaro João de Benevides	Vereador
Antônio de Oliveira Matos	Vereador
Antônio Pinto Duarte	Procurador do Conselho
Tenente-Coronel Joaquim Marcelino da Silva Lima	Representante da Câmara na Corte

Fonte: AUTO de Aclamação do Primeiro Imperador Constitucional do Brasil, 1822.

Além disso, o documento afirma que todo o povo compareceu: nobres, clero e povo. Mas, possivelmente esse todo o povo exclui as mulheres e os cativos. Talvez algumas mulheres e alguns cativos estavam presentes no ato, mas esses personagens, que tinham pouco ou nenhum direito enquanto cidadãos, não são destacados entre o “povo” presente no festejo. Indígenas e livres de cor também não recebem menção, já que, após adquirirem a liberdade ou aqueles que nasciam livres, destacar a condição de livre de cor era algo que rebaixava o sujeito enquanto cidadão. Possivelmente, muitos desses estavam no evento e comemoraram a ascensão do novo imperador, porém, por sua condição de analfabetos, a maioria não assina o Auto.

Todos aqueles que tiveram o privilégio de assinar, ou seja, os que foram reconhecidos como cidadãos do novo império, foram aqueles que

possuíam algum bem e sabiam ler e escrever. Talvez houvesse entre os proprietários de terras e cativos analfabetos que não puderam participar da assinatura do documento. Estes privilegiados juraram defender com a própria vida a independência a pouco declarada. O documento é dividido em duas partes. Na primeira assinam as autoridades da Câmara municipal e na segunda os demais homens da população. A Tabela 10 apresenta os nomes dos membros da Câmara Municipal e outras autoridades que assinaram o documento.

O presidente da Câmara em 1822, José da Costa Guimaraes, havia sido eleito, em 1816, no ato da fundação da Vila, como Juiz Ordinário, enquanto Manuel Ribeiro da Silva é descrito no documento como o vereador mais velho. Em 1833 aparece como dono de engenho e 18 cativos. Amaro João de Benevides, também mencionado na Lista de 1833 como dono de lavouras (AUTO DE ACLAMAÇÃO, 1970, p.172-173). Outro que aparece na Lista de 1833 e assina o documento é o Tenente-Capitão Joaquim Marcelino da Silva Lima. Este é escolhido pela Câmara como representante que irá a Soberana Presença da Majestade Imperial. Silva Lima escreve um trecho do documento, onde demonstra os mais “vivos sentimentos de amor, respeito e admiração” para com o Imperador, na qual beijará a Mão Poderosa do Herói. Segundo ele, D. Pedro “salvou o Brasil do abismo da perdição, em que pretendia despenhar o façanhoso Congresso de Lisboa”. Aquele dia, aniversário de D. Pedro, foi caracterizado como Silva Lima como a época que

Revestiu a Vossa Majestade dp Manto, e da Coroa Imperial [...] Acabaram-se os nossos sustos, dissiparam-se as densas e negras nuvens, que toldavam nossos alegres horizontes, salvou-se a Alta Dignidade deste vasto, e riquíssimo Império, estão cheias as nossas esperanças, satisfeitos os nossos votos, e tudo devemos a Vossa Majestade Imperial (AUTO DE ACLAMAÇÃO, 1973, p.173).

Encerra o documento com saudação a Imperatriz, “a fim de que os

filhos de nossos filhos, possam ainda ter a fortuna e consolação de ver, e de amar o Incomparável PEDRO GRANDE NOSSO PRIMEIRO IMPERADOR” (AUTO DE ACLAMAÇÃO, 1973, p.173). Em 1822 havia poucos anos que Silva Lima se mudara para Itapemirim, após segundas núpcias. Goulart o classifica, nesse momento da Independência, como negociante, mas não descreve quais negócios ele exercia (Goulart, 2015,73). A ausência de documentos desse período e as informações bibliográficas até aqui levantadas sugerem hipóteses sobre a escolha de Silva Lima como representante de Itapemirim. Uma delas é que os negócios com o Rio de Janeiro eram anteriores a Independência do Brasil. Ao chamar D. Pedro de “herói”, “salvador”, e insinuar que o Governo Português representava “densas nuvens escuras”, “abismo e perdição”, Silva Lima demonstrava seus interesses pessoais e poderia apontar para a ampliação de seus negócios com os comerciantes cariocas. A parte final do documento é assinada por vários cidadãos, membros da Nobreza e do Povo (AUTO DE ACLAMAÇÃO, 1973, p.174-175).

Destaque na Tabela 11 para Francisco Gomes Coelho da Costa e seu filho, João Nepomuceno Gomes Bittencourt. Gomes Coelho fora eleito juiz de órfãos em 1816 e seu filho, João Nepomuceno tinha entre 15 e 16 anos quando assinou o Auto de Aclamação. Interessante que, dos quatro filhos de Francisco Gomes, apenas João Nepomuceno assina o Auto de Independência. Francisco de Paula Gomes tinha entre 16 e 17 anos, portanto mais velho que João, e não assinou o Auto. Já Heliodoro Gomes Pinheiro e José Gomes Pinheiro eram crianças, o primeiro com 11 ou 12 anos e o segundo com 6 ou 7 anos. A preferência do pai em relação ao filho do meio talvez explique seu destaque político anos mais tarde. Na década de 1850, João Nepomuceno liderou o Partido Conservador no sul da província e foi desafeto político de Joaquim Marcelino da Silva Lima, o Barão de Itapemirim. Os conflitos entre os dois repercutiam na política

local, provincial e também imperial (ROCHA, 2008, p.51, 64, 231).

Outro aspecto a ser analisado são os nomes que assinaram o Auto de Aclamação. O documento afirma que assinaram os nobres, o clero e o povo. Deduz-se então que, aqueles que aparecem sem a descrição de cargos eram os membros do povo. Porém, para se chegar as posses desse nomes nas primeiras décadas do século XIX foi realizado um cruzamento de fontes com a Lista Nominal de 1833. Assim, alguns desses nomes que não registram bens poderiam ter falecido entre 1822-1833. Decerto, com essa lista de assinantes pode-se descobrir mais detalhes da população e da elite de Itapemirim nos primeiros anos de fundação da Vila.

TABELA 11: Assinaturas do Auto de Aclamação em 1822

Nome	Cargos e Bens
Amaro Ferreira Martins Marques	padre – vigário interino
Domingos José de Oliveira	Sem cargo ou posses
Antônio José da Rocha	Sem cargo ou posses
Antônio Manoel Alves Vianna	Sem cargo ou posses
Manoel de Souza Tavares	Sem cargo ou posses
Inácio de Jesus Martins	Sem cargo ou posses
Domingos dos Anjos Candal	Sem cargo ou posses
Manoel José Miranda	Sem cargo ou posses
João Batista da Cruz	Sem cargo ou posses
Antonio Ribeiro de Barros	Sem cargo ou posses
Pedro Angelo da Silva	Sem cargo ou posses
Manoel Francisco Nunes	Sem cargo ou posses
José Antônio Pessanha	Sem cargo ou posses
Ignácio das Neves Santos Braga	Sem cargo ou posses
Manoel de Carvalho Silva	Sem cargo ou posses
José de Oliveira Medella	Sem cargo ou posses
José Francisco Gomes	Sem cargo ou posses
José Ferreira da Fonseca	Sem cargo ou posses
José Rangel de Carvalho	Sem cargo ou posses

João José Alves	Sem cargo ou posses
Jorge de Castro Lara	Sem cargo ou posses
Jorge de Castro Junior	Sem cargo ou posses
José Joaquim Machado	Sem cargo ou posses
João Dias Pacheco	Sem cargo ou posses
Antonio Joaquim Marvila	Escrivão da Câmara
Luiz José Moreira	Juiz Ordinário em 1816 e Juiz de Orfãos em 1822
José Francisco de Oliveira	Juiz Almotacel e negociante
Bonifácio José Ribeiro	Juiz Almotacel em 1816
José da Silva Quintaes	Procurador da Câmara em 1816
Antônio Luiz da Cunha	Juiz Almotacel em 1816
Manoel Joaquim de Oliveira	Vereador em 1816
Belarmino da Silva Lima	Dono de terras e cativos em 1833
Hipólito Joaquim Malheiros	Negociante, dono de lavouras e cativos em 1833
Inácio Ribeiro da Silva	Dono de lavouras e cativos em 1833
Arcanjo José de Souza	Dono de lavouras e cativos em 1833
Francisco Moreira da Silva Lima	Mencionado na Lista Nominal de 1833
Joaquim dos Santos Braga	Segundo tabelião
Francisco José Alves Silva	Dono da Fazenda Brejo Grande
João Nepomuceno Gomes Bittencourt	Dono de terras e cativos em 1833
Francisco Gomes Coelho da Costa	Dono de terras e cativos

Fonte: AUTO de Aclamação do Primeiro Imperador Constitucional do Brasil, 1822; Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

A fundação da Vila do Itapemirim em 1815 e a aclamação ao imperador D. Pedro I ocorrem em um espaço de pouco mais de 7 anos. A elite econômica transformava-se em política e seus interesses transpassavam os limites da vila. Por ser o porto mais próximo da Corte, o comércio com o norte fluminense e com o Rio de Janeiro ocorriam de forma regular. As lavouras de cana de açúcar abasteciam a produção provincial, mas também eram exportadas. Além disso, a mão de obra cativa, presença

maciça na região, era outro fator que interferia nos interesses das elites.

Assim, ao perceber que a Corte no Rio de Janeiro era mais vantajosa, a elite itapemerinense resolve apoiar o novo imperador. A participação de toda a população revela que o povo, ainda que sem posses ou cargos de destaque, ansiava e partilhava de interesses de possíveis vantagens e melhorias no novo governo que se iniciava, assim como as elites. Para a Vila do Itapemirim, nos seus 7 anos de fundada e 6 anos de instalada, apoiar D. Pedro mostrava-se uma oportunidade de melhorias e destaque econômico, que de fato ocorreu ao longo do Oitocentos.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

- APEES, Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim, Série Vara de Famílias, 15 Caixas.
- APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.
- APEES. Mapa da população do districto de Itapemirim do ano de 1814. Fundo Governadoria, Livro 06.
- AUTO de Aclamação do Primeiro Imperador Constitucional do Brasil o Senhor D. Pedro I. In.: *As Câmaras Municipais e a Independência*. 1973.
- BRASIL. Arquivo Nacional. Alvará, erige em vila o lugar de Itapemirim da comarca e capitania do Espírito Santo. Fundo Decretos do Executivo, Período Imperial.
- ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província (1833-1888). *Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo*. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo

Fontes Bibliográficas

- BITTENCOURT, Gabriel. *A Formação Econômica do Espírito Santo: O Roteiro da Industrialização. Do Engenho às Grandes Indústrias (1835-1980)*. Rio de Janeiro/Vitória: Livraria Editora Cátedra em convênio com Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987.
- COUTINHO, José Caetano da Silva. *O Espírito Santo em princípios do século XIX: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819*. Vitória: Estação Capixaba e Cultural-ES, 2002, p. 43-46, 150-154.
- DAEMON, Básilio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.
- FRAGOSO, João. Poderes e Mercês nas conquistas americanas de Portugal (séculos XVII e XVIII): apontamentos sobre as relações centro e periferia na monarquia pluricontinental lusa. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Um reino e suas repúblicas no atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017).
- GOULART, Rodrigo da Silva. *Portos e Sertões: a província do Espírito Santo e a emancipação da América Portuguesa (1815-1825)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2015.
- MARINS, Antônio. Itapemirim. In: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920, p.199-231.
- MARQUES, Cezar Augusto. *Dicionário Histórico, Geográfico E Estatístico da Província Do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2003.
- MORENO, Luciano R. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: For-

mar, 2016.

- OLIVEIRA, J. T. *Historia do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.
- REIS, Fábio Paiva. *As Representações Cartográficas da Capitania do Espírito Santo no século XVII*. Tese de Doutorado em História Especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, para obtenção do título de Doutor em História. Uminho-Portugal, 2017
- ROCHA, Haroldo Corrêa.; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.
- ROCHA, Levy. *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: EBRA-SA, 1971.
- ROCHA, Levy. *Crônicas de Cachoeiro*. Rio de Janeiro: Editora Livros S. A, 1966.
- ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.
- SIQUEIRA, Karulliny S. *O Império das Repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2016.
- VASCONCELLOS, Ignácio Accioli. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.
- VASCONCELOS, José Marcelino de Andrade. *Ensaio sobre a História e a Estatística da Província do Espírito Santo*. Vitoria: Typographia de P. A. D’Azeredo, 1858.

O senhor das memórias: lembranças, identidades e esquecimentos em J. R. R. Tolkien

Roney Marcos Pavani

Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Nova Venécia

E-mail: roney.pavani@gmail.com

Escrever sobre si mesmo

Na modernidade, todo romance é autobiográfico. Escrever sobre os outros é escrever sobre si mesmo. Ao elaborar uma trama, ou melhor, um universo ficcional, o autor necessariamente perscruta sua mente em busca de referências para a composição do enredo, das personagens, do espaço, do tempo e do ponto de vista da narrativa. Tais referências, por sua vez, estão ligadas a suas próprias visões de mundo e a seus valores, os quais são forjados a partir de lembranças, traumas e demais experiências pessoais. Portanto, em um texto literário, conhecer o lugar de onde se constroem os enunciados, quem os constrói e para quem são construídos é necessário à produção de sentidos.

Experiências individuais e dimensões coletivas não se configuram como elementos contraditórios, uma vez que, desde os aportes clássicos sobre a memória, é sabido que

[...] não podemos pensar nada, não podemos pensar em nós mesmos, senão pelos outros e para os outros, e sob a condição desse acordo substancial que, através do coletivo, persegue o universal e distingue (...) o sonho da realidade, a loucura individual da razão comum (HALBWACHS, 1990, p. 15-16).

É o mesmo Maurice Halbwachs quem diz que, se supostamente

o sujeito participa de dois tipos de memória (uma coletiva e outra individual), a memória dita individual não está isolada ou fechada. Isso porque o seu funcionamento não é possível sem instrumentos, isto é, palavras e ideias, que o indivíduo – e o escritor de ficção não é exceção – absolutamente não inventou e que pediu emprestado de seu meio.

O texto literário, assim, direta ou indiretamente, está carregado de marcas que revelam a vida de seu autor: onde nasceu, quem foram seus amigos, por quais dramas e angústias passou, em quais contextos esteve inserido. Não de forma simples e categórica como uma fotografia da realidade, já que, por óbvio, nenhuma pessoa sozinha consegue abarcá-la totalmente. Mas como uma sua pintura, em que, a partir da criatividade e da industriiosidade de cada um, certos elementos são enfatizados e outros rejeitados. Mesmo porque, via de regra, um romancista é uma pessoa extraída das camadas médias de uma sociedade, e seu olhar para o real está filtrado por essa condição socioeconômica.

Essa relação indireta do texto com a realidade ficou mais evidente a partir dos anos iniciais do século XX, sobretudo após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e de toda a catástrofe que ela significou. É possível, por exemplo, traçarmos um paralelo entre essa questão e os estudos de Walter Benjamin sobre narração e experiência. Segundo o filósofo alemão, a experiência transmissível ficou em choque a partir daquele conflito. Das trincheiras e dos fronts da guerra os homens voltaram emudecidos:

[...] Uma das causas desse fenômeno é óbvia: as ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo. Basta olharmos um jornal para percebermos que seu nível está mais baixo que nunca, e que da noite para o dia não somente a imagem do mundo exterior mas também a do mundo ético sofreram transformações que antes não julgaríamos possíveis. Com a guerra mundial tornou-se manifesto um processo que continua até hoje. No final da guerra, observou-

se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável. E o que se difundiu dez anos depois, na enxurrada de livros sobre a guerra, nada tinha em comum com uma experiência transmitida de boca em boca. Não havia nada de anormal nisso. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela guerra de material e a experiência ética pelos governantes. Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos se encontrou ao ar livre numa paisagem em que nada permanecera inalterado, exceto as nuvens, e debaixo delas, num campo de forças de torrentes e explosões, o frágil e minúsculo corpo humano (BENJAMIN, 1995, p. 104).

Para muitos ex-combatentes, entre explosões de granadas e rajadas de metralhadoras automáticas, simplesmente não era possível relatar o que fora vivido. Mais do que isso, o próprio ato de transmitir em palavras algo que, até então, estava acoplado no corpo e na mente, minorava-o, reduzia a sua importância e o seu impacto. Nas palavras de Beatriz Sarlo (2007, p. 35): “porque comunicado, é uma versão incompleta”. Tudo o que acontecera ali era simplesmente inacreditável.

Em outras palavras, o romance pode ser entendido em termos de um mundo em rupturas. Rompe-se a relação da narração com o corpo (e, conseqüentemente, do narrador com a sua audiência), e do passado com o presente. Não se pode representar tudo o que a experiência foi para o sujeito. O vínculo entre o texto literário e a realidade é feito às apalpadelas.

Em suma, estamos diante de três premissas: 1) a obra literária (e o romance, por excelência) é um produto feito por e sobre um autor; 2) não se trata de um artefato puramente individual, feito no vazio, mas que é atravessado por diversos contextos; 3) sua relação com a realidade é difusa, e não direta e objetiva.

Lembranças

Com a eclosão da Primeira Guerra – “os últimos dias da humanidade” (HOBSBAWM, 1995, p. 29) –, John Ronald Reuel Tolkien procurou conciliar sua vida acadêmica (um promissor estudante de idiomas antigos em Oxford) com o posto de Segundo Tenente no Corpo de Fuzileiros de Lancashire. Os oficiais não podiam fazer amigos entre si, pois o sistema não o permitia; mas cada um deles tinha um ordenança, um empregado incumbido de cuidar do oficial e do seu equipamento. Foi assim que Tolkien veio a conhecer muito bem vários dos seus subordinados. Muitos anos mais tarde, ao comentar um dos principais personagens de *The Lord of the Rings*, escreveu: “Meu ‘Sam Gamgee’ é, na verdade, um reflexo do soldado inglês, dos soldados rasos e ordenanças que conheci na guerra de 1914, e reconheci como tão superiores a mim” (TOLKIEN apud CARPENTER, 2018, p. 56).

Samwise Gamgee, que possui um papel fundamental em toda a trama de *The Lord of the Rings*, representa o servidor fiel aos seus ofícios e leal ao seu patrão. Não é muito inteligente¹, mas é bastante audacioso. O autor pode conceber um personagem dessa forma, pois, forjou as suas visões de mundo com base nessas experiências. Sam seria, tal qual seus antigos companheiros de armas, um exemplo de que, no mundo real, há indivíduos superiores e inferiores. Sendo o dever dos primeiros proteger, e o dos segundos, servir. Não é de se estranhar que Tolkien buscasse no passado pré-moderno e pré-Revolução Francesa a inspiração para as suas histórias.

Em 1916, Tolkien partiu para a França, onde teve participação na linha de frente da Batalha do Somme. Entre as impressionantes 1,1 milhão de vítimas resultantes desse combate, estava Rob Gilson (1893-1916), um de seus amigos do clube de leitura da faculdade. O impacto

1 “*Samwise é antigo inglês para ‘meio-sábio’ ou ‘débil mental’*. Descreve o Sam que conhecemos primeiro, não o companheiro verdadeiramente sábio em que se torna” (COLBERT, 2002, p. 125).

dessa experiência o arrebatou terrivelmente durante muitas décadas, talvez por toda a sua vida. Mesmo nos anos 1940, enquanto compunha *The Lord of the Rings*, isso pode ser percebido ao vermos o autor se despir da linguagem poética tão característica do restante da obra, e substituí-la por uma descrição crua e fria da paisagem.

O trecho em questão se encontra em um capítulo intitulado *The passage of the marshes* (“A passagem dos pântanos”). Nela três personagens (Frodo, o já citado Sam e Gollum) estão diante de uma imensa zona pantanosa, palco de uma épica batalha vários séculos antes. Um deles (Gollum) fala aos outros a respeito dos cadáveres submersos, e é como se o ex-oficial Tolkien falasse aos seus leitores acerca da Batalha do Somme pela boca do personagem:

[...] Jazem em todas as poças, rostos pálidos, nas profundezas das águas escuras. Eu os vi. Rostos repugnantes e maus, e rostos nobres e tristes. Muitos rostos altivos e belos, e ervas em seus cabelos prateados. Mas todos nojentos, podres, todos mortos. Ali nada vivia, nem mesmo as excrescências leprosas que se alimentam da podridão. As poças sufocantes estavam cheias de cinzas e lama que se espalhava, como se as montanhas tivessem vomitado a imundície de suas entranhas sobre as terras que as circundavam (TOLKIEN, 2018, p. 237).

“Poças”, “cinzas”, “lama”, “mortos”: elementos típicos da guerra de trincheiras do Front Ocidental, mais ainda, da chamada Terra de Ninguém: “um caos de crateras de granadas inundadas de água, tocos de árvores calcinadas, lama e cadáveres abandonados” (HOBSBAWM, 1995, p. 27).

Tal descrição poderia ser facilmente encontrada em um romance realista do Pós-Guerra, como o célebre *Nada de novo no front*, de Erich Maria Remarque:

[...] Passamos por algumas semanas de chuva: céu pardacento, terra encharcada, pardacenta, morte pardacenta. Quando partimos (...)

a umidade logo penetra em nossos casacos e fardas, e ficamos assim encharcados durante todo o tempo em que estamos nas trincheiras. (...) Os fuzis ficam cobertos de crostas de lama endurecida, os uniformes também, tudo é fluido, tudo se dissolve e se desagrega: a terra é uma massa que pinga, úmida e oleosa, formando poças amarelas nas quais se desenham espirais vermelhas de sangue, em que os mortos, os feridos e os sobreviventes afundam-se pouco a pouco (REMARQUE, 2004, p. 139).

Contudo, insisto: o texto literário não é um espelho da realidade. Como Benjamin e Sarlo já assinalaram, ele não carrega esse compromisso. Afinal, muito provavelmente, não havia entre os corpos vistos pelo jovem Tolkien quem possuísse “cabelos prateados” (uma referência aos fantásticos elfos); tampouco havia “montanhas” naquele lugar (em toda a região do Rio Somme, no nordeste da França, a altitude chega a, no máximo, 300 m). No entanto, essa é a guerra como nosso autor a conheceu. Fazia parte de suas memórias.

É como nos diz Maurice Halbwachs:

[...] Acontece com muita frequência que nos atribuímos a nós mesmos, como se elas não tivessem sua origem em parte alguma senão em nós, ideias e reflexões, ou sentimentos e paixões, que nos foram inspirados por nosso grupo. Estamos então tão bem afinados com aqueles que nos cercam, que vibramos em uníssono, e não sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros. Quantas vezes exprimimos então, com uma convicção que parece toda pessoal, reflexões tomadas de um jornal, de um livro, ou de uma conversa. Elas correspondem tão bem a nossa maneira de ver que nos espantaríamos descobrindo qual é o autor, e que não somos nós. “Já tínhamos pensado nisso”: nós não percebemos que não somos senão um eco (HALBWACHS, 1990, p. 43).

Também faziam parte as histórias que ouviu e leu desde a infância, como as obras de George Macdonald (1824-1905) e os livros de fadas de Andrew Lang (1844-1912), que serviram de base para a sua concepção dos elfos. Eles seguem a tradição das lendas nórdicas, nas quais Tolkien

sempre se inspirou. Tratam-se de seres inferiores aos deuses, mas, ainda assim, possuidores de grande poder. Além disso, altos, belos e solenes.

Autores como Macdonald e Lang, inseridos no romantismo vitoriano do século XIX, compuseram suas obras em um ambiente de crítica à Revolução Francesa e a todo o seu ideal racionalista e universalizante. O projeto das Luzes era tido como um mal e deveria ser rechaçado. Nada mais compreensível que enfatizassem, em suas criações, aquilo que supostamente poderia constituir a essência inglesa, ou suas origens: contos folclóricos e tradicionais, ambientados em florestas ou regiões rurais.

Ora, é certo que Tolkien não era nenhum aristocrata. Mesmo assim, ele tinha acesso a livros e à instrução em instituições de elite (chegou a Oxford), como bolsista. Seu pai fora um alto funcionário do Bank of England, e mesmo que tenha falecido tragicamente (Tolkien tinha somente 4 anos de idade), deixou à esposa e aos filhos uma pensão satisfatória, sobretudo durante a sua primeira infância, até a morte da mãe (ele então com 11 anos). Nesse meio tempo, sua família construiu boas relações com sacerdotes católicos, o que também foi fundamental para povoar o seu imaginário e suas memórias de infância com o que era escrito e lido na virada do século XIX para o XX.

Pela mesma razão, desde a sua adolescência, Tolkien guardou um profundo interesse pelas origens do idioma inglês. Ele leu bastante material sobre e em inglês médio (como os Contos da Cantuária, de Chaucer²), e, sobretudo, em anglo-saxão (ou inglês antigo), a língua falada na Bretanha antes da invasão normanda no século XI. Como não poderia deixar de ser, mais cedo ou mais tarde, ele se encontraria (e se encantaria)

2 Geoffrey Chaucer (1343-1400) foi um escritor, cortesão e diplomata inglês. Embora tenha escrito muitas obras, é mais lembrado pela sua narrativa inacabada, “Os Contos da Cantuária” (“*The Canterbury Tales*”), uma das mais importantes da literatura inglesa medieval.

com o poema Beowulf. Considerada a mais antiga obra literária em inglês, foi provavelmente composto no século VIII.

Este poema, curiosamente, passa-se inteiramente fora da Inglaterra. Toda a ação transcorre na Escandinávia, porque o poema se baseia em lendas levadas à Inglaterra junto com a nova língua. Era de lá que nosso autor buscava as origens dos ingleses. Um cenário de relevo acidentado, mares bravios, fiordes e repleto de altas montanhas, uma marca registrada no relevo do seu próprio universo. As tais montanhas que “vomitavam a imundície de suas entranhas sobre as terras que as circundavam”, como visto na já citada Passagem dos pântanos.

Aliás, naquela curta cena de *The Lord of the Rings* pudemos identificar, ao menos, três memórias embaralhadas de Tolkien: a) a de ex-combatente da Batalha do Somme; b) a da criança de classe média com acesso a livros de fantasia; c) a do estudante pós-vitoriano interessado nas origens linguísticas da nação inglesa.

Dito de forma esquemática, tratam-se de três eixos que representam três dos grupos sociais dos quais ele fez parte ao longo de sua vida. Embebidos nestes eixos estão três formas de pensamento e três concepções de tempo distintas. Cada uma dessas linhas imaginárias não tem começo nem fim, mas tem um ponto em comum: a consciência do escritor. É do cruzamento delas que nasce o seu talento e a especificidade da sua obra.

Identidades

A nostalgia de uma Belle Époque (1871-1914) e a noção de descontinuidade entre o passado e o futuro foram as marcas desse período. Era preciso, inclusive artisticamente, reinventar tradições e regressar a um suposto equilíbrio rural pré-capitalista. Obviamente, tais ações não significavam uma análise mais “pura” sobre o passado, mas sim

uma utilização com fins políticos, ou mesmo existenciais, isto é, uma memória/ficção lançada para trás no tempo a partir de um problema real no presente.

Essa obsessão, segundo Enzo Traverso, advém de uma crise de transmissão de valores, que pôs frente a frente a experiência transmitida (a tradição) e a experiência vivida (a modernidade), exatamente a partir das grandes catástrofes do século XX (a iniciar-se pela Primeira Guerra), ou mesmo de todas as transformações oriundas da Segunda Revolução Industrial (meados do XIX). Nas palavras do autor, tudo isso “é um produto do declínio da experiência transmitida num mundo que perdeu suas referências, desfigurado pela violência e atomizado por um sistema social que apaga as tradições e fragmenta as existências” (TRAVERSO, 2012, p. 15). Logo, para dar conta desse universo “fraturado”, era necessário recorrer a rituais: religiosos, seculares, etc., a fim de construir do zero ou reformular identidades já existentes.

No caso de Tolkien, sua preocupação em criar uma mitologia para a Inglaterra (com narrativas, por sua vez, inspiradas nos mitos nórdicos) vai ao encontro dessa ideia, é fruto desse momento e dessa busca por sentido. É como se perguntasse: “Quem são os ingleses? De onde vieram seus hábitos, suas histórias, sua língua?”

[...] “Estas baladas mitológicas”, disse, “estão cheia daquele substrato muito primitivo que a literatura da Europa como um todo vem mutilando e reduzindo continuamente por muitos séculos, com diferentes graus de eficiência e rapidez entre diferentes povos.” E acrescentou: “Gostaria que nos houvesse restado mais – de algo semelhante que pertencesse aos ingleses.” (TOLKIEN apud CARPENTER, 2018, p. 43)

Mais do que isso: Tolkien recorreu a um passado longínquo para desenvolver as suas narrativas. Embora não seja um romancista histórico, isto é, seus contos não são ambientados no Medievo real, o imaginário é

exatamente esse, pré-moderno. “Localizei a ação num período puramente imaginário da Antiguidade” (TOLKIEN apud CARPENTER, 2018, p. 63). Não há grandes cidades ou indústrias, nem armas de fogo ou degradação ambiental. As relações entre as pessoas se dão com base na lealdade e na proteção para com os mais fracos. Muitos vivem em comunidades fechadas e, por isso mesmo, possuem uma capacidade de reflexão e análise pequena, dura e sistemática. Há indivíduos mais nobres e elevados (até mesmo racialmente) do que outros.

Esses cenários, claro está, surgem a partir de suas memórias, tanto da infância quanto do pré-guerra. E, novamente recorrendo a Traverso (2012, p. 21-23), a história e a memória partilham um mesmo objeto: a elaboração do passado. A memória está relacionada a impressões singulares, subjetivas, que vão se construindo com o passar dos anos, de acordo com os sentimentos do presente. Se o mundo possui um aspecto cataclísmico e devastador no presente, de onde se deve fugir, é de se supor que ele deve ter tido um aspecto glorioso e belo no passado, para o qual se deve caminhar.

Esquecimentos

Pois bem, sabemos que J. R. R. Tolkien concebeu a sua mitologia a partir de, pelo menos, três conjuntos de memórias: como combatente da Primeira Guerra, como leitor de contos fantásticos infantojuvenis, como um jovem entusiasta pelas origens do seu país. A mistura de todas essas questões o fez conceber um cenário fantástico – a Middle-earth – o qual, do ponto de vista étnico e geográfico, é similar à Terra. Vejamos o que diz a esse respeito um dos seus biógrafos:

[...] Mais especificamente, os países em que *The Lord of the Rings* é ambientado e nos quais a ação acontece são uma versão distorcida da Europa. Tolkien deixou isso muito claro para si mesmo. Quando perguntado sobre a geografia da Terra-Média,

ele afirmou: “Rhûn é a palavra élfica para leste. Ásia, China, Japão e todas as coisas que as pessoas no ocidente consideram muito distantes. E ao sul de Harad está a África, os países quentes”. Quando lhe perguntavam “Isso faz da Terra-Média a Europa, não?”, Tolkien respondia: “Sim, claro, o noroeste da Europa [...] de onde vem a minha imaginação”. Quando questionado por um jornalista sobre a localização de Mordor [a terra do Inimigo], ele respondeu: “perto dos Bálcãs”. E, em uma carta escrita quando de férias em Veneza, em 1955, Tolkien descreveu a cidade que estava visitando como “Gondor” (WHITE, 2013, p. 189).

E nas palavras do próprio escritor inglês:

[...] Se quiser escrever uma história desse tipo [The Lord of the Rings], é preciso consultar suas raízes, e um homem do noroeste do Velho Mundo colocará seu coração e ação de sua história em um mundo imaginário daquela atmosfera e daquela situação: com o Mar Sem Praias de seus inumeráveis ancestrais ao Oeste e as terras intermináveis (das quais os inimigos na maioria das vezes vêm) ao Leste (TOLKIEN, 2006, p. 204-205).

“Um homem do Noroeste da Europa”. Em ambas as passagens, vemos que Tolkien buscou explicar a origem para as suas ideias dessa forma. As histórias e tramas que criou, no que se refere ao espaço físico e aos lugares de onde provêm as ameaças aos seus protagonistas, ainda que não possuam uma mensagem ou intenção explícitas, têm uma razão de ser. Em outras palavras, o seu universo imaginário possui uma correspondência com o universo real, segundo ele mesmo, graças à sua formação pessoal, às suas memórias. Ou melhor, ao contexto no qual essas memórias se deram.

Uma explicação desse tipo, holística e causal, se certamente bastaria à sociologia de Halbwachs, não é suficiente para autores como Michael Pollak. Assim como um peixe não reconhece a água na qual está a nadar, um autor, por si só, não consegue esquadriñar a realidade na qual as suas memórias estão inseridas. É impossível, para ele, verificar o que ele mesmo chama de contexto ou de onde este contexto vem.

Segundo Pollak (1989), não há uma memória única para os “homens do Noroeste da Europa”, há múltiplas. O que Tolkien acreditava ser uma estrutura natural e imóvel, de onde suas ideias partiam, era somente uma possibilidade. Várias outras memórias estavam ali, às escondidas. Porém, sem condições para se manifestar. Dito de outra maneira, um “homem do Noroeste da Europa” não é um dado, é um conceito.

E o que esse conceito quer dizer? Ao menos para figuras esclarecidas como Tolkien, é acreditar que a Civilização Europeia está no centro (inclusive geográfico) do Mundo. Com todas as suas imperfeições, é o que de melhor a espécie humana conseguiu construir em termos de beleza e sofisticação. Um lugar superior, inspirador, de esperança. Para lá devem caminhar todas as pessoas. Não por acaso, os termos “Ocidente” e “Oeste” (TOLKIEN, 2001, 1092) são sinônimos das Terras Imortais, o Paraíso, em sua mitologia.

Nesse sentido, todas as demais sociedades, em maior ou menor grau, devem algum tipo de vassalagem à Europa: política, econômica, acadêmica, religiosa. É observar o mapa-múndi e constatar, sobretudo no caso britânico, que boa parte da África, da Ásia e da Oceania, está sob controle de seu império. Em 1914, às vésperas da Primeira Guerra, somente dois países do Continente Africano são independentes. Igualmente, o que chamamos hoje de Ciências Humanas nascem embebidas dessas premissas.

No caso de Tolkien, isso fica ainda mais claro: ele nasceu fora da Europa, em Bloemfontein, no então Estado Livre de Orange³. Seus pais

3 A República do *Estado Livre de Orange* foi um estado Bôer independente na África Meridional durante a segunda metade do século XIX, e depois tornou-se uma província da República da África do Sul. É o precursor da atual província do Estado Livre. Estendia-se entre os rios Orange e Vaal com fronteiras determinadas pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda em 1848 quando a região foi declarada como Soberania do Rio Orange, com sede em Bloemfontein. Pouco antes de seus pais migrarem para lá, o lugar “estava se tornando uma importante região de mineração, com novas jazidas de ouro e diamante, encorajando investidores europeus e norte-americanos” (WHITE,

havia saído da Inglaterra pelo caminho aberto pelo expansionismo do Império Britânico e sua busca por mercados na África do Sul. É verdade que viveu somente quatro anos naquele lugar, porém, segundo Michael White (2013, p. 25), “algumas histórias da família sobreviveram e eram lembradas por ele, que as contava para seus próprios filhos”.

Dentre essas memórias, a de que o lugar em que habitavam era um “enorme deserto! Um ermo horrível!” (CARPENTER, 2018, p. 13), uma visão não muito incomum em se tratando de burgueses europeus sobre o continente africano. Outras memórias diziam respeito a situações extravagantes, como quando “o macaco do vizinho escapou e pulou a cerca para entrar no jardim, onde começou a rasgar em pedaços três dos babadores dos meninos pendurados no varal (WHITE, 2013, p. 25).

Curiosamente, os únicos indivíduos negros com os quais tivera contato eram os criados da família. Sobre isso, vemos a descrição de uma fotografia da família Tolkien, tirada em Bloemfontein, em 1892:

[...] Sua mãe evidentemente gozava de excelente saúde, enquanto Arthur [o pai], de certo modo, sempre um janota, posava de forma positivamente garbosa, de terno tropical branco e palheta. Atrás deles estavam de pé dois criados negros, uma empregada [de nome desconhecido] e um valete chamado Isaak, aparentemente satisfeitos e um pouco espantados por serem incluídos na fotografia. Mabel [nome da mãe de Tolkien] reprovava a postura dos bôers frente aos nativos. Na Casa do Banco reinava a tolerância (CARPENTER, 2018, p. 14).

Não é o caso aqui de afirmar que os Tolkien eram eugenistas ou defensores das ideias de Herbert Spencer (1820-1903), mas de deixar claro que a memória do jovem John Ronald foi moldada nesses termos: a África é um lugar exótico e seus habitantes, embora não mereçam ser maltratados, encontram-se em uma condição subalterna.

Tanto é assim que, ao longo da trama de *The Lord of the Rings*, serão

2013, p. 22).

os nativos de Harad⁴ (o que, nas palavras de Tolkien, corresponderia à África) os aliados do Inimigo na chamada Guerra do Anel. É interessante notar que não é de lá que vem o Mal, a Sombra, mas eles lhes prestam homenagem. Ao passo que Aragorn, o rei que se revela ao final, é marcado como um dos descendentes dos dunedain – “homens do Poente”.

Mais do que isso, tomando a Europa como referência, o Leste como a fonte das ameaças (talvez uma referência aos turcos otomanos ou ao exército alemão da Primeira Guerra) e a África como um lugar de desconfiança, nada mais compreensível para Tolkien do que representar seus personagens mais puros e solenes – os elfos – como indivíduos de pele branca, quase translúcida. Em Beren & Lúthien, a história de amor entre um homem e uma elfa, assim é descrita a personagem-título, considerada a mais bela das criaturas:

[...] Azul era a sua vestimenta, feito o céu sem nuvens, mas seus olhos eram cinzentos como o anoitecer estrelado; o seu manto era bordado com flores douradas, mas seu cabelo era escuro, feito as sombras do crepúsculo. Como a luz sobre as folhas das árvores, como a voz de águas claras, como as estrelas acima das brumas do mundo, tal era a sua glória e a sua delicadeza; e em seu rosto havia brilhante luz. (TOLKIEN, 2019, p. 227. Os grifos são nossos).

O mesmo se pode dizer com relação ao seu interesse por Beowulf, pelos idiomas antigos e pelas origens germânicas da nação inglesa. Afinal, buscar em um passado remotíssimo uma pretensa essência para o seu povo, como herdeiros dos normandos, ou ainda, de anglos, saxões e jutos, de certa forma, é desconsiderar imigrantes, colonos e demais súditos da Coroa britânica, dentro ou fora da Inglaterra.

Não por acaso, segundo seus biógrafos, Tolkien “nunca se considerou *4 Os haradrim, como são chamados, utilizam-se de bestas colossais chamadas “Oli-fantes”, seja como animais de carga ou também em batalhas, de forma muito semelhante ao uso de elefantes de guerra no mundo real (por cartagineses, persas, etc.). Uma caracterização típica daquilo que se opõe ao Ocidente Europeu, cujos exércitos lutam montados em cavalos.*

um ‘britânico’. Na verdade, via a si mesmo mais precisamente como um ‘inglês’ (...). Ele não aprovava a ideia do Império Britânico e menos ainda de uma Comunidade Britânica” (WHITE, 2013, p. 166).

A sua visão sobre um ideal germânico vai ao encontro disso:

“Passei a maior parte da minha vida (...) estudando assuntos germânicos (no sentido geral que inclui a Inglaterra e a Escandinávia). Há muito mais força (e verdade) do que as pessoas ignorantes possam imaginar no ideal ‘germânico’. Fiquei muito atraído por ele quando era um estudante universitário” (TOLKIEN, 2006, p. 58).

Anos mais tarde, ao se deparar com os horrores do nazismo, Tolkien percebeu que o erro de Hitler e de seus asseclas não estava em defender esse ideal, e sim em corrompê-lo:

[...] Tenho nesta Guerra [o conflito de 1939-45] um ardente ressentimento particular (...) contra aquele maldito tampinha ignorante chamado Adolf Hitler (...) que está arruinando, pervertendo, fazendo mau uso e tornando para sempre amaldiçoado aquele nobre espírito setentrional, uma contribuição suprema para a Europa, que eu sempre amei e tentei apresentar sob sua verdadeira luz. Em nenhum outro lugar (...) ele foi mais nobre do que na Inglaterra (Idem).

Portanto, ao estabelecer certos padrões estéticos e geográficos para, a partir daí, escrever as suas histórias, Tolkien não está simplesmente agindo de acordo com o seu contexto, em uma relação determinística. Ele está, é verdade, escavando as suas memórias em busca de inspiração. E, como já dissemos, essas memórias não são neutras ou inocentes.

Seja por meio de textos acadêmicos, jornais, propaganda, conflitos armados, monumentos, rituais universitários nos quais Tolkien tomou parte, e tudo o mais que envolveu as políticas imperialistas em meados do XIX, trata-se da metologia eurocêntrica em ação: criar memórias para os colonizadores e fazer silenciar os dominados.

Considerações finais

A obra fantástica de J. R. R. Tolkien, um autor tipicamente moderno, é vasta e admirável. Neste trabalho, procuramos analisá-la como um produto de suas experiências e de suas memórias pessoais. É contar através da ficção a sua própria história. E contar a própria história é sempre contar a de mais alguém, já que as experiências nunca são puramente individuais.

Ao fazer isso, o escritor de literatura, diferentemente do jornalista ou do cientista, estabelece uma relação indireta com a realidade. É como um espelho curvo, não plano. As lembranças e os traumas estão ali, mas em um estado plasmático, já que na modernidade, em especial no Pós-Primeira Guerra e em tudo o que ela representou, é difícil transmitir experiências claras. As mudanças são abruptas, o tempo é curto e o ser humano é esmagado.

No caso do autor de *The Lord of the Rings*, suas ideias podem se relacionar a, pelo menos, três memórias de seu autor: a do soldado que sobreviveu às trincheiras, a despeito da perda de seus amigos; ao jovem que, junto a esses mesmos amigos, vasculhava o passado mitológico em busca das origens de seu povo; à criança que cresceu em um lar onde se lia e se ouvia histórias fantásticas e contos folclóricos.

Para levar a cabo tudo o que escreveu, Tolkien, assim como tantos outros escritores, sofreu as consequências de uma profunda mudança na relação entre passado e presente. As consequências da Revolução Industrial e, em maior medida, da Guerra Mundial são nefastas. O futuro, diferentemente do que apregoava o velho sonho iluminista do século XVIII, não parece ser belo e pródigo, mas sombrio e apavorante. Não há como enfrentá-lo, quando muito pode-se fugir dele. Daí o recurso ao passado pré-moderno, não urbano e não industrial, como um instrumento para dar sentido às coisas.

E esse sentido veio por meio da criação de todo um cosmos: povos,

raças, línguas, geografia, história, cultura, estética; até hoje, inigualável em profundidade e complexidade. Não um constructo alegórico, com correspondências explícitas no mundo real, e sim um produto final gerado a partir de uma atmosfera de ideias – e seus respectivos tropos. É da mesma forma que a atmosfera terrestre é formada por certos elementos químicos, enquanto outros ficam de fora, essa atmosfera de ideias é formada por memórias, mas, sobretudo, por esquecimentos.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. v. 1. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CARPENTER, Humprey. J. R. R. Tolkien: uma biografia. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2018.
- COLBERT, David. O mundo mágico do Senhor dos Anéis. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: O breve século XX (1917-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, v. 2, n. 3, p. 3-13, 1989.
- REMARQUE, Erich Maria. Nada de novo no front. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- SARLO, Beatriz. Crítica do testemunho: sujeito e experiência. In: Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- TRAVERSO, Enzo. Usos políticos do passado. In: O passado, modos de usar: história, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

O trabalho com documentos diplomáticos nos tempos de regimes militares: a dinâmica entre Brasil, Paraguai e Argentina nas décadas de 1960 e 1970

Luiz Eduardo Pinto Barros
SEDU-ES
luizeduardopb@yahoo.com.br

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A presente pesquisa tem como objetivo estudar as relações diretas entre três nações que foram protagonistas no cenário internacional de um episódio polêmico envolvendo o aproveitamento energético da Bacia do Prata¹ nas décadas de 1960 e 1970. O desfecho deste tema foi fundamental para que o clima de estabilidade na América do Sul ganhasse terreno possibilitando a criação do MERCOSUL no início da década de 1990. Estes países são o Brasil, a Argentina e o Paraguai.

O objeto de pesquisa está relacionado à temática que envolveu a construção da usina hidrelétrica binacional brasileiro-paraguaia de Itaipu que atualmente é a segunda maior do mundo em tamanho e capacidade de produção energética, e a usina hidrelétrica binacional de Yacyretá pertencente ao Paraguai e a Argentina. O assunto abordado é extremamente

1 Segundo o site da Agência Nacional das Águas (ANA), a **Bacia do Prata** possui uma superfície de 3.200.000 km², é a quarta maior [bacia hidrográfica](#) do [mundo](#) e a segunda maior da América do Sul. Sua extensão é de 275 km, sua largura máxima é de 221,5 km e seu fluxo é superior a 22.000 m³/seg. Abarca importantes faixas territoriais da [Argentina](#), [Brasil](#), [Paraguai](#), [Bolívia](#) e [Uruguai](#). Seus principais rios são o Paraguai, o Uruguai e o Paraná sendo este último o mais importante.

conhecido dos estudiosos da área que abordam as relações entre os três países, mas esta pesquisa pretende ir de encontro aos bastidores da diplomacia destas nações que teve início em 1962, quando foi iniciado um litígio fronteiriço envolvendo os Estados de Brasil e Paraguai, e tendo seu desfecho com o Acordo Tripartite em 1979. A meta é dar continuidade ao trabalho realizado durante o mestrado que teve a dissertação intitulada *Os Saltos da Discórdia: o impasse entre Brasil e Paraguai em torno das Sete Quedas (1962-1966)* analisando as consequências do desfecho da polêmica que envolveu os dois países citados na história da Bacia Platina.

O recorte temporal proposto para este projeto é entre 1966 e 1979. Nas próximas linhas serão descritas de forma mais detalhada o episódio proposto para ser objeto de estudo. Porém, é importante fazer uma breve revisão histórica do período anterior para compreender os motivos que resultaram na polêmica que envolveu Brasil, Argentina e Paraguai no período a ser pesquisado.

Na segunda metade da década de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), pesquisadores brasileiros fizeram estudos na região de Sete Quedas no oeste do estado do Paraná e fronteira com o Paraguai para saber do potencial hídrico daquele território. O país passava por um processo de crescimento industrial e necessitava ampliar sua demanda energética. Em 1962 o *Jornal do Brasil* publicou um artigo sobre o assunto e tal fato chamou a atenção da embaixada paraguaia no Brasil que imediatamente deu a notícia a seu governo. O Estado do Paraguai que era governado por Alfredo Stroessner desde 1954 de forma ditatorial repudiou as pesquisas brasileiras na região e avisou o então governo do Brasil, na época administrado por João Goulart, de que tais estudos não poderiam ser realizados, pois Sete Quedas ainda não era pertencente ao Estado brasileiro. Em resposta, no mesmo ano de 1962, o governo de João Goulart respondeu alegando que desde o Tratado de Paz e Limites

de 1872 a referida região era pertencente ao Brasil. O governo paraguaio não se conteve e repudiou a resposta brasileira. A alegação paraguaia era de que apesar da assinatura do Tratado de Paz e Limites de 1872 e do Tratado Complementar de 1927, Sete Quedas não havia sido caracterizada e por isso não pertencia oficialmente ao Brasil. É importante ressaltar que o Tratado que definiu a fronteira em 1872 estipulou onde os marcos fronteiríços entre os dois países deveriam ser colocados por um comissão mista de ambas as nações.

No entanto, problemas de colocação dos marcos na região do Rio Apa e o desaguadouro da baía Negra no Rio Paraguai que também envolveu reivindicações de soberania por parte da Bolívia impediram a conclusão dos trabalhos. Por isso em 1927 foi firmado o Tratado Complementar de Limites para caracterizar a região em questão e outros locais que precisavam de marcos a serem colocados. Mas no decorrer da década de 1930 os paraguaios da então comissão mista não concordaram com a colocação do marcos em Sete Quedas a favor do Brasil porque alegaram que a região em questão não tinha a 5ª queda como ponto mais alto, e sim, a 1ª². E se isto fosse verdade Sete Quedas deveria ser de soberania paraguaia. Por conta deste impasse a caracterização da fronteira não foi concluída novamente e isto se tornou um problema décadas depois.

Porém, tendo em vista que desde a década de 1940 ambas as nações vivenciavam um processo de aproximação contundente desde o fim da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), os presidentes dos dois países se

2 O processo de demarcação entre Estados faz uso de elementos naturais como rios, montanhas e morros para fazer a caracterização. Na ausência de rios, a demarcação segue os pontos mais altos podendo ser montanhas e morros. No caso da fronteira entre Brasil e Paraguai a linha divisória da referida região estava demarcada entre o cume da serra de Maracaju (no atual sul de Mato Grosso do Sul) até a 5ª queda das Sete Quedas que era considerada a mais alta. Sendo assim, acima daquele ponto o território pertencia ao Brasil. Porém, durante o processo de caracterização após o Tratado Complementar de Limites de 1927 os paraguaios discordaram e alegaram que o ponto mais alto era a 1ª queda. E se isto fosse verdade todas as Sete Quedas pertenceriam ao Paraguai.

encontraram no estado de Mato Grosso em janeiro de 1964 para resolver o impasse. Após o encontro Jango anunciou para a imprensa brasileira, da mesma forma Stroessner para os paraguaios, que Sete Quedas teria seu potencial energético explorado de forma conjunta. Mas vale ressaltar que este combinado não teve nenhum documento firmado.

Após o Golpe Civil-Militar ocorrido em solo brasileiro que destituiu Jango do Poder meses depois, os militares assumiram a Presidência da República e mantiveram as boas relações com o Paraguai. Mas em junho de 1965 um grupo de militares, por ordem do governo federal, ocupou Sete Quedas em um local chamado Porto Coronel Renato. Por conta disso os paraguaios repudiaram a atitude brasileira e o impasse sobre a soberania da região foi intensamente objeto de polêmica entre os dois países. E depois de quase um ano de troca de documentos diplomáticos que potencializaram a polêmica por conta de denúncias de ambos os lados, encontros entre os chanceleres do Brasil, Juracy Magalhães, e do Paraguai, Sapeña Pastor, foram realizados em junho de 1966 para resolver o litígio. No fim da última reunião foi assinada a Ata das Cataratas que oficialmente consagrou a o aproveitamento energético de Sete Quedas por ambas as nações e seria a base para a assinatura do Tratado de Itaipu sete anos depois.

Durante o período em que Brasil e Paraguai vivenciavam o litígio fronteiriço, a Argentina estava atenta a todos os detalhes envolvendo seus vizinhos. O então presidente argentino Arturo Illia (1963-1966) tomou a iniciativa de convocar todas as nações da Bacia do Prata para tratar de temas que possibilitassem maiores entendimentos sobre o aproveitamento da mesma. Tal convocação ocorreu em junho de 1966 e isto foi fundamental para que os governos de Brasil e Paraguai acelerassem o processo de entendimento para resolver o impasse sobre Sete Quedas naquele mesmo mês. Mas afinal, qual era a preocupação argentina no

litígio fronteiriço que envolveu seus vizinhos? Simples, a dependência em relação ao aproveitamento do Rio Paraná.

A Argentina, ao contrário do Brasil, não possui recursos hídricos em abundância e necessitava do Rio Paraná para dar prosseguimento ao seu projeto de desenvolvimento energético. A construção de uma grande usina no mesmo rio a montante poderia prejudicar seus interesses tendo em vista que nos anos anteriores já estava em andamento nos bastidores às negociações para a construção da usina hidrelétrica binacional de Corpus juntamente com o Paraguai³. Tal elemento estava em jogo para o Estado argentino tomar a iniciativa de convocar as nações platinas (Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Argentina) para um encontro em Buenos Aires Uruguai. E apesar da convocação argentina ter ocorrido no primeiro semestre de 1966, o encontro dos países ribeirinhos do Prata aconteceu em fevereiro de 1967. E pode-se afirmar que tal evento foi histórico porque foi a oportunidade para o corpo diplomático de cada país da região demonstrar seu ponto de vista para superar os obstáculos à integração. Segundo Christian Caubet, “a 27 de fevereiro de 1967, os cinco, reunidos em Buenos Aires, adotam uma Ata final e fazem uma Declaração conjunta pelos quais fixaram os objetivos fundamentais de sua ação e definem as estruturas que deverão esforçara-se por realizá-los” (CAUBET, 1989, p.53).

Em 1971 foi realizada em Assunção a quarta reunião dos Ministros de Relações Exteriores da Bacia do Prata. A Ata final do encontro teve 25 resoluções em que os pontos 1 e 2 enunciam os seguintes objetivos:

1. Nos rios internacionais contíguos, sendo compartilhada a soberania, qualquer aproveitamento de suas águas deverá ser precedido

3 A Usina de Corpus, apesar de projetada, nunca teve seu projeto de construção adiante por causa das preocupações com o impacto ambiental na província de Misiones (situada no nordeste da Argentina). Os Estados de Paraguai e Argentina ainda negociam nos dias atuais a viabilidade de sua construção.

por um acordo bilateral entre os ribeirinhos.

2. Nos rios internacionais de curso sucessivo, não sendo compartilhada a soberania, cada Estado pode aproveitar as águas conforme suas necessidades sempre que não causar prejuízo sensível a outro Estado da Bacia

Segundo Elina Zugaib, “ao reconhecer a Argentina aquela distinção jurídica, ficava legalmente excluído do contexto da Bacia do Prata o princípio da consulta prévia no que se refere aos rios de curso sucessivo”. A consulta prévia seria “a necessidade de trocas de informações e consultas recíprocas entre todos os estados eventualmente afetados por obras hidrelétricas” (ZUGAIB, 2006, p.111). Para Caubet, “os pontos 1 e 2 da Resolução 25 satisfazem, pois, plenamente ao Brasil, tanto porque consagram as regras jurídicas às quais sua prática estatal corresponde quanto pelo fato de os cinco Estados da bacia as terem formalmente aprovado” (CAUBET, 1989, p.77). Se o Brasil aparentemente saiu vitorioso com a Resolução 25, a Argentina saiu derrotada e, pelo jeito, por um erro de interpretação. Afinal, de acordo com a Resolução, por ter rios sucessivos, a Argentina não teria direito de interferir nos projetos de Brasil e Paraguai que estavam fazendo um acordo bilateral por usufruírem de rio contíguo. Nas palavras de Maria del Carmen Llaver,

A diplomacia brasileira obtém por meio dessa declaração grande apoio para sua política, impondo seus pontos de vista a nível do tratado da Bacia do Prata e trocando o princípio da consulta prévia pelo simples ponto de prejuízo sensível. Convém então perguntar-se quais foram as razões que levaram a Argentina a subscrever a Ata de Assunção, contrária a esses princípios; os mesmos que, por outro lado, ela havia defendido até aquele momento, e que continuara defendendo. A Ata de Assunção foi uma total incongruência entre o que a Argentina pensava, discutia e defendia, e o que ela assinou a respeito (LLAVER, 1979, p.27).

Em 1972 a Argentina deu início ao processo de levar a questão do aproveitamento energético de Sete Quedas para fóruns além da América do Sul. No mês de junho, a Argentina tratou sobre o tema na Conferência do Meio Ambiente realizada em Estocolmo na Suécia. Sem grandes avanços o tema foi discutido na Assembleia Geral da ONU no mês de setembro e que teve naquela ocasião a assinatura da Resolução 2995, tendo como representantes de Brasil e Argentina os chanceleres Mário Gibson Barbosa e Eduardo Mc Loughlin. Na ocasião o Brasil reconhecia que na exploração de recursos naturais os “Estados não devem causar efeitos prejudiciais em zonas situadas fora de sua jurisdição nacional”. Além disso, reconhecia que deveriam ser publicados todos os resultados técnicos relativos “aos trabalhos a serem empreendidos pelos Estados dentro de sua jurisdição nacional” (ZUGAIB, 2006, p.114). Porém, apesar das palavras escritas no documento, pouco tempo depois os argentinos denunciariam o Brasil por não cumprir com aqueles termos. Já no cenário interno na Argentina, segundo Caubet, a Resolução 2995 não foi bem recebida pela imprensa. O *El Clarin* questionou se “a Argentina abandonou a tese de consulta prévia”. Já outros periódicos pediram explicações aos responsáveis pela diplomacia argentina e chamam a Resolução 2995 de “um acordo que mantém o desacordo” (CAUBET, 1989, p.101).

E enquanto Brasil e Argentina não se entendiam sobre o aproveitamento energético do Rio Paraná, os estudos voltados para a construção da usina de Sete Quedas avançavam. A região de Santa Maria, localizada 13 km abaixo de Sete Quedas, oferecia atrativos resultados econômicos, mas concluiu-se que o maior rendimento econômico apontava a construção de uma barragem em Itaipu. Finalmente, em abril de 1973 era assinado entre Brasil e Paraguai, na cidade de Brasília, o Tratado de Itaipu, sendo este fato a maior consequência da solução do “caso Sete Quedas” em 1966. Este tratado, “em consonância com a política bilateral do Brasil,

tinha como objetivo a construção da represa de Itaipu, que seria erguida no trecho da fronteira brasileiro-paraguaia que se estende do Salto de Sete Quedas (Guaíra) à foz do rio Iguazu” (MELLO, 1987, p.202). Ao tratar do aproveitamento energético deste trecho geográfico, o Tratado de Itaipu consagra a Ata das Cataratas de 1966, declarando inclusive nos primeiros parágrafos do documento o referido acordo assinado sete anos antes.

A assinatura do documento encerrava importante significado para os interesses “geopolíticos dos ‘dois grandes’ da região. Itaipu era para o Brasil um projeto essencialmente político e, na visão de muitos analistas, enquadrava-se na estratégia da Escola Superior de Guerra para estabelecer a supremacia brasileira na região” (ZUGAIB, 2006, p.116). Para Zugaib, ao assinar o Tratado de Itaipu, o Paraguai pela primeira vez abandonava desde o final da Guerra da Tríplice Aliança, em 1870, sua posição pendular entre Brasil e Argentina e optava por se direcionar ao Estado brasileiro. Neste sentido, Menezes aponta que, “quando o Brasil, em 26 de abril de 1973, assinou com o Paraguai o Tratado para construir Itaipu, os argentinos começaram realmente a entender que na verdade os paraguaios estavam escapando de seu domínio e dependência histórica” (MENEZES, 1987, p.110).

Pouco tempo depois da assinatura do Tratado de Itaipu, ainda em 1973, o então ministro das Minas e Energia, Antônio Dias Leite, declarou perante a Comissão das Relações Exteriores da Câmara dos Deputados que o “projeto Itaipu é essencialmente político”. Acrescentou que a realização do Tratado “coube efetivamente ao Ministério das Relações Exteriores que manteve as negociações de ordem política com a República do Paraguai para que surgisse uma solução justa, incontestável e politicamente aceitável para ambos os países” (MELLO, 1987, p.206-207). De fato, Antônio Dias Leite tinha razão, pois Itaipu não se tornaria uma

realidade sem a habilidade do Itamaraty. E para autores como Itaussu Mello, a localização da usina não era simplesmente de ordem técnica, mas geopolítica.

A importância política do projeto, além de seus aspectos técnicos e econômicos, é um forte indício de que a escolha do local para construção da usina hidrelétrica – junto à “fronteira viva” da região sul do país –, assim como o condomínio brasileiro-paraguaio sobre Itaipu, foram ditados por razões de ordem geopolítica, quais sejam a “satelitização” do Paraguai e o fortalecimento da presença do Brasil numa área estratégica da bacia do Prata (MELLO, 1987, p.206-207).

A hipótese de Itaussu Mello não é descartada, tendo em vista que existiam condições interessantes da usina ter sido construída em Santa Maria, a poucos quilômetros abaixo dos Saltos das Sete Quedas. O fato é que Itaipu colocou o Brasil em uma condição favorável no cenário platino aumentando seu eixo de influência sobre o Paraguai e estando em condições vantajosas em relação à Argentina que cada vez mais diminuía seu poder de barganha na região.

No mesmo ano de 1973, Juan Domingo Perón havia retornado à presidência da Argentina substituindo Hector Campora. Segundo Zugaib, a respeito das relações diplomáticas na região platina, “convencido da ineficácia das batalhas jurídicas e por entender ‘que o fundamental era o aproveitamento dos rios e não as normas que o deveriam regulamentar’ Perón inaugurava uma nova era em busca da recuperação do tempo perdido”, sendo que o país “deveria passar a expressar-se politicamente através de fatos e da realização de obras, colocando fim à chamada *diplomacia dos papéis* na Bacia do Prata” (ZUGAIB, 2006, p.116).

Em 1974 Perón veio a falecer e sua esposa, Isabel Perón, então vice-presidente, assumiu o Poder. Mas o seu governo sofreria um golpe de Estado em 1976, num momento de instabilidade política vivenciado em

solo argentino. Quem assumiu o Poder foi o general Jorge Rafael Videla, inaugurando um novo período de ditadura na Argentina que perduraria por sete anos. Em meio aos sucessivos acontecimentos internos, os argentinos ainda demonstravam receio com o projeto Itaipu. E desta vez o problema estava relacionado à altura da barragem da binacional brasileiro-paraguaia.

Enquanto não havia um acordo entre as três nações, em 1977, quando o governo brasileiro manteve a insistência de não permitir que a Argentina interviesse nas suas relações bilaterais com o Paraguai a respeito da usina binacional de Itaipu, a situação piorou apesar da possibilidade de haver um encontro entre o presidente brasileiro Ernesto Geisel e o argentino Jorge Rafael Videla. Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira, a tensão diplomática aumentou quando o governo de Buenos Aires “interditou o túnel Cuevas-Caracoles, sob a Cordilheira dos Andes, ao tráfego rodoviário de carga com destino ao Chile, o que levou o Brasil, ao suspeitar de pressão por causa de Itaipu, a fechar suas fronteiras a 80% da frota de caminhões da Argentina” (MONIZ BANDEIRA, 1998, p.318).

Se as relações diplomáticas brasileiro-argentinas chegaram a um momento auge de represália de ambos os lados, provavelmente por causa de Itaipu, os militares argentinos que estavam na presidência não deixaram de aprofundar o intercâmbio com o Brasil em diversas áreas. Tomando como exemplo o comércio bilateral entre ambos, este chegou à cifra de 750 bilhões em 1976 quando o Brasil tornou-se o primeiro comprador e segundo fornecedor da Argentina (CERVO, 2001).

Depois de intensas negociações entre Brasil, Paraguai e Argentina para regulamentar a utilização do uso das águas do Rio Paraná, em outubro de 1979 foi assinado o Acordo Tripartite em Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este). Segundo Moniz Bandeira, a solução da crise entre estes países teria ocorrido provavelmente devido aos pro-

blemas na política externa da Argentina na segunda metade da década de 1970. Os argentinos estavam com sérios problemas nas suas relações com a Inglaterra sobre as Ilhas Malvinas (resultando no início dos anos de 1980 em um conflito bélico), e também com o Chile. A respeito deste último, o presidente Videla manteve o país sob o clima de iminente confronto bélico devido a soberania do canal de Beagle. A dificuldade argentina no cenário sul-americano por causa de divergências diplomáticas com seus vizinhos provavelmente acelerou os entendimentos entre Brasil, Paraguai e Argentina, tendo em vista que os argentinos provavelmente não desejavam ter que enfrentar vários problemas de ordem geopolítica simultaneamente (MONIZ BANDEIRA, 1987).

O acordo representava um avanço no aspecto geopolítico da Bacia do Prata, mas em termos técnicos Itaipu perderia a capacidade de produzir em torno de 880.000 kwa, ou seja, de 12,6 milhões para 11,7 milhões de kwa.

Mesmo assim, é inegável que houve mais benefícios para as relações do Brasil com seus vizinhos Paraguai e Argentina, do que a perda de produção da binacional brasileiro-paraguaia. Para Menezes, “o mais espetacular resultado daquele encontro é que, pela primeira vez, foi assinado um ‘memorandum de entendimento’ entre o Brasil e Argentina em que era previsto que todos os assuntos no futuro que interessavam ambas as nações seriam imediatamente discutidos em uma comissão especial de brasileiros e argentinos” (MENEZES, 1987, p.118).

Se há um grande consenso entre diversos autores de que o Acordo Tripartite foi uma grande conquista para a integração da bacia platina, Amaral e Silva aponta que “o Acordo Tripartite mais que pôs fim a controvérsia, ele contribuiu para a estabilidade no Prata que, alguns anos depois, seria fundamental para o início dos acordos que levariam a integração regional pelo Mercosul”(AMARAL E SILVA, 2006, p.89).

A presente pesquisa é um trabalho de História das Relações Internacionais e para atingir os objetivos apresentados no tópico anterior é necessário realizar um estudo tendo acesso a fontes. Segundo John Lewis Gaddis, o trabalho com “estruturas sobreviventes” envolve imagens, textos, documentos e memórias que permitem ao historiador ter acesso ao passado e atribuir aos seus eventos um significado (GADDIS, 2003). O historiador, como bem pontuou Sandra Pesavento, por trabalhar com uma temporalidade escoada, com o não visto, o não vivido, só pode ter acesso ao passado através das fontes utilizadas na escrita de sua narrativa (PESAVENTO, 2004).

As fontes, sejam elas de suporte imagético ou textual, funcionam como pistas, vestígios que possibilitam ao historiador construir uma explicação sobre as questões levantadas em sua investigação. Segundo Borges, as fontes são fragmentos do real, resultado de intenções involuntárias ou mesmo voluntárias de seus produtores. Dessa forma, o conhecimento histórico torna-se uma operação teórico-metodológica que objetiva compreender e interpretar os sentidos que os atores sociais atribuíram aos seus atos materiais e simbólicos (BORGES, 2005).

O historiador José D’Assunção Barros propõe interpretar as fontes textuais como testemunho e como discurso. Como testemunho de uma época, as fontes históricas caracterizam-se como o meio de acesso ao passado a ser analisado e reconstruído pelo historiador. Como discurso, considera-se as fontes já como aquilo que deve ser analisado, enquanto discurso a ser decifrado, compreendido e questionado (BARROS, 2004).

Tendo em vista essas considerações, o olhar a ser dirigido às fontes pretende ser o da compreensão e contextualização, ou seja, não condenatório ou glorificante.

TRABALHO COM DOCUMENTO OFICIAIS

Durante nossas pesquisas, trabalhamos com fontes documentais oficiais do Centro de Documentação do Itamaraty em Brasília, do *Archivo Histórico del Ministerio de Relaciones Exteriores del Paraguay* que esta localizado do edificio da Vice-Presidência deste país em Assunção e no *Archivo Histórico de Cancillería del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de La República Argentina* em Buenos Aires. A utilização destes documentos é fundamental para entendermos como se davam as relações das autoridades diplomáticas de Brasil, Paraguai e Argentina no que se refere ao processo histórico sobre o aproveitamento hidroenergético do Rio Paraná entre 1966 e 1979.

Vale acrescentar que a experiência de quem escreve este projeto no Centro de Documentação do Itamaraty em Brasília surgiu ainda no 7º semestre de graduação em História, no ano de 2009, quando ainda desenvolvía um projeto de Iniciação Científica sobre um impasse diplomático entre Brasil e Paraguai na década de 1960 que resultou no Tratado de Itaipu em 1973. Durante as pesquisas voltadas para a dissertação de mestrado o projeto teve continuação e mais uma vez foi necessário desenvolver uma pesquisa no mesmo arquivo dois anos depois. Em 2012 realizei uma pesquisa no *Archivo Histórico del Ministerio de Relaciones Exteriores del Paraguay*, em Assunção, para enriquecer o trabalho. Ou seja, a experiência com documentos em arquivos demonstra a capacidade de realização do presente projeto. Em janeiro de 2015 entrei em contato com funcionários do *Archivo Histórico de Cancillería del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de La República Argentina* em Buenos Aires para saber se seria possível ter acesso a documentos diplomáticos referentes as relações da Argentina com o Brasil e o Paraguai entre 1966-1979 e a resposta foi afirmativa sendo necessário realizar um agendamento. A pesquisa foi realizada em outubro de 2016 em Buenos Aires. Diferentemente do Itamaraty, por exemplo, não existe separação entre documentos secretos,

ultra secretos, confidenciais e ostensivos. O mesmo acontece no *Archivo Histórico del Ministerio de Relaciones Exteriores del Paraguai*, possibilitando encontrar documentos relevantes para a pesquisa.

Carlos Bacellar aponta que é preciso conhecer os documentos de maneira profunda, ou pelo menos da melhor maneira possível, a história daquela peça em nossas mãos. Neste caso, “é importante fazer algumas perguntas para o objeto como quais condições aquele documento foi redigido? Com que propósito? Por quem? Essas perguntas são básicas e primárias na pesquisa documental” (BACELLAR, 2005, p.63).

Vale acrescentar que é fundamental discutirmos os critérios possivelmente adotados por quem os produziu, de modo a melhor decifrar a informação que elas nos fornece. No parágrafo abaixo Carlos Bacellar ainda aponta o importante papel que o historiador tem ao utilizar documentos para desenvolver um trabalho em sua área.

Munido das armas e precauções dispostas anteriormente, de conhecimento prévio sobre o assunto (fruto de muita pesquisa bibliográfica a respeito do período estudado e do que trabalharam antes dele), o pesquisador está pronto para prosseguir na análise e interpretação de suas fontes. Já pode cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências e produzir um trabalho de História (BACELLAR, 2005, p.66).

Com isso, cabe ao pesquisador a problematização e a exploração destas fontes históricas, sempre que possível confrontando-as com outras, para que a partir delas ele seja capaz de construir o seu pensamento histórico de forma fundamentada e coerente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com documentos diplomáticos oficiais dos três países estudados possibilitam interpretar que as divergências em torno da

construção da hidrelétrica binacional de Itaipu foi pano de fundo para esboçar as rivalidades entre o Brasil e a Argentina, sendo estes as principais potências da Bacia do Prata e da América do Sul. O nacionalismo defendido por ambos em tempos de regimes militares ditatórias adiaram a possibilidade de maiores aproximações em outras áreas estratégicas que favorecem o maior processo de integração na região sul-americana. O Paraguai, também sob regime ditatorial militar, também fez dos interesses nacionais objeto para garantir seu espaço a angariar benefícios naquele contexto. Em resumo, o trabalho com as fontes documentais possibilitou compreender a fundo os principais dilemas da época e as consequências para a região após a assinatura do Acordo Tripartite, em outubro de 1979.

REFERÊNCIAS

- AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre do. *Brasil-Paraguai: Marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973*. Um estudo sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais). Brasília. IREL/UNB, 2006.
- BACELLAR, C. A. P. *Uso e mau uso dos arquivos*. In: Carla Bassanezi Pinsky. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Grandezas e misérias da biografia*. In: PINSKY, Carla B (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- CAUBET, Christian Guy. *As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata*. São Paulo- Christian Guy Caubet. Academia, 1989.
- CERVO, A.L. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI, 2001. CORSI, Francisco Luiz. *Estado*

- Novo: política e projeto nacional*. São Paulo: EDUNESP, 2000. .
- GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores ma-
peiam o passado*/John Lewis Gaddis; tradução de Marisa Rocha
Motta – Rio de Janeiro; Campus, 2003.
- LLAVER, Maria del Carmem . *El Problema del aprovechamiento hidroeléc-
trico del Alto Paraná*. RARI, V, nº15, 1979, p.27.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do
Prata*. Dissertação (mestrado em sociologia política). São Paulo.
PUC/SP, 1987.
- MENEZES, Alfredo de Mota. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai
1955-1980*. Campinas: Papyrus, 1987.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto . *As Relações Internacionais no Cone
Sul: Iniciativas de Integração*. In: Amado Cervo; Mario Rapoport.
(Org.). *História do Cone Sul. História do Cone Sul*. Rio de Janeiro:
Revan, 1998, v. , p. 289-333.
- _____. Estado Nacional e política internacioanl na América Latina: o
continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992). São Paulo:
Ensaio, 1993.
- _____. O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da Amé-
rica Latina. Brasília: Ed. da UnB, 1987.
- PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu: prós e contras*. Rio de Janeiro: Paz e Ter-
ra, 1974.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Correntes, campos temáticos, e fontes:
uma aventura da História. In: *História & História Cultural*. 2ª ed.
Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 70-98.
- ZUGAIB, Eliana. *A Hidrovia Paraguai-Paraná e seu significado para a di-
plomacia sul-americana do Brasil*. Tese de Doutorado. Brasília: Insti-
tuto Rio Branco, 2006.

Os Legionários como agentes políticos no final da República Romana e suas relações de patronato e clientela com Júlio César (64–44 A.C)

Ayla Fernanda de Oliveira
PRPPG/Ufes
aylafernanda7@gmail.com

Introdução

A partir da Segunda Guerra Púnica (218 – 201 a.C) e a vitória sobre Cartago, Roma começa a expandir seu território para além da Península Itálica, o que acarreta uma série de consequências para sua organização política e social, principalmente levando em consideração que o sistema militar era pautado em critérios censitários e formado por soldados, que também eram cidadãos e camponeses e ao ficarem longos períodos ausentes de suas propriedades, acabavam perdendo suas terras e sendo obrigados a sair do campo e ir em direção a cidade em busca de sustento. Isso fez com que cada vez menos cidadãos conseguissem se alistar no exército e se instaurasse uma severa crise de recrutamento. Essa crise só é resolvida em 107 a.C, com o início do processo de profissionalização do exército, que começa a permitir que os indivíduos possam fazer parte das legiões sem critérios censitários e exige que a República arque com a panóplia dos combatentes. Essa inovação, aliada aos constantes conflitos travados por Roma, possibilitou que cidadãos mais pobres pudessem fazer carreira no exército, passando longos períodos de tempo servindo sob o comando de um general.

Assim, os generais, responsáveis pelo assentamento de veteranos e a divisão dos espólios, passaram a ter a oportunidade de expandir sua influência política ao adotar os legionários como parte das suas clientelas pessoais. Esse cenário permitia que as legiões fossem mais leais aos seus líderes do que ao Senado, dando ensejo a políticos republicanos que pretendiam expandir seus poderes pessoais. Esse é o caso de Júlio César, que era conhecido pelos seus feitos militares e sua proximidade às suas legiões. Ao aumentar o soldo, fazer uma ampla distribuição de terras, promover banquetes e distribuição de víveres, César consegue angariar apoio do exército e se estabelecer como um dos líderes mais importantes da República, tendo acesso tanto à ditadura quanto à magistratura de tribuno, ambos em caráter vitalício.

Fonte e metodologia

Como fonte primária, utilizamos neste artigo os quatro livros do conjunto da obra de Apiano, denominada Guerras Civis, que conta com cinco livros compilados com outros manuscritos sob o título de História Romana. Nessas obras, Apiano aborda a história de Roma do período da monarquia ao império em vinte e quatro livros que foram escritos durante o governo de Antonino Pio (138 – 161). O autor era proveniente da cidade de Alexandria, viveu aproximadamente entre 95 e 165 e, de acordo com o prefácio da obra (confeccionado pelo próprio Apiano), atingiu os mais altos cargos na sua cidade de origem. Em cartas de Frontão a Antonino Pio, Apiano é sugerido como procurador em Roma por causa de seus atributos e idade avançada, então há a possibilidade que o autor também tenha ocupado algum cargo na cidade.

História Romana foi escrita em grego, sob o formato de crônica e organizada cronologicamente. Guerras Civis, em especial, gira em torno dos conflitos internos romanos durante o final da República e dá destaque

tanto a oposição de grandes generais como Sula e Mário, César e Pompeu e Otávio e Marco Antônio, quanto as recorrentes hostilidades entre os agentes republicanos, como a plebe e o Senado. Possivelmente, Apiano dirigiu essas obras a elite grega do Oriente, defendendo a ideia de que a monarquia augustana tenha acabado com o estado de stásis romana (BUCHER, 2000, p.433).

Além da obra de Apiano, também fizemos uso de *Vida dos Doze Césares* ou *De Vita Caesarum* de Suetônio, autor latino, equestre e nascido por volta de 69. Devido a posição de tribuno militar que o pai de nosso autor ocupou, Suetônio foi capaz de receber aulas de gramática na corte do imperador Flávio e se tornar protegido e funcionário de Plínio, o Jovem, quando ele assumiu o governo da Bitínia após 111 (WALLACE-HADRILL, 2004, p. 3-4). Suetônio também atuou como secretário de estudos e diretor das bibliotecas imperiais até ser nomeado responsável pelo escritório que cuidava das correspondências da corte. Provavelmente os dois primeiros cargos foram ocupados durante o governo de Trajano (98-117) e o último sob Adriano (117- 138) . A obra *Vidas dos Doze Césares* foi escrita entre 121 e 122 e é composta por doze biografias dos imperadores romanos, desde Júlio César a Domiciano.

Para analisar as duas fontes, fizemos uso da Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (1977), que estabelece técnicas para lidar com diferentes tipos de texto, como formular as categorias por meio das quais fizemos a leitura e interpretação das nossas fontes.

Além disso, também utilizamos o conceito de patronato, cunhado por Wallace-Hadrill (1989, p. 63), que define essa relação como uma troca de serviços e bens materiais entre os cidadãos de Roma, em que o patrono era alguém com uma posição superior na hierarquia social que o cliente e concedia sustento e proteção em troca do apoio político. O patrono poderia explicar a lei, oferecer apoio judicial e testemunhar em favor dos seus

clientes, enquanto os clientes poderiam se juntar para ajudar a libertar o patrono da prisão, contribuir no dote das filhas e colaborar no pagamento de contas. Essa relação ocorria entre indivíduos, no entanto, ao final da República, com o êxodo rural e os extensos conflitos internos, as estruturas dessa relação são abaladas e grupos como a plebe e o exército, acabam desenvolvendo uma relação de patronato e clientela coletiva com certos líderes republicanos.

O patronato fazia parte da moral pública e privada dos cidadãos e as eleições já eram percebidas como uma forma de clientela aos magistrados. Ou seja, o *populus* oferecia seu voto e em troca recebia uma série de benefícios por eleger certo indivíduo. As campanhas eleitorais lembravam pessoalmente aos eleitores sua relação com os candidatos, enfatizando serviços anteriores e maneiras em que o magistrado beneficiou aqueles indivíduos ou suas famílias (DENIAUX, 2006, p. 402). No entanto, essa relação ainda era muito individual, ou seja, de cidadão com cidadão. A mudança que o final da República trouxe, é a de que um líder poderia ser considerado o patrono de todo um grupo, sem necessariamente ter uma relação individual com esses cidadãos, principalmente porque os indivíduos que foram vítimas do êxodo rural e se encontravam na cidade, com frequência, já não possuíam mais um patrono.

Nesse artigo, esse conceito nos auxilia a entender o deslocamento dos vínculos de patrono e cliente da esfera privada para a pública e as bases para que César conquistasse um apoio extenso dos seus legionários e veteranos, o que o possibilitou a ascensão na carreira política e seu título vitalício de ditador em 49 a.C.

O contexto da profissionalização do exército

No contexto do fim das Guerras Púnicas (especialmente a Segunda), a maioria dos cidadãos maiores de idade foram convocados a servir nas legiões romanas e as campanhas passaram a se estender por períodos

cada vez mais longos, devido à expansão territorial que Roma empreendeu uma vez que Cartago foi derrotada, assim, é nesse cenário que o império romano é formado em termos territoriais. Durante esse período, a maioria do exército era formado por camponeses, que também eram cidadãos e soldados e que se ausentavam de suas propriedades por todo o tempo em que estavam servindo nas legiões. Além disso, os cidadãos tinham que arcar com suas próprias panóplias e não recebiam compensação pelo serviço militar.

As guerras de conquistas se tornavam mais frequentes e atingiam territórios cada vez mais longínquos, aumentando a necessidade de manter tropas mobilizadas, não apenas para tomar territórios, mas também para manter as províncias pacíficas e sob o domínio romano. Assim, o tempo de serviço se estendia e os indivíduos ficavam impossibilitados de cultivar suas terras. Ao retornar a Roma, as propriedades se encontravam emprestáveis e muitos camponeses, na intenção de recuperá-las, contraíam dívidas impossíveis de serem quitadas e acabavam sendo desapossados. Além disso, o *ager publicus*, ou seja, as terras conquistadas pelos romanos e repartida ao *populus*, era monopolizado pela elite, que ao longo dos anos se apropriou desses territórios e começou a tratá-los como terras privadas. Assim, os cidadãos eram obrigados a deixarem suas terras e sem outras alternativas, iam para a cidade de Roma em busca de empregos.

No entanto, os empregos na cidade além de sazonais, também eram escassos devido à chegada de uma grande quantidade de mão de obra escrava durante as guerras. Dessa forma, a maioria das obras públicas e os trabalhos em grandes propriedades, eram realizados por escravizados. Essa situação acabou piorando as condições dos camponeses, que não tinham ocupações regulares e uma fonte de renda estável (CORASSIN, 1988, p. 17). Esse cenário gerou uma grave crise de recrutamento e apro-

fundou crises sociais já existentes na República, como a crise agrária, o aumento dos aluguéis e a carência de abastecimento de trigo aos menos abastados.

A crise de recrutamento ocorreu por dois principais motivos, o primeiro deles era o critério censitário, em que o cidadão precisava ter terras e uma maneira de arcar com sua própria armadura para poder se alistar, e o segundo era a maneira em que os combatentes se estabeleciam no exército. A forma de recrutar dos romanos era conhecida como *militia*, ou seja, os soldados (*camponeses*) eram convocados durante o período de uma campanha e liberados assim que essa era finalizada. Nesse sistema não havia uma perspectiva de profissionalização dos legionários, já que os veteranos eram liberados em um curto período de tempo e a República não fornecia nenhum tipo de pagamento pelo serviço (GOLDSWORTHY, 2007, p. 43). Os indivíduos que não podiam servir no exército eram chamados de *proletarii* e posteriormente de *capite censi* e só eram convocados em situações excepcionais, como mão de obra ou de apoio às centúrias.¹ A própria organização acentuava a divisão censitária, levando em consideração que os mais ricos compunham as dezoito centúrias, fazendo parte da cavalaria – exatamente pela sua condição financeira de manter os cavalos – e os demais eram colocados nas outras cinco classes da infantaria (CAMPBELL, 1994, p. 4).

Após as batalhas com Aníbal, o censo necessário para poder se alistar foi sendo diminuído na tentativa de incluir esses cidadãos despossuados no exército, os colocando na quinta classe da infantaria, onde se encontravam os mais pobres. Outra alternativa era convocar os *proletarii* declarando um estado de tumulto público ou os colocando para servir como tripulação dos navios, mas essas soluções acabaram sendo abandonadas, provavelmente porque só podiam ser aplicadas na cidade de Roma

1 A partir de 107 a.C, Mário começa a nomeá-los dessa maneira.

e em momentos muito específicos (GABBA, 1976, p. 6)

Diversos políticos tentaram resolver a crise, atacando principalmente o problema de distribuição agrária, mas nenhuma tentativa foi bem sucedida até o ano de 107 a.C. em que Caio Mário foi eleito cônsul com a intenção de intervir na Guerra da Numídia no norte da África. No entanto, o Senado decidiu que a Numídia não seria incluída nas províncias sob os cuidados dos cônsules, em resposta, Mário apelou aos tribunos para que eles levassem aos comitia uma lei que o permitisse atuar no conflito. Assim que o pedido foi aprovado, os senadores exigiram que só fosse colocado sob sua responsabilidade soldados voluntários, excluindo as legiões republicanas já existentes. Mário, então, decidiu empregar na campanha os proletarii, ignorando a qualificação censitária e convocando os cidadãos sem propriedade. Para garantir o acesso desses indivíduos às armas, o cônsul exige que a República forneça a panóplia dos legionários (GOLDSWORTHY, 2016, p.72). A partir de então, essa prática é adotada por outros generais e ocorre a formação do exército profissional, que se constitui durante o final da República e se consolida no início do Principado com Augusto. As legiões também passam a ser recrutadas em caráter permanente já que as campanhas são mais duradouras.

Esse tempo estendido de serviço, juntamente com a perspectiva de construir carreira, leva a um sentimento de pertença às legiões, constituindo um senso de unidade e afastando a ideia de que o serviço militar precisava ser uma interrupção da vida civil. Além disso, os soldados também desenvolvem uma relação mais próxima com seus generais, devido ao longo tempo de serviço sob um mesmo líder e ao fato de que eles eram os responsáveis por promover a divisão do butim.

O status dos próprios generais foi se modificando ao longo do período republicano, de forma que, até os meados da República, o comando era atribuído a magistrados e ex-magistrados eleitos e que, em muitos

casos, eram lideranças civis, com pouco contato prévio com assuntos militares além do período em que eles serviram sob alguma outra magistratura ou da associação com os generais da sua gens. Porém ao se tornarem cônsules ou procônsules, uma ação necessária se eles quisessem chegar ao nível de senadores, esses indivíduos eram obrigados a assumirem a liderança das legiões. Durante muito tempo esse modelo de liderança funcionou bem, em especial pela organização em forma de falange. No entanto, com a especialização romana em outras manobras de ataque e defesa, a expansão do uso da cavalaria e o investimento de Roma nas guerras de conquista, as técnicas militares vão ficando mais refinadas e exigindo mais dos seus generais, de forma que no último século da República, era comum o uso dos legati, ou seja, generais experientes, escolhidos pelo Senado e pelos magistrados no poder, que ficavam a frente dos exércitos junto com os cônsules e pretores. Assim, soldados experientes tinham a possibilidade de serem empregados e continuarem na carreira militar (ADCOCK, 1940, p. 103).

O Senado se opunha a profissionalização do exército e falhava em perceber que os legionários dependiam do serviço, das recompensas e da distribuição de terras para sobreviver, principalmente porque o *ager publicus*, controlado pela aristocracia, não supria a necessidade de terras dos cidadãos menos abastados. Dessa maneira, os legionários acabavam dependentes de seus comandantes para a distribuição do soldo e também o assentamento nas províncias conquistadas. Esse contexto se tornou o cenário ideal para comandantes que queriam expandir seus poderes pessoais por meio do exército, assim, criando tropas mais leais a si mesmos do que a República, principalmente a partir da atuação de Cornélio Sula e Caio Mário. No caso de Sula, membro dos *optimates*, em 82 a.C ele utilizou do seu exército para eliminar rivais políticos, conquistar território para seus veteranos, tomar o controle da cidade de Roma e assumir a ditadura.

Sula, apesar de ser da aristocracia, não tinha uma família particularmente rica ou de muito destaque, então para chegar na ditadura ele teve que usar da propaganda, mas principalmente do seu exército (SHOTTER, 1994, p. 42).

Seu rival, Mário, parte do populares, também possuía legiões e veteranos leais (além de um significativo apoio popular) que lhe deram suporte durante toda sua carreira, o permitindo ser cônsul sete vezes, o apoiando na primeira Guerra Civil e em sua invasão a Roma entre 86 e 87 a.C. Ele era conhecido por tomar atitudes que pessoalmente o aproximavam de suas tropas como fazer refeições ao lado de seus soldados, viver nas mesmas condições que eles e repartir a caserna com os legionários. Isso resultou em um aumento de popularidade nas camadas inferiores de cidadãos e no próprio exército (GOLDSWORTHY, 2016, p. 74). A partir de então, outros líderes populares também passaram a investir em estratégias similares com a intenção de conquistar um apoio mais consistente das legiões, como foi o caso de Júlio César.

César era sobrinho de Mário e durante o período em que Cornélio Sula se estabeleceu como ditador (82 a.C.), foi destituído dos seus cargos públicos e sofreu perseguição política. Apesar de não ter participado ativamente ao lado de seu tipo nas disputas entre *optimates* e populares na primeira Guerra Civil, Sula exigiu que César demonstrasse uma prova de lealdade ao ditador e se separasse de Cornélia, sua esposa e filha de uma família que conservava aliança com Cina – rival do ditador e companheiro de Mário em tornar Sula inimigo público e assassinar seus aliados. Ao recusar o pedido, Júlio César abriu uma disputa com os *optimates*, o que o destituiu do cargo de pontífice (Suet., Iul., 1). Assim, apesar de ter vindo de uma família com influência e prestígio, a gens Iulia, César precisou do apoio de outros grupos para garantir tanto sua segurança quanto ascensão política.

Essa necessidade o levou a se dedicar à carreira militar e a tentar conquistar o apoio da plebe romana. César era conhecido por ser um comandante que se preocupava com o bem estar de suas tropas e não distinguia seus soldados por fortuna ou costumes. Ao invés disso, o que ele considerava era a habilidade militar, o rigor e a disciplina com seus legionários, o que era bem visto e considerado ideal a um general (Suet., Jul., 30).

Dessa forma, o exército de Júlio César era extremamente leal e em troca, o triúviro os oferecia generosas compensações materiais. Apiano nos relata que durante a guerra civil contra Pompeu (49 - 45 a.C.), os legionários decidiram continuar com César mesmo após o Senado tê-lo declarado inimigo público, de acordo com o autor, apesar de ter sido oferecida a possibilidade de desertar, a maioria do seu exército permaneceu. Posteriormente, quando os suprimentos foram cortados por Pompeu, mesmo os que decidiram se retirar, voltaram para as legiões de César (Ap., Bel. civ., II, 63). Isso ocorria por situações como a em que Júlio César prometeu distribuir entre seus veteranos parte do *ager publicus* e de suas próprias terras, além de prometer auxílio ao se licenciarem do serviço militar (Ap., Bel. civ., II, 94).

Outra coisa que pode auxiliar na boa visão que os legionários possuíam de César era seu empenho em oferecer generosas doações as multidões, em oferecer banquetes e em promover obras públicas, levando em consideração que a maioria do exército era abastecido por cidadãos menos abastados e por aliados itálicos. Após sua vitória em 45 a.C na Península Ibérica, além de garantir terras aos veteranos, Júlio César distribuiu trigo, azeite e carne à plebe, além de oferecer três banquetes públicos (Suet., Jul., 22). Além disso, seu cuidado com restaurar o troféu de Mário, que celebrava as vitórias do tio e também de se opor aos inimigos dele podem tê-lo colocado em destaque como popular e também ganhado a confiança

dos veteranos de Mário. César também se empenhava em garantir entretenimento por meio de jogos e espetáculos promovendo obras no *circus maximus* e financiando festivais. Esse tipo de ação não era despropositada, César tentou ao longo de sua carreira se filiar aos tribunos, demonstrando preocupação com os assuntos relacionados aos cidadãos mais pobres, como acesso ao trigo, reparando estradas, garantindo a manutenção dos templos, melhorando o acesso dos mais pobres à água, reduzindo aluguéis e promovendo a amortização de dívidas, como fez em 47 a.C (BILLOWS, 2009, p. 242–243). Isso lhe permitiu amplo apoio popular e uma contínua lealdade dos seus veteranos, que em momentos posteriores irá refletir na carreira política e militar do seu filho adotivo, Otávio.

Por fim, César também tinha muito interesse na política da Gália Cisalpina e se esforçava em manter uma boa reputação na província. Os generais passavam anos no mesmo local e parte de suas tropas eram compostas de forças aliadas, portanto, era interessante que ele fosse capaz de manter suas legiões obedientes, uma posição política de destaque no local e também fornecesse boas condições de vida aos seus legionários (ADCOCK, 1940, p. 113). Dessa forma, os aliados também passavam a se inserir na lógica de patronato e clientela.

Considerações finais

Dessa maneira, podemos inferir que as mudanças trazidas pela Segunda Guerra Púnica, em que os cidadãos passam cada vez mais tempo afastados de suas terras, voltando para encontrar as propriedades devastadas, sem maneiras de recuperá-las, contraindo dívidas e por fim iniciando um intenso processo de êxodo rural, causam uma crise de recrutamento no exército romano, o que eventualmente leva a sua reforma em 107 a.C, a queda do critério censitário e a sua profissionalização. Com a possibilidade de seguir carreira militar, os legionários desenvolvem um vínculo

com seus generais, dando oportunidade para que líderes militares estabeleçam uma relação de patronato e clientela, utilizada para conquistar a lealdade das tropas e o poder pessoal.

Relação essa que é muito bem explorada por Júlio César, que ao se preocupar com o bem estar de suas legiões, promover o assentamento de veteranos e não fazer distinção de nascimento e costumes dos seus soldados, acaba se estabelecendo como um patrono para seus veteranos, o que facilita que ele conquiste magistraturas e pressione o Senado. Além disso, ao fornecer apoio a plebe urbana, distribuindo trigo e melhorando suas condições de vida, César também agrada seus legionários, que em maior parte vem das camadas menos abastadas de Roma e das províncias.

REFERÊNCIAS

Documentação primária:

APIANO. **Historia Romana**. Traducción de Antonio Sancho Royo. Madrid: 1980.

APPIAN. **Roman History**: Introduction. Translation by Horace White. Cambridge: Harvard University Press, 1972.

APPIAN. **Roman History**: The Civil Wars Book II. Translation by Horace White. Cambridge: Harvard University Press, 1964.

APPIAN. **Roman History**: The Civil Wars Book III. Translation by Horace White. Cambridge: Harvard University Press, 1964.

SUETÔNIO. **A vida dos doze Césares**. Tradução de Guilherme Rodrigues, Lisboa: João Romano Torres & C., s/d.

SUETONIUS. **The Twelve Caesars**. Translation by Robert Graves, revision by Michael Grant, London: Penguin Group, 1989.

Obras de apoio:

ADCOCK, F. E. **The Roman Art of War Under the Republic**. Cambridge: Harvard University Press, 1940.

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BILLOWS, R. A. **Julius Caesar: The Colossus of Rome**. New York: Routledge, 2009.
- BUCHER, G. S. **The Origins, Program, and Composition of Appian's Roman History**. Transactions of the American Philological Association, v. 130, p. 411-458, 2000.
- CAMPBELL, B. **The Roman Army: 31 BC–AD 337**. London: Routledge, 1994.
- CORASSIN, M. L. **A Reforma Agrária na Roma Antiga**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DENIAUX, E. Patronage. In: ROSENSTEIN, N; MORSTEIN-MARX, R. **A companion to the Roman Republic**. Malden: Blackwell Publishing, 2006, p. 401-420.
- GABBA, E. **Republican Rome, the Army and the Allies**. Los Angeles: University of California Press.
- GOLDSWORTHY, A. **In the name of Rome**. London: Yale University Press, 2016.
- GOLDSWORTHY, A. **The complete Roman army**. London: Thames & Hudson Ltd, 2007.
- SHOTTER, D. **The fall of the Roman Republic**. New York: Routledge, 1994.
- WALLACE-HADRILL, A. Patronage in Roman society: from Republic to Empire. In: **Patronage in Ancient Society**. London: Routledge, 1989.
- WALLACE-HADRILL, A. **Suetonius**. London: Bristol Classical Press, 2004.

*Palavras como munição: as repercussões da guerra
da cisplatina na imprensa do Rio de Janeiro
(1825-1826)*

Fabiúla Paulo de Freitas Manhães

Mestranda – PPGHis/UFJF

fabiula.freitas99@gmail.com

Tópico premente durante o Primeiro Reinado do Brasil, a Questão Cisplatina derivava de longínquas querelas envolvendo as Coroas de Portugal e Espanha. O território localizado ao leste do rio Uruguai era visado por tais potências devido, principalmente, à localização favorável ao comércio. No raiar do século XIX, as disputas em torno das terras, também denominadas como Banda Oriental do Uruguai, foram intensificadas após o traslado da Corte lusitana para a América. Em meio às turbulências provocadas pelas invasões napoleônicas na Península Ibérica – que resultaram, dentre outros acontecimentos, na vacância do trono espanhol –, o então príncipe regente D. João visualizou na região uma oportunidade de levar a cabo suas intenções expansionistas. Nesse sentido, as primeiras décadas do Oitocentos ibero-americano foram marcadas pelos conflitos entre as forças luso-brasileiras e os governantes do Prata no que concernia à Banda Oriental.

Este texto objetiva discutir as ressonâncias de um evento que definiu o apogeu das rusgas acerca da Questão Cisplatina/Oriental, qual seja, a Guerra da Cisplatina – conhecida na Argentina e no Uruguai como *Guerra del Brasil* –, que ocorreu entre os anos de 1825 e 1828. Para com-

preender como os sujeitos históricos que vivenciaram tal acontecimento o concebiam e discutiam, lançamos mão das fontes da imprensa periódica do Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil. Aqui, investigaremos os textos e debates produzidos por quatro jornais que circularam durante os primeiros meses da empresa bélica no Sul da América. São eles: *Triumpho da Legitimidade Contra Facção de Anarquistas*, *Atalaia da Liberdade*, *O Verdadeiro Liberal* e *Astréa*. As folhas eram redigidas por indivíduos profundamente implicados nas discussões e tomadas de decisões de uma época que, do ponto de vista do Brasil, fora um verdadeiro laboratório político e institucional, no qual os principais traços e peças do aparato estatal foram escrutinados, analisados e testados. Dessa forma, pretendemos jogar luz sobre as bases das opiniões e prognósticos que tais homens de letras emitiam acerca da Guerra da Cisplatina, evidenciando os pontos de convergência e divergência entre as linguagens por eles formuladas.

A QUESTÃO CISPLATINA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O ano de 1817 representou a entrada definitiva das forças militares luso-brasileiras em Montevidéu, capital da então Província Oriental. A ocupação foi justificada pela necessidade de “pacificação” da província após anos de agitação política e social provocada pelas movimentações populares comandadas por José Gervásio Artigas. O chefe das tropas portuguesas, Carlos Frederico Lecor, logo encetou alianças com as elites locais, estabelecendo, assim, uma forte representação do poder joanino na região. Embora a iniciativa militar lusitana tenha sido aprovada por importantes setores da sociedade oriental e tivesse seu encerramento previsto para o momento em que as convulsões artiguistas fossem acalmadas, o caminho seguido foi outro. Ao retornar a Portugal por conta das pressões aplicadas pelas Cortes de Lisboa durante a Revolução do Porto (1820), D. João VI e seu ministro, Silvestre Pinheiro Ferreira, ordenaram que um

congresso fosse diligenciado com o fim de resolver o destino da Banda Oriental. Destarte, em julho de 1821, o Congresso Cisplatino decidiu por unanimidade pela manutenção da região como ente do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Era fundada a Província Cisplatina (FREGA, 2005, p. 31-32).

A essa altura a Questão Cisplatina já se configurava como um problema no âmbito político e administrativo do Reino Unido português. Tal conflito pode ser visualizado com nitidez nos debates entre os deputados das Cortes lisboetas. Os representantes peninsulares defendiam a necessidade de separação da Província Cisplatina do território português. Segundo suas argumentações, o território não possuía grande importância e apenas gerava problemas e custos para a Coroa. Para além disso, os litígios em torno da Banda Oriental seriam reminiscências da política “americanista” de D. João, passado rechaçado pelo núcleo português europeu. Por outro lado, os deputados das províncias do Brasil enxergavam na Cisplatina uma necessidade singular do Brasil. Mantê-la acoplada ao seu território seria fundamental para a segurança das fronteiras e para o contentamento dos habitantes da porção brasileira da monarquia. Em outras palavras, a Questão Cisplatina, por simbolizar uma demanda própria dos “portugueses americanos”, contribuiu para que uma “ideia política de Brasil” fosse plasmada (PIMENTA, 2005, p. 16-18).

Com a emancipação política brasileira, o *status* da Província Cisplatina seria novamente contestado. Factualmente, a oposição à presença dos luso-brasileiros na região sempre existiu; todavia, a fragmentação política detectada na região após a Independência abriu caminhos para que tais vozes dissonantes se manifestassem vigorosamente. Essencial para esse arranjo – ou desarranjo – foi a divisão das tropas de ocupação. Carlos Frederico Lecor decidiu-se pela lealdade a D. Pedro I e ao novo Império. Já D. Álvaro da Costa – que ocupava o cargo de Governador das Armas – e

os Voluntários Reais d'El Rei mantiveram-se fiéis às Cortes de Lisboa e a D. João VI. Nesse contexto, a sociedade secreta *Los Caballeros Orientales*, fundada anos antes por figuras proeminentes na vida política da Banda Oriental e de Buenos Aires, reiniciou suas atividades em Montevidéu. Os membros dessa associação utilizaram a imprensa periódica como meio de difusão de suas opiniões acerca do delicado estado político da região oriental. Jornais como *La Aurora*, *El Pampero* e *El Aguacero* têm suas redações atribuídas aos *Caballeros Orientales*. Mormente, era defendida a opção pela anexação da Província Oriental/Cisplatina às Províncias Unidas do Rio da Prata (FREGA, 2016).

A atuação dos *Caballeros Orientales* na opinião pública foi interrompida quando do retorno de Carlos Lecor e das tropas imperiais a Montevidéu, em 1824. De maneira altamente dificultosa e, até mesmo, forçosa, Lecor angariou o reconhecimento da Independência por parte dos *cabildos* orientais. Naquele mesmo ano, a Cisplatina seria a última província a referendar a emancipação política do Brasil, fato que desnudava a profunda fragilidade dos laços entre aquela região e o incipiente Império (PIMENTA, 2007). As articulações entre setores da política oriental, insatisfeitos com a situação política vivenciada, e o governo instalado em Buenos Aires culminaram na ida, em 1823, de Valentín Gómez ao Rio de Janeiro. O funcionário de Bernardino Rivadavia, então Ministro de Governo da capital portenha, comprometia-se com a solicitação de desocupação da Banda Oriental sob a justificativa de que aquele povo teria conquistado sua independência ainda no período artiguista. D. Pedro I sequer recebeu o enviado bonaerense, o que fomentaria a tensão que pairava sobre a relação entre os governos (REAL DE AZÚA, 1991, p. 85).

Partindo desse momento, as vias diplomáticas tornar-se-iam cada vez mais desgastadas. Em abril de 1825 as tropas de Juan Antonio La-

valleja adentraram a Cisplatina, acontecimento que se converteu em mito fundacional na tradição historiográfica uruguaia: a *Cruzada de Los Treinta y Tres Orientales*. Posteriormente, em outubro, o Congresso Nacional Constituinte, sediado em Buenos Aires, aceitou o pedido de anexação da Província Oriental ao seu território. Esse seria o motivo cabal para a declaração de guerra por parte do Brasil contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, em 10 de dezembro de 1825. Cabe a questão: por que a manutenção da Cisplatina ainda se fazia tão imperiosa naquele contexto, justificando, inclusive, a deflagração da primeira guerra do Brasil independente?

Como mencionado acima, o Primeiro Reinado, recorte temporal no qual irrompeu a Guerra da Cisplatina, foi marcado por ensaios políticos e institucionais. Desse modo, pode-se compreender que nesse período houve, por parte de uma variedade de atores históricos, o empreendimento de grandes esforços no pensar e no criar do Estado nacional brasileiro (RIBEIRO; PEREIRA, 2009). Em termos amplos, era tempo de se encarar as dificuldades que permeavam o longo caminho em direção à consolidação do Brasil enquanto corpo político autônomo e soberano (SOUZA, 1999).

Nesse sentido, a ameaça de perda de um território, naquelas circunstâncias, poderia representar uma grave mácula à marcha brasílica rumo à solidificação de seu *status*. Tal possibilidade era duplamente danosa. Primeiramente, devido à heterogeneidade territorial intrínseca ao Brasil – desde os tempos da colônia –, era mister trabalhar em prol da aglutinação das distintas partes com vistas à configuração de um Estado fortificado. Em seguida, o Império nasceu rodeado pelo intimidatório fantasma da América espanhola, conformada, por sua vez, por uma profusão de repúblicas mergulhadas em guerras civis. Validar a posição do Império frente não somente ao continente americano, mas frente a ordem internacio-

nal como um todo era igualmente essencial. Ademais, a nomenclatura de “império” guarda em sua semântica a expectativa de ganho de territórios, distanciando-se ao máximo da possibilidade de supressão (FERREIRA, 2006). Assim, conservar a Cisplatina era uma matéria de sobrevivência para o ainda débil Império brasileiro.

O OLHO QUE TUDO VÊ: A IMPRENSA FLUMINENSE LÊ A GUERRA NO SUL

O decurso da Questão Cisplatina foi profundamente observado, avaliado e prognosticado pela imprensa periódica. Reputada como principal meio de feitura da política no século XIX, a imprensa desempenhou papel fundamental no processo emancipatório brasileiro. Pode-se afirmar que os escritores públicos foram não somente partícipes da trajetória do Brasil no Oitocentos, mas, efetivamente, foram cocriadores dessa mesma trajetória. Logo, deve-se focar a imprensa e a opinião pública como agentes na realidade vivenciada por aqueles homens e mulheres (MOREL; BARROS, 2003). Os eventos sociais, culturais e políticos desenvolvidos ao longo do Primeiro Reinado tornaram-se objeto de escrutínio por parte dos redatores de jornais e folhetos. Com o tema da Guerra da Cisplatina não seria diferente.

Trataremos, aqui, da cena pública do Rio de Janeiro entre os anos de 1825 e 1826. Cabe destacar, portanto, que uma configuração muito específica era notada nos espaços públicos da Corte naqueles anos, pois, desde pelo menos 1824, a quantidade de jornais ali produzidos sofreu uma considerável diminuição. Tal cenário é comumente atribuído às crescentes ações autoritárias perpetradas pelo Imperador, D. Pedro I. Os episódios do fechamento da Assembleia Constituinte, em 1823, e da intensa repressão à Confederação do Equador, em 1824, teriam estimulado uma atmosfera de desconfiança e receio no que tocava à suposta liberalidade

do monarca. Nesse sentido, quando teve início a publicação do *Triumpho da Legitimidade Contra Facção de Anarquistas*, em 9 de dezembro de 1825, um profundo silêncio invadia os espaços públicos fluminenses: jornais oposicionistas não circulavam. Em vez disso, as discussões eram comandadas por áulicos, isto é, redatores que exclusivamente apoiavam as ações do governo, afastando-se das críticas (REIS, 2016). O *Triumpho* era parte desse quadro.

O periódico era escrito por José da Silva Lisboa, então barão de Cairu. Personalidade áulica de renome desde a época joanina, Silva Lisboa, àquela altura, possuía uma larga carreira pública. Foi professor e censor régio, sendo este último o ofício por meio do qual expressou suas ressalvas à liberdade de imprensa (KIRSCHNER, 2009). Anteriormente, ocupou-se com a redação do *Conciliador do Reino Unido* e da *Reclamação do Brasil*. Quando deu início ao *Triumpho da Legitimidade*, Cairu possuía exclusivamente o intento de comentar a luta armada pela Cisplatina. Os 16 números do jornal expunham pensamentos acerca da importância daquele conflito, bem como as polêmicas nas quais seu escritor se envolveu ao defender suas posições – o periódico *El Argos*, de Buenos Aires, era o principal oponente.

Tendo em vista a característica do cenário de publicações na Corte no momento analisado, as ideias contidas no *Triumpho* correspondiam ao que se esperava: Cairu amparava a declaração de guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata e conclamava os “brasileiros” a apoiarem a empresa bélica. Para procedermos à análise, buscaremos demonstrar os pilares discursivos sobre os quais José da Silva Lisboa alicerçou sua apologia à Guerra da Cisplatina. Já na primeira edição do periódico notamos a utilização de um argumento que fundamentou a retórica do *Triumpho*: a doutrina das fronteiras naturais. Vejamos o trecho a seguir.

As armas são justas e santas aos que não têm outro recurso senão

nas armas. Inimigos aleivosos estão quase à porta, ainda que nas extremas da Terra da Santa Cruz. A Providência confiou da Honra Brasileira as *Duas Chaves* do Amazona e Prata. Temos conflitos com gente sem caráter. Temos por nós Deus, o Imperador, e a Honra: *quando se perde a Honra, perde-se tudo.* (TRIUMPHO DA LEGITIMIDADE CONTRA FACÇÃO DE ANARQUISTAS, N. 1, 9 DE DEZEMBRO DE 1825. GRIFOS ORIGINAIS)

Segundo esse pensamento, as fronteiras do Império do Brasil seriam oriundas da vontade da própria natureza. A teoria foi, em realidade, subsídio para todas as decisões tomadas no âmbito da política internacional brasileira durante a fase imperial (MAGNOLI, 1997). Na linguagem desenvolvida por Cairu, o imaginário dos limites territoriais naturalmente demarcados servia para sustentar o entendimento da Cisplatina como parte inerente ao território brasileiro. Ademais, essa seria uma razão plausível para a abertura e continuidade de uma guerra pela Província. A iniciativa bélica, nesse sentido, era calcada em premissas maiores, derivadas da “providência”. Para além disso, a proteção da honra imperial figurou como peça fundamental do jogo linguístico construído no *Triumpho*, como observamos no excerto supracitado. Detecta-se, desse modo, o estabelecimento de uma correlação entre integridade territorial e honra nacional. Se um fosse perdido, automaticamente, o outro também evanesceria.

Ainda com o fito de fortalecer suas ideias perante a opinião pública, José da Silva Lisboa pincelava o que compreendia ser o *status* da Cisplatina no conjunto das províncias brasílicas. O escritor resgatava, assim, a experiência do Congresso Cisplatino. A decisão tomada pelos representantes naquela assembleia, conforme Cairu, atestaria o desejo genuíno dos próprios orientais em compor a “família” brasílica. A partir desse pressuposto, ao abrir fogo contra as Províncias Unidas, o Imperador estaria defendendo os interesses dos próprios “cisplatinos”.

Nem por sonho ocorre a Brasileiro cordato, que nas cabeças da imensa maioria dos habitantes da Província Cisplatina entre o indigno pensamento de trair o Império do Brasil, e violar a religião do próprio Juramento na sua tão espontânea e solene Incorporação aos altos destinos deste Estabelecimento Político, tão justo e necessário na América Meridional. (*TLCFA*, N. 1, 9 DE DEZEMBRO DE 1825)

Havia, nesse sentido, o desenho de uma suposta fraternidade entre “brasileiros” e “cisplatinos”, sendo que esses últimos teriam recebido “os Máximos Benefícios do Público Sossego e Comércio Franco” (*TLCFA*, N. 1, 9 DE DEZEMBRO DE 1825) pelas mãos de D. João VI – muito embora, como assevera a historiografia, o rei português nunca tenha reconhecido oficialmente a criação da Cisplatina (SOUZA, 2003, p. 370). Nesse ponto, outra nuance da linguagem do *Triumpho* é desnudada: a Província Cisplatina era uma herança deixada por D. João – o representante da mãe-pátria, Portugal – ao seu filho, D. Pedro – personificação, por seu turno, da prole, o Brasil.

Cairu argumentava que não existia substância na afirmação de que o Imperador brasileiro tentava usurpar um território que a ele não pertencia. Ele, na verdade, “não ambiciona territórios: não quer um palmo de solo alheio”. Prova disso seria a atitude tomada pelo chefe de Estado frente à questão de Chiquitos (*TLCFA*, N. 1, 9 DE DEZEMBRO DE 1825). Na ocasião, em 1824, D. Pedro se recusou a incorporar ao território brasileiro a província de Chiquitos, até então pertencente à Coroa de Espanha. Tal evento comprovaria a ideia de que a manutenção da Cisplatina não era um mero “capricho”, mas sim a manifestação do respeito e da gratidão de um filho pelo legado deixado por seu pai. Ao fim e ao cabo, “perder do ganhado, seria ignomínia do filho pródigo” (*TLCFA*, N. 1, 9 DE DEZEMBRO DE 1825).

Outra estratégia linguística utilizada por Silva Lisboa em seu

Triumpho seria o descrédito às notícias que chegavam do Sul, principalmente aquelas divulgadas pelos jornais de Buenos Aires, considerados promotores da anarquia e da mentira. Para ilustrá-lo, mencionamos as considerações do redator acerca da batalha de Sarandi, perdida pelo Brasil. As notícias chegadas do campo de batalha estariam assombrando a população, pois fomentavam um sentimento geral de insegurança e dúvida quanto à possibilidade de vitória das armas imperiais. Reputando falsas tais informações, Cairu via como “dever patriótico pôr na conveniente luz a realidade dos fatos, reduzindo à pureza da verdade as novas desfiguradas pela petulância dos rebeldes e barbarescos da Facção dos Anarquistas que infestam o Sul d’América” (*TLCFA*, N. 2, 15 DE DEZEMBRO DE 1825). Para proceder ao esclarecimento, o *Triumpho* amenizava a derrota militar, afirmando que “A retirada da nossa força principal, pela confissão do inimigo, fez-se em boa ordem, e foi de feliz efeito” (*TLCFA*, N. 2, 15 DE DEZEMBRO DE 1825).

Em linhas gerais, percebemos que a defesa da participação brasileira na guerra pela Cisplatina era o mote de Cairu, mas sua efetivação era realizada de um modo singular. Os trechos até aqui expostos, embora curtos, demonstram a ausência de críticas por parte do redator à conduta do exército brasileiro no conflito. Até mesmo diante de um abalo considerável, como a batalha de Sarandi, o *Triumpho* mantinha sua linguagem carregada de um otimismo pleno – que buscava transmitir aos seus leitores. Desse modo, denominamos essa artimanha discursiva como “defesa hermética”, pois se apresentava impermeável a quaisquer questionamentos ao andamento da guerra e aos seus resultados para o Brasil.

A linha discursiva forjada pelo *Triumpho*, contudo, seria estremecida com o surgimento dos periódicos *Atalaia da Liberdade* e *O Verdadeiro Liberal*. A *Atalaia* era redigida por João Maria da Costa, homem português que não recearia em expor suas polêmicas opiniões pelos espaços

públicos da Corte, ainda que esses ainda estivessem sob domínio áulico. Diferentemente do *Triumpho*, a *Atalaia* abordou uma variedade de assuntos, mas suas avaliações sobre a Guerra da Cisplatina chamam atenção. Em seu primeiro número, vindo à luz no dia 4 de fevereiro de 1826, o periódico comprometia-se com o desvelar dos “abusos, os latrocínios, as maquinações, as traições e tudo quanto de ilegal se tem praticado na Província Cisplatina desde o ano de 1817” (*ATALAIA DA LIBERDADE*, N. 1, 4 DE FEVEREIRO DE 1826). Nas edições seguintes, João Maria da Costa enfeixaria uma série de denúncias e críticas ao que se passava no Sul.

Os principais questionamentos da *Atalaia* se concentravam em dois pontos: a conduta da Marinha nacional na Guerra e a escassez de informações acerca do conflito. O trecho a seguir sintetiza o trato que o redator daria ao tema ao longo da publicação de seu periódico.

Relativamente aos negócios do Sul, só temos algumas notícias volantes, parciais, e suspeitosas, dadas por aqueles, que de vez em quando aqui nos aparecem a dizer, que em Montevideu tudo vai otimamente, mas é porque tudo vai otimamente bem *para eles*, por isso, é que faltos de notícias fidedignas, não temos agora coisa certa, sobre que possamos estribar nossos juízos, nem emitir de improviso uma opinião segura; ousamos contudo afirmar que as coisas em geral marcham ali mui lentamente, e posto que de nossa parte ignoramos a causa; todavia desconfiamos, que ela nasce da falta de um General hábil, e de reconhecida capacidade, que saiba dar uma direção segura às nossas Tropas na campanha Cisplatina [...] (*AL*, N. 2 EXTRAORDINÁRIO, 15 DE FEVEREIRO DE 1826. GRIFOS ORIGINAIS.)

Conquanto apresentasse críticas incisivas ao que vinha se desenrolando nos campos de batalha do Sul, o escritor da *Atalaia* em momento algum se posiciona contrariamente à continuidade do conflito. Pelo contrário, João Maria da Costa considerava a guerra justa; porém, distintamente de Cairu, ele teria como esteio outra tendência argumentativa.

Enquanto o *Triumpho* evocava a herança portuguesa como justificativa para a luta pela Cisplatina, a *Atalaia* se amparava na soberania nacional para explicar e referendar a empresa bélica pedrina.

Os Títulos, que dão hoje ao Brasil o direito de posse sobre aquele Território, são imensos, são inumeráveis; e designá-los todos excederia muito a compreensão do meu escrito; porém sempre direi de corrida, que a Província Cis-platina nos pertence, pela primeira linha de demarcação no descobrimento d'América, e pelo direito de povoação, por havermos sido os primeiros que habitamos o lugar de Montevideú; ela nos pertence pelo direito de conquistadores; pelo valor de 34 milhões de cruzados, que excede muito ao valor do terreno; e finalmente pelo direito de segurança individual, isto é; pela garantia que precisamos dar à forma do nosso Governo, e à integridade do Império. (*AL*, N. 3, 22 DE FEVEREIRO DE 1826)

Dessa maneira, ao afirmar que a Cisplatina pertencia ao Brasil por razões nacionais, João Maria quebrava quaisquer laços de herança entre o Império e a antiga metrópole. Para reforçar sua tese, o escritor relembrava a longa disputa entre Portugal e Espanha pelo território de Olivença, garantindo que a Questão Cisplatina não possuía a mesma natureza. Olivença era um problema de Portugal, portanto, “não toca à Nação Brasileira mesclar-se em coisas, que não lhe dizem respeito”; a Banda Oriental, por outro lado, concernia específica e completamente ao Brasil (*AL*, N. 3, 22 DE FEVEREIRO DE 1826).

O Verdadeiro Liberal, por seu turno, era redigido pelo francês Pierre Chapuis, que chegou ao Brasil em 1826 e logo iniciou a publicação de seu periódico. O jornal compartilhava com a *Atalaia* o cariz altamente polêmico e mordaz. No que concerne à Guerra da Cisplatina, Chapuis era, também, um ferrenho crítico da Marinha brasileira e de seus comandantes – especialmente o Almirante Rodrigo Logo. Na edição inaugural do *Verdadeiro Liberal*, de 2 de março de 1826, era colocada em dúvida a capacidade dos responsáveis pelas forças armadas brasileiras no Sul. Segundo

o redator, era intrigante a quantidade de “revezes” sofridos pela Marinha.

A Marinha Imperial está n'um estado brilhante para sofrer tais revezes, que só parecem filhos do descuido dos que devem responder por tais fatos; nós a vimos surgir do nada para defesa do Brasil, enobrecer-se pelo zelo de Oficiais peritos, e marchar rapidamente à sua glória, dirigida por um Brasileiro, que junta a mais decidida atividade aos mais profundos conhecimentos, por isso recaia sobre quem deve recair o desar daqueles sucessos, por que a prudência de quem escolhe, e proporciona os meios aos fins que prevê, não se deslustra na opinião dos que julgam com ideias acertadas. (*O VERDADEIRO LIBERAL*, N. 1, 2 DE MARÇO DE 1826)

Similarmente à *Atalaia*, o *Verdadeiro Liberal* não se opunha à pugna pela Cisplatina. A defesa feita pelos dois jornais, todavia, não se furtava a críticas – o que os diferenciava essencialmente do *Triumpho da Legitimidade Contra Facção de Anarquistas*. Ainda examinando a névoa que se formava em torno do tema da guerra, Chapuis fazia eco à *Atalaia* ao desconfiar das notícias às quais tinha acesso. O redator suspeitava das correspondências divulgadas pela imprensa contemporânea, as quais sempre louvavam as ações da Marinha e comemoravam o desempenho brasileiro em campo de batalha. Segundo Chapuis, “Até aqui nos nossos Periódicos o Público tem visto todos os acontecimentos do Sul referidos sempre a favor do Brasil, sem aquela imparcialidade que deve caracterizar a quem escreve [...]” (*VL*, SUPLEMENTO AO N. 2, 4 DE MARÇO DE 1826). Tais relatos deveriam ser investigados e cotejados com demais notícias para que se chegasse a uma avaliação realista do estado das armas imperiais no Sul.

Percebemos, dessa forma, que tanto a *Atalaia da Liberdade* quanto *O Verdadeiro Liberal* inauguraram um novo olhar sobre a Guerra da Cisplatina nos espaços públicos fluminenses. Suas linguagens, conquanto imbuídas de palavras de apoio ao exército nacional e ao Imperador, possuíam alto teor crítico, o que as afastava da retórica urdida por Silva

Lisboa em seu *Triumpho da Legitimidade*. Esses contrastes nos revelam a estruturação de uma verdadeira guerra entre redatores. Afirmamos, a partir disso, que a imprensa periódica do Rio de Janeiro constituiu-se, a partir de fevereiro de 1826 – com a primeira edição de *Atalaia* –, em *locus* simbólico da Guerra da Cisplatina. Em outros termos, as repercussões do conflito geraram uma luta de penas entre três redatores da Corte. Observar atentamente o decurso dessa “briga” impressa é essencial para que compreendamos a relevância da temática da Guerra naquele contexto específico.

João Maria da Costa e Pierre Chapuis foram perseguidos pelo governo imperial e posteriormente expulsos do país devido às controversas opiniões difundidas em seus jornais. Apesar disso, constatamos que as ressonâncias das linguagens compostas por esses redatores atingiram a imprensa fluminense em momentos ulteriores. Em abril de 1826 tem-se a reabertura da vida legislativa brasileira com a primeira sessão da Câmara dos Deputados. É notória a contribuição de tal evento para o reerguimento da atividade impressa na Corte (SODRÉ, 1966; NUNES, 2010). Dessa forma, no mês de junho daquele ano, viria a público *Astréa*, um dos mais destacados periódicos do Primeiro Reinado. Eram responsáveis por sua redação José Joaquim Vieira Souto e Antônio José do Amaral, que, anos depois, se tornariam deputados pelo Rio de Janeiro.

A *Astréa* é reconhecida por ter sido um dos primeiros jornais a abrir oposição ao governo de D. Pedro I, tendo reforçado o processo de queda do Imperador. Sabe-se, também, que uma das grandes justificativas para o declínio do Primeiro Reinado foi a péssima desenvoltura do Brasil na Guerra da Cisplatina, bem como os sérios danos que tal conflito provocou sobre a economia e a vida social da população – especialmente na Corte (SOUZA, 1999). Tendo isso em conta, consideramos indispensável averiguar como um periódico intensamente envolvido com tais processos se

comportou diante da Questão Cisplatina e da guerra a partir dela suscitada. Nosso estudo sobre a *Astréa* ainda se encontra em fase inicial. As breves reflexões aqui explanadas, portanto, são preliminares.

Curiosamente, os primeiros 15 números do periódico sequer mencionam a luta armada no Sul. Em sua décima sexta edição, *Astréa* cita, ainda que timidamente, os entraves provocados pela situação bélica. Segundo o que se lê, uma embarcação com múmias egípcias estaria parada no Rio de Janeiro, pois, devido aos bloqueios em Montevidéu, fora impedida de seguir viagem (*ASTRÉA*, N. 16, 29 DE JULHO DE 1826). Mais tarde, na publicação de número 19, os redatores demonstrariam pela primeira vez certa perplexidade diante da já conhecida falta de notícias sobre o Sul. Por meio de uma correspondência, assinada com o pseudônimo de “Amigo da Constituição”, lê-se o seguinte: “Nada de conjecturas que podem ofender; mas também nada de silêncio sobre casos que se devem conhecer. Quem souber a verdade do que se pergunta, comunique-a, ao menos para tranquilidade dos incrédulos [...]” (*ASTRÉA*, N. 19, 5 DE AGOSTO DE 1826). Depreende-se que, similarmente à *Atalaia* e ao *Verdadeiro Liberal*, a *Astréa* se ocuparia com o questionamento às novas que vinham do campo de batalha. Novamente, reitera-se o caráter de matéria de interesse público de que se revestia o tema da Guerra. Perguntamo-nos, porém, por que, inicialmente, o periódico guardou silêncio em relação ao conflito. Haveria somente uma falta generalizada de informações? Ou, indo além, poderíamos pensar em censura?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de conclusão, reforçamos que, em 1826, uma verdadeira inflexão foi promovida na cena pública da Corte a partir do surgimento dos periódicos *Atalaia da Liberdade* e *O Verdadeiro Liberal*. Nossas hipóteses de pesquisa giram em torno da criação de uma abertura crítica por

parte de tais jornais. Tal abertura representaria um dos sustentáculos da ulterior conformação de uma oposição impressa ao reinado de D. Pedro I. A infame condução da Guerra seria um alvo cada vez mais constante nos textos críticos escritos e divulgados pelos detratores do poder instituído. Para a *Atalaia* e *O Verdadeiro Liberal*, como vimos, questionamentos diretos e incisivos resultaram em perseguições aos redatores e, finalmente, no encerramento das publicações. Cabe-nos perguntar, destarte, se tal cenário perduraria a partir da reabertura da Assembleia. Um novo contexto, dotado de novas demandas e pressões, era vivido. Como os homens de letras agiriam diante dele? De quais maneiras o tratamento dispensado ao tópico da Guerra pela Cisplatina seria alterado? São questões que perseguimos constantemente em nossos trabalhos. Esperamos, com este texto, minimamente instigar os leitores acerca de matérias tão caras aos estudiosos do século XIX brasileiro e que são, autenticamente, searas abertas para historiadores.

REFERÊNCIAS

FONTES

Periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital (HD) da Biblioteca Nacional (BN)

Astréa (1826-1832)

Atalaia da Liberdade (1826)

O Verdadeiro Liberal (1826)

Triunpho da Legitimidade Contra Facção de Anarquistas (1825-1826)

BIBLIOGRAFIA

FREGA, Ana. Guerras de independencia y conflictos sociales en la formación del Estado Oriental del Uruguay, 1810-1830. **Dimensión Antropológica**, Ciudad de México, ano 12, v. 35, p. 26-58, 2005.

- FREGA, Ana. La vida política. In: CAETANO, Gerardo; FREGA, Ana (Orgs.). **Uruguay: Revolución, Independencia y construcción del Estado**. Tomo I – 1808-1880. Montevideo: Editorial Planeta S.A., 2016, p. 31-83.
- KIRSCHNER, Tereza Cristina. **José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2009.
- MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.
- MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- NUNES, Tássia Toffoli. **Liberdade de imprensa no Império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- PIMENTA, João Paulo G. Com os olhos na América espanhola: a independência do Brasil (1808-1822). **Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática**, Brasília, ano IV, número especial, p. 3-22, 2005.
- PIMENTA, João Paulo G. Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma História da identidade Oriental (1808-1828). In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (Orgs.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile**. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 27-68.
- REAL DE AZÚA, Carlos. **Los Orígenes de la nacionalidad uruguaya**. Montevideo: ARCA: Nuevo Mundo, 1991.
- REIS, Arthur Ferreira. **“Anarquistas” e “servis”**: uma análise dos proje-

tos políticos do ano de 1826 no Rio de Janeiro. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 139-173.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria coroadá: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SOUZA, José Antônio Soares de. O Brasil e o Prata até 1828. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico, tomo II, volume 3**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 341-376.

Sobre a crítica de arte: um possível diálogo entre Frederico Morais e Charles Baudelaire

Tamara Silva Chagas¹

Doutoranda em História pelo PPGHis/UFES – Bolsista Capes

tamara.chagas1@gmail.com

Considerações iniciais

Frederico Morais, nascido em Belo Horizonte, em 1936, destacou-se, nas décadas de 1960 e 1970, como um crítico militante em prol da arte de vanguarda. Nesse sentido, ele apoiou os jovens artistas da época que produziam arte experimentalista e politicamente engajada. Em um momento marcado pela crise da crítica, Morais vislumbrou uma saída para tal questão: propôs o que chamou de *Nova Crítica*. Esta era uma alternativa à crítica tradicional: seria aberta e democrática à participação do público e do artista na atribuição de sentido à obra. A *Nova Crítica*, em contraposição à crítica tradicional, baseada em normativas estéreis e caducas, promoveria uma transformação nos critérios críticos, deixando de julgar autoritariamente a obra de arte e transformando-se em uma espécie de criação paralela.

É importante destacar que esta ideia proposta por Frederico Morais de renovação do papel da crítica de arte foi parcialmente inspirada na crítica baudelairiana. Para Charles Baudelaire (1995, p. 673), a crítica de

1 Doutoranda em História Social pelo PPGHis da Universidade Federal do Espírito Santo. Mestra em Artes e Bacharela em Artes Plásticas pela mesma instituição. Graduada em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Vila Velha. Autora do livro “Frederico Morais: a crítica de arte e seus desdobramentos”, publicado pela Edufes, em 2019.

arte deveria ser divertida, poética, parcial, apaixonada e política. Frederico Morais resgatou algumas dessas noções para propor a *Nova Crítica*, posicionando-se como um crítico teórico e militante em função da arte de vanguarda, apoiando seus artistas por meio da escrita sobre eles e da abertura de espaço a tais criadores nas exposições por ele organizadas. Desse modo, é possível traçar um diálogo entre as ideias acerca do papel da crítica tal como visto por Charles Baudelaire, no século XIX, e Frederico Morais, no final dos anos 1960 e início da década seguinte. Esta é a tarefa a que nos propomos neste artigo.

Frederico Morais: um jovem crítico de vanguarda

O mineiro começou sua carreira como crítico do movimento cineclubista belo-horizontino em meados da década de 1950. Pouco depois, passou a engajar-se na escritura de crítica de arte em jornais de sua cidade natal. Em 1966, organizou a exposição *Vanguarda Brasileira*, realizada na Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais. Como o próprio título diz, artistas de vanguarda, muitos dos quais oriundos do Rio de Janeiro, foram convidados a expor da mostra. Em comum, tinham a recorrência ao objeto como nova possibilidade poética, o engajamento político e a ruptura com o sistema artístico tradicional. Entre os expositores, estavam Hélio Oiticica, Pedro Escosteguy, Carlos Vergara e Rubens Gerchman (NEOVANGUARDAS, 2008, p. 85).

No mesmo ano, transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro, passando a trabalhar para o jornal *Diário de Notícias*, no qual mantinha uma coluna de artes plásticas. Nesta, escrevia sobre a arte de vanguarda do momento, apoiando os jovens artistas experimentalistas – tanto em termos estéticos quanto em termos políticos.

Ademais, também é digno de nota o empenho de Morais na abertura de espaço para esses artistas vanguardistas em exposições por ele

organizadas e nos salões de arte dos quais participou como membro de júri. É o caso de mostras seminais como *Arte no Aterro* (1968), o *Salão da Bússola* (1969) – no qual defendeu ferrenhamente a participação dos artistas da nova geração conceitualista –, *Do Corpo à Terra* (1970), e *Objeto e Participação* (1970), só para citar alguns exemplos. O crítico também participou, inicialmente, da notória exposição *Nova Objetividade Brasileira*, a qual promoveu a arte de vanguarda e a noção de objeto como uma nova situação artística. No entanto, saiu da organização do evento antes de sua inauguração, pois discordou da inclusão de alguns artistas na mostra, acusando a organização da mesma de nepotismo (MORAIS, 1995, p. 295).

Entre 1969 e 1970, Frederico Moraes passou a teorizar sobre uma nova proposta de crítica de arte diante da crise pela qual passava a crítica tradicional. Esta ainda julgava as novas obras de arte contemporânea segundo critérios defasados e formalistas. Esse momento coincidiu com o surgimento de uma vanguarda radical estética e politicamente: a arte conceitual de artistas como Cildo Meireles, Artur Barrio, Thereza Simões, Luiz Alphonsus e Guilherme Vaz. Esse grupo teria sido lançado particularmente pelo *Salão da Bússola*, que, apesar de ter sido inicialmente pensado como mais um salão entre tantos, beneficiou-se, nas palavras de Moraes, do excedente de obras existente num cenário em que exposições foram censuradas pelo Governo da época, tais como a *Pré-Bienal de Paris*, a ocorrer naquele mesmo ano no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, e que fora fechada pela polícia no dia de sua inauguração (MORAIS, 1995, p. 306).

É relevante salientar que essa geração de artistas, também chamada de *Geração AI-5* ou de *Geração Tranca-Ruas*², conviveu com a instauração

2 Esta última alcunha foi dada a esse grupo de artistas pelo crítico de arte mineiro Francisco Bittencourt em artigo publicado em maio de 1970, no Jornal do Brasil, a propósito da exposição de arte pública *Do Corpo à Terra*, idealizada e organizada por Frederico Moraes. A expressão demarca o caráter radical dos trabalhos propostos por tais artistas em termos estéticos e de crítica sociopolítica (MORAIS, 1995, p. 307).

do Ato Institucional Nº 5, vigente a partir de 13 de dezembro de 1968, e que demarcou um momento de endurecimento da Ditadura Civil-Militar, durante o governo do General Artur da Costa e Silva. O documento previa a cassação de mandatos de parlamentares da oposição e a institucionalização da tortura contra opositores políticos. Destarte, tanto os artistas vanguardistas quanto Frederico Moraes, como seu crítico, posicionaram-se contrariamente ao *status quo* opressor do momento, arriscando suas próprias vidas em um período marcado pela censura e pela repressão.

A crítica de Charles Baudelaire

Para além de literato, Charles Baudelaire (1821-1867), teve uma carreira notória como crítico de arte. Suas críticas sobre os Salões de Arte franceses são relevantes e demarcam um posicionamento afinado aos elementos próprios do incipiente mundo moderno, o que coloca Baudelaire como um dos precursores da Modernidade. O poeta e crítico assumiu para si o papel de defensor do romantismo, como vertente moderna, ou seja, a forma mais atual – para aquele tempo – de manifestação do belo (BAUDELAIRE, 1995, p. 675). O que caracterizaria o romantismo como tal não seria a escolha temática, mas uma maneira específica de sentir e lidar com a realidade circundante. Assim, o romantismo seria sinônimo de arte moderna (BAUDELAIRE, 1995, p. 675). Segundo Menezes (2008, p. 2), a estreia de Baudelaire como crítico se deu em 1845, quando escreveu para a imprensa a propósito do Salão daquele ano.

Baudelaire (1995, p. 675) destacou, em texto sobre o Salão de 1846, que o romantismo, como estilo oriundo do Norte europeu, tem como característica a ênfase na cor. A arte do Sul, no entanto, é naturalista, devido à sua relação positiva com a natureza, que é bela e clara. Nesse sentido, abordou a respeito da pintura do romântico e colorista Eugène Delacroix (BAUDELAIRE, 1995, p. 679), artista a quem defendeu, afirmando que

a crítica fora injusta, amarga e ignorante para com ele (BAUDELAIRE, 1995, p. 682). Para Baudelaire, Delacroix tinha o mérito de ter se contraposto ao racionalismo frio do neoclassicismo por meio do uso da cor (MENEZES, 2008, p. 2).

A respeito da crítica de arte, Baudelaire defendeu que ela deve ser “divertida”, “poética”, “parcial”, “apaixonada” e “política”. Assim, precisa se contrapor à produção crítica que entende a atividade como função “fria e algébrica”, que não sente “nem ódio nem amor”, postulando-se sob o “pretexto de tudo explicar”. O crítico, desse modo, deve possuir um espírito “inteligente e sensível” para poder refletir a obra de arte tal como a obra é a natureza refletida pelo artista. Para o francês, a crítica poderia, assim, converter-se em poesia, sob a forma de elegia ou soneto (BAUDELAIRE, 1995, p. 673).

Resumindo, para o autor de *As flores do mal* (1857), a crítica deve existir para expressar um ponto de vista exclusivo, ou seja, parcial, mas não de modo a restringir a interpretação sobre a obra de arte; pelo contrário, para “abrir seus horizontes”, ou seja, multiplicar a gama de sentidos possíveis à obra (BAUDELAIRE, 1995, p. 673). Por isso, a crítica precisa ser uma atividade realizada por um sujeito apaixonado, a fim de desvelar o potencial do trabalho artístico por meio de uma reflexão em alto grau, uma vez que a paixão “eleva a razão” (BAUDELAIRE, 1995, p. 674).

No artigo sobre o Salão de 1859, Baudelaire criticou o público que aprecia a Verdade em detrimento do Belo no contexto da obra. Esse público, assim, tal como filósofo ou moralista, julga analiticamente obras de arte, de forma a não conseguir se deixar levar pelo prazer do devaneio ou da admiração. Muitos artistas da época, no entender do francês, converteram-se à vontade desse público, elaborando obras afinadas a seu gosto, por meio de “estratagemas indignos”, pois tais espectadores não se extasiavam com as estratégias naturais daquela que ele chama de verdadeira arte

(BAUDELAIRE, 2005, p. 108-109).

Assim, Baudelaire (2005, p. 110) criticou ferrenhamente o gosto do público francês, para quem a arte deveria ser reprodução fiel da natureza e que viu na fotografia a saída ideal para tal questão. A esta indústria Baudelaire vê como refúgio de artistas fracassados e ruins em termos de reprodução naturalista do real para servir ao gosto de tal público. O crítico entendeu que o sucesso da fotografia contribuiu para minar a criatividade dos artistas franceses e a sensibilidade de seu público (BAUDELAIRE, 2005, p. 111). Poesia e progresso tecnológico são percebidos por Baudelaire como forças antagonicas de um sistema em que a vitória de um significa a derrota de outro. Assim, o francês defendeu que a fotografia deve servir à arte e à ciência com humildade (BAUDELAIRE, 2005, p. 112).

Em *O pintor da vida moderna*³ – publicado no Brasil sob o título *Sobre a Modernidade* –, Baudelaire sustentou que o belo, na época, elemento essencial à arte, possui uma dimensão dupla, sendo composto, por um lado, de um elemento eterno e imutável, e, por outro, por um elemento variável de acordo com o contexto do momento presente (1996, p. 10). É este último que atribui ao primeiro sua adaptabilidade às circunstâncias e a apreciação da obra pelo humano, posto que este sempre está atrelado a uma conjuntura (1996, p. 11).

Baudelaire, apoiado em sua defesa da Modernidade, sustentou que o gesto do artista plástico deve ser tão veloz quanto as transformações e movimentos intrínsecos à vida burguesa de seu tempo (1996, p. 12). No livro em questão, Baudelaire citou como exemplo notório de artista moderno C. G., a saber, o ilustrador e correspondente de guerra da imprensa francesa e britânica Constantin Guys (1802-1892). Citou-o como um artista brilhante, apaixonado pela multidão, pela velocidade e pelo incógnito, cuja obra é marcada pela originalidade (1996, p. 14-15). Seu trabalho, 3 Originalmente publicado em Le Figaro, em novembro e dezembro de 1863. Cf. MENEZES, 2008, p. 2.

conforme assinalou o próprio crítico, é caracterizado pelo imprevisto: seus croquis são feitos no local do fato, sendo posteriormente transformados em gravura, nas quais não incluía assinatura (1996, p. 16).

Baudelaire salientou que Guys, antes de ser artista, era um homem do mundo. A insistência de Guys em não ser chamado de artista, o fato de não assinar seus trabalhos e o pedido para que Baudelaire não o citasse nominalmente em seu livro indicam, possivelmente, que ele não se orgulhasse muito de seu trabalho, vista a distância entre sua produção e as grandes obras dos mestres ligados à academia. Contudo, Baudelaire viu na velocidade do traço, no imprevisto e no aspecto inacabado dos desenhos de Guys, características próprias de uma nova arte: uma arte do tempo presente, a assimilar no processo criativo aspectos da realidade moderna vigente.

Guys foi descrito como um artista que vê tudo com curiosidade: está sempre inebriado, contemplando as coisas do mundo como novidade (1996, p. 18). Ele, dominado por grande paixão de ver e sentir (1996, p. 20), diverge do dândi: um ser essencialmente entediado diante do real. Trata-se, assim, de um *flâneur*: “um observador apaixonado” (1996, p. 20), sobretudo, pelas multidões, pelo movimento e pelo efêmero. Tal artista buscou na vida cosmopolita a expressão da Modernidade (1996, p. 24). Segundo Baudelaire, Guys introduziu em seu trabalho a beleza fugaz de seu presente, traduzindo em arte o Mundo Moderno (1996, p. 70).

Consoante Nascimento (2007, p. 71-72), com a Modernidade, na perspectiva de Baudelaire, veio à tona os vínculos profundos entre a arte, a subjetividade do artista e seu contexto histórico, aspectos nos quais se baseou a crítica baudelairiana. Esta buscou refletir sobre arte e obra, produzindo um exercício teórico. Nascimento (2007, p. 72) ressalta que a questão principal emersa com a Modernidade foi a possibilidade de o artista poder expressar seu tempo na obra de arte. Diante dessa ruptura,

Baudelaire diagnosticou a vigência de um momento de crise, no qual as normativas e padrões do julgamento crítico, antes tomados como universais, caíram por terra.

A crítica de arte em Baudelaire previu que o exercício reflexivo sobre a obra implica em um processo de metamorfose desta por meio da imaginação. Tal crítica é aberta e inacabada, aceitando sempre novas interpretações sobre a obra, sem fixar um sentido único ao trabalho artístico (BAUDELAIRE, 2007, p. 74). Assim, a obra, sob o ponto de vista da crítica baudelairiana, abre-se a uma “multiplicidade de significados” (NASCIMENTO, 2007, p. 74). Nascimento (2007, p. 75) chama a atenção para o fato de que a arte, no pensamento de Charles Baudelaire, é manifestação da subjetividade do artista, de forma a não estar submetida a normativas universais. Ao crítico cabe dialogar textualmente com a obra sobre a qual reflete, de modo a desvelar suas questões, seu contexto e sua recepção. Nascimento (2007, p. 76) acrescenta que a crítica deve ser, conforme Baudelaire, *poiesis*, ou seja, ela possui uma função criadora a des-trinchar questões pertinentes ao tempo presente. Obra e crítica seriam, portanto, criações paralelas, imersas e dialogantes com a Modernidade, ou seja, com seu momento histórico (Nascimento, 2007, p. 80).

Frederico Morais e a *Nova Crítica*

Como vimos acima, a *Nova Crítica* foi proposta por Frederico Morais como uma alternativa à crítica de arte tradicional, incapaz de compreender as novidades trazidas à tona pela arte de vanguarda da época. A crítica convencional julgava as obras experimentalistas da nova arte contemporânea a partir de critérios formalistas e defasados. Impunha um discurso único, fechado e definitivo a tais trabalhos, recusando-se a aceitar a contribuição do artista e do espectador na construção da rede de sentidos referente a eles.

A *Nova Crítica*, ao contrário, é uma proposta de crítica aberta à participação do artista e do espectador na atribuição de sentidos à obra. Ela é, portanto, democrática. Opõe-se ao autoritarismo da crítica tradicional, a qual, no dizer de Morais, julga obras tal como juiz de tribunal, sendo qualificada por ele como uma espécie de crítica judicativa. Sobre isso, é importante esclarecer que Morais não exclui o julgamento por completo da atividade crítica, apenas posiciona a participação e a criação como critérios superiores ao julgamento (MORAIS, 1975, p. 44-50).

Como exemplo de crítico tradicional que se baseava na judicção e em critérios defasados e cristalizados para julgar as obras da nova vanguarda, podemos citar Euryalo Canabrava, descrito por Morais como “um típico representante da crítica formalista” (MORAIS, 1975, p. 45). Canabrava se definia como “censor das artes e das letras” (MORAIS, 1975, p. 45), a julgar trabalhos artísticos segundo normativas estéticas absolutas, transformando o ofício crítico em uma atividade cientificista. Morais destaca uma fala do notório crítico de arte italiano Lionello Venturi na qual este diz que as regras da arte possuem caráter efêmero e contingente (MORAIS, 1975, p. 46). Isto posto, é impossível adotar leis universais para todos os tipos de obras, sem considerar o contexto histórico e artístico no qual elas estão inseridas.

Outro caso de crítico contra o qual Morais se opunha por meio da *Nova Crítica* é, muito possivelmente, Walmir Ayala, que mantinha à época uma coluna de artes plásticas no *Jornal do Brasil*. Ele se contrapunha a muitas das ações de Morais em favor da arte de vanguarda daquele momento. Ayala, por exemplo, criticou duramente as pinturas de Thereza Simões, uma artista de vanguarda ligada à vertente da Nova Figuração Brasileira e da Arte Conceitual, em ocasião de sua primeira exposição (AYALA, 1968c, p. 3). Também afirmou que os trabalhos de arte experimentalista não passavam, em sua maioria, de lixo e niilismo. Posicio-

nou-se contra as obras radicais selecionadas pelo júri do *Salão da Bússola*, do qual fazia parte (AYALA, 1969b, p. 2), e qualificou os *Domingos da Criação* – proposta radical de união entre arte e educação – como “uma bagunça” e “uma confusão” (SAMPAIO, 1971, p. 10).

Como alternativa a essa crítica tradicional descompassada com a arte de seu tempo, Frederico Moraes propôs a aproximação entre crítica de arte e criação, de modo a converter-se em um crítico-criador. Consoante tese apontada por Tamara Silva Chagas (2012) em sua dissertação de mestrado, com a *Nova Crítica*, Moraes previa a expansão das atividades do crítico para além do texto escrito, rumo à curadoria e à criação artística. Nesse sentido, o crítico atuaria como um crítico militante e apaixonado em prol da nova arte de vanguarda, abrindo espaço para ela em mostras por ele organizadas e teorizando sua produção. Ademais, realizaria obras de arte como comentários sobre outras obras, como uma criação em segundo grau. Tal proposta radical de transformação do ofício crítico também abarcaria sua produção escrita: elementos poéticos, como figuras de linguagem, passariam a ser usados com recorrência por Moraes como estratégia de enriquecimento do texto.

No que tange à conversão do crítico em crítico-artista, é relevante ressaltar a produção de Moraes nesse sentido: o mineiro passou a atuar para além das fronteiras textuais, propondo obras de arte em franco diálogo com trabalhos anteriores de artistas de vanguarda, como o luso-brasileiro Artur Barrio, e criadores de carreira já consolidada à época, como o modernista Alfredo Volpi. Além disso, Moraes produziu algumas obras como reflexão teórica sobre a História e a Teoria da Arte, como *Quinze lições de Arte e História da Arte: homenagens e equações*, uma instalação em ambiente público inclusa no contexto da exposição *Do Corpo à Terra*, organizada pelo mineiro. Nesse trabalho, Frederico Moraes estabeleceu um diálogo entre fotografia, paisagem e breves textos sobre arte, de modo a

levar o espectador à reflexão.

Outrossim, o crítico elaborou ainda obras não relacionadas a propostas anteriores, convertendo-se, enfim, em artista, como no audiovisual *Carta de Minas*, mas sem abdicar da função reflexiva atribuída ao trabalho do crítico de arte, ofício este que nunca deixou de exercer. Nesse ínterim, é importante ressaltar que sua produção como crítico-artista esteve afinada à arte conceitual: uma vertente surgida em meados dos anos 1960, que defendia a desmaterialização da obra de arte a partir de sua conversão em ideia e/ou ação. Embora os artistas estadunidenses da tendência, em geral, defendessem a crítica ao sistema artístico, os artistas brasileiros e latino-americanos somaram a isso um forte engajamento social e político, de modo a elaborarem trabalhos altamente radicais, como é o caso de Cildo Meireles, Artur Barrio e Thereza Simões. Frederico Morais pode ser citado como exemplo de criador cuja produção esteve afinada à arte conceitual engajada e brasileira dos anos 1970.

Ademais, é importante também salientar sua relevante contribuição como precursor do audiovisual: uma espécie de arte vinda à tona no contexto brasileiro do início da década de 1970, na qual o artista fazia uso de projetores e de equipamentos de áudio para realizar uma obra a demandar reflexão crítica por parte do espectador. Nesse sentido, vale ressaltar a notória exposição *Expoprojeção 73*, organizada naquele ano por Aracy Amaral, na Galeria Grife, em São Paulo, contando com trabalhos com projetores de slides e em filme super-8 e 16mm, de artistas como Frederico Morais, Anna Bella Geiger, Anna Maria Maiolino e Antonio Dias.

A Nova Crítica e a crítica baudelairiana

Tendo em vista o acima exposto, cremos ser possível estabelecer um diálogo entre a crítica tal como defendeu Frederico Morais e aquela proposta por Charles Baudelaire. Isto é mais que evidente, não apenas pela

similaridade perceptível em ambas, mas também pela citação a Baudelaire presente em livros de Morais, tal como ocorre em *Artes plásticas: a crise da hora atual*, de 1975, e em *Arte é o que eu e você chamamos de arte*, de 1998. Este último se trata de uma coletânea de citações a definir conceitos relevantes da esfera da arte. Um dos tópicos do livro, inclusive, é a respeito da crítica de arte, no qual, ao lado de referências a críticos e teóricos como Giulio Carlo Argan, Eduardo Portella e Catherine Millet, há a inserção de citação de Charles Baudelaire sobre a crítica de arte retirada do texto escrito a propósito do Salão de 1946, além de uma fala de autoria do próprio Frederico Morais (1998, p. 291-292). Nesta última, Morais (1998, p. 292) salienta que o método de abordagem da obra pelo crítico deve vir dela própria e não de teorias prévias. Ressalta ainda que a história da obra engloba a história de seu autor, de seu tempo e das diversas leituras sobre ela realizadas ao longo de sua existência.

A respeito da ideia baudelaireana sobre a crítica, o trecho realçado por Morais fala exatamente a favor de uma crítica apaixonada, poética e política, não direcionada a explicação total da obra, mas estabelecadora de um ponto de vista capaz de abrir a arte para uma multiplicidade de sentidos (MORAIS, 1998, p. 291-292). Nesse ínterim, a conexão entre a crítica baudelaireana e a de Morais é explícita. De fato, Morais herda a ideia de crítica apaixonada e militante da teoria de Baudelaire. Assim, busca com seu texto, ou mesmo, com suas obras-comentário, envolver o leitor/espectador, sem jamais produzir uma explicação definitiva da obra comentada. Destarte, ela é aberta, não apenas aos diversos atores do sistema da arte, como o artista e o espectador, mas também à história da obra através do tempo: a crítica não definitiva abre espaço para que novos discursos sobre o trabalho artístico sejam feitos, de modo que a obra seja sempre atualizada ao longo do tempo. Esse posicionamento trabalha a fim de amplificar a rede de sentidos inerentes ao trabalho artístico, de

modo a potencializá-lo, ao incutir a transformação de sentido como parte inerente ao seu devir.

Sobre o caráter apaixonado e militante da crítica, Morais defende que esta precisa teorizar e apoiar um grupo de artistas que percebe como relevantes para a arte de sua época. Assim, o crítico deve frequentar ateliês e, mesmo, fazer amizade com os artistas sobre os quais teoriza. Nesse sentido, Morais militou em prol dos jovens artistas de vanguarda dos anos 1960 e 1970 e conviveu intimamente com eles, mantendo uma relação de companheirismo. Conforme foi dito por Thereza Simões:

O único crítico que acompanhava nosso trabalho, que foi à minha casa várias vezes, e com quem a gente conversava era o Frederico Morais. Foi uma coisa recíproca. Frederico teve um convívio pessoal e profissional conosco muito grande (GALERIA..., 1986).

Assim, Morais chamou a atenção sobre a produção dos jovens artistas de vanguarda e contribuiu em muito para a abertura de espaço para eles dentro do circuito artístico brasileiro, visto que o circuito oficial, segundo a pesquisadora Dária Jaremtchuk (2005, p. 3), os ignorava. Ademais, o olhar voltado para a produção artística de seu próprio tempo, a recusa em permanecer idolatrando os grandes mestres do passado e o esforço em prol de não renegar a arte de seu presente é outro fator comum em Baudelaire e Morais. Precisamos esclarecer que é importante rememorar e celebrar a arte do passado, porém, isso não deve ser feito em detrimento da arte do presente, o que era um posicionamento recorrente entre a crítica tradicional, que julgava obras dos anos 1960 e 1970 a partir de critérios que não mais guiavam a arte daquelas décadas, impondo sobre a produção contemporânea normativas já ultrapassadas. Enquanto Baudelaire exaltou a Modernidade, a velocidade e o aspecto inacabado da obra de Constantin Guys, Morais teorizou sobre as propostas de Thereza

Simões, Cildo Meireles, Artur Barrio e Guilherme Vaz, entre outros artistas engajados na criação de uma arte reflexiva, desmaterializada, experimentalista e engajada. Posicionou-se, assim, como um defensor da jovem arte contemporânea a nascer naquelas décadas de 1960 e 1970.

Considerações finais

Logo, é clara a relação existente entre a crítica baudelaيرية, a exaltar a nascente Modernidade, no século XIX, e a teorização sobre o ofício crítico produzida por Frederico Morais, já no âmbito da contemporaneidade, nas décadas de 60 e 70 do século XX. Embora separados no tempo, Morais estabelece um diálogo com o crítico e literato francês, resgatando algumas de suas noções sobre o papel da crítica de arte. Assim, diante de um momento de crise dessa atividade, contribuiu para sua permanência no contexto da arte como algo relevante e atual. Nesse sentido, voltou seu olhar para um personagem – Baudelaire – protagonista de outro momento de crise (no caso, o nascer da Modernidade), e para a sua proposta de solução a atualizar e tornar pertinente o papel da crítica de arte.

REFERÊNCIAS

- AYALA, Walmir. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Caderno B, p. 3, 7 nov. 1968c.
- AYALA, Walmir. Salão da Bússola. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Caderno B, p. 2, 30 out. 1969b.
- BAUDELAIRE, Charles. **A pintura**. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- BAUDELAIRE, Charles. **Escritos sobre arte**. São Paulo: imaginário, 1988.
- BAUDELAIRE, Charles. Para que serve a crítica? In: _____. **A Modernidade de Baudelaire**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1988, p. 19-21.
- BAUDELAIRE, Charles. Salão de 1846. In: _____. **Poesia e prosa**. Rio

de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 671-731.

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a Modernidade**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1996.

CHAGAS, Tamara Silva. **Frederico Morais**: a crítica de arte e seus desdobramentos. Vitória: Edufes, 2019.

GALERIA DE ARTE BANERJ. **Depoimento de uma geração**: 1969-1970. Rio de Janeiro, 1986. Catálogo de exposição coletiva retrospectiva.

JAREMTCHUK, Daria. Espaços de resistência: MAM do Rio de Janeiro, MAC/USP e Pinacoteca do Estado de São Paulo. In: SEMINÁRIO VANGUARDA E MODERNIDADE NAS ARTES BRASILEIRAS, 2005, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2005.

Menezes, Marcos Antonio de. Papeis e tintas: Baudelaire, o poeta como crítico e criador. In. CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC, 11. 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2008, p. 1-7. Disponível em: < https://abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/025/MARCOS_MENEZES.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2022.

MORAIS, Frederico. **Arte é o que eu e você chamamos de arte**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

MORAIS, Frederico. **Artes Plásticas**: a crise da hora atual. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1975.

MORAIS, Frederico. **Cronologia das artes plásticas no Rio de Janeiro**: 1816-1994. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

MUSEU DE ARTE DA PAMPULHA. **Neovanguardas**. Belo Horizonte, 2008. 163 p. Catálogo de exposição coletiva retrospectiva.

Nascimento, Roberta Andrade do. A crítica de arte de Charles Baudelaire. **Fragmentos**, Florianópolis, n. 33, p. 71-81, jul./dez. 2007.

Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/view/8595/7899>>. Acesso em: 8 abr. 2022.

SAMPAIO, Márcio. Paiê, me leva no museu. Ah me leva, paiê, me leva.

Suplemento Literário de Minas Gerais, Belo Horizonte, 8 maio 1971. p. 10.

Sobre conflitos entre nacionais e sírios e libaneses: o caso do inspetor de polícia de São João de Muqui (1905)

Adilson Silva Santos

Instituto Federal do Espírito Santo

adilsonsilvasantos8@gmail.com

Introdução

A imigração síria e libanesa para o Espírito Santo figura como um tema sobre o qual a historiografia capixaba dedica poucas linhas. Sabe-se, entretanto, que os imigrantes sírios e libaneses se fixaram em terras espírito-santenses desde o final do século XIX e contribuíram decisivamente para a tessitura dessa sociedade marcadamente plural. Uma das localidades na qual se assentaram é São João de Muqui, no sul do estado, aonde enfrentaram bastante dificuldade para reconstruírem suas trajetórias.

Assim, o objetivo desse trabalho é analisar uma denúncia de violência perpetrada por um sírio e libanês contra o inspetor de polícia nesta localidade, em 1905. A fonte utilizada é um processo criminal da comarca de Cachoeiro de Itapemirim, que tinha jurisdição sobre São João de Muqui. Como a denúncia vem na esteira de outros eventos envolvendo casos de violência entre nacionais e esses imigrantes do Oriente Médio, inclusive em diferentes municípios capixabas, parte-se da hipótese de que as motivações se situem na relação entre estabelecidos e *outsiders* (ELIAS, SCOTSON, 2000).

No entanto, conforme destacou Saletto (2001), pode estar relacio-

nado, também, ao nacionalismo exacerbado daquele início da Primeira República, o denominado jacobinismo. Vale destacar que a opção pelo uso da categoria sírio e libanês e não apenas sírio ou libanês justifica-se por causa da imprecisão e complexidade dos termos identificativos desses imigrantes nas fontes históricas. Em alguns momentos são tratados como turcos ou árabes, mas em outros, como sírios ou libaneses, em virtude de questões relacionadas à história e geografia da região de onde emigraram (SANTOS, 2019).

A denúncia

José Cheibú¹ era um imigrante sírio e libanês radicado em São João de Muqui, no sul do Espírito Santo, desde fins do século XIX. Natural de Trípoli e filho de Salomão Cheibú, José residia naquela localidade em companhia de dois irmãos, Antônio e Zacharias, com os quais trabalhava como comerciante. No dia 09 de novembro de 1905, José Cheibú foi denunciado à Justiça pelo promotor, que o acusou de ter agredido, a pauladas, um inspetor de quartelão, chamado Benedito de Freitas Tavares. O inspetor se envolveu em uma calorosa discussão com os irmãos do denunciado. De acordo com a promotoria,

No dia 2 do corrente mez, na povoação de S. João do Muquy desta Comarca, chegando o conhecimento do Inspector de quartelão Benedito de Freitas Tavares que o arabe Zacharias Cheibú havia dado umas bofetadas em Manuel Caetano, dirigio-se á casa do offensor deste para scindicar das causas da aggressão, recebendo de Zacharias Cheibú as explicações desejadas. Quando retirava-se o referido Inspector da casa de Zacharias Cheibú encontrou á poucos passos da porta um individuo de cor prêta com uma faca núa na mão; observando então a autoridade a esse individuo que não lhe era permitido o uso de armas prohibidas, procurou tomar-lhe a arma mencionada. Nessa ocasião, Zacharias e Antonio Cheibú avançaram para o Inspector e de seu poder tomaram-lhe a faca

1 Trata-se de um sobrenome bastante comum tanto em Muqui, como em Mimoso do Sul, mas grafado de formas distintas: Cheibub ou Chaibub. Optou-se por manter a grafia expressa na fonte histórica utilizada.

que ele havia tomado do individuo citado, estabelecendo-se então uma calorosa discussão entre os irmãos Cheibú e o dito inspector, discussão que não teve outras consequencias, graças á benefica intervenção do Capitão Silvino Luiz da Fraga. Parecia terminada toda a questão e quando estava o inspector Benedicto de Freitas Tavares á porta da casa de Zacharias Cheibú, recebeu pelas costas uma cacetada que foi secundada por outra que lhe attingio á região frontal esquerda, resultando-lhe os ferimentos escriptos no auto de corpo e delicto de fls, ferimentos estes praticados por José Cheibú que officiosamente interveio numa questão que já estava terminada (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905).

O Promotor de Justiça pediu o indiciamento de José Cheibú, enquadrando-o no artigo 303 do código penal, incluindo as penas previstas no artigo 134, combinadas com as do artigo 66 do mesmo código. Caso fosse condenado, José Cheibú poderia pegar até um ano e quatro meses de prisão, já que, de acordo com o Código Penal vigente

Art. 303. Offender physicamente alguém, produzindo-lhe dôr ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue:

Pena - de prisão celllular por tres mezes a um anno

Art. 134. Desacatar qualquer autoridade, ou funcionario publico, em exercicio de suas funções, offendendo-o directamente por palavras ou actos, ou faltando á consideração devida e á obediencia hierarchica:

Pena - de prisão celllular por dous a quatro mezes, além das mais em que incorrer.

No rol das testemunhas apresentadas por Benedito de Freitas Tavares constavam Braulio Leoncio da Cruz, Julio Barreto, Geraldo Vianna, Agostinho Rodrigues e Alvaro Antonio de Araújo. José Cheibú também apresentou as suas testemunhas: Olynto Pereira Botelho, Matheus Xavier Monteiro de Castro e Gabriel Ignacio. O acusado contratou João Motta como seu advogado, enquanto o advogado de Benedito Tavares era Fran-

cisco Aurélio Corte Imperial. Primeiramente, foram ouvidas as testemunhas do inspetor de quartelão, no dia 25 de novembro de 1905.

A oitiva das testemunhas de acusação

A primeira testemunha, Braulio Leoncio da Cruz, disse que estava na casa do seu patrão, quando ouvi um barulho na rua. Ao sair, viu o inspetor de polícia “[...] com a cabeça quebrada, dizendo-se-lhes então que [o que] nelle se via fora feito por José Cheibú que lhe havia dado uma cacetada” (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905). Disse ainda que não sabe a causa do conflito entre eles e, tampouco ouviu dizer. Agostinho Rodrigues, a segunda testemunha narrou o fato de maneira parecida:

[...] veio de sua casa para a casa do negociante Nicolau Acha fazer compras e quando alhi se achava ouviu um barulho em frente a casa de José Cheibú e para la se dirigindo encontrou o inspetor Benedicto de Freitas Tavares ferido na cabeça [...] (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905).

O depoimento de Geraldo Viana é um pouco mais detalhado. Disse que estava em casa, quando ouviu um barulho em casa de Zacharias Cheibú,

[...] sabendo que era motivado pelo facto de ter o inspetor de quartelão Benedito de Freitas Tavares tomado uma faca com que estava armado um indivíduo, e que Zacharias observava o Inspector que não era correcto o seu procedimento tomando a faca do citado individuo; estabelecendo-se então uma confusão e ahi recebeu o Inspector algumas pancadas, podendo ele depoente afirmar que [foram] dadas pelo accusado presente que para isso serviu-se de um cacete (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905).

Geraldo Viana acrescentou duas outras informações, que são importantes para a análise que propomos: “Disse mais por lhe ser perguntado que o accusado não tem boa fama no lugar em que reside, constando-lhe também que já foi processado neste juízo” (Processo Criminal, s/

nº, 09/11/1905). De acordo com Geraldo, o inspetor de polícia tinha uma faca na mão, como a qual ia em direção a Zacharias quando discutiam, mas que sabe se Benedito Tavares tinha a intenção de agredi-lo com ela. Concluiu que não sabe precisar se José Cheibú agrediu a Benedito em defesa do irmão, Zacarias.

Do depoimento de Álvaro Antônio de Araújo, a quarta testemunha, há alguns pontos a destacar: primeiro, que o indivíduo de quem Benedito Tavares tomou a faca era um tropeiro; segundo, que a discussão entre Zacharias Cheibú e Benedito Tavares foi apaziguada por algumas pessoas, entre as quais o capitão Silvino Luiz da Fraga; que o inspetor de polícia recebeu, traiçoeiramente, 4 (quatro) cacetadas de José Cheibú e não revidou (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905). Disse ainda que “[...] conhece tanto o acusado como a autoridade a pouco tempo” (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905).

Por fim, Júlio Barreto pouco acrescentou às narrativas anteriores. Informou que de casa assistiu a uma calorosa discussão entre o inspetor de polícia e, “[...] segundo pessoas com Antonio Cheibú” (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905). Indo à casa de Antônio Cheibú, notou que a discussão entre eles findava-se quando José Cheibú “[...] desfeichou duas cacetadas contra Benedicto de Freitas Tavares que é o Inspetor de polícia do logar” (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905). Concluiu afirmando não saber o motivo do conflito e que conhece a ambos há pouco tempo (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905).

O interrogatório do réu²

Ao ser interrogado, José Cheibú disse que estava em seu estabe-

2 As testemunhas indicadas por Benedicto de Freitas Tavares e José Cheibú depuseram no dia 25/11/1905. Já as oitivas do advogado do inspetor de quartirão e das testemunhas arroladas por José Cheibú ocorreram em 20 de dezembro daquele ano.

lecimento comercial quando viu alguma coisa de anormal acontecendo em frente à casa de seus irmãos. Dirigindo-se para lá, viu que Antônio e Zacharias Cheibú, assim como o senhor Olyntho Botelho “[...] se empenharam em luta [...] com Benedito de Freitas Tavares, Inspector de quarteirão” (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905). Que tentou acalmar os ânimos, mas Benedito Tavares não quis atendê-lo e partiu para cima de Zacharias, com uma faca na mão e uma garrucha na cintura.

De acordo com José, foi então que desferiu algumas cacetadas em Benedito Tavares para proteger seu irmão da agressão que sofria por parte do inspetor de polícia. Afirmou que o conflito só teve início porque Benedito Tavares tomou a faca da mão do tropeiro que estava dentro do balcão do estabelecimento comercial de seus irmãos (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905). Assegurou que

Que Benedito de Freitas Tavares que ainda avançou para seu irmão Zacharias, tinha uma facca em sua mão, só pondo-a na bainha apedido dos senhores Olyntho Botelho e Matheus Paiva, depois de ter recebido as pancadas (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905).

Portanto, José Cheibú argumentou que o causador da confusão foi o próprio inspetor de polícia ao tirar a faca da mão do funcionário dos seus irmãos. E que só deu o agrediu para livrar os seus irmãos da ameaça representada por este indivíduo. Cheibú ainda afirmou que conhece as testemunhas que depuseram no inquérito em favor de Benedito de Freitas Tavares, mas que “[...] as testemunhas Julio Barreto e Alvaro Antonio [...] são suas desafeiçoadas e não disseram a verdade em seus depoimentos” (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905).

Francisco Aurélio Corte Imperial, advogado de Benedito de Freitas Tavares iniciou sua argumentação afirmando que “[...] O réo, que é tido geralmente como truculento ousado, e, que é reincidente como é notório, na impossibilidade de negar o delicto procurou ageitar justificativa

que [o] livre da condenação [...]” (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905). Argumentou que José Cheibú confessou tanto a agressão a Benedito Tavares, sabendo tratar-se uma autoridade, um inspetor de quartelão em exercício da função do cargo. Trouxe, também, uma fala que corrobora a visão estigmatizada, que muitas pessoas nutriam a respeito dos sírios e libaneses:

Está na consciência de todos que estes indivíduos, que, a principio, simulam a mais vil covardia, o servilismo mais repulsivo e, a obediência mais passiva para captarem a massa – facil confiança e franca hospitalidade, apenas arranjam, por quaesquer meios alguns vinténs, um cavalo e um terno de roupa, logo se querem impor como sultões, e, são de uma petulancia, que, ninguem de bôa fé e honestamente negará. Não fallamos com odio, defendemos um direito e também os interesses da justiça, que são comuns (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905).

Os depoimentos das testemunhas de defesa

No dia 20 de dezembro de 1905 foi a vez das testemunhas de José Cheibú serem ouvidas. A primeira delas foi Olyntho Pereira Botelho, que residia em Vala do Souza, município de Alegre, vizinho a São João de Muqui. Disse que estava na casa de Zacharias Cheibú entregando café e fazendo compras. Augusto, seu empregado “[...] estava abrindo um sacco de sal para o que se utilizava de uma facca [...]” (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905), quando chegou um indivíduo, que tentou tomar, à força, a faca da mão de Augusto, sendo obstado tanto por Olyntho, como por Zacharias. Soube, depois, tratar-se de Benedito de Freitas Tavares (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905).

Benedito Tavares tomou a faca da mão de Augusto e, com ela, passou a ameaçar Zacharias “[...] de tal forma que ele testemunha chegou a armar-se de um cacete para defender a Zacharias, no caso de Benedicto levar por diante suas pretenções” (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905).

Só diante de vários protestos das pessoas que estavam no local foi que Benedito declarou que era inspetor de quartelão, “[...] não apresentando [...] nenhuma insignia ou titulo que provasse sua qualidade de autoridade publica [...]” (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905).

Com muito custo, Benedito Tavares colocou a faca sobre o balcão, mas continuou insultando a Olyntho e a Zacharias, só parando de fazê-lo com a intervenção do Capitão Silvino Luiz da Fraga e outras pessoas. Segundo a testemunha, a situação parecia resolvida, quando, ao conversar distraidamente com o capitão Silvino Fraga “[...] ouviu uma pancada no frontal, não sabendo precisar de quem recebera ele esta pancada, [...] pareceu dizer que fora José Cheibú, que nesta ocasião ahi chegara” (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905). E concluiu dizendo que conhecia a José Cheibú há quatro anos, “[...] tomando elle o melhor conceito” (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905).

Já outra testemunha, Matheus Xavier Monteiro de Castro disse que

[...] no dia de Novembro do corrente anno, do meio dia a duas horas da tarde, estava elle testemunha em casa do negociante Gabriel Ignacio quando ahi chegou um individuo que comprou uns pães e não quis pagar, estabelecendo-se por esse motivo uma discussão entre o dito individuo e o empregado de Gabriel Ignacio ameaçando o tal individuo ao empregado, com um cacete. Zacharias Cheibú que ahi se achava pesando café, interveio na questão, dando uns empurrões nesse individuo que sahio da casa de negocio dizendo que ia queixar-se ao sub delegado de policia. Zacharias Cheibú acabou de pesar o café e foi para a sua casa, onde chegou quando ele respondente já ahi se achava. Minutos depois chegou Benedicto Tavares, conhecido por Benedicto Rosa, [...] perguntando a Zacharias o que era que tinha feito o individuo citado, recebendo de Zacharias as explicações necessarias e desejadas, com as quais Benedicto não se conformou e antes começou a insultar a Zacharias Cheibú (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905).

Matheus reforçou a informação de que o empregado estava com

uma faca na mão e um saco de sal, quando Benedito tomou-lhe a faca, recebendo o protesto de várias pessoas que estavam naquele local “[...] porquanto o tropeiro usava de sua faca em serviço” (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905). Mencionou que Benedicto Tavares só entregou a faca depois de muitas reclamações de Olyntho e Zacharias Cheibú, “[...] contra o qual pretendeu Benecdito usar a faca, no que foi obstado” (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905).

Só, então, Benedito disse que era inspetor de quarteirão Então, quando Benedito discutia com Zachacrias Cheibú, apareceu José Cheibú que armando-se de um arrancho e na intenção de defender seu irmão da agressão que este sofria [...] deu duas cacetadas em Benedicto sendo que mais no lombo e outra na testa” (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905). Matheus afirmou que também conhece José Cheibú há muitos anos, nada tendo a dizer contra ele. Mencionou que duas das testemunhas de Benedito, Álvaro Antônio de Araújo e Júlio Barreto, estavam a uns cinquenta metros mais ou menos do lugar onde ocorreu o conflito (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905).

A última testemunha a ser ouvida foi Gabriel Ignacio, que assim como os irmãos Cheibú, era um imigrante sírio e libanês.

Respondeu que estava em sua casa quando ouviu um barulho, em casa de Zacharias Cheibú, e correndo para lá viu, Benedicto de Tal, com uma faca na mão, com a qual ameaçava Zacharias Cheibú, e nessa ocasião, José Cheibú para livrar seu irmão da agressão, tomou de um pão e com ele de umas cacetadas no tal Benedicto. Que ouviu dizer que Benedicto é Inspector de polícia, o que não afirmava por não saber com certeza (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905).

Enquanto nos depoimentos das testemunhas arroladas por Benedito Tavares observa-se os argumentos de que José Cheibú agira quando a situação já estava resolvida, que tratava-se de um reincidente, de moral

duvidosa, truculento e afeito à confusão, agindo contra um autoridade, das falas das testemunhas de José Cheibú apreende-se que o que ele fez, o fez para defender os seu irmão de alguém que o ameaçava com uma faca, num momento de calorosa discussão. Se por um lado a acusação buscava desqualificar o imigrante, a defesa tentava mostrar o acusado como alguém que agiu para livrar seu irmão de alguém que estava armado.

O assentamento de sírios e libaneses em São João de Muqui

São João de Muqui era um distrito da cidade de Cachoeiro de Itapemirim quando, em 1912, emancipou-se. Seu desenvolvimento socioeconômico esteve ligado a diversos fluxos migratórios que se sucederam a partir da segunda metade do século XIX. Inicialmente, esses fluxos foram compostos por uma maioria de fluminenses, mas também por mineiros, que migraram tanto pela decadência da produção cafeeira em suas terras de origem, como também atraídos pela oferta de terras abundantes e férteis nesta região do sul capixaba (LOURENÇO, 2019).

Conforme destacou Almada (1984), o café trouxe os escravizados, ou seja, os indivíduos que migraram para São João de Muqui não vieram sozinhos, mas trouxeram consigo negros escravizados, agregados, indígenas e, posteriormente, esposa e filhos. Assentaram-se, instalaram fazendas, plantaram café. Souza Werneck, Vieira Machado, Miranda Jordão, Fraga, entre outras, são alguns exemplos de famílias cujos membros contribuíram para a formação de São João de Muqui ainda no século XIX.

Outros grupos foram se instalando, fossem nacionais (nordestinos, por exemplo) ou imigrantes europeus, como italianos e espanhóis, ou asiáticos, entre os quais sírios e libaneses, que se fixaram na região de São João de Muqui a partir de fins do Dezenove e início do século XX (SANTOS, 2018). De acordo com Lourenço (2019, p. 285),

Estes imigrantes eram erroneamente chamados de “turcos”, mas na

verdade eram sírio-libaneses, que possuíam passaporte da Turquia (Império Otomano), pois antes da 1ª Guerra Mundial a Turquia dominava os territórios do atual Líbano e Síria. Alguns nomes das famílias sírio-libanesas de Muqui do início do século XX: Acha; Zehi Simão; Zacarias; Cheibub; Oazem; Nimer; Haddad; Assad; Zahar.

Entre os inúmeros traços que marcaram a imigração síria e libanesa para o Brasil e para o Espírito Santo, pode-se mencionar o seu caráter urbano (SALETTTO, 1996; TRUZZI, 1997), já que esses indivíduos buscaram os centros urbanos para se fixarem e reconstruírem suas vidas. Aliado a isso, dedicaram-se ao comércio, primeiramente como vendedores ambulantes, os chamados mascates para, em seguida, abrirem lojas de tecido, armarinhos, hotéis, bares, armazéns de secos e molhados etc., tornando-se donos de seus próprios negócios (CAMPOS, 1987).

Outra característica marcante dessa imigração oriental foi o conjunto de dificuldades que sírios e libaneses enfrentaram ao longo do seu processo de inserção na sociedade capixaba, como por exemplo, a estigmatização, que algumas vezes descambava para a violência. Um desses episódios foi analisado por Santos (2018). De acordo com esse autor, em 1901, a polícia capixaba foi avisada da existência de um plano organizado por moradores de São João de Muqui, para expulsar dos sírios e libaneses daquela localidade. O plano só não logrou êxito por causa da ação da polícia que, avisada com antecedência, aumentou o seu efetivo para garantir a segurança dos imigrantes (SANTOS, 2018).

No depoimento de uma das testemunhas de acusação, assim como do advogado do inspetor de polícia transparece a visão estigmatizada que tinham de José Cheibú, mas que poderia ser a imagem corrente a respeito dos sírios e libaneses. Segundo Geraldo Viana, José Cheibú não tinha boa fama no lugar onde morava e já havia sido processado anteriormente. Já o acusado afirmou que duas testemunhas indicadas por Benedito de

Freitas Tavares, Júlio Barreto e Álvaro Antônio “[...] são suas desafeiçadas e não disseram a verdade em seus depoimentos” (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905).

Na tentativa de incriminar o imigrante José Cheibú, o advogado de Benedito de Freitas traçou um perfil negativo dos sírios e libaneses. Afirmou que, para serem aceitos, de forma vil e covarde esses indivíduos se apresentavam de forma passiva, buscando cativar pessoas. No entanto, ao ganharem a confiança e, aproveitando-se da sua hospitalidade, buscam se dar bem e ganhar dinheiro. Impõem-se como “[...] sultões, e, são de uma petulancia, que, ninguém de bôa fé e honestamente negará” (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905). Terminou alegando que não falava com ódio, mas ao dizer isso, reforçava o estigma, a visão preconceituosa, que permeava o imaginário de muitas pessoas daquele tempo.

Dos depoimentos das testemunhas de José Cheibú o que se observa é a tentativa de desconstruir essa imagem negativa, buscando lançar a culpa pelo episódio sobre o inspetor. O acusado teria agido para defender seus irmãos. Olyntho Botelho disse que conhecia José Cheibú há quatro anos, “[...] tomando elle o melhor conceito” (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905). Afirmou que Benedito de Freitas Tavares não apresentou nada que comprovasse que era uma autoridade, o que isentaria José Cheibú da culpa por ter agredido um agente da lei, já que não tinha conhecimento dessa informação.

Já Matheus Xavier Monteiro de Castro disse que conhecia o acusado há muito tempo e que não tinha nada a dizer contra ele. Corroborou as informações cedidas por José Cheibú sobre as duas testemunhas do inspetor de polícia, Álvaro Antônio de Araújo e Júlio Barreto. Matheus disse que eles estavam distante do local do conflito, ou seja, não poderiam testemunhar sobre o que teria acontecido (Processo Criminal, s/nº, 09/11/1905).

De acordo com Goffman (1988), o estigma é um atributo profundamente depreciativo, que transforma o estigmatizado em um sujeito descreditado. No caso dos sírios e libaneses, aspectos relacionados às diferenças culturais entre eles e outros grupos étnicos contribuíam para a construção e/ou reforço desse atributo. Traços da cultura árabe causavam estranhamento entre nacionais e imigrantes europeus, como por exemplo o hábito de haver carne crua em alguns de seus pratos típicos, ou o fato de serem de religião cristã oriental, na qual padres podiam constituir família (SANTOS, 2019; PINTO, 2010).

Do mesmo modo, Saletto (2001) destacou a presença de um forte sentimento nacionalista e, em parte xenófobo, que marcou o Brasil no início da República, o denominado jacobinismo. De acordo com a historiadora, esse movimento ganhou força no governo de Floriano Peixoto. Por outro lado, deve-se mencionar o fato de que esses imigrantes sírios e libaneses passaram a disputar os clientes de comerciantes há muito estabelecidos em São João de Muqui e outras localidades. Portanto, disputavam espaços de poder com outros indivíduos dispostos a reagir para se manterem na posição que haviam conquistado ao longo do tempo. De acordo com Elias e Scotson (2000, p. 22)

Assim, a exclusão e estigmatização dos outsiders pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar.

Importante frisar que o processo teve um desfecho intrigante porque, apesar de a denúncia ter sido aceita pelo juiz, que enquadrou José Cheibú nos artigos 303 e 134 do Código Penal (1892), o processo foi considerado nulo porque o oficial não entregou ao réu a cópia da denúncia, conforme determinava o artigo 391 do Decreto nº 15, de 03 de maio de 892. Segundo o juiz, “Em vista do exposto julgo nullo o presente

processo por preterição de formalidade substancial” (Processo Criminal, s/nº, 04/06/1906).

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

LAPHIS. Laboratório de História e Pesquisa Social. Processo Criminal s/nº. 09/11/1905.

Obras de apoio

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1858-1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%20847%2C%20DE%2011%20DE%20OUTUBRO%20DE%201890.&text=Promulga%20o%20Codigo%20Penal.&text=Art.,que%20n%C3%A3o%20esteam%20previamente%20estabelecidas> Acesso em: 06 nov. 2022.

CAMPOS, Mintaha Alcuri. *Turco pobre, sírio remediado, libanês rico: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo*. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1987.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

GOFFMAN, Erwin. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

LOURENÇO, Sandra. M. C. *Muqui e sua história: um museu a céu aberto*. Vitória: ArtPrint, 2019.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. *Árabes no Rio de Janeiro: uma*

identidade plural. Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2010.

SALETTTO, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

_____. *Itapemirim contra os sírios: jacobinismo em versão capixaba?* XIII Simpósio de História: Autoritarismo, repressão e memória Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2001.

SANTOS, Adilson Silva. *Sírios e libaneses no sul do Espírito Santo (1890-1930)*. 2019, 388f. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

_____. **Árabes em São João de Muqui-ES: do assentamento à tentativa de expulsão (1901)**. In: Anais da XIII Semana de História Política: Quando “a imaginação toma o poder”: Democracias e Representatividades | X Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 01 a 05/10/2018, p. 24-34.

TRUZZI, Oswaldo M. S. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1997.

Um padre capixaba entre os exaltados cariocas: a liderança de Marcelino Pinto Ribeiro Duarte na Rusga da Praia Grande (1834)

Victor Augusto Mendonça Guasti
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
guasti.victor@gmail.com

Questões iniciais

Marcelino Pinto Ribeiro Duarte (1788-1860), nascido no atual município de Serra – ES, foi um padre, professor, poeta, dramaturgo, polemista, jornalista e político brasileiro. Figurou entre um dos principais nomes políticos capixabas na Corte durante as décadas de 1820 e 1830. Envolvido com política desde 1817, foi autor do panfleto *O Brasil Indignado*, proprietário e redator do jornal *O Exaltado*, além de diversas outras publicações avulsas em outros impressos e dos diversos poemas que escreveu ao longo da vida. (FREITAS ROSA, 1912; CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, 2018)

Possuindo residência no Rio de Janeiro desde 1817, quando se autodoxilou após querelas com o governador Francisco Alves Rubim, Padre Marcelino participou dos mais diversos movimentos do período, advogando pela Independência do Brasil, questionando o despotismo de Pedro I, festejando a abdicação e criticando o governo Regencial que se estabelecera. Uma vez que o trono estava vago, devido a minoridade de Pedro II, o padre alinhou-se aos liberais exaltados e iniciou uma campanha em prol de reformas constitucionais que permitissem a federalização

das províncias do Império. (FREITAS ROSA, 1912; CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, 2018)

Tornando-se um dos expoentes dos Liberais Exaltados, não se furtou da necessidade de radicalizar em prol da defesa de seus ideais. Percebendo que as mudanças que desejava não aconteceriam pelos meios legais e vendo seu amigo, José Bonifácio, ser destituído do cargo de função de tutor do jovem imperador, decide que era necessário usar de atitudes mais drásticas. Junto ao General Abreu e Lima, em fevereiro de 1834, inicia a organização de uma revolta que tinha por objetivo sair de Praia Grande, atual Niterói, para invadir a cidade do Rio de Janeiro, restituir Bonifácio na função de tutor e tomar as rédeas do Governo Regencial.

Desta forma, utilizando-se dos argumentos de Marcello Basile (2010), buscamos reconstituir os acontecimentos da sedição de *povo e tropa*, que ocorreu em 1834, na Vila de Praia Grande, sob a liderança do padre Marcelino. Em seu texto *Laboratório da Nação*, Basile apresenta o período regencial por meio de três “ciclos de revoltas” distintos: o primeiro ciclo ocorre durante as regências trinas, e fica denominado como *movimentos de povo e tropa*. Eles são marcados por serem movimentos revoltosos de pouca duração e fraca organização. O segundo ciclo tem início com a promulgação do ato adicional de 1834, que outorgou mais poderes às províncias e levou o país a sofrer com inúmeras revoltas de grandes proporções, tendo em vista que, por vezes, essas forças políticas locais não estavam alinhadas com a política da corte. O terceiro ciclo caracteriza-se pelas revoltas escravas, que ocorreram durante todo o período.

O mesmo autor, para melhor demonstrar as motivações que levaram aos movimentos de *Povo e tropa*, afirma que, para além das disputas políticas, estes movimentos retroalimentavam o combustível que incendiava o Império. Diante da crise econômica pelo qual passava o Império desde a Independência, o povo, que já era subjugado pelas clivagens

sociais, étnicas e nacionais, sofria com a alta dos preços dos alimentos e dos alugueis. Os militares comungavam de um descontentamento, dadas a politização das tropas (contra ou a favor do governo), a redução de efetivo, as suspensões, as baixas compulsórias, as transferências forçadas e as prisões daqueles que se envolviam em motins e rebeliões. Logo, estes elementos eram explorados, amplificados e somados às questões políticas, o que alimentava o ensejo de lutar por maiores direitos. (BASILE, 2007, p. 33)

Por mais que grande parte destes movimentos tenham a participação dos Liberais Exaltados, estes foram condutores do processo e não seus únicos agentes. O momento político pelo qual atravessava o império levava à mobilização popular, à politização das ruas e às manifestações públicas coletivas como forma legítima de ação política. Eram essas manifestações, por vezes violentas e sediciosas, que davam vazão à demanda política e social, sendo a forma de participação que a população excluída dos canais institucionais de atuação política encontrava para exercer a sua cidadania. (BASILE, 2007, p. 56)

Glays Sabina Ribeiro (2009, p. 9) afirma que esses movimentos que ocorriam nos primeiros anos do Período Regencial não eram revoltas aleatórias ou simples movimentos reivindicatórios de privilégios tradicionais. A novidade que surgia junto a essas cinesias estavam relacionadas às lutas pela ampliação dos direitos relativos à cidadania. O antilusitanismo que persistia “[...] como cimento para fundar o ser brasileiro” era base de uma discussão mais ampla, que refletia sobre a posição dos indivíduos naquela sociedade nascente e em reorganização.

Reconstituir os objetivos e acontecimentos da sedição permitem compreender como ocorreu a participação tardia da população no processo de Independências. Como foram excluídos do processo articulado em torno de Dom Pedro I, uma vez que este abdicou o trono, buscaram impor

seus ideais e lutar por suas necessidades, fazendo do Período Regencial um dos tempos mais efervescente politicamente na História do Brasil.

A Rusga da Praia Grande

Como não foi possível encontrar o processo original, recorreremos às publicações de jornais que abordaram o tema para reconstituir os fatos que ocorreram na Vila de Praia Grande em fevereiro de 1834. O jornal *Correio Official*, através de 11 publicações¹, e o *Aurora Fluminense*, por meio de 8 edições², narram que, em 14 de fevereiro de 1834, por volta das 23h30, o Capitão da Guarda Nacional de São Gonçalo, de nome João Nepomoceno Castrioto, recebeu a denúncia de que havia uma sedição liderada por alguns caramurus na região de Praia Grande. Indo averiguar a denúncia junto com uma guarnição e durante algumas diligências, prendeu suspeitos portando feixes de espingardas. Indagados, os suspeitos alegaram que as armas seriam levadas a certa casa no Largo do Pelourinho. (CORREIO OFICIAL, n. 41, 1834, p. 161)

Figura 1: Matéria jornalística relatando a Rusga da Praia Grande

RIO DE JANEIRO.

Rusga da Praia Grande.

A Praia Grande era huma das quatro *colônias* que os caramurús contavão nos arredores do Rio de Janeiro. Tendo por si ás sympathias de huma boa parte da população do littoral, e o favor de quasi todas as autoridades locais, era aquelle hum dos seus pontos de reunião, e na epocha dos pavores de Dezembro, lá procurárão refugio e guarida alguns dos famosos conspiradores, e outros que, apezar de menos conhecidos, pondo a mão sobre a consciencia, se não achavão sem culpa.

1 São os números 38, 39, 41, 43, 44, 47, 49, 51, 54, 57 e 61

2 São os números 877, 880, 883, 884, 889, 895, 939 e 989.

Fonte: *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 887, p. 3748, 19 fev. 1834.

Encaminhando-se até o local, as autoridades descobriram que a residência pertencia ao Coletor Geral da localidade, que era sobrinho do Padre Marcelino. Nesta residência, segundo a voz dos policiais, houve a apreensão de três escravos, 119 espingardas e três cavalos. Presos e tomados como informantes, os escravos testemunharam, diante das autoridades, confirmando que um dos cavalos e as armas pertenciam ao padre Marcelino. (CORREIO OFFICIAL, n. 44, 1834, p. 1834)

A apreensão que se realizou e o testemunho de alguns guardas nacionais, que informaram ter sido abordados pelo padre Marcelino para pegar em armas contra a Regência, elevou a tensão em Praia Grande. O capitão Castrioto reuniu-se com o Juízes de Paz local, Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque, a fim de conseguir autorização para iniciar investigação para prender os rebeldes, e uma operação militar que neutralizasse qualquer movimento revoltoso. Temendo que ocorresse um conflito de grandes proporções, pois não se tinha ainda certeza sobre o tamanho do exército montado pelo padre Marcelino, Castrioto também pediu que os juízes solicitassem reforços da Capital. (CORREIO OFFICIAL, n. 41, 1834, p. 161)

Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, o então Ministro da Justiça, ao ser comunicado do que ocorria na outra margem da Baía de Guanabara, visando manter a segurança do distrito e temeroso de uma invasão na Corte, enviou dois escaleres armados, além de tropa formada por 40 homens sob o comando do coronel Ladislau da Silva Brandão. A chegada deste destacamento militar e as investigações em curso fizeram instalar certo clima de guerra na região. (CORREIO OFFICIAL, n. 41, 1834, p. 161)

A rápida resposta do Ministro da Justiça se deu pelo fato de Praia Grande e São Gonçalo serem conhecidos refúgios de caramurus e conspiradores e redutos de opositores ao governo moderado, que conseguiam

viver perto da Corte, mas longe da vigilância constante das autoridades policiais e gozando da simpatia de boa parte da população. (AURORA FLUMINENSE, n. 877, 1834, p. 3.748)

No dia seguinte, após algumas diligências, foram presos cerca de “60 homens de todas as cores” no Engenho *Fonseca*, além de caixas com balas e material para a fabricação de munições na casa de Silvestre dos Reis Nunes. No dia 16, a Fazenda *Pehiba*, pertencente ao caramuru José Justinano - que era amigo íntimo do padre-mestre -, foi identificada pela polícia como o “quartel” dos revoltosos. Segundo o mesmo relato, lá foram encontradas mais armas e munições, além de 5 cavalos. (AURORA FLUMINENSE, n. 877, 1834, p. 3.748-50; CORREIO OFFICIAL, n. 44, 1834, p. 173)

Apesar da narrativa de verdadeira guerra ou motim, não houve resistência ou combates, fato bastante divulgado pela imprensa moderada. (AURORA FLUMINENSE, n. 880, 1834, p. 3.760-62) O padre Marcelino acabou preso no dia 19 do mesmo mês com mais treze pessoas ‘mal trajadas’, entre as quais havia quatro alemães, que haviam servido ao extinto Corpo de Estrangeiros, e um português. (CORREIO OFFICIAL, n. 44, 1834, p. 173)

A participação do padre na organização da revolta foi confirmada quando, em 19 de junho de 1834, após uma obra na cerca que dividia a sua propriedade com a do padre, o senhor João Nunes do Nascimento descobriu 27 espingardas enterradas no terreno da chácara do sacerdote, que se encontrava próximo à Fazenda *Pehiba*. (CORREIO OFFICIAL, n. 139, 1834, p. 553) O depoimento de Antônio Apolinário confirmou ocorrer na casa do padre Marcelino a recepção dos novos membros do movimento que, ali iniciados nos trabalhos, eram enviados para a *Pehiba*. (CORREIO OFFICIAL, n. 47, 1834, p. 186) Em razão da pouca estrutura da cadeia pública de Niterói e a periculosidade que se incutiu

ao Marcelino, o sacerdote foi encarcerado na Fragata *Paraguassu*. (CORREIO OFFICIAL, n. 43, 1834, p. 170)

Um fato notório nos relatos da sedição de Praia Grande é a presença de estrangeiros no movimento. Por mais que os exaltados defendessem o nativismo e, como fez o próprio Marcelino, defendessem a expulsão de estrangeiros - em especial portugueses - do Brasil, os relatos apontam que, para conseguir montar um pequeno exército capaz de efetivar a revolução, o padre não se privou de contratar alguns mercenários dispostos a combater em troca de soldo. Sendo assim, os combatentes de Praia Grande foram formados por alguns marinheiros estrangeiros que vagavam pelas ruas de Praia Grande, por ex-combatentes do Corpo de Estrangeiros³ e por qualquer pessoa que estivesse disposta a lutar por um pequeno soldo diário.

Fato bastante explorado pela imprensa moderada refere-se à possível participação de José Inácio de Abreu Lima⁴ no movimento. Tal questão surgiu no depoimento de João Baptista, o qual afirmou ter visto o General Abreu e Lima cavalgando junto a José Justiniano na estrada que levava até a *Pehiba*, portando uma lança e usando barbas postiças. (COR-

3 O Corpo de Estrangeiros foi uma divisão do Exército Brasileiro, criada em 18 de janeiro de 1822, constituído inicialmente de imigrantes suíços de Nova Friburgo e de estrangeiros de passagem ou morando no Rio de Janeiro. Foi depois reforçado por mercenários alemães recrutados na Europa. Esse grupo lutou na Confederação do Equador (1824) e na Guerra da Cisplatina (1826). Devido a grande quantidade de motins e revoltas que este grupo realizava, devido o atraso nos soldos e as condições de trabalho e alojamento, foram desmobilizados em 20 de dezembro de 1830. Muitos dos que pertenceram a este grupo de combatentes não regressaram a seus países de origem após a dissolução do Corpo. Ver: BENTO, Cláudio Moreira. *Estrangeiros e descendentes na história militar do Rio Grande do Sul – 1635 a 1870*. Porto Alegre: A Nação, 1976.

4 José Inácio de Abreu e Lima (Recife, 6 de abril de 1794 — Recife, 8 de março de 1869) foi um militar, político, jornalista e escritor brasileiro. Participou das guerras de independência da América espanhola. Restaurador convicto, participou da Guerra dos Cabanos de Alagoas e Pernambuco (1832-1834), também conhecida como guerra de Panelas e Jacuípe, das Carneiradas (1834-1835), e da Revolta Praieira (1844). In: CHACON, Varmireh. *Abreu e Lima: o general de Bolívar*. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1983.

REIO OFFICIAL, n. 49, 1834, p. 193-194) Além da publicação do depoimento, em 26 de fevereiro, o jornal *Aurora Fluminense* (n. 880, 1834, p. 3.761), buscando confirmar a participação dos caramurus na revolta, publicou três cartas escritas por Abreu e Lima, confiscadas no Rio de Janeiro, endereçadas ao seu irmão, Luiz Inácio.

As correspondências datam de 12, 14 e 17 de dezembro de 1833 e foram escritas com o objetivo de informar seu irmão sobre os fatos ocorridos na Capital, que culminaram na destituição de José Bonifácio da função de tutor do infante. Abreu e Lima aproveitou as missivas para criticar o governo moderado - que não respeitava as leis e a constituição -, bem como condenar os caramurus que viviam na Corte e se acovardaram diante do ocorrido. Nas cartas, o general também se queixava de uma convalescência no maxilar, que o havia deixado de cama e com fortes dores no rosto. (AURORA FLUMINENSE, n. 883, 1834, p. 3.773-76)

Ao mesmo tempo que ocorria, em Pernambuco -província de origem de Abreu e Lima -, a sedição de Panelas e Jacuípe⁵, utilizando-se do teor das cartas, e aproveitando-se da revolta frustrada, os editores do *Aurora Fluminense* vincularam a figura de Abreu e Lima à de Padre Marcelino, inculcando ao general a liderança militar e, ao padre, a liderança intelectual do movimento. A associação de um expoente caramuru e de um exaltado servia aos moderados como munição para desmoralizar ainda mais os adversários. No entanto, por mais que restauradores e liberais exaltados defendessem projetos políticos totalmente diferentes, não era

5 A Guerra dos Cabanos ou Revolta de Panelas e Jacuípe (1832-1836), foi uma rebelião que tinha por objetivo garantir o retorno de Dom Pedro I ao poder. Os rebeldes cabanos constituíram-se de camponeses, escravos e índios da região. Teve como foco central a povoação de Panelas, em Pernambuco, estendendo-se até a localidade de Jacuípe, em Alagoas. O Luiz Lima, irmão de Abreu e Lima, combateu nesta revolta. Ver: MELLO, Janaina Cardoso de. Memórias impressas de guerras e guerrilhas nos confins do mundo rural: a Cabanada pernambucana-alagoana nas letras do mundo urbano (1832-1835). *Memórias Rurais e Urbanas*. v. 28, n. 42 (Jun/2015). Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc>>. Acesso em 08 de outubro de 2021.

excepcional que se associassem em determinadas situações, especialmente quando se fazia necessário atacar ou defender o governo. (CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, 2018, p. 31)

Luciana dos Santos Rodrigues (2013. p. 38) afirma que, além da coalizão para resistir aos ataques moderados e mesmo existindo diferenças significativas em seus projetos políticos, algumas convergências econômico-sociais permitiam o estabelecimento de aliança entre exaltados e caramurus. Ambos os grupos lutavam contra a dependência em relação aos ingleses, criticavam o projeto agroexportador dos moderados e militavam pelo favorecimento e protecionismo da indústria nacional, pela abolição gradual da escravidão e pela revisão do sistema da propriedade de terras a partir do plano *Fateusim* de Ezequiel Corrêa dos Santos.⁶

Feijó Bittencourt (1938, p. 189) afirma que a participação de Abreu e Lima na sedição da Vila de Praia Grande se deu após o seu retorno da Europa, momento em que conheceu pessoalmente o ex-imperador e, por isso, passou a conspirar para que Bonifácio fosse restituído à função de Tutor. E, uma vez destituída a regência, propagar-se-ia por todo o Império o modelo de combate empregado em Jacuípe e Panelas, única forma pela qual se traria a igualdade dos senhores de engenho e dos soldados nos combates.

É importante destacar que Januário e Abreu e Lima já eram desafetos antes do desenrolar da sedição. Logo após a renúncia de Pedro I, Januário proferiu um discurso agressivo contra ele na loja maçônica *Comércio e Artes*. Abreu e Lima, retrucou Januário, saindo em defesa do

6 O Plano Fateusim foi um projeto de reforma agrária, trazido à luz no jornal, que propunha uma política de distribuição justa de terras e a criação de uma nova política tributária que incidisse sobre o agricultor, fazendo com que fosse extinto o imposto pago pelo lavrador ao Governo. Ver: BASILE, Marcello. A reforma agrária cidadã: o Plano do Grande Fateusim Nacional. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 6, n. 1, p. 95-117, abr. 1998. Disponível em <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/125/121>>. Acesso em 01 de dezembro de 2021.

ex-imperador. As animosidades e divergências entre ambos permaneceram até o fim da vida de Januário, em especial no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico. Os escritos produzidos neste período demonstram críticas mútuas, fomentando um debate que envolvia questões políticas, pessoais e historiográficas. (MOURA, 2006, p. 186)

O relato de Abreu e Lima sobre sua doença na face foi associado ao depoimento de João Baptista, o que criou uma imagem perfeita para atacar a figura de Abreu e Lima. Januário DA Cunha e Gonçalves Ledo, através do *Aurora Fluminense*, buscaram desmoralizar Abreu e Lima, incutindo nele o apelido de *General das Massas* e satirizando-o, ao compará-lo com grandes generais do mundo clássico, como Alexandre, Aníbal e Temístocles, mas afirmando que ele não passava de uma farsa, tal qual Dom Quixote. (AURORA FLUMINENSE, n. 883, 1834, p. 3.776-77) Ainda diz o jornal:

Certo podia estar da vitória o *general das massas*: as suas barbas postiças teriam a virtude da cabeça de Medusa, para petrificar todos os Guardas Nacionais, todos os Guardas Permanentes que ousassem parar em frente dele. [...] No entanto tudo lhe falhou; e não valeram nem à tropa do Sr. José Justiniano, nem o patriotismo dos Alemães *chifoneiros*, nem as barbas postiças do Sr. das Massas, nem a eloquência e virtudes cívicas do Padre Marcelino (AURORA FLUMINENSE, n. 883, 1834, p. 3.776-77)

Os depoimentos colhidos dos participantes apontavam, segundo versão do *Aurora Fluminense*, que a “rusga” se destinava a proteger o infante Pedro II, que vinha sendo ameaçado de assassinato pelos ministros da Regência. (CORREIO OFFICIAL, n. 43, 1834, p. 171) Contudo, os presos alegaram que só aceitaram participar do movimento pois o padre lhes ofereceu o pagamento de \$10 tostões por dia, dinheiro que nunca fora entregue. (AURORA FLUMINENSE, n. 880, 1834, p. 3.760-62) Não há informações sobre o período em que o padre ficou preso, somente

textos publicados no *Aurora Fluminense* (n. 895, 1834, p. 3831), que falam de duas epístolas escritas pelo sacerdote, que reclamava da “[...] perversidade dos tiranos que oprimem a Pátria”, e os escritos satíricos do cônego Januário, que em seu jornal *Mutuca Picante* (n. 5 e 6, 1834) apresenta a reclamação do “Padre M. Xará” sobre sua “prisão boiante” e publica um poema que diz: “[...] que tem que o ex-viador, papalvo caramuru, deixasse a Paraguassú dos *libórios* por favor?”.

Aproveitando-se do fato que padre Marcelino estava preso, cônego Januário da Cunha Barbosa escreveu uma peça de teatro satirizando a revolta frustrada. A peça *Quixotismo Geral das Massas ou Rusga da Praia Grande* (1834), inspirada da na peça *Dom Quixote* de Miguel de Cervantes, satirizava a Marcelino, Abreu e Lima e as principais lideranças dos liberais exaltados dos caramurus.

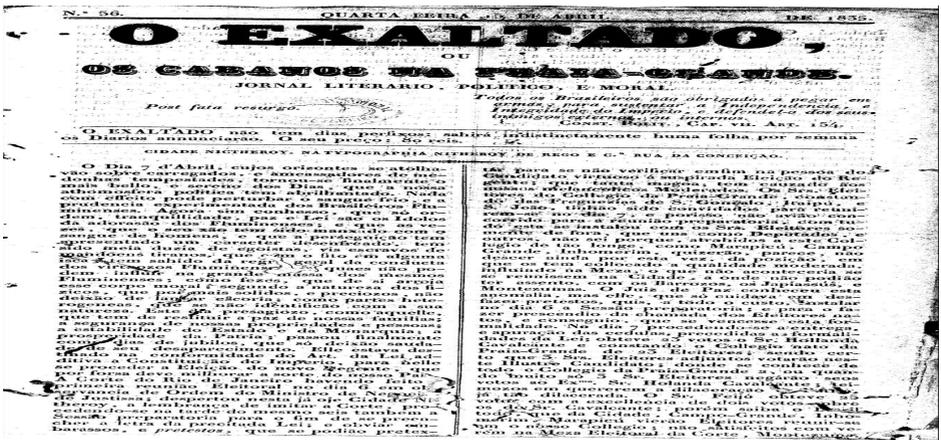
Depois de cerca de 10 meses preso, Marcelino apresentou sua defesa diante do júri de Niterói, alegando que buscou refúgio na fazenda de José Justiniano para fugir da perseguição que sofria por parte dos moderados. Afirmou que sua casa foi cercada por dois chefes da Guarda Municipal, que deram voz de prisão em meio a uma descarga de tiros de mosquetaria, matando o seu cachorro, e que ele não resistiu diante de tanta violência. O Padre Mestre arguiu, ainda, que sua participação naquela “ridícula conspiração” se deu mediante armação feita por cerca de 15 moderados. Pediu aos jurados que, ao tomarem sua decisão, não fossem influenciados pela “[...] má fé e sedução que, semelhante aos áspides peçonhentos, comunicam toda a força de seu veneno aniquilante por uma brecha quase sempre imperceptível”. (AURORA FLUMINENSE, n. 989, 1834, p. 3.642-45)

Mesmo com a campanha travada pelos jornais moderados, que inflavam os acontecimentos de Praia Grande, o *Aurora Fluminense* (n. 1.006, 1835, p. 3.715) relatou que o julgamento do padre, que ocorreu em Niterói em janeiro de 1835, com um júri formado por cidadãos da

localidade, escutou sua versão dos fatos e o absolveu de todas as acusações.

Após ser absolvido e solto, o padre utilizou de todo seu talento com as letras para responder a peça de Januário. Assim, em março de 1835, lançou a peça *O cinco de dezembro de 1833 ou Conego Ignez*. Inspirada na peça *Inês Pereira* de Gil Vicente, Marcelino satirizou a todas lideranças dos liberais moderados, em especial ao cônego Januário, seu antigo desafeto. Ainda em 1835 escreveu a última edição do seu jornal, em que se vangloriava de ter provado sua inocência e satirizava seus desafetos ao estampar no cabeçalho do *Exaltado* a frase “Os Cabanos de Praia Grande”. (O EXALTADO, n. 56, 1835, p. 1)

Figura 2: Cabeçalho da última edição do jornal *O Exaltado*



Fonte: *O Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 56, p. 1, 15 abr 1835.

Em 1838, Marcelino conseguiu ser eleito como Deputado Geral pela Província do Espírito Santo, mas tem uma atuação apagada. Feito o golpe da maioria, retirou-se definitivamente para Niterói, aonde foi juiz de paz (1835-1850), vereador (1837-1850), professor e vigário (1831-1860), além de ser o juiz perpétuo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Niterói.

ra do Rosário de Icarai. (JORNAL DO COMMERCIO, n. 184, 1860, p. 3) Em 1850 aportou uma última vez em sua Província natal, quando fez publicar uma *Ode aos amigos patrícios de Victória*, seu último escrito conhecido. (CORREIO DA VICTORIA, n. 61, 1850, p. 4) Faleceu em junho de 1860, contando com 72 anos completos. (A ACTUALIDADE, n. 85, 1860, 1860).

Considerações Finais

O motim, que tentou se organizar em Praia Grande, seria mais uma revolta nos conturbados primeiros anos regenciais se seus desdobramentos não tivessem terminado em duas ácidas e satíricas entremezes, frutos do combate direto entre cônego Januário e padre Marcelino. Eternizada nos escritos dos sacerdotes, ela mostra como determinados grupos, que não tiveram o direito de participar do processo de Independência do Brasil em 1822, estavam dispostos a lutar para implementar o seu projeto de Nação no Império. O trono vacante e as múltiplas revoltas encorajavam que esses movimentos acontecessem. Contudo, sem uma liderança forte e muitos participantes, elas eram logo sufocadas pelas forças legalistas.

A liderança de um padre capixaba associado aos ideais liberais exaltados, mostram como o ensejo federalista ocupava um lugar de destaque no cenário político regencial, em especial entre os políticos e pensadores das Províncias menores e mais distantes do poder central. A associação dos liberais exaltados com um nome de um militar caramuru, comprova que as relações políticas eram fluídas e, na busca por derrubar o governo liberal moderado estabelecido, algumas alianças entre correntes diferentes eram necessárias.

A Rusga de Praia Grande foi o ápice dos embates em que Marcelino travava desde 1817, dentro de sua Província natal. Contudo, após a abdicação do imperador, não poupou esforços e investimentos para atingir

seus objetivos políticos, usando tinta, papel e pólvora para alcançar suas metas e fustigar seus inimigos. Mesmo que não tenha obtido o êxito em sua empreitada militar, seu talento com as palavras o levaram a absolvição e garantiram que ele conseguisse seguir uma longa carreira política em Niterói.

Desta forma, a presente pesquisa busca contribuir para uma nova leitura sobre o padre Marcelino e a Rusga da Praia Grande, que escape da leitura maniqueísta produzida pelos liberais moderados, e revele a complexidade política que se encontrava o Brasil e o Rio de Janeiro, no momento em que o sacerdote decidiu pegar em armas. Leal aos seus pares, foi estrategista ao ponto de se aproximar dos caramurus, acordando uma aliança impensável, se analisarmos as conjunturas friamente. Assim, o estudo da Rusga da Praia Grande e do seu líder mostram, em pequena escala, como os homens do século XIX estavam dispostos a abraçar novas bandeiras e lutar por seus ideais.

REFERENCIAS

Fontes

A ACTUALIDADE. Rio de Janeiro: Typ. Americana, n. 85, junho de 1860, 4p. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=235296&pasta=ano%20185&pesq=>>. Acesso em 30 de novembro de 2022.

AURORA FLUMINENSE, 1834 (n. 877, 880, 883, 884, 889, 895, 939, 989). Rio de Janeiro: Typ. de R. Ogier, 6p. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&PagFis=2148&Pesq=veloso>>. Acesso em 21 de novembro de 2022.

CORREIO DA VICTORIA. Vitória: Typ. Vitória, n. 58, 1850. 4p. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218235&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=2232>>. Acesso em

28 de novembro de 2022.

CORREIO OFFICIAL, 1834 (n. 38, 39, 41, 43, 44, 47, 49, 51, 54, 57, 61, 139), 1835 (n. 75, 111), 1841 (n. 42). Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749443&PagFis=2&Pesq=militar>>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro: Typ. Emile Seignot-Plancher e Cia, n. 134, 1860, 4p. 1829 Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=772852&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=0>>. Acesso em 23 de junho de 2021.

MUTUCA PICANTE. 1834 (n. 5, 6). Rio de Janeiro: Oficina de Thomaz B. Hunt & C., 4p. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=701360&pesq=&pagfis=1>>. Acesso em 19 de novembro de 2022.

Bibliografia

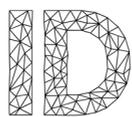
BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial – Vol. II – 1831-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

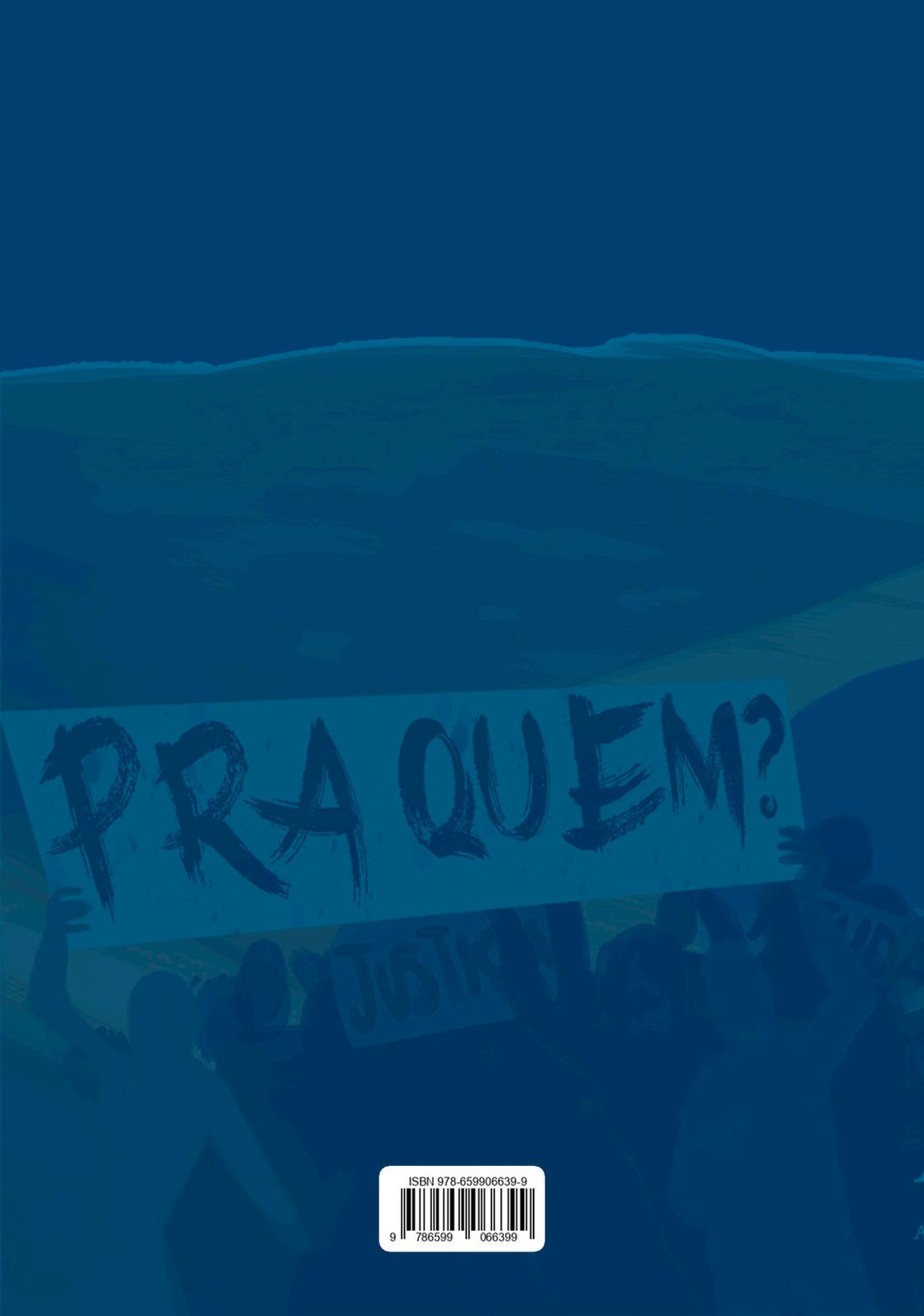
BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Revolta e cidadania na Corte regencial*. *Tempo*, Niterói, n. 22, jan. 2007

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *A reforma agrária cidadã: o Plano do Grande Fatusim Nacional*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 6, n. 1, p. 95-117, abr. 1998. Disponível em <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/125/121>. Acesso em 01 de dezembro de 2022.

BENTO, Cláudio Moreira. *Estrangeiros e descendentes na história militar do Rio Grande do Sul – 1635 a 1870*. Porto Alegre: A Nação, 1976.

- BITTENCOURT, Feijó. *Os Fundadores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- CAMPOS, Adriana Pereira; PANDOLFI, Fernanda Cláudia; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Percursos de um homem de letras nos Oitocentos: as múltiplas faces de Marcelino Pinto Ribeiro Duarte. *Almanack*, Guarulhos, n. 20, p. 10-37, dez 2018.
- CHACON, Varmireh. *Abreu e Lima: o general de Bolívar*. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1983.
- FREITAS ROSA, Affonso Claudio. *Historia da Litteratura Espirito-Santense*. Porto: Oficinas de “Commercio do Porto”, 1912.
- MELLO, Janaina Cardoso de. Memórias impressas de guerras e guerrilhas nos confins do mundo rural: a Cabanada pernambucana-alagoana nas letras do mundo urbano (1832-1835). *Memórias Rurais e Urbanas*. v. 28, n. 42 (Jun/2015). Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc>>. Acesso em 08 de outubro de 2021.
- MOURA, Luís Cláudio Rocha Henrique. *Abreu e Lima: uma leitura sobre o Brasil*. Brasília: UnB, 2006.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. A radicalidade dos exaltados em questão: jornais e panfletos no período de 1831 a 1834. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*. Fortaleza: ANPUH, 2009. p. 9.
- RODRIGUES, Luciana dos Santos. *Os Exaltados: Política e identidade na corte regencial (1831 – 1834)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.





PRA QUEM?

JUSTIÇA

ISBN 978-659906639-9



9 786599 066399